



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”**

SAARA DANIELLE DAMASCENO MARTINS ZANDONADI

**RESISTÊNCIA FEMININA NO TRABALHO À DISTÂNCIA:
a linha tênue entre o “home” e o “office”**

Assis, SP
2023

SAARA DANIELLE DAMASCENO MARTINS ZANDONADI

**RESISTÊNCIA FEMININA NO TRABALHO À DISTÂNCIA:
a linha tênue entre o “home” e o “office”**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Matheus Fernandes de Castro

Assis, SP
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

- Z27r Zandonadi, Saara Danielle Damasceno Martins
Resistência feminina no trabalho à distância: a linha
tênue entre o "home" e o "office" / Saara Danielle
Damasceno Martins Zandonadi. — Assis, 2023
199 p. : il.
- Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Matheus Fernandes de Castro
1. Home office. 2. Resistência. 3. Tática. 4. Estratégia.
5. Pandemia de COVID-19. I. Título.

CDD 331.4



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SAARA DANIELLE DAMASCENO MARTINS ZANDONADI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 17 dias do mês de agosto do ano de 2023, às 14:00 horas, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação e Sala Virtual: meet.google.com/bys-bvzw-vvz, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de SAARA DANIELLE DAMASCENO MARTINS ZANDONADI, intitulada **RESISTÊNCIA FEMININA NO TRABALHO À DISTÂNCIA: A LINHA TÊNUE ENTRE O "HOME" E O "OFFICE"**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. MATHEUS FERNANDES DE CASTRO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Psicologia Social / UNESP/FCL-Assis/SP, Profa. Dra. FLÁVIA MANUELLA UCHÔA DE OLIVEIRA (Participação Virtual) do(a) UFF/Niterói-RJ, Profa. Dra. DANIELE ALMEIDA DUARTE (Participação Virtual) do(a) UEM - Maringá/PR. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. MATHEUS FERNANDES DE CASTRO

Ao meu marido, Marcelo José Marcelino, meu
maior incentivador.

À minha mãe, Léia Cristina Damasceno, a maior e
melhor professora da minha vida.

À todas as resistentes mulheres trabalhadoras em
home office.

Agradecimentos

Agradeço, especialmente, ao Professor Doutor Matheus Fernandes Castro, que durante a jornada de dois anos e meio de Mestrado não mediu esforços para me apoiar e me acolher sempre que necessário, respeitando meu tempo, minha subjetividade, minhas limitações e resistindo junto comigo. Agradeço por ter tornado o processo o mais leve possível, me receber como sua orientadora e ter sido compreensível às minhas dificuldades profissionais e pessoais no decorrer da escrita.

Às professoras, Flávia Manuella Uchoa de Oliveira e Daniele Almeida Duarte, pelas contribuições realizadas em ocasião do Exame de Qualificação, que enriqueceram, sobremaneira, o desenvolvimento dessa pesquisa de forma assertiva e generosa.

Ao meu esposo, Marcelo José Marcelino, que vivenciou todo esse processo comigo, me incentivando e dando forças para resistir ao universo de pesquisa, sendo um parceiro e compreensível às ausências, angústias e desafios encontrados. Agradeço às palavras de apoio, amor e cuidado que foram de suma importância para que eu pudesse trilhar os caminhos de forma mais harmoniosa.

À minha mãe, mestre e maior símbolo de resistência feminina da minha vida, Léia Cristina Damasceno, que me incentivou durante toda existência a percorrer o caminho dos estudos e a viver alinhada aos meus sonhos e princípios. Em tudo o que eu sou existe um pouco dela.

Às grandes mulheres da minha vida, Léia Cristina Damasceno (acima citada), Denisse Damasceno Cirino (tia) e Jandira Pereira Damasceno (avó). Agradeço por cuidarem tão bem de mim, me mostrarem a força que nós mulheres temos e me inspirarem a ser uma pessoa melhor.

À minha irmã e amiga, Livia Maria Damasceno Zandonadi de Campos, por todo carinho, apoio e reconhecimento.

À minha família como um todo, em especial, Ana Julia, Antônio Lucas, José Roberto e Victor Hugo, que estão comigo em todos os momentos de minha vida.

Aos meus colegas de mestrado que foram essenciais para que eu pudesse ampliar meus horizontes no universo de pesquisa e me fizeram sentir pertencente.

Aos professores Mary Yoko Okamoto, Silvio Yasui, Matheus Fernandes de Castro e Danilo Saretta Verissimo que, por meio de suas disciplinas, me ajudaram a desenvolver essa pesquisa.

Aos colegas de orientação relativos ao Estágio de Docência, nossas reflexões sobre o universo da Psicologia Social do Trabalho contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Às mulheres trabalhadoras em *home office*, agradeço pela disponibilidade em participar dessa pesquisa e pela confiança em trazerem parte de suas vidas e seu trabalho. Vocês são a força propulsora das minhas reflexões.

RESUMO

ZANDONADI, Saara Danielle Damasceno Martins. Resistência Feminina no trabalho à distância: a linha tênue entre o *home* e o *office*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2023.

A presente dissertação se direciona à linha de pesquisa “Processos Psicossociais e de Subjetivação na Contemporaneidade” e consiste em um esforço para compreender as táticas e estratégias utilizadas pela mulher e trabalhadora, frente à realidade do *home office*, em tempos de uma pandemia global, fundamentada pelo referencial teórico do filósofo Michel de Certeau. Objetivou-se pensar sobre como a mulher trabalhadora em *home office* ressignifica o trabalho, como ela resiste ativamente, na realização de suas práticas cotidianas. Esta pesquisa optou por utilizar o termo *home office* para caracterizar a prática do trabalho à distância, visto que se propõe a pensar sobre a interação entre o trabalho e o lar - imbricados em um mesmo espaço social - bem como dialogar sobre os conflitos existentes nesse universo, que são intensificados pelas históricas desigualdades de gênero e por uma naturalização do trabalho reprodutivo. Buscando compreender o contexto casa-trabalho, enquanto um ambiente passível de conflito, o intuito, a partir de uma perspectiva de resistência feminina, é analisar como a subjetividade de trabalhadoras inseridas em seus contextos sociais e institucionais, acaba sendo atravessada pelas contingências cotidianas presentes no mundo do trabalho atual, o que tende a gerar um desgaste mental - baseado na teoria de Edith Seligmann Silva. Para tanto, realizou-se uma pesquisa etnográfica virtual, na rede social *Instagram*, para entrar em contato com perfis pessoais e/ou profissionais de mulheres que estão trabalhando em regime de *home office*. A partir dessa busca, foi proposto um formulário sociodemográfico para fazer uma caracterização das 30 participantes. O formulário direcionou uma triagem, pela qual foram entrevistadas 10 trabalhadoras. Verificou-se que as mulheres trabalhadoras em *home office* enfrentam um conflito do ambiente casa-trabalho e acabam sendo afetadas na sua saúde mental, gerando o desgaste, por esta razão foram criadas ações táticas e estratégicas por parte das trabalhadoras para resistir frente às imponderabilidades cotidianas do *home office*. Espera-se que a pesquisa motive trabalhos futuros, já que não objetiva responder a tudo, mas abrir possibilidades de novas reflexões sobre o universo da Psicologia Social do Trabalho.

Palavras-chave: *home office*; mulher; resistência; táticas; estratégias; pandemia;

ABSTRACT

ZANDONADI, Saara Danielle Damasceno Martins. Female resistance at work at a distance: the fine line between home and office. Master's Dissertation. São Paulo State University (UNESP), School of Sciences and Languages, Assis, 2023.

The dissertation focuses on the research line "Psychosocial Processes and Subjectivation in Contemporaneity" and it aims to understand the tactics and strategies used by women and workers in the reality of home office during a global pandemic. It is based on the theoretical framework of philosopher Michel de Certeau. The objective was to examine how women workers redefine their work and actively resist in their daily practices. This research chose to use the term "home office" to characterize remote work, as it aims to explore the interaction between work and home - intertwined in the same social space - and to discuss the conflicts that arise in this universe, which are exacerbated by historical gender inequalities and a naturalization of reproductive work. Seeking to understand the home-work context as a potentially conflicting environment, the intent, from a perspective of female resistance, is to analyze how the subjectivity of workers embedded in their social and institutional contexts is influenced by the daily contingencies present in the current world of work, which tends to cause mental strain - based on Edith Seligmann Silva's theory. For this purpose, a virtual ethnographic research was conducted on the social network Instagram to connect with personal and/or professional profiles of women working remotely. A sociodemographic form was proposed to characterize the thirty participants, and ten workers were interviewed. The findings indicate that women workers in home office face conflicts between their home and work environments and are affected in their mental health, leading to strain. As a result, they have developed tactical and strategic actions to resist the uncertainties of remote work. It is hoped that this research will inspire future work, as it does not aim to provide all the answers but rather open up possibilities for new reflections on the universe of Social Psychology of Work.

Keywords: *home office*; women; resistance; tactics; strategies; pandemic;

SUMÁRIO

Palavras iniciais: Caminhos do coração: a linha tênue entre pesquisar e sentir.....	10
Introdução.....	14
1 A mulher no mercado de trabalho e seus processos de resistência: Re-contando pontos da história.....	21
1.1 Idade Moderna: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, mas para quem?	23
1.2 Idade contemporânea: três ondas feministas, duas guerras mundiais e a sustentação da desigualdade de gênero.....	30
1.3 Anos 2000: da liberdade da sociedade do desempenho até o confinamento do “novo normal”.....	40
1.4 “ <i>Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça</i> ”: a resistência feminina no Brasil.....	43
2 Condição histórica do <i>home-office</i> e a dinâmica do trabalho vinculado ao lar.....	63
2.1 Sociedade atual: a materialização do trabalho precário?	63
2.2 Condição histórica do Home Office.....	70
2.3 Home ou Office? A dinâmica do trabalho vinculada ao lar.....	77
3 RESISTÊNCIA: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS.....	90
3.1 Resistência: a estrutura de poder do “subsolo”.....	92

3.2	Táticas e Estratégias: “fazer com” e “um próprio”	96
4	MÉTODO.....	99
5	DISCUSSÃO DE DADOS	106
5.1	Caracterização das participantes da pesquisa: questionário sócio demográfico.....	106
5.2	Categorias de Análise: entrevistas	113
5.2.1	Trabalho e casa: um conflito de tempo, pressão e comportamento.....	115
5.2.2	Implicações psicossociais do conflito <i>home-office</i> : o desgaste mental na sociedade do desempenho.....	128
5.2.3	Táticas e Estratégias: a arte das trabalhadoras (extra)ordinárias.....	150
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
	REFERÊNCIAS.....	174
	APÊNDICE.....	190
	ANEXO.....	195

PALAVRAS INICIAIS:

Caminhos do coração: a linha tênue entre pesquisar e sentir

O dramaturgo Eugéne Ionesco – famoso por apresentar a arte do teatro do absurdo, onde cenas dramáticas eram interpretadas de forma cômica e cenas engraçadas desenvolvidas dramaticamente, despertando confusão nos pensamentos da plateia – escreveu: “*não é a resposta que nos ilumina, mas sim a pergunta*”.

Ao propor minha pesquisa e todo o contexto social e pessoal que se desenrolou no decorrer desta é possível perceber que ela tem esse mesmo poder sobre mim: de provocar uma certa confusão e de me mobilizar por conta das perguntas que ela gera. Deste modo, optei por iniciar essa proposta de escrita apresentando para o leitor como esse processo me afetou, como eu o senti, como ele me atravessou e como, de certa forma, eu resisti a ele. Com isso, espero que nos aproximemos, mesmo que de longe.

No início do meu processo de escrita, inserida em um contexto institucional de trabalho, pude compreender que as organizações vêm se reestruturando para um modo de produção mais rápido, remoto e virtualizado. Vivemos numa época de múltiplas transformações, primeiramente aquelas trazidas pela sociedade globalizada e, de forma mais específica, aquelas advindas de uma crise de saúde global - a pandemia do Covid-19.

Ao realizar a primeira reunião de trabalho via rede social *Zoom* (contato virtual e remoto), reunião esta ocorrida dentro da minha casa, me surgiu a inquietação sobre a influência desse “novo normal” para as relações sociais e para relações institucionais: *O trabalho teria invadido o meu lar, ou o meu lar teria invadido o meu trabalho?*

O que eu quero responder com isso? O que essa resposta representa para mim? O que essa pergunta mobiliza em mim? Como ela me afeta? O que eu sinto quando penso nesse problema de pesquisa? Isso me possibilita um afeto e uma capacidade de escrita afirmativa, defensiva ou reflexiva?

Acredito veementemente que, ao propor uma problemática de pesquisa e pensar em perguntas ainda não compreendidas, eu quero antes de tudo responder algo para mim. Aqui, faço um parêntese e proponho adentrar em um universo pessoal e significativo, visto que falar sobre as

possíveis afetações da minha pesquisa e de como eu a proponho é também falar de mim, falar de como eu senti a problemática no corpo físico, psíquico e social.

Valho-me deste universo pessoal, visto que acredito que falar de mim é falar de nós, e falando de nós eu falo também de mim.

Em dezembro de 2020, mais precisamente dia 30 do mês, passei por um processo de hospitalização com uma pessoa da minha família que é de extrema importância para mim. Essa pessoa foi internada com um caso grave de apendicite e submetida a duas cirurgias de emergência, uma das quais passou por três processos de parada cardiorrespiratória. Lembro que passamos a virada do ano no quarto do hospital, ela ainda sob os efeitos da anestesia e eu vendo os fogos por uma janela repleta de grades. Por conta de uma infecção generalizada, precisou ficar internada na UTI por três dias para receber cuidados intensivos. Durante esses dias nós nos comunicamos por uma enfermeira que fazia chamadas de vídeo às escondidas visto que não era possível entrar com celular na sala.

Após sua saída da UTI passou a ser acometida com alguns sintomas gripais e foi diagnosticada com Covid-19. Devido à nossa aproximação, também fui diagnosticada três dias depois. De acordo com os protocolos e normas preventivas ela precisou ser transferida para a ala do Covid e ser isolada no hospital, e eu isolada em casa. Foram 17 dias de isolamento. Devido a essa exposição viral desenvolvi sintomas complicados da doença, como um comprometimento pulmonar sério e uma posterior pneumonia, havendo uma possibilidade de ser também internada caso os sintomas evoluíssem. Vale ressaltar que tudo isso aconteceu juntamente com o início do processo desta pesquisa.

É extremamente complexo expor em palavras quais são os sentimentos que ressoam em mim revivendo eles por meio dessa proposta. O fato de estar sozinha fisicamente, sentir os reflexos físicos, psíquicos e sociais da doença e ao mesmo tempo ter que lidar com a preocupação de vivenciar o adoecer da família, afloraram em mim sentimentos e sensações que acredito não poder explicar aqui. E reflito que muitos deles foram vivenciados também pelas trabalhadoras em *home office*.

Durante esse tempo, eu ficava praticamente o dia todo respondendo mensagens de familiares e amigos, fazendo chamadas de vídeo, atendendo telefonemas, acompanhando a vida das pessoas pelas redes sociais, trabalhando de forma remota e tentando escrever sobre a pesquisa. O ápice do

isolamento para mim foi comemorar o aniversário dessa pessoa por uma chamada de vídeo, eu sozinha em casa quase a 17 dias e ela sozinha no hospital a 26 dias.

Essa vivência pessoal apresentou para mim um paradoxo: a internet provocou uma revolução no modo de se relacionar de forma que me permitia ver e falar com as pessoas, mas também tornou esses relacionamentos superficiais, já que nos privou do convívio social e nos faz sentir a solidão no seu nível mais extremo, principalmente quando pensamos no isolamento obrigatório durante a pandemia. Essa ambiguidade leva a uma reflexão inacabada e que permeia todo o meu problema de pesquisa: *“quais são as táticas e estratégias que a mulher utiliza para lidar com as contingências cotidianas?”*.

Observo, a partir do exposto até aqui, que eu vivenciei no corpo alguns problemas centrais da minha pesquisa. Percebo que há uma relação da pesquisa com a minha história pessoal e percebo, principalmente, que a pesquisa ganha outro significado em mim quando foi possível senti-la pessoalmente.

Localizando as afetações da pesquisa, o modo como eu a sinto, como eu a percebo em mim e como ela ressoa na minha essência, da maneira mais profunda, se torna possível dar nome a esses afetos e trilhar um mapa cada vez mais intenso e pessoal com a prática de pesquisar. Essa prática reflete em mim a solidão na sua forma mais intensa, a saudade, a angústia, o nó na garganta, o aperto no peito, o desequilíbrio e o caos. E, no seu contraponto, reflete a possibilidade de relações outras, da amplitude de encontros, de relacionamento mediados por outras fontes, de estar só, mas não se sentir só, de resistir.

Lembro com veemência que entre as idas e vindas ao hospital, em um dia de muita angústia e solidão, parei em uma janela do terceiro andar para respirar e tomar um ar. Quando olhei por entre as frestas, percebi que uma pequena árvore havia nascido no concreto que fica embaixo das janelas. E ao que me pareceu, aquela árvore era quase que imperceptível a todas as dores e incertezas que perpassa diariamente por ali, bem como praticamente inexistente frente a quantidade de concreto de quatro andares de um hospital que estava ao seu entorno. De longe parecia apenas uma parede de concreto, mas quando a gente chega perto, percebe que tem vida nascendo, tem vida brotando ali, mesmo que no lugar mais inóspito. Fiquei pensando na resistência enquanto via essa árvore, um movimento que se esgueira por entre os muros antigos e estruturados e brota vida, brota sobrevivência, brota sentido. A resistência surge como uma árvore viva em meio ao concreto massificado.

Esses afetos se apresentam como aumentativos e reflexivos à minha pesquisa, pois desenvolvem uma potência de escrita que reflete sentimentos de esperança, equilíbrio, contato e motivação e que acabam ressoando com o que a Saara de hoje percebe como necessários à sobrevivência enquanto grupo. Antes de olhar para os problemas de pesquisa, a proposta foi um convite para olhar o reflexo dessa problemática na minha história e, talvez, a possibilidade de reelaborar essas afetações, uma possibilidade de resistir.

Baumam (2001) teoriza, com o conceito de modernidade líquida, que estamos em uma solidão e em uma multidão ao mesmo tempo e isso acaba refletindo inclusive na abrangência social dessa pesquisa. Ao entrar em contato com as possíveis afetações dos sujeitos de pesquisa a proposta não é perceber como isso tudo foi para mim, mas como isso tudo tem sido para nós, já que a pandemia é um problema coletivo e social.

Finalizo essas palavras iniciais com a canção “*Caminhos do Coração*” de Gonzaguinha, que surge como um esteio à minha problemática de pesquisa, pois conforme a música: eu aprendi que somos imbricados com as pessoas nas quais convivemos e que as marcas que nós temos acabam sendo as marcas que essas tantas pessoas deixaram nas relações, nas lições diárias e cotidianas. E é muito bonito quando sentimos que não estamos sozinhos, por mais que pensemos estar. Hoje, a problemática da minha pesquisa e as afetações que ela move em mim faz bater bem mais forte o coração. Isso é resistir.

*“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar
É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração”*

INTRODUÇÃO

“Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”.

Essa epígrafe foi cunhada pela professora, escritora e ativista brasileira Conceição Evaristo, participante ativa de movimentos sociais de valorização da mulher e da cultura negra em nosso país. Sua obra aborda os temas das desigualdades de raça, de classe e de gênero, nos inspirando a olhar para os diversos processos de resistência social e cultural.

No ano de 2006, a escritora traz à tona o romance *“Becos da memória”*, em que trata – com seu realismo poético - o drama do processo de remoção de uma comunidade da periferia e apresenta como protagonista a figura feminina, símbolo de resistência à pobreza, à discriminação e à dominação. Por meio de uma experiência pessoal de vida, ela destaca a força dessas pessoas diante das dificuldades e da imponderabilidade do cotidiano: *“Havia o medo, o incerto, o imprevisível do amanhã. Mas havia a tenacidade, a força, o desejo de vida”*(EVARISTO, 2006). É a partir dessa perspectiva de resistência feminina que se estabelece a base para a presente discussão acerca dos processos subjetivos de trabalhadoras inseridas no *home office*, durante o período imponderável da Pandemia do Covid-19.

Os pontos levantados por Evaristo, em sua obra literária ecoam na academia e inspiram muitos trabalhos. Neste sentido, observa-se o trabalho da filósofa Helena Hirata (2015), que ao refletir sobre termos da sociologia do trabalho afirma que há um processo de imbricação entre gênero, raça e classe, e que essas três categorias se articulam e se complementam. O interesse epistemológico em levantar essa tripla interação, é o de refletir que esse movimento tende a exacerbar as disparidades sociais.

Faz-se importante ressaltar que essa pesquisa leva em consideração o que propõe Hirata (2015), embora seu foco não se estenda às questões raciais, delineando um processo que envolve as negociações entre o gênero e o mundo do trabalho, junto a mulheres de classe média, para poder pensar como estas trabalhadoras puderam realizar suas atividades de trabalho à distância, em *home office*, durante a Pandemia da Covid -19.

O recorte que adotamos aqui (recorte esse de gênero, dentro do recorte de classe) se diferencia do analisado por Evaristo em sua obra, porém certas dificuldades, de um modo ou de outro, se mantêm. Ressalta-se também que a pesquisa não nega o racismo estrutural, tão pouco as

consequências que dele derivam, apenas realiza esse recorte visto que o objeto de estudo são as mulheres em *home office* e, conforme pode ser observado na coleta de dados, um grupo de pessoas detentoras de maiores privilégios e na sua maioria branca.

Baseada na Psicologia Social Crítica e na Psicologia Social do Trabalho, na qual indivíduo e sociedade são interdependentes, se influenciam e se transformam numa relação dialética, a presente dissertação consiste em um esforço para compreender as “táticas e estratégias” (CERTEAU, 1994) utilizadas pela mulher trabalhadora, frente à realidade do *home office* em tempos de uma pandemia global. Entende-se a mulher como um sujeito ativo e que, na realização de suas “práticas cotidianas” (CASTRO, 2010), busca ressignificar os produtos culturais, neste caso, aqueles conectados ao mundo do trabalho à distância.

Essas “práticas cotidianas”, discutidas por Castro (2010, p. 13), dizem respeito a um conjunto de comportamentos que são dotados de significados e se relacionam a um “combate de forças” entre os produtos culturais e as significações e ressignificações cotidianas que os sujeitos dão a eles, ou seja, o modo de agir do sujeito, nesse caso as trabalhadoras em *home office*, frente às imponderabilidades sociais e culturais.

Por isso, o olhar direcionado a essa trabalhadora leva em consideração que ela não se constitui desvinculada do contexto que a rodeia, ou seja, é uma perspectiva que busca pensar sujeito e objeto como duas categorias imbricadas. Entende-se que os fenômenos analisados buscam levar em consideração todo contexto que os envolvem, sendo ele histórico, político, econômico e social. Os processos psíquicos e sociais, que envolvem a vida e a saúde das trabalhadoras, vão sendo construídos e reconstruídos ao longo do tempo e estes sujeitos são, portanto, seres históricos que criam, mantêm e transformam sua existência sobre as contingências político - econômicas.

É essencial pensar a realidade como histórica, visto que é preciso levar em consideração que ela é “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (Marx, 1983, p. 218), sem ignorar que até o presente, a humanidade viveu sob o domínio de uma classe sobre as demais. A resistência feminina, fruto de uma construção histórica que constantemente é colocada à prova, é uma das consequências desse processo de dominação de uma minoria marcada por questões de gênero, que não precisa e não deve ignorar a luta de classes.

O termo “minoria”, apresentado *apriori*, não se traduz a respeito de uma minoria demográfica ou populacional, mas de uma minoria psicológica. Conforme apresentado por Lewin (1973), minoria psicológica é aquela cujo destino coletivo e os processos que o envolvem são

dependentes e determinados pelos integrantes de um grupo que dispõe de estruturas e direitos mais “privilegiados” socialmente. Souza (2003) expõe que “tal processo incide fundamentalmente nos acessos diferenciados aos recursos materiais e simbólicos na vida social”.

Com o intuito de criticar os interesses da ideologia dominante, onde normas, padrões, estereótipos e papéis são mantidos para que os detentores do poder e do capital mantenham essa hegemonia, Silvia Lane (2006) sugere a desigualdade de gênero como uma determinação e uma função histórica e social.

“Se questionarmos o quanto a nossa história de vida é determinada pelas condições históricas do nosso grupo social, ou seja, como estes papéis que aprendemos a desempenhar foram sendo definidos pela nossa sociedade, poderemos constatar que, em maior ou menor grau, eles foram sendo engendrados para garantir a manutenção das relações sociais necessárias para que as relações de produção da vida se reproduzam sem grandes alterações na sociedade em que vivemos. Ou seja, constataremos que nossos papéis e a nossa identidade reproduzem, no nível ideológico (do que é “idealizado”, valorizado) e no da ação, as relações de dominação, como maneiras “naturais e universais” de ser social, relações de dominação necessárias para a reprodução das condições materiais de vida e a manutenção da sociedade de classes onde uns poucos dominam e muitos são dominados através da exploração da força de trabalho” (LANE, 2006, p. 23).

O mundo do trabalho na atualidade, mais precisamente no início do século XXI (enquanto contexto de construção dessa realidade social), introduziu mudanças em todos os setores da vida humana, interferindo nas relações institucionais das trabalhadoras com o mundo e produzindo novas subjetividades, diferentes daquelas desenvolvidas por contextos históricos anteriores. Um conjunto de acontecimentos, especialmente os voltados ao processo de urbanização, globalização, avanço tecnológico e a intensificação da participação da mulher no mercado de trabalho, tiveram como consequência mudanças econômicas, sociais, profissionais e políticas e contribuíram não só para o princípio das discussões da autonomia feminina, como também simbolizam transformações nas configurações de família, bem como os papéis sociais de homem e mulher (SCHIRMER, 1997).

Carneiro (1987) e Zanetti (2009) apresentam que a intensificação da presença da mulher no mercado de trabalho, a remodelação da estrutura familiar e o processo de modernização da sociedade, por meio da era da informação, contribuíram sobremaneira para um processo de individualização do sujeito e uma consequente invasão dos espaços familiares e privados, pelo trabalho.

Atualmente, a internet passa a ser um dos pontos centrais para as novas sociedades globais e para a nova economia mundial: o neoliberalismo. Não sendo apenas uma ideologia ou um tipo de

política econômica, o neoliberalismo vem a ser um sistema normativo que expandiu a lógica do capital para as relações sociais e para todas as outras esferas da vida. Para além das questões sociais e políticas que o envolvem, a própria constituição subjetiva do sujeito é atravessada pelo sistema neoliberal, caracterizado, entre outros aspectos, pela individualidade, pelo egoísmo social e pelo desaparecimento da alteridade (HAN, 2015).

As transformações culturais, jurídicas e sociopolíticas, na era da tecnologia da informação e comunicação, ressignificaram também o tempo e o espaço das relações de trabalho, trazendo à tona discussões acerca de salário e jornada de trabalho, com vistas à preservação das condições de trabalho e, em última instância, à saúde da trabalhadora. Com o avanço das novas tecnologias e as novas configurações sociais, a tradicional visão do trabalho, bem como do local “onde se trabalha”, vem cedendo espaço para as novas modalidades, não necessariamente praticado dentro do ambiente organizacional, mas também desenvolvidas à distância (LISTER; HARNISH, 2011).

O chamado trabalho remoto, trabalho à distância, teletrabalho, trabalho em domicílio ou como proposto pela pesquisa, o *home office*, são termos comumente utilizados, no Brasil, para designar o trabalho desenvolvido fora do cenário laboral tradicional. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017), são conceitos que podem ser usados de maneira indiscriminada, apesar de não serem sinônimos. O ponto central que une todas essas modalidades é o trabalho a distância, sendo todos os outros conceitos, subgrupos desse primeiro.

Optamos por embasar essa discussão na terminologia do *home office*, visto que ela se propõe a refletir sobre o conflito existente entre vida pessoal e doméstica (*home*) e a vida profissional (*office*) da mulher trabalhadora, já que os contextos geográficos e os papéis sociais se misturam em um mesmo espaço. O foco é olhar para a mulher enquanto ser que resiste ao realizar suas práticas cotidianas.

É importante levantar essa reflexão inicial para problematizar que questões de desigualdade de gênero, dominação de classes privilegiadas socialmente e a inserção desigual da mulher no mercado de trabalho atravessam, histórica e culturalmente a realidade brasileira. Porém acredita-se ser importante olhar para esse cenário em tempos de uma pandemia global, onde o *home office* se tornou mais comum e, de uma forma ou de outra, expôs ainda mais as dificuldades enfrentadas por algumas mulheres para trabalhar.

O que se modifica no cenário organizacional e, mais precisamente, na saúde da trabalhadora, referem-se às novas modalidades de trabalho supracitadas, que antes eram encaradas como possíveis

soluções ou alternativas, para algumas empresas e, devido à Covid 19, passam a ser utilizadas por muitas como obrigatórias. Conforme uma pesquisa realizada em abril de 2020, pela Fundação Instituto de Administração (FIA), denominada “Pesquisa Gestão de Pessoas na crise do Covid-19”, a estratégia de *home office* foi adotada por 46% das empresas brasileiras, durante a pandemia. Essas transformações nas cadeias produtivas têm impacto imediato na força de trabalho, mas esses impactos não atingem as trabalhadoras de forma igualitária, intensificando as disparidades sociais.

Analisando o mundo do trabalho sob o prisma de uma crise de saúde global, Antunes (2020) aponta que:

a individualização do trabalho, distanciamento social, menos relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho, distanciamento da organização sindical, tendência a eliminação de direitos, fim da separação entre tempo de trabalho e tempo de vida, duplicação e justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, com intensificação do trabalho feminino, podem aumentar ainda mais a desigual divisão sociossexual e racial do trabalho.

Uma pesquisa conduzida pelo instituto SOF – Sempre viva Organização Feminista, intitulada “*Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*” de 31 de agosto de 2020, expõe dados relevantes: 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia; 72 % afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e cuidado dentro do domicílio; 41% confirmaram trabalhar mais na pandemia; 40% dos lares dessas mulheres tiveram o sustento em risco devido ao isolamento social e, por último, mostra que os homens gastam em média 10,3 horas por semana realizando os afazeres domésticos e de cuidado, enquanto que as mulheres gastam 18,5 horas semanais.

Os dados descritos acima, bem como a análise feita a partir da escuta de mulheres trabalhadoras em *home office*, nos possibilitam vislumbrar que muitas mulheres vivem jornadas de trabalho duplas ou triplas, acumulando tarefas profissionais, de casa e do cuidado com os filhos e a pandemia, deste modo, contribuiu para maior visibilidade, dessa divisão desigual entre os sexos, podendo gerar o que chamamos de desgaste mental, a partir de Seligman-Siva (2011), ou seja, gerar a perda de capacidades físicas, sociais e mentais da trabalhadora, como uma perspectiva psíquica, e também psicofisiológica.

Levando em consideração essas questões que permeiam contextos de dominação, exploração e desigualdade de gênero, conforme supracitado, a proposta desta pesquisa se realiza com o intuito de compreender, por meio de Michel Certeau (1995), as táticas e estratégias que são criadas pelas trabalhadoras em *home office* e de que forma suas “práticas cotidianas se configuram como uma

resistência que habita os espaços, agindo de dentro deles” (CASTRO, 2010, p. 56). Nestes espaços, os papéis sociais se entrelaçam e se misturam, visto que a casa é o contexto geográfico que abriga os papéis sociais de mulher, de mãe e de trabalhadora.

Pensando nas práticas cotidianas das trabalhadoras em *home office* como um possível ato de resistência, é importante reiterar que Certeau (1995) olha para os sujeitos de modo otimista, generoso e confiante, propondo uma inversão e subversão dos sentidos dos produtos culturais, pelos mais “fracos”. Sua problematização em relação ao dogmatismo das instituições e autoridades, seu olhar para uma liberdade interior não conformista, seu respeito a todas as formas de resistência (mesmo que silenciosas), faz com que ele concentre sua atenção nas micropolíticas do cotidiano e nos pequenos espaços que certas táticas e estratégias se desenvolvem.

Em Michael Certeau (1998, p. 19) há uma confiança na inteligência e na criatividade do mais fraco, onde, de certo modo, ele metaforiza e ironiza a ordem dominante: “*sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas*” ou conforme apresentado por Evaristo (2006), no início da discussão, apesar das condições materiais se proporem como deterministas, “*nós já combinamos que vamos resistir*” (grifo meu).

Propor as categorias de tática e estratégia, para Certeau (1998), é, por mais contraditório que possa parecer, reconhecer a força do mais fraco, visto que o sujeito não responde aos atravessamentos de maneira passiva, mas ressignifica sua realidade por meio de suas práticas cotidianas. Entende-se que a estratégia pressupõe o uso de um poder próprio, que requer planejamento e cálculo de ações e a tática se utiliza da força do outro, agindo no campo do outro com benefício fugaz. O autor (1998, p. 101) resume que tática é a arte do fraco e a estratégia é o lugar do poder e do querer próprio. Ambas as categorias não são duais e opostas, as práticas cotidianas se movimentam e transitam entre elas.

A dialética-materialista, base para essa discussão, tem propósito aqui de analisar as questões sociais, históricas e políticas, visto que ao longo da sua atuação, o psicólogo tende a “psicologizar” o sujeito e reduzir o indivíduo a si mesmo, isolando-o do seu contexto sócio histórico.

Sawaia (2009, p. 365) explica que a psicologia

Cria, assim, uma cilada mortífera à sua práxis: se o sujeito é um objeto que não pode se defender das determinações sociais, não há lugar para a ideia de transformação da sociedade; ou, uma vez que a subjetividade é efeito mecânico da presença do capitalismo e a individuação é exclusivamente a subjetivação de processos sócio históricos de submissão, resta-nos apenas conhecer e criticar os mecanismos de adestramento.

Todavia, a proposta dessa pesquisa é trazer à tona essa discussão, não no sentido de desprezar o sujeito na sua subjetividade, mas de refletir que os determinismos históricos apesar de existirem, não colocam a mulher como passiva, “adestrada” ou como vítima da sociedade. A essência da pesquisa é olhar para a resistência, para a potência e a força da mulher trabalhadora em *home office* a partir do objetivo descrito acima.

Para tanto, são delineados os seguintes capítulos organizados dessa forma:

- 1) Fazer um levantamento histórico da mulher no mercado de trabalho e seus processos de resistência a partir da Modernidade;
- 2) Resgatar a condição histórica do *home-office* e buscar compreender a dinâmica do trabalho vinculado ao lar, como possível gerador de desgaste mental;
- 3) Discutir a respeito das táticas e estratégias a partir de um viés de resistência às contingências do *home office*;
- 4) Propor a metodologia ou seja, os caminhos escolhidos para entrar em contato com as mulheres trabalhadoras em *home office*, suas contingências cotidianas e seu modo de resistir.
- 5) Apresentar a caracterização das participantes da pesquisa e a discussão dos dados de modo a refletir sobre como a modalidade de trabalho em *home office*, fruto do atual do mundo do trabalho, influenciam a vida e a subjetividade das trabalhadoras podendo gerar o desgaste mental; e como elas resistem a esse ambiente conflituoso.
- 6) Propor as Considerações finais.

O leitor observará que os capítulos teóricos (1, 2 e 3) finalizam com perguntas reflexivas, o que se deu de forma proposital, pois a proposta dessa escrita é a de problematizar os assuntos não trazendo respostas prontas, mas sim propondo reflexões acerca da mulher trabalhadora e de seus processos de resistência em regime de *home office*.

CAPÍTULO 1

A mulher no mercado de trabalho e seus processos de resistência:

Re-contando pontos da história

Re-contar alguns pontos da história da mulher no mercado de trabalho e seus processos de resistência requer a compreensão de que a história é contada no cotidiano, com todos os atravessamentos políticos, históricos e econômicos. Em uma tentativa de re-pensar pontos da história e a forma como ela foi contada, alguns objetos de investigação passam a ser olhados com mais ênfase e a categoria de análise - gênero - vem sendo incluída como objeto de estudo dentro de pesquisas, trazendo a mulher como sujeito que faz parte dessa história. Pluralizam-se os objetos de investigação, não na tentativa de corrigir a história, mas de dar voz a sujeitos milenarmente silenciados. Segundo Colling (2004)

“Se, historicamente, o feminino é entendido como subalterno e analisado “fora da história”, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos”.

Deste modo, é importante dizer, antes de tudo, que re-contar, re-pensar e re-conhecer pontos da história das mulheres, aqui, não significa que estamos propondo uma nova historiografia, mas que queremos destacar o “re” de resistência. Sendo assim, buscamos resgatar a história do mundo do trabalho a partir de pesquisas que destacam a relação das mulheres com esse universo, bem como, trabalhos que, ao grifarem esta relação, expõem os fatos evidenciando a resistência feminina.

Assim, re-fletir, hoje, sobre a resistência feminina no regime de *home office*, é pensar sobre as formas que as trabalhadoras encontram para lidar com os atravessamentos que as perpassam de modo a dar outro significado para a realidade em que estão inseridas, ou seja, re-significar o cotidiano. Ao resistir elas provavelmente não o fazem de qualquer maneira, mas buscam o sentido dessa ação nas suas práticas cotidianas, para enfrentar tanto a rotina massacrante e veloz, como a imponderabilidade das contingências. Essas antidisciplinas (as resistências) acontecem quando a mulher transforma algo que lhe é imposto em algo que lhe favoreça, mesmo que minimamente e/ou momentaneamente.

A fim de propor essa reflexão na história, optamos em analisar a resistência e a luta das mulheres pelo direito ao trabalho, a partir da modernidade, visto que as desigualdades e as divisões dentro da classe trabalhadora se fizeram constitutivas e mais presentes devido à dominação de uma classe sobre as demais, intensificando, inclusive, a hierarquia entre os gêneros.

Porém, destacamos que a luta da mulher pelo trabalho e todos os seus processos de resistência acompanham o feminino desde o início da nossa história, passando pelas concepções da mulher na Pré-história, na qual a “mulher das cavernas” ocupava um papel central em sua sociedade, perpassando pela mulher na Antiguidade que exercia vários tipos de ofício e participava da vida pública, à mulher da Idade Média, que não era nem santa e nem bruxa, mas que é marcada por um “apagamento” histórico ocasionado pela concentração dos homens no campo político e religioso, até à mulher do Renascimento, um período de importante transição e paradoxos a respeito da mulher trabalhadora.

Ressaltamos ao leitor que essa discussão visa pensar a mulher no mercado de trabalho a partir da Idade Moderna, visto que o apogeu do capitalismo representou uma mudança radical na vida das trabalhadoras, que passaram a executar uma dupla jornada de trabalho, tendo sua subjetividade e sua saúde atravessada pelas condições laborais.

Um dos objetivos de realizar esse levantamento histórico é o de refletir sobre a ação e a transformação da mulher no tempo. Ao longo da história, várias foram as formas de se escrever o passado, sendo que até meados do século XIX predominava o estudo de grandes personalidades masculinas e seus feitos políticos, militares e heróicos. Essa perspectiva da história relegou a um lugar secundário, quando não inexistente, à história das mulheres no tempo e, principalmente, à história das mulheres trabalhadoras. O feminino acabou sendo ignorado na narrativa dominante de uma “história oficial”, sendo de extrema importância re-inseri-lo nessa narrativa e percebê-lo como indissociável dela (PERROT, 2007).

Este fato leva a certa dificuldade para encontrar subsídios que respalde verdadeiramente a inserção da mulher no mercado de trabalho e, mais importante, a forma com que essa mulher foi re-significando o trabalho, ao longo do tempo, ou seja, resistindo às contingências. Essa dificuldade diz respeito ao fato de que a construção da historiografia esteve, por muito tempo, restrita aos homens, sendo até mesmo os discursos das mulheres contados por eles. Parte desse apagamento histórico pode ser explicado pelo fato de:

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. (PERROT, 2007, p.21)

Deste modo, foi pensado em contar alguns pontos da história “oficial”, re-contando-a sob a perspectiva feminina, porque essa ação pode ser também considerada um processo de resistência.

1.1 Idade Moderna: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, mas para quem?

A Idade Moderna é marcada pela valorização do racionalismo e surge como uma crítica à explicação dos fenômenos pautados em aspectos religiosos, colocando o sujeito como figura central. Essa concepção, conforme apresentado por Santi (1998) em “A Construção do Eu na modernidade”, teria gerado uma crise de identidade no sujeito, visto que ele passa a ser capaz de pensar e agir por si próprio, não havendo mais o comando de um Deus superior. Sem a autoridade divina e as restrições impostas pela Igreja, o ser humano precisa criar suas próprias respostas e acaba entrando em contato com uma multiplicidade de verdades, com a instabilidade e a insegurança.

Essa crise identitária, levando em consideração um esse novo traço subjetivo, de um ser que passa a ser mais fechado em si mesmo, interiorizado e instável, é refletida em todos os aspectos da sociedade, podendo ser observado inclusive nas artes, como quando Shakespeare cita na peça de Hamlet: “*Ser ou não ser? Eis a questão*”.

A valorização do eu livre e indeterminado passa a ser alvo de uma observação rigorosa, visto que na medida em que a moral se afasta de Deus é na própria sociedade que se produzem mecanismos de controle sobre o comportamento. Ainda de acordo com Santi (1998), o eu deixará de ser visto na sua totalidade e tomará o aspecto de uma apresentação social com uma imagem cultivada e civilizada (o eu público), que encobre um algo a mais que habita e constitui as pessoas (o eu privado).

Levando em consideração essa nova moral social, a mulher na Idade Moderna ocupava um papel que oscilava entre dois extremos: a mulher ideal e religiosa e a mulher subversiva que precisava de formas de controle e treinamentos familiares e religiosos. Como houve uma mudança de perspectiva nas formas de controle (antes religiosa e agora social e racional), as atitudes desordeiras das mulheres, consideradas anteriormente como pecado, agora passaram a ser vistas

como instabilidade mental e, por isso, elas seriam incapazes de ocupar papéis importantes na sociedade e excluídas dos ambientes de trabalho.

A modernidade também marca a crise do sistema feudal e sua transição para a primeira fase do capitalismo: o capitalismo mercantil. Dentre os fatores que contribuíram para essa mudança, pode-se citar o processo de urbanização que gerou a expansão comercial, as novas relações de trabalho com o regime assalariado, o apogeu das grandes navegações e, sobretudo, o surgimento de uma nova classe social – a burguesia (BEAUD, 1987). .

Pensando na posição da mulher na Idade Moderna e fazendo uma relação à crise de identidade citada anteriormente, mais precisamente sobre a cisão entre os espaços públicos e privados, Moreira (2011, p. 15) diz que

“ (...) apesar de a burguesia dominante defender a liberdade de iniciativa, a igualdade de oportunidades e de direitos, a possibilidade de ascensão social do indivíduo isolado e a autonomia financeira como pilares de sua ideologia, ela o fazia apenas na esfera pública. No espaço privado da família nuclear, cercear a liberdade, principalmente a liberdade feminina garantia em última instância que tudo permaneceria do mesmo modo”.

Ao refletir sobre as possíveis razões para que a sociedade moderna não rompesse com esse padrão de dominação, mas sim o fortalecesse, pode-se perceber que o surgimento do capitalismo gerou um sujeito mais individualizado, com novos questionamentos internos, inseguro e em construção de sua identidade social. Outra razão importante diz respeito ao fato de que a família representava a base da sociedade burguesa, na qual o casamento era um meio de manter e aumentar as propriedades e empresas comerciais. Pode-se inferir, portanto, que as razões para manter um padrão de dominação de gênero são, em grande parte, sociais e econômicas.

De acordo com Kehl (1985, p.72), todo esse contexto gerou na mulher uma forma de relacionamento consigo mesma e um tipo de feminilidade marcada por discursos de que há uma natureza feminina e uma masculina, na qual o objetivo é “(...) promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar. A adequação entre a mulher e o homem, e a produção de uma posição feminina que sustente a virilidade do homem burguês”.

Deste modo, é possível vislumbrar qual eram as posições ocupadas pela mulher trabalhadora dentro da sociedade moderna. As ocupações se baseavam em trabalhos que eram parte da “natureza feminina”, como parteiras, costureiras, domésticas e há relatos de filhas de artesãos que seguiam com o negócio da família, além, é claro, de trabalhos de cunho religioso. Pode-se pensar também, no papel da mulher nos trabalhos não assalariados, o que corrobora com a ideia de virtudes inatas

concebidas ao gênero. Nesse sentido, acreditava-se que, por serem dotadas inatamente de amor e compaixão, a elas deveriam ser direcionados os trabalhos de cuidado, de zelar pela educação dos filhos, de realizar instrução religiosa e de administrar o funcionamento do lar.

Dando continuidade à linha do tempo, entende-se que o fato das ferramentas de comunicação se tornarem mais desenvolvidas, aumentou a integração de áreas populacionais. Essa integração e um crescente processo de câmbio e troca trouxe a necessidade de meios materiais que pudessem representar o setor monetário, ou seja, a moeda. O capitalismo mercantil, baseado na ampla circulação de mercadorias e acumulação de riquezas e capitais, se encontrava em pleno crescimento e a ascensão cada vez maior da burguesia ia reiterando a diferenciação das funções sociais e de gênero (HOBSBAWM, 1989).

Esse contexto de mercado, com anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo, propiciou uma gradativa transformação na forma de trabalhar, ao passo que substituiu a produção manufatureira e unitária para a produção industrial em larga escala, marcando o início da Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII.

Os sujeitos que estavam migrando para as cidades e que inicialmente trabalhavam com a manufatura, passaram a atuar em linhas de produção e montagem, o que intensificou a divisão do trabalho, diminuiu o tempo de realização e aumentou a produção. Na sociedade mercantil capitalista, as operações de compra e venda, por meio da moeda, traz a ideia de que tudo é passível de ser vendido e comprado, inclusive a força de trabalho da mulher.

As inovações tecnológicas e o desenvolvimento econômico introduziram a máquina no processo de produção e suprimiu as funções antes exercidas pelos operários, modificando as relações de trabalho. Como as habilidades manuais deixam de ter valor, resta ao sujeito apenas a sua força de trabalho que passa a ser “vendida” de forma desfavorável, por meio de uma exploração contínua do trabalhador (HOBSBAWM, 1989).

Deste modo, entender que o período da Idade Moderna representou uma crescente econômica e industrial, é também perceber que esse advento ocorre de forma desigual e contraditória. A apropriação de riquezas e capitais de um lado é produto do trabalho alheio de outrem, ou seja, o trabalhador é expropriado e alienado de sua própria força de trabalho. Sobre a exploração do homem sobre o homem, Marx & Engels (2009, p. 215) discorrem:

“Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao

mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para outra”.

Aqui é apresentado um dos pontos fundamentais: a força de trabalho, além de produzir mercadorias de valor de uso, através do dispêndio da energia do trabalhador, cria um novo valor ao ser explorada pelo dono do capital: a força de trabalho acrescenta um valor a mais, conforme apresentado por Hobsbawm (1989) “o trabalhador deve produzir, sempre e necessariamente ao cabo da jornada de trabalho, algo a mais: a mais-valia que é tão ansiada pelos capitalistas”. O sujeito é alienado do seu trabalho ao passo que o que é produzido nunca será destinado à satisfação de suas necessidades sociais, pois – “o trabalhador produz não para si, mas para o capital” (MARX, 1983, p. 138).

Ao voltar à atenção para o significado do trabalho, pensando que ele faz parte, embora de diferentes modos, da vida em toda e qualquer sociedade, Marx (1983, p. 149) diz que

“(...) antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”.

O objetivo do trabalho seria o de transformar a natureza, por meio de uma ação consciente, em algo necessário para a subsistência humana. Quando isso não ocorre, há, portanto, a expropriação. Se de um lado esse novo sistema cria a burguesia, do outro lado desenvolve o proletariado, que vende sua força de trabalho ao capital e é submetido a condições drásticas e precárias, na forma de trabalhar.

Com os baixos salários, as amplas jornadas e as condições insalubres de trabalho, os trabalhadores homens, considerados socialmente os chefes de família, não garantiam mais a subsistência familiar, forçando todos os membros da família para que agissem no mercado. Este salto qualitativo no capitalismo representou uma mudança radical na vida das mulheres trabalhadoras, que passaram a executar uma dupla jornada de trabalho. No âmbito familiar continuavam exercendo as funções de reprodução - criando os filhos, alimentando-os, educando-os e os tornando capazes de trabalhar para sustentar as forças produtivas (LEFEBVRE, 1973, p. 49) – e nas fábricas desenvolveram multitarefas, por meio do trabalho produtivo.

O desenvolvimento da indústria têxtil e da produção de algodão, na qual não exigiam grandes forças musculares (aqui se observa o que foi disposto acima a respeito de trabalhos de “natureza feminina”), contribuíram para uma ampla intensificação da presença da mulher no mercado de trabalho, neste período. Para Perrot (2005, p.120) este dado se deu também pelo fato das mulheres serem socialmente consideradas “fáceis de manipular e acostumadas a obedecer”, o que traz como consequência uma maior exploração dessa categoria.

Inserida nesse contexto, a trabalhadora passou a ser alvo de comparação com a figura masculina em relação às suas capacidades físicas e mentais, sendo sempre inferiorizada pelo discurso científico da época. A situação de submissão e tutela não era apenas doméstica, pelo pai ou marido, mas era também pública, social e política, fundada na ideologia do estado burguês. As mulheres que não seguiam os códigos sociais de conduta e questionavam a ordem estabelecida, eram consideradas como histéricas e submetidas às casas de asilo e reclusão. (HOBSBAWM, 1989).

Considerando ainda a mulher na Idade Moderna, é de suma importância fomentar uma reflexão sobre um levante popular na França do século XVIII que, alicerçado nos princípios iluministas, viria a consolidar o desenvolvimento do capitalismo – a Revolução Francesa.

A França, país mais populoso da Europa continental, crescia economicamente em largas escalas e sua progressiva liberação econômica e produtiva não tinha sintonia com os privilégios da nobreza e do clero. As riquezas estavam, portanto, concentradas nas mãos das duas primeiras camadas e houve uma crise agrícola decorrente do aumento populacional. Como a quantidade de alimentos produzida era insuficiente, a fome começou a pairar sobre a população francesa.

Esses fatores, aliados a questões sociais, políticas e ideológicas, geraram uma revolta do Terceiro Setor baseada em causas estruturais. Nesta camada, na base da organização social francesa, estavam os burgueses, proprietários em geral, os camponeses e os chamados *sans-culottes* (nome atribuído a quem não utilizava um tipo de calça curta típica da nobreza), que foram considerados os protagonistas da revolução e eram compostos por artesãos, trabalhadores e pequenos proprietários.

Para além das diversas questões políticas, econômicas e sociais que envolveram a revolução, ela foi marcada pela tomada da Bastilha (uma antiga fortaleza que havia sido transformada em prisão política e era um símbolo da monarquia) por organizações militares populares. A queda marca simbolicamente o início da revolução.

Após o marco histórico supracitado e temendo um grande radicalismo popular, se reuniu a Assembleia Nacional Constituinte, sendo que sua medida mais importante foi a elaboração de uma

Constituição. “Na sua introdução, denominada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, os deputados formularam os ideais da revolução, unificados em três princípios: Liberdade, Igualdade, Fraternidade” (COGGIOLA, 2013), sintetizando a ideologia iluminista liberal.

Deste modo, aqui caberia uma reflexão: levando em consideração esse grande levante popular, qual era a perspectiva da mulher no século das luzes e como elas transformaram a Revolução Francesa? Pode-se iniciar esse questionamento levando em consideração que o papel a ser desempenhado pelos gêneros na sociedade francesa do século XVIII continuava seguindo uma rígida distinção. A mulher, tida como a representação da vida privada, era excluída de assuntos relacionados à vida pública. Michelle Perrot (2009, p.136) discorre que “o homem público era uma honra; a mulher pública, uma vergonha”.

O modelo da sociedade francesa em plena revolução estava alicerçado em padrões estabelecidos por teóricos como Jean-Jacques Rousseau, um pensador iluminista que defendia e pregava a distinção entre os sexos. Sobre uma perspectiva de como formar bons cidadãos baseado em uma “natureza” feminina e masculina, ele teoriza que

“(…) toda educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância. [...] faz com que gostem de seu sexo, que sejam honestas, que saibam cuidar de seu lar, ocupar-se com sua casa; [...] a obediência que deve ao seu marido, a ternura e os cuidados que deve a seus filhos, são conseqüências tão naturais e tão sensíveis de sua condição” (ROUSSEAU, 1999, p.502)

Apesar dessa visão naturalista de divisão social dos gêneros, a historiografia da Revolução Francesa mostra que ela foi marcada por uma intensa participação das mulheres que, nas suas ações cotidianas, lutavam para modificar condições que prejudicavam a ela e à sua família, ou seja, resistiam. Neste sentido, observa-se um possível sinal de resistência feminina, quando o historiador francês Jules Michelet (1982) discorre a respeito de um documento histórico que ficou conhecido como *Cahiers de Doléances* (em português - "cadernos de queixas"), que pertencia ao rei e tinha o objetivo de conter as petições e queixas da população francesa. Vale ressaltar que este caderno poderia ser preenchido apenas por homens, visto que os problemas que eram percebidos pelas mulheres poderiam ser solucionados por seus pais, filhos e/ou maridos.

O historiador aponta que as mulheres se manifestaram nesses cadernos através de escritos anônimos e que esses solicitavam por mais educação, liberdade e igualdade de direitos em relação aos homens, direito ao divórcio, à propriedade e a maiores oportunidades de trabalho.

Outro momento em que as mulheres foram protagonistas ocorreu na grande marcha para Versalhes, a primeira manifestação política feminina ocorrida na Revolução. Tania Machado Morin (2014), a autora do livro: *“Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa”* ilustra que o fato foi encabeçado pelas vendedoras de peixe de Paris, cerca de sete mil mulheres que, armadas com machados, facas de cozinha, lanças rústicas e dois canhões, marcharam para Versalhes, a sede da Corte Real e da Assembléia Nacional, para protestar sobre o preço dos alimentos. Sobre esse acontecimento histórico, Morin (2014) afirma que

“(...) entre os integrantes (da marcha) havia meninas e mulheres que rezavam para a Virgem, conquistadores da Bastilha, operários (...), devedores libertados da Guarda Nacional armada, todos carregando símbolos de fome e colheita, despotismo derrotado e do poder armado da cidadania livre. Essas mulheres estavam ligando a tradição dos festivais religiosos com questões de subsistência e política”.

Observando o contexto de revolução, ainda sob um viés de luta feminina, nota-se que as mulheres estavam inseridas tanto em espaços que eram negados a elas, como também existiam espaços que eram reconhecidamente femininos, por exemplo, as feiras e os mercados. Em locais mais comerciais, as mulheres eram responsáveis por organizar, gerir esses espaços e administrar os câmbios econômicos, por meio do trabalho produtivo. No trabalho reprodutivo, eram as principais encarregadas do orçamento doméstico e da alimentação da família. Isso significa que quando houve o aumento desgovernado dos alimentos e a escassez de alguns deles, elas foram as primeiras a perceber, o que as torna imprescindíveis para o processo revolucionário (HOBSBAWM, 1996).

Após a grande marcha, as mulheres francesas passaram a acreditar que poderiam participar da reconstrução do país por meio da militância política, da organização de marchas e de protestos. Passaram a se organizar em associações de assistência para práticas de cuidado e realizar debates de temas políticos. Esses direitos das mulheres não eram vistos de forma igualitária pelos homens do governo. Alguns deles compactuavam com as idéias de Jean-Jacques Rousseau (1999), conforme apresentado acima, e outros ousaram levantar voz em favor das mulheres, mas essas vozes acabaram sendo sufocadas. Como observou o deputado francês Fabre d’Églantine a respeito da participação das mulheres nos clubes políticos: “Essas sociedades não são absolutamente compostas de mães de famílias, de moças de família, de irmãs que cuidam de seus irmãozinhos menores, e sim de uma

espécie de aventureiras, de cavaleiras andantes, de jovens emancipadas, de mocetonas de modos livres e soltos” (PERROT, 2009, p. 22).

Embora impedidas de direitos políticos na assembleia, as ações cotidianas de resistência passaram a ser cada vez mais frequentes. As mulheres tentaram fazer-se ouvidas com reivindicações por intermédio dos mais variados meios (panfletos, petições, jornais), ultrapassando assim os limites impostos à sua condição, ou seja, resistindo. O destino dessas mulheres, como se pode imaginar, foi traçado por suas ideologias, algumas delas consideradas anti-revolucionárias, desonrosas, loucas, e, até mesmo, sendo guilhotinadas. Deduz-se, segundo Morim (2014), que a ordem social dependia da domesticidade da mulher, que ela chama de “politicidade do sexo” ou “sexualização da política”. Sobre a perspectiva futura feminina dentro da revolução a autora (2014, p. 38) explica:

“Havia se estabelecido uma conexão entre a degradação da mulher, corrupção política, conspiração da aristocracia e enfraquecimento da sociedade francesa, o que gerou uma violenta reação moralista contra a ideia do poder social e político da mulher”.

Em nome da moral republicana era necessário “incentivar” que as militantes voltassem ao seu lugar familiar e privado e, mesmo que, poucas delas estivessem presentes no seio da vida política, precisavam ser exemplos de esposas e mães dedicadas à família, já que, “sem moral, não há república” (MORIM, 2014).

Dando continuidade à proposta do presente capítulo, de realizar uma linha do tempo sobre a mulher trabalhadora e seus processos de resistência, pode-se compreender que a Revolução Francesa marca a transição de um período histórico (Idade Moderna) para a Idade Contemporânea. Período que se estende desde os primórdios da Revolução até os dias de hoje.

1.2 Idade contemporânea: três ondas feministas , duas guerras mundiais e a sustentação da desigualdade de gênero.

Seguindo o curso histórico e re-contando alguns pontos, observa-se que o século XIX foi marcado por um intenso avanço no pensamento sobre a desigualdade de gênero e viu surgir os primeiros movimentos organizados na tentativa de transformar essa realidade. É neste período que o feminismo ganha força e passa a ser visto como uma ação política e organizada em relação à luta pelos direitos das mulheres. Especialmente na Inglaterra essa ideologia passa a ser marcada pela

crítica aos pensamentos de Jean-Jacques Rousseau (1999) que, dentre outras teorias, acreditava que o mundo externo (a política, a economia, o trabalho) eram de responsabilidade do homem e o mundo interno (a casa, a criação dos filhos) da mulher.

É importante fazer um parêntese na presente discussão para refletir que o feminismo, definido como uma reivindicação da igualdade de direitos entre homens e mulheres, não se trata de um movimento sexista pautado pela superioridade de um dos gêneros, mas de um movimento político e social. Discorrendo sobre essa luta e sobre como ela atravessa a subjetividade da mulher e da trabalhadora Cunha (2007, p. 04) aponta que

“O gênero não é apenas uma estrutura fundamental para a manutenção da ordem social existente; é também a chave da identidade pessoal dentro dela. A mudança de sua forma hierarquizada requer das mulheres - as principais interessadas em sua transformação - uma luta simultânea no plano simbólico-cultural, psicológico e sócio-político, que não é isenta de ambivalências, pois elas não estão fora da cultura e só podem agir a partir dela. Como toda dominação é uma usurpação de identidade, o primeiro passo é sempre a conquista (ou reconquista) da capacidade de se auto-definir. A visão dual tem sido uma característica dos integrantes de grupos oprimidos: significa ver o mundo ao mesmo tempo através dos próprios olhos e através dos olhos de outrem”.

Há de se reconhecer o caráter plural e histórico desse movimento uma vez que as diferentes mulheres e suas diferentes demandas o torna muito heterogêneo e diversificado. Se faz importante levantar essa questão visto que os primeiros movimentos eram comandados por mulheres brancas e de classe média, o que representa um recorte social desse momento da história.

Deste modo, o termo feminismo foi utilizado pela primeira vez por François Marie Charles Fourier em 1837, um pensador crítico à Revolução Francesa e da sociedade burguesa e cristã. Conhecido como socialista utópico, defendia a ideia de que o avanço da conquista da liberdade para as mulheres seria um suporte para o avanço de toda a sociedade.

A história do feminismo, a partir do século XIX, passa a ser contada por uma periodização de ondas, que não é nem uniforme e nem tão pouco contraditória. A primeira onda do feminismo, nas últimas décadas do século, que aconteceu na Inglaterra, surge inicialmente pela luta do direito ao voto e ao acesso igualitário à educação; as questões relacionadas à sexualidade e a posição da mulher dentro da família eram aquelas que encontravam maior resistência.

Neste ponto da história, alguns países da Europa e da América do Norte viam desenvolver as suas democracias e o princípio de um sistema parlamentar e republicano de organização política. Como se sabe, nesses sistemas os representantes, para atuar em cargos políticos, devem ser eleitos

por uma gama de cidadãos. Apesar da aparente democracia, alguns grupos minoritários (não em quantidade, mas em acesso aos direitos sociais - como apresentado na introdução) ficavam de fora da possibilidade de sufrágio, termo que do latim “*suffragium*” significa voto.

A organização social e política que ficou conhecida como movimento sufragista marca a primeira onda do feminismo na qual as mulheres brancas da classe burguesa reivindicavam por participação política, educação igualitária, divórcio e direito ao trabalho - importante se atentar para o fato de que as mulheres de baixas classes sociais já estavam trabalhando nas indústrias manufatureiras há pelo menos 200 anos (BORGES, 2020).

Este movimento, como resultado do desdobramento de uma dupla revolução (política e econômica), foi organizado em associações pelo sufrágio em diversos contextos sociais e possuía táticas de protestos muito distintas, com instrumentos de pressão pacíficas e legais. Nos Estados Unidos, a partir 1848, o mesmo era organizado por meio de assembléias, convenções e publicações de importantes documentos como a “Declaração dos direitos e sentimentos”, redigida por Elizabeth Stanton (1815-1902), um dos mais importantes nomes na luta pelo sufrágio. No Reino Unido, as manifestações se desenvolveram a partir de 1850, por meio da escrita de cartas a parlamentares, marchas e comícios (BORGES, 2020).

Aos poucos, a mulher passa a tomar consciência de sua importância social e política e a expressar suas reivindicações em âmbitos sociais. Essa mudança de chave - se assim podemos chamar - de forma mais consciente, passa a ser um dos fatores decisivos para o processo de emancipação feminina. Em relação à essa gradual mudança de perspectiva social da mulher e da trabalhadora, Santos (2011, p. 233) reflete que

“A divisão sexual do trabalho e a distribuição do poder e do prestígio a ele associado é, portanto, uma construção sócio-cultural que afirma e “justifica” a presença de preconceitos em nome de uma inferioridade biológica. Apesar da eficácia das ideologias que naturalizam estes preconceitos, as mulheres estavam cada vez ganhando espaço social com o trabalho, lutar contra estas idéias estabelecidas de inferioridade é louvável, pois é nesse momento em que há a gradual desconstrução dos preconceitos vindos de longa data”.

Paralelamente a essas manifestações, marcando também a primeira onda do feminismo, estavam as mulheres operárias organizadas em sindicatos e associações para reivindicar melhores condições de trabalho. Como dito anteriormente, após o período da Revolução Industrial, as mulheres passaram a atuar no setor fabril com condições de trabalho degradantes e salário intensamente inferiores aos dos homens.

Um movimento por melhores condições de trabalho estava atrelado à força de trabalho feminino nas indústrias e sua consequente condição precária de atuação. Em um contexto de pós revolução industrial, no segmento de produção têxtil, o trabalho era executado majoritariamente por mulheres. Todavia, ao mesmo tempo que a indústria fomenta um aumento da classe de mulheres trabalhadoras, impõe a elas um local com péssimas condições de trabalho, como: superlotação nas fábricas, extensas cargas horárias, baixa remuneração, instalações que não ofereciam segurança e saúde laboral e atividades repetitivas (HOBSBAWM, 1996).

Do ponto de vista das mulheres, devido ao histórico estabelecimento de uma divisão sexual do trabalho, no cerne do processo produtivo e fabril, pode-se falar ainda de uma constante vigilância feita pelo “capitalista”, baseada em uma suposta inferioridade intelectual do gênero e tendo como consequência intensas perseguições, espancamentos, assédios morais e sexuais.

Neste ponto, em pleno desenvolvimento do sistema capitalista, e de acordo com o “Manifesto Comunista” (MARX, 1848), pode-se pensar em um momento da história que foi ao mesmo tempo progressista e contraditório. De um lado, a industrialização, a urbanização, a valorização da ciência e a democratização dos direitos - para alguns - e de outro a exploração e a dominação de uma classe sobre as demais.

Portanto, no que se relaciona ao proletariado feminino, as reivindicações e os processos de resistência eram mais intensos quando comparados às mulheres sufragistas da classe média e o próprio direito ao voto possuía um significado mais amplo. Enquanto para as mulheres de classe média a luta representava o direito de exercer a cidadania, para as operárias se aliava à luta contra condições precárias de vida e trabalho. O papel político passa a ganhar significado na vida das mulheres e é a semente de um processo contínuo na mobilização pela luta por outros direitos.

Já na segunda metade do século XIX, as lutas por direitos civis, políticos e sociais se intensificaram e ganharam força por toda Europa e Estados Unidos, principalmente quando se pondera que a mulher foi incorporada como um meio de produção desde os primórdios da revolução. Ao discutir sobre essa militância feminina e sua organização em movimentos sociais, Perrot (1988) em “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros”, argumenta sobre o que podemos chamar de um importante traço de resistência da mulher contemporânea:

“Sua instauração (o feminismo) supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo e novas disciplinas. No entanto, o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas

de vida, e não absolutamente como autônomas, mas criando elas mesmas o movimento da história” (grifo meu).

A participação da mão de obra feminina do cerne da estrutura capitalista industrial não exclui a condição histórica de trabalho feminino de dona de casa. A autora acima referenciada relata que a industrialização não pretendia destruir a família, mas outrossim utilizá-la para reforçar seus próprios fins. O trabalho reprodutivo que é baseado nas funções domésticas e de cuidado, constitui uma grande quantidade de produção socialmente necessária para manter o sistema em pleno funcionamento. Deste modo, mesmo aquelas que exerciam os trabalhos extradomiciliares, continuam responsáveis pela manutenção da vida privada, atravessadas por todas as consequências de uma dupla jornada (PERROT, 1988).

Neste ponto, apesar de haver divergências históricas e cronológicas em relação ao acontecimento, vale ressaltar um fato histórico ocorrido no dia 08 de março de 1857. Operárias de uma fábrica de tecido em Nova Iorque entraram em greve para reivindicar direitos à salários equiparados aos homens, melhores condições de trabalho, direito à licença maternidade e redução da carga horária laboral. As trabalhadoras em greve foram trancadas dentro da fábrica e por meio de um incêndio (acidental para algumas fontes e criminal para outras) 129 trabalhadoras acabaram morrendo carbonizadas. Data esta que viria a ser oficializada pela Organização Das Nações Unidas - ONU como o “Dia Internacional da Mulher” apenas em 1975.

Dando continuidade na proposta histórica e analisando o contexto que permeia o século XX, é possível perceber que dentre os grandes movimentos sociais, um dos maiores deles era o das mulheres. Esses novos movimentos, para além da luta por questões no âmbito político e do mundo do trabalho, passaram a perpassar por perspectivas de classe social, raça e de gênero cada vez mais fundadas ideologicamente. Sobre a força dessas reivindicações, Cavalcanti (2005, p. 252) discorre que

“Da russa Alexandra Kollontai, primeira mulher a integrar um governo, em 1917, e escritora de “As bases sociais da questão da mulher”, à norte-americana e negra Rosa Parks, que em 1955 recusou-se a ceder o lugar a um branco em um ônibus do Alabama, deflagrando o movimento dos direitos civis, ou a Djamila Boupacha, heroína de guerra da independência argelina, ou a tantas outras, cujos nomes foram silenciados, mas cujas ações se tornaram inesquecíveis – exigindo inclusive uma revisão historiográfica – as mulheres – em distintos países e movimentos – pretenderam dar fim à exclusão social e ao “dever ser” a elas inculcado através das representações culturais, econômicas e políticas”.

Neste contexto, observa-se que a primeira Grande Guerra, além de impulsionar extremas mudanças, foi a responsável também por mobilizar diversos impulsos na luta pelos direitos das mulheres. Enquanto grandes quantidades de homens se deslocavam aos campos de batalha muitas posições essenciais ocupadas por eles nas indústrias acabaram ficando à disposição, o que levou as mulheres de classe média e alta a se deslocarem do mundo privado ao mundo do trabalho - lugar esse que já era ocupado pelas proletárias da classe baixa, há muito tempo. Centenas de mulheres passaram a ser empregadas nas indústrias armamentícias e bélicas, no setor de transporte, na agricultura e agropecuária e em cargos mais elevados no setor industrial, o que teria propiciado um princípio de emancipação feminina por meio da independência financeira.

Algumas delas estavam, inclusive, inseridas nos campos de batalha por meio de serviços gerais e de cuidado, atuando como enfermeiras, cozinheiras, motoristas e mecânicas. Mas foi apenas na segunda guerra que puderam, de fato, se alistar no exército. O movimento conhecido como *Queen Mary's Army Auxiliary Corps*, por exemplo, era um grupo feminino auxiliar do exército britânico que aliou mais de 100 mil mulheres às forças armadas na 1ª Guerra Mundial.

Ao olharmos para uma sociedade na qual a produção material determina o valor do sujeito e onde as mulheres atuavam fora da economia monetária por meio de trabalhos reprodutivos, pode-se inferir o porquê esse fato representou um avanço na história da resistência feminina. É possível se referir a esse contexto com uma relevância ainda maior quando observa-se que a história das guerras sempre foram contatadas por um viés masculinizado, sendo as mulheres deixadas à sombra da história.

Sobre a discussão da diferença de papéis sociais entre os homens e as mulheres, contadas no decorrer da história e trazendo à tona a conjuntura da Segunda Guerra Mundial, a autora do livro “A guerra não tem rosto de mulher”, Svetlana Aleksiévitch (2016, p. 08), discorre sobre a participação feminina no Exército Vermelho Sociético. Por meio de uma pesquisa de campo, ela entrevistou centenas de soldadas que lutaram na guerra e sua proposta era a de “ser uma historiadora da alma e falar sobre as guerras individuais das mulheres”, de modo a dar voz a pessoas que, por questão de gênero, eram excluídas do enredo social.

A poeta-jornalista Aleksiévitch (2016) discorre que tudo aquilo que sabemos da guerra, o sabemos por meio de vozes masculinas e

[...] já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Para minha mãe. Até as que estiveram no front estão caladas. Se de repente começam a

lembrar, contam não a guerra ‘feminina’, mas a ‘masculina’. Seguem o cânone (ALEKSIÉVITCH, 2016a, p. 12).

Ao reviver o contexto de guerra por meios das narrativas feitas nas entrevistas do presente livro, uma soldada soviética apresenta um discurso marcado, porque não dizer, por uma resistência ao contexto masculino

Me casei rapidamente. Um ano depois [da guerra]. Queria uma casa e uma família. Que a casa cheirasse a crianças pequenas. As primeiras fraldas eu cheirei, cheirei, não me cansava nunca. Cheiro de felicidade. Felicidade de mulher. Na guerra, não há cheiros femininos, são todos masculinos. A guerra tem cheiro de homem [Depoimento de Kládvia S-VA, franco atiradora] (ALEKSIÉVITCH, 2016a, p. 305).

Essas falas marcam uma condição social, que foi retratada durante todo esse percurso histórico do capítulo 1, de que as mulheres são seres biologicamente mais fracos e afeitos aos trabalhos domésticos. Exatamente por esse motivo, quase não haviam suspeitas de que elas pudessem resistir e subverter a ordem social assim como resistiram durante toda a história da humanidade. No holocausto também não seria diferente.

De um lado se faz relevante retratar a respeito do feminicídio sofrido pelas mulheres alemãs, visto que elas eram tidas como base ou obstáculo para a formação da raça pura ariana. Um programa lançado na Alemanha nazifascista chamado de Lebensborn, selecionava mulheres para servirem como reprodutoras da raça e sua capacidade de procriação era recompensada com “medalhas” em formas de cruz. Recebiam medalhas de ouro aquelas que tivessem oito filhos ou mais. Neste sentido, teria se tornado famosa uma frase de Hitler que relata: "Cada criança que uma mãe traz ao mundo significa uma batalha vencida para a continuidade do seu povo" (BORGES, 2020).

E de outro lado, mas com questões sociais e de gênero semelhantes, pode-se apontar para a histórias das mulheres judias que lutaram contra o nazismo. No livro intitulado “Hijas de la Resistencia - La Historia Desconocida de las Mujeres Que Lucharon Contra los Nazis” da historiadora Judy Batalion (2022) conta a história da resistência feminina durante a ditadura de Hitler. Por meio da biografia e luta de mulheres polonesas a autora expressa como elas morreram em combates, contrabandearam armas, invadiram rodovias alemãs e até mataram agentes da Gestapo.

No contexto de segunda guerra, alterações significativas se fizeram presentes nos âmbitos econômicos, políticos e relacionais, o que levou os estados a assumirem novas perspectivas em relação à disposição de recursos materiais e humanos, tanto para a própria guerra, quanto para a vida

e o trabalho. Elas “não apenas ‘provaram’ que poderiam fazer qualquer trabalho, como também jogaram por terra muitos mitos sobre as mulheres trabalhadoras” (BOSTON, 1980, p. 185).

Ações altamente coordenadas passam a ser desenvolvidas em relação à mulher trabalhadora, visto que em período de guerra sua força de trabalho era essencial para a manutenção da economia, havendo uma rápida transformação no papel social da mulher e na própria ideia de trabalho feminino.

No sentido de não enfraquecer a produção econômica, este movimento acaba por demandar do estado capitalista uma reorganização material de modo a assumir algumas funções domésticas e poder melhor utilizar a mão-de-obra da trabalhadora. A reorganização envolveu a criação de creches, escolas, lavanderias e restaurantes comunitários, na qual pela primeira vez instaurou-se esses serviços como responsabilidade estatal, e não por meio de iniciativa privada. Esses serviços eram realizados na sua grande maioria por mulheres que, por conta de alguma condição, não podiam assumir as atividades fabris (BOSTON, 1980).

Olhando para essas movimentações por uma perspectiva de resistência, e por meio de mulheres trabalhadoras que iam se organizando em sindicatos, houveram alterações que transformaram os ambientes de trabalho. Modificações físicas nas fábricas como lavatórios, cantinas, dormitórios iam tornando o espaço da fábrica mais adequado à trabalhadora e à mãe-trabalhadora. Algumas fábricas da Inglaterra e dos Estados Unidos passaram a instituir o trabalho de meio período para mulheres que eram mães, para que se dedicassem também aos serviços domésticos. Outra medida importante, na Inglaterra, por exemplo, foi a readequação dos horários de funcionamento dos comércios, sendo instituído em acordo com os industriais e os donos de estabelecimentos, o “horário de compra” ampliado para que as trabalhadoras pudessem usufruir desses serviços quando saíssem do trabalho (BOSTON, 1980).

Olhando para a resistência da mulher durante as duas primeiras guerras e demais revoluções na qual tiveram um papel significativo, seja de forma direta ou indireta, Bessis (2000, p. 238) faz uma relação com essas atuações e os movimentos sociais femininos, apontando que “a intimidade que sempre tiveram com as revoluções raramente as recompensou, e foi ao lutarem por seus próprios direitos que elas efetivamente alcançaram suas maiores vitórias”.

Portanto, com o fim da segunda guerra e da instituição do que ficou conhecido como estado de bem estar social há de se perguntar como teria ficado a situação da mulher trabalhadora e seus

processos de resistência por meios de novos movimentos sociais, principalmente no que pode-se chamar de segunda onda do feminismo.

O feminismo possui uma relevância social e política que transformou os movimentos sociais da época e trouxe significativas transformações para os valores culturais no mundo ocidental, a partir da década de 1970. Dependendo do lugar onde o movimento acontecia e das conjunturas que vivia o país na época, o feminismo assumia uma expressão e vertente diferente, como movimento anti-racistas, luta por melhores e igualitárias condições de trabalho, possibilidade de uma maior expressão política, debates acadêmicos, acesso e igualdade aos meios de comunicação, liberdade de orientação sexual, justiça social e criação de políticas públicas que estivessem voltadas às mulheres (CAVALCANTI, 2005).

Ao caracterizar a 2ª onda do feminismo Cavalcanti (2005, p. 258) reflete

“De radical a uma nuance relativista, o feminismo foi um movimento social ativo, orientado para a promoção constante da mudança social em prol da inclusão de sujeitos históricos relegados e destituídos de um efetivo exercício em favor da cidadania social. Em essência, sua configuração e suas manifestações foram se moldando com o intuito de responder às transformações da sociedade e de outras expressões sociais com as quais tinham proximidade”.

Pode-se pensar na força dessa 2ª onda do feminismo relacionado ao fato de uma visão mais holística do mundo social, cultural, político, econômico e psicológico, buscando superar o dualismo de gênero que escreveu quase toda a história da humanidade, mesmo sabendo esse dualismo opera até hoje de forma muito opressiva.

Essa nova vertente do feminismo que possui um formato bem mais parecido ao que vemos hoje, podendo ser chamada de luta contra a moral tradicional, reivindicava, dentre diversas outras causas políticas e sociais, a legalização do aborto, do divórcio e o reconhecimento do sexo casual. Sua mobilização girava em torno de uma militância aos valores tradicionais relacionados à matrimônio e família - o que condiz com as condições que as mulheres e trabalhadoras foram submetidas ao longo de toda a história da humanidade. Neste movimento, uma das principais pensadoras foi Simone de Beauvoir (1995) que defendia que a moral tradicional é uma estrutura de poder. Ao ser perguntada sobre “o que é ser mulher?” Beauvoir (1995, pg. 125) propôs: *“Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas”*.

A partir daqui, o movimento feminista ganha força com proporções mundiais fazendo com que o papel social da mulher e da trabalhadora fossem, aos poucos, repensados e ressignificados. Destaca-se neste período a editora estadunidense Katharine Graham que foi a primeira editora mulher do século 20; no ano de 1972 a primeira mulher a se tornar CEO (Chief Executive Officer) de uma empresa de grande porte; e a cantora e compositora norte-americana Aretha Franklin, que no ano de 1987 foi a primeira mulher a entrar para a Calçada da Fama.

Estes fatos, aliados a tantos outros de cunho político e social, representaram amplas conquistas para a mulher trabalhadora, no entanto, é preciso discutir sobre o que Roediger (2008, p. 39) chamou de “brancura do trabalho” e “ponto cego masculino”, na qual associa o mundo do trabalho ao homem branco e, quando não é muito mais recente, à mulher branca e dominante. Não se pode deixar de lado, nessa presente discussão, que existe uma imbricação entre raça, gênero e classe social que operam dentro da sociedade capitalista marginalizando determinados grupos. Deste modo, vale destacar que o trabalho informal de mulheres pretas, imigrantes e/ou pobres (quando não em regime de escravidão) sustentava o trabalho formal das mulheres brancas (HIRATA, 2015).

Aliada a essa discussão sobre a imbricação de categorias (raça, gênero e classe social), é possível refletir sobre a 3ª onda do feminismo, iniciada a partir dos anos 1990. Ela foi um movimento contrário ao ultra conservadorismo das últimas décadas e mostrava que a desigualdade de gênero não estava superada, além de discutir temas como heteronormatividade e interseccionalidade. O primeiro tema foi baseado na publicação do livro de Judith Butler (1990) intitulado *“Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”*, em que faz uma discussão sobre gênero, corpo, sexo desejos e uma relação de poder baseada na ideia de que comportamentos devem ser pautados nas imposições de papéis sociais de cada gênero.

As transformações advindas do contexto supracitado teriam reflexos profundos nas próximas décadas para a vida da mulher e da trabalhadora. Novas perspectivas sobre a mulher no mercado de trabalho, alcançadas, sobretudo, pelo apogeu da era da informação, da globalização e da sociedade capitalista neoliberal propiciaram modos de vida alternativos aos convencionais, impactando o campo psicológico e social das trabalhadoras e gerando uma nova organização subjetiva, menos centrada, menos presa a projetos de longo prazo, mais superficial e mais ágil.

1.3 Anos 2000: da liberdade da sociedade do desempenho ao confinamento do “Novo normal”

A era tecnológica traz consigo um novo modo de relacionamento do sujeito com o trabalho caracterizado por uma conotação mais breve, imediatista e superficial. A transformação advém de uma condição de aceleração do tempo e alargamento dos espaços geográfico e social, em que tudo se torna imediatamente presente. Como produto da contemporaneidade, a sociabilidade e as modalidades de trabalho têm acompanhado essas transformações (BAUMAM, 1998).

Os processos de resistência feminina no mundo do trabalho, a remodelação da estrutura familiar e a modernização da sociedade, vem contribuindo para a individualização do sujeito e uma consequente invasão do universo do trabalho, aos espaços familiares e privados.

Todas essas transformações acarretaram forte impacto no mundo do trabalho. O sujeito disciplinar, em Foucault (1999), é substituído pelo sujeito do desempenho, em Han (2015), com o objetivo de elevar a produtividade. Este sujeito do desempenho estaria “livre” de um domínio externo que o obriga a trabalhar e o explora, passando a ser “soberano e senhor de si mesmo” (HAN, 2015, p.16). O trabalho em excesso e o alto índice de desempenho para mostrar produtividade se faz por meio de uma auto exploração com um falso sentimento de liberdade.

Pois bem, onde estariam as mulheres trabalhadoras nessa conjuntura?

Pode-se problematizar essa questão com o que a feminista Falquet (2008, p. 128) denomina de “sexagem do trabalho”, na qual além da força de trabalho há a apropriação dos corpos e da sexualidade feminina. Quando pensamos na mulher trabalhadora dos anos 2000, devemos colocar à frente “a discussão de trabalho precário, essa apropriação conjunta dos corpos das mulheres e de suas forças de trabalho que se relaciona à condição histórica da desvalorização das trabalhadoras, a quem a precarização sempre foi uma realidade” (SILVA, 2018, pg. 337).

Percebe-se aqui que há uma contradição nos movimentos sociais da mulher, pois ao passo que a era da globalização e do neoliberalismo vai se intensificando (criticando a regulação estatal), esses movimentos também ganham força e se correspondem, quando ambos se pautam pela busca da liberdade - ou uma falsa sensação dela, como dito acima. Deste modo, à medida que as reivindicações do feminismo coincidem com a ideologia liberal, isto também se instala no mundo do trabalho, conforme afirma Standing (2014, pg. 87)

“A feminização do trabalho surge, assim, como um duplo movimento, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, mas também e sobretudo, a extensão assustadora das

condições de exploração e sujeição, que historicamente pertencem às mulheres, alargada à toda a esfera de produção, possíveis pela introdução de uma série de prerrogativas da gestão sobre a organização e as condições de trabalho, próprias das políticas neoliberais”.

Há, portanto, uma intensificação do trabalho feminino, com avanços, transformações e conquistas, mas uma carga diária de trabalho produtivo e reprodutivo que é marcado por diversas consequências físicas e psicológicas. Uma pesquisa publicada pelo Caderno Brasileiro de Saúde Mental de 2013 apontou, por exemplo, que de todos os usuários de medicamentos psiquiátricos naquele ano, cerca de 74% eram mulheres trabalhadoras com os mais variados tipos de transtornos.

Aqui mora a contradição: ao lutar por libertação e igualdade de direitos, a mulher continua a viver uma realidade de opressão. Fazendo uma analogia a esse resgate histórico proposto pela pesquisa, é possível constatar que a mulher sempre esteve “presa” ao lar, mesmo não estando nele. A imposição social de antigamente era a de que o homem deveria se preocupar com questões de ordem pública, enquanto a mulher se preocupava com o privado (trabalhos domésticos e a criação dos filhos), já em tempos atuais a mulher se responsabiliza pela casa e pelo trabalho.

Sobre esse contexto, aponta-se, por fim, para uma provável quarta onda do feminismo que vai de encontro ao apogeu das redes sociais na atualidade, sendo que os temas centrais em discussão dizem respeito à violência, em todas suas formas, à representatividade e à sororidade (um conceito que pressupõe um aliança entre as mulheres em prol de uma mesma causa). Dois fatos que merecem destaque em relação a este momento dizem respeito a duas eleições presidenciais ocorridas uma nos Estados Unidos, em 2017, e outra, no Brasil de 2018.

Em 2017 aconteceu uma manifestação histórica de mulheres em diversas cidades norte-americanas que reagia à eleição do presidente Donald Trump em relação a posicionamentos misóginos e ultraconservadores em relação à mulher e até mesmo à trabalhadora. Essa mobilização culminou no movimento #MeeToo (eu também) na qual acusações de assédio e violência contra homens de grande poder econômico e social foram deflagradas. Já no ano de 2018, no Brasil, às vésperas de eleições presidenciais, as mulheres brasileiras realizaram o movimento conhecido por #Elenão no qual criticavam o posicionamento do, então, candidato à presidência Jair Bolsonaro, frente ao gênero feminino - o movimento é conhecido como a maior mobilização social feminina do país (demais processos de resistência que ocorrem em solo brasileiro estão descritos no subcapítulo posterior).

Assim, optou-se por articular as ondas do feminismo nessa discussão, visto que pode-se pensar nesse movimento como um dos maiores atos de resistência das mulheres ao longo do tempo frente às adversidades sociais, políticas e econômicas, estando ele, de certa forma, intimamente relacionado à vida da mulher trabalhadora.

Deste modo, acredita-se ser importante olhar para todo esse cenário em tempos de uma pandemia global, na qual expôs ainda mais as dificuldades enfrentadas por algumas mulheres para trabalhar. A crise mundial de saúde propiciada pelo avanço do Covid-19 torna-se o maior desafio sanitário do século, devido à alta taxa de transmissão e à falta de um sistema público de saúde que pudesse acolher a grande demanda gerada pela pandemia. A recomendação de isolamento social e, em casos mais extremos, do confinamento total (*lockdown*), passa a ser uma das medidas de maior destaque da Organização Mundial da Saúde (OMS) para estabilizar a curva epidemiológica de contágio e, por consequência, modifica as relações sociais, principalmente aquelas voltadas à vida e à saúde da trabalhadora (LEITE, 2020).

Simone de Beauvoir (1995) adverte que “(...) *basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida*”(pg, 75) e, portanto, a crise instaurada no cenário atual, o chamado “novo normal”, traz consigo alterações das dinâmicas de vida, trabalho, cuidado e relacionamentos sociais. A prática de trabalho em *home office* (utilizada por muitas empresas durante a pandemia), por exemplo, produziu um conflito na relação de trabalho e vida familiar para a mulher trabalhadora.

Leite (2020) apresenta que o confinamento aliado ao trabalho e à vida doméstica que se sobrepôs no mesmo lugar, implicou em níveis elevados de estresse e diversos outros distúrbios emocionais. Neste contexto, a vida pública e privada se misturou, ao passo que o trabalho invadiu o íntimo dos lares. Sobre essa confusão de papéis sociais e de espaços geográficos baseados no *home office* durante a pandemia do Covid-19 e marcados por uma experiência subjetiva contraditória, Castro et al. (2020, pg. 36) apresenta

“Só nos sentimos protegidas dentro de nossas casas e tudo que vem de fora parece ameaçador, ao mesmo tempo em que tudo que queremos, é estar fora. Nossas práticas e experiências são marcadas por construções coletivas, para o coletivo que agora é ameaçador, mas também ameaçado. Voltamos para o cuidado individual, familiar, tendo a certeza de que esse cuidado de si é o cuidado com o outro. É uma dança, de ir e vir, e a tentativa de entender a distância necessária, e a presença importante e militante em tempos de crise. Habitamos o paradoxo”.

1.4 *“Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça”*: a resistência feminina no Brasil

Partindo de um cotidiano marcado por um rígido controle e impregnado de um suporte ideológico de submissão e dominação patriarcal, se faz muito importante para essa discussão compreender como todo esse processo se deu no nosso solo, pois a resistência, assim como a opressão, estão vinculadas às contingências, portanto ao tempo e ao espaço, como bem nos mostra Santos (1996) ao discutir as verticalidades (informações, determinações, ordenamentos globalizantes) e as horizontalidades (as relações cotidianas contíguas que nos permitam ressignificar as verticalidades).

Tendo isso nos faz pensar que, em nosso país, esses processos assumem particularidades muito importantes para uma compreensão mais efetiva de nosso objeto. Inicialmente é essencial estabelecer o fato de que o Brasil é um país marcado por uma miscigenação étnica e cultural e que as relações de gênero, classe e raça atravessam o seu cenário ao longo da história.

A proposta aqui não é a de trazer toda uma historiografia da resistência feminina no Brasil, visto que este objetivo valeria um capítulo apenas para essa discussão, mas o de re-tratar que as mulheres nativas, fossem elas negras, européias ou mulatas foram percebidas durante a história brasileira como seres naturalmente mais frágeis que os homens, que precisavam se submeter a condições de submissão, controle e, até mesmo, escravidão. Lembrando sempre, que em relação às mulheres escravizadas, essa fragilidade era percebida, ou mesmo tomada em consideração, somente em relação direta com o sexo oposto, numa perspectiva biológica e fenotípica do macho como modelo de força. E com relação a inferioridade, considerando o machismo e o racismo estrutural atingiam a todas, mas principalmente as mulheres pretas.

Essa submissão, assim como destacado em outros pontos dessa reflexão, se pautava em ideologias da Igreja Católica e que davam sustentação, entre outras coisas, à então monarquia presente em nosso país. Não desconsideremos também o fato de que os portugueses eram etnocêntricos e essa ideologia impunha formas de organização social, controle e adestramento que precisam ser implantadas para civilizar os costumes do Novo Mundo, principalmente quando se tratava das mulheres “selvagens”.

Em seu livro “Histórias íntimas” a autora Del Priore (2011, p.25) discorre que :

“É importante destacar que parte do contingente feminino, a quem tanto o Estado quanto a Igreja ultramarina se dirigiram, recomendando que se casasse e constituíssem famílias,

chegava aos homens pelo caminho da exploração ou da escravização, acentuando, assim, nas suas desigualdades, as relações de gênero. Tais diferenças foram importantes na constituição dos papéis femininos e serviram para a fabricação de estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial e mais tarde incorporados pela historiografia”.

Com a chegada dos escravos no Brasil em meados dos séculos XVI e XVII a mulher negra passa a fazer parte de um cenário de desigualdade, exploração e violência física, psicológica e sexual. Ainda de acordo com Del Priore (2011, p. 27) pode-se inferir que “adestrar a mulher fazia parte de um processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo também de colonização”.

Deste modo, optou-se por fazer esta reflexão inicial para trazer ao leitor a ideia de que essa pesquisa não nega o histórico de perseguição e resistência da mulher brasileira desde os tempos de colonização e escravidão, já que a história do Brasil e o cotidiano das mulheres brasileiras tem muito a nos dizer sobre relações hierárquicas, superestruturas ideológicas de sustentação de opressão, luta e resistência. Porém, optou-se por realizar uma reflexão mais ancorada a partir da mulher moderna brasileira, sem desconsiderar que todo esse processo histórico (colonial e escravista) a “moldou”. Para tanto, a proposta é apresentar algumas trajetórias e conquistas importantes para a mulher no Brasil e a forma como isso impactou o mundo das trabalhadoras, lastreados por referenciais teóricos que consideram a história da mulher, no Brasil, para que possamos nos dedicar aqui a tratar de um período mais recente, que contextualiza de maneira suficiente (para nossos objetivos) o nosso objeto.

Iniciemos esse re-contar histórico da mulher moderna brasileira, apresentando uma lei criada em 15 de outubro de 1827 (conhecida como Lei Geral) que sancionou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares do Império. Apesar do fato de explanar que as mulheres tinham uma capacidade intelectual inferior à dos homens e de propor escolas e currículos diferenciados, esta lei promulgou que as mulheres no Brasil fossem autorizadas a ingressar nos colégios e pudessem estudar para além do ensino primário.

Dando início às reflexões sobre o feminismo no Brasil no ano de 1832, a autora Nísia Floresta publica o livro “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens” e este foi considerado o pioneiro sobre as discussões da naturalização da superioridade masculina. Nísia (pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto) foi forçada a se casar com 13 anos e pouco tempo depois teria abandonado este primeiro marido e seus escritos se baseiam na luta pelo direito de escolha das mulheres ao matrimônio e em uma preocupação voltada à educação das mulheres brasileiras. Esta

preocupação é exposta em outro livro publicado em 1853 o “Opúsculo humanitário”, na qual ela expõe:

“Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado - emancipação da mulher -, nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?”.

Pois bem, a história do feminismo no Brasil é contada de diversas maneiras e sob várias formas de narrativas e isso diz muito sobre seu caráter singular e ao mesmo tempo plural. O movimento possui características contraditórias visto que relatam a história das mulheres no Brasil desde o século XIX, histórias essas com conquistas cotidianas muito sutis, mas também muito importantes. Assim, o movimento não se narra mediante uma conjuntura linear mas de acordo com alguns marcos históricos importantes que aconteceram na história do país e que serão brevemente aqui citados.

Pondera-se, que havia toda uma “maquinaria” ideológica que se desenhava com o propósito de manter a ordem patriarcal. Um exemplo dessa contradição foi uma publicação realizada pelo no Jornal do Desterro (cidade que posteriormente viria a ser Florianópolis) um jornal do Comércio de 1888 que dizia respeito aos dez mandamentos da mulher brasileira e que deveriam ser lidos por elas doze vezes ao dia. Essa publicação deixa evidente sua submissão à figura do homem:

“1º Amai a vosso marido sobre todas as coisas; 2º Não lhe jureis falso; 3º Preparai-lhe dias de festa; 4º Amai-o mais do que a vosso pai e a vossa mãe; 5º Não o atormenteis com exigências, caprichos e amuos; 6º Não o enganeis; 7º Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis este com futilidades; 8º Não resmungueis, nem finjais ataques nervosos; 9º Não desejeis mais do que um próximo e que este seja o teu marido; 10º Não exijais luxo e não vos detenhais diante das vitrines. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1888, in TORNARA, 2004)”

Movimentações como essa mostram que a resistência da mulher no Brasil não deveria ser marcada, apenas, por lutas políticas, econômicas e profissionais, estando também atravessadas por questões de ordem privada, além das mais variadas formas de dominação.

Voltando às sutis conquistas femininas no Brasil reitera-se que a possibilidade de ingressar no ensino básico se deu em 1832, mas foi apenas por volta de 1890 que elas tiveram a oportunidade de ingressar no ensino superior, já que de acordo com Louro (2006) a modernização da sociedade brasileira e o processo de reorganização das famílias levou à necessidade de ofertar o ensino também

às mulheres. Ou seja, não foi algo baseado na garantia de seus direitos, mas um processo que sempre visou a sustentação econômica e material.

Em pouco tempo as escolas de formação de docentes, criadas no Brasil no final de século XIX para ambos os gêneros, formavam mais mulheres do que homens. Como é de se esperar, houve certa divergência de opiniões durante esse processo. De um lado, aqueles que acreditavam que a mulher não detinha das capacidades intelectuais suficientes para educar outras pessoas pois possuíam cérebros pouco desenvolvidos. E de outro lado aqueles que opinavam que as mulheres tinham uma inclinação natural ao processo de cuidado e ensino e não havia ninguém melhor do que elas para passar os conhecimentos a outras pessoas (LOURO, 2006).

Tanto a opinião de um lado, como a do outro, corroboram com ideias biológicas e naturalistas voltadas ao gênero feminino. Levando em consideração as divergentes opiniões, salienta-se que elas deram início ao que podemos chamar de “feminização do magistério” que foi o tornando como um processo natural de um dos gêneros (LOURO, 2006).

O trabalho feminino, que se intensificava dentro das escolas, nas fábricas e nos comércios passou a ser indispensável para manutenção dos meios de produção, mas mesmo assim eram exercidos em paralelo às atividades domésticas, sempre tida como a mais importante e vista como local sagrado. Por não haver uma legislação que regulamentasse os direitos do trabalho feminino, sua crescente incorporação no mercado brasileiro lhes oferecia as atividades menos especializadas e mal remuneradas. Este contexto era marcado por péssimas condições de trabalho, exigidos controles disciplinares e explorações físicas e sexuais diversas (RAGO, 2006).

De acordo com Rago (2006) neste período (final do século XIX e início do século XX) inicia-se uma discussão no Brasil sobre o trabalho da mulher fora do lar. Algumas práticas higienistas que marcaram o país nesta época viam esse movimento como uma condição de degradação da família moderna. A autora problematiza:

“De que modo as mulheres que passavam a trabalhar durante todo o dia, ou mesmo parcialmente, poderiam se ocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos? O que seria de nossas crianças, futuros cidadãos da pátria, abandonados nos anos mais importantes de formação do seu caráter? (RAGO, 2006, p. 588)”.

Essa perspectiva de naturalização do espaço doméstico e de outras demandas de cuidado como responsabilidade da mulher se torna cada vez mais séria e preocupante no contexto da história brasileira, pois, de forma imbricada, naturaliza também a discriminação, a superioridade e até

mesmo a violência; isto porque que naturaliza alguns comportamentos e mecanismo de controle tornando difícil enxergar a mulher também como uma figura pública, política e detentora de direitos. Quando se diz, por exemplo, das mulheres trabalhadoras, suas lutas e conquistas, a história brasileira dispõe de poucos registros desde a colonização até o século XX. E não que isso não tenha acontecido, mas que a histórica “tradicional” sempre foi contada pelos homens, deixando a elas um papel secundário (RAGO, 2006).

Ao pensarmos nas conquistas femininas quando relacionadas à esfera pública, principalmente em um cenário de amplas transformações políticas, podemos citar a criação do primeiro Partido Republicano Feminino que aconteceu no ano de 1910, após 20 anos da Proclamação da República. De acordo com dados históricos do Tribunal Eleitoral Brasileiro, voltados para a valorização das mulheres na política, o partido foi criado pela sufragista Leolinda de Figueiredo Daltro e tinha como intenção iniciar as mobilizações pelo direito ao voto feminino. O primeiro partido feminista do Brasil foi criado no estado do Rio de Janeiro e criticava a ausência do direito ao voto feminino na Constituição de 1891. Quem era contra o voto feminino argumentava que assegurar o voto feminino seria decretar o fim das famílias brasileiras.

Tendo como inspiração o movimento sufragista norte americano, a partido realizava manifestações pacíficas no sentido de reivindicar o direito ao voto, melhores e igualitárias condições de trabalho e educação. No ano de 1922 ele foi substituído pela “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, sendo a primeira organização formal pelo direito ao voto da mulher. Essa associação passa ser liderada pela feminista Bertha Lutz, um dos maiores nomes brasileiros na luta pela equidade de direitos entre os gêneros.

O movimento feminista brasileiro pelo direito ao voto ia avançando e atingindo grande parte dos estados, sendo o Rio Grande do Norte o pioneiro nessa conjuntura. O mesmo promulgou uma Lei Estadual nº 660 de 25 de outubro de 1927 que garantia o voto feminino, fato que passou a ser refletido e, por que não dizer, problematizado em todo o país. Com essa aprovação, a primeira mulher a solicitar seu alistamento eleitoral foi a professora Celina Guimarães, sendo a primeira mulher brasileira e também a primeira latino americana a se alistar para votar.

O estado do Rio Grande do Norte também foi o precursor de um outro avanço significativo da história das mulheres na política. No ano de 1928 houve uma eleição na cidade de Lages - RN na qual Alzira Soriano se candidatou à prefeita da cidade e foi eleita com 60% dos votos. Ela acabou

ficando à frente da prefeitura de Lages apenas por dois anos, visto que não concordava com os posicionamentos do governo Vargas (o qual chamava de machista) com a Revolução de 1930.

Vale ressaltar que durante o período que se convencionou-se chamar de Era Vargas (1930-1945) as questões ideológicas do presente governo eram marcadas por um viés autoritário, de valorização do trabalho e da família tradicional. Portanto, algumas conquistas femininas durante esse período podem ser compreendidas por alguns teóricos com uma perspectiva de busca ou construção de “igualdade”, mas se deram no sentido de sustentar a organização social e estatal (ESTEVES, 2020).

Neste contexto, o feminismo se movimentava cada vez mais e as ações como as descritas acima, pelas sufragistas, passaram a ser muito frequentes. No ano de 1932, por meio do Decreto nº 21.076 na gestão do então presidente Getúlio Vargas, uma nova história passa a ser escrita no Código Eleitoral brasileiro. No presente decreto o voto passa a ser obrigatório e secreto e são extintas as restrições de voto quanto ao gênero. A mulher passa a ter direito ao sufrágio e o Brasil é o primeiro país da América Latina a “oferecer” esse direito. Em seu artigo 2º o decreto sanciona que: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste código”. Se pensarmos que as discussões sobre o direito ao voto se iniciaram com movimentos sociais femininos, podemos analisar esse fato com um importante traço de resistência (ESTEVES, 2020).

Levando em consideração que a Era Vargas, durante o período ditatorial do Estado Novo foi um momento de pressões, ameaças e um rígido controle estatal o fato da mulher brasileira intensificar sua participação política e sua participação no mundo do trabalho mostra que

“(…) elas permaneciam escrevendo a história de nosso país e conquistando seu lugar ao sol, seja na luta explícita contra os governos, dentro do próprio sistema ou através da coragem em sair da zona de conforto que a sociedade determinou para ela, sair de seus lares e assumir postos de trabalho” (ESTEVES, 2020, p. 22).

Quanto à mulher no mercado de trabalho durante o governo de Vargas podemos citar uma conquista baseada na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 em seu artigo nº 121 alínea 1 que sanciona a “proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil”. Entende-se que, por mais que na prática ações de desigualdade salarial quanto ao gênero continuem sendo amplamente frequentes, o fato dessa proibição estar promulgada na constituição representa um avanço.

É importante citar também a criação do Decreto do Trabalho das Mulheres que ocorreu no mesmo ano, documento este que definiu a licença maternidade, a proibição de diferença salarial (baseado na constituição) e o adicional de trabalho em período noturno, entre outras normativas sobre o trabalho feminino no Brasil. Há, portanto, contradições no que diz respeito a essas legislações criadas na época visto que algumas normativas proibiam a participação de mulheres em atividades que não condizem com sua condição física.

Voltemos um pouco à Bertha Lutz como a figura principal da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada desde 1910, e analisemos como esse movimento foi importante para a mulher nesse período. A professora Tereza Cristina de Novais Marques (2016) da Universidade de Brasília, ao estudar sobre a história de Lutz, aponta que ela foi se aproximando de Vargas de forma proposital para conquistar direitos às mulheres. Ela reflete que

“Lutz percorreu um caminho político e pessoal, partindo da posição de observadora da cena, convicta de uma visão pública liberal e democrática, até se tornar uma figura próxima a Vargas e de seu projeto de centralização do poder, não porque a feminista tivesse abraçado o autoritarismo como solução para o conflito político, mas porque percebeu que, ao ocupar espaços políticos no Estado, poderia influir na definição de políticas públicas de interesse das mulheres, inclusive das feministas” (MARQUES, 2016, p.11 apud ESTEVES, 2020).

Atuar ativamente de forma política e social dentro do próprio sistema, conforme o fez Lutz agindo no campo do outro em benefício próprio, representa um grande traço de resistência e de antidisciplina.

Há de se perceber e refletir que no âmago dessas transformações modernas que aconteciam no solo brasileiro e suas adequações para o universo capitalista no século XX, houve a necessidade também que se alterasse as concepções de família existentes até então. A mulher que antes se restringia ao universo privado passou a ocupar espaços coletivos, o que levou à criação de decretos e normas que “regulamentassem” sua presença na sociedade.

Deste modo, foi criado o “Estatuto da Família” em 1941 e o “Estatuto da Mulher Casada” em 1962 que mantinham um ideia de família patriarcal (advinda desde o período colonial). Porém, este último estatuto traz uma conquista visto que permite que a mulher casada não precise mais da autorização do seu marido para trabalhar. O mesmo promulga o direito para mulher à herança e à guarda dos filhos em caso de separação conjugal.

Levando em consideração essas singelas conquistas trazidas até aqui, é necessário refletir que eles não são baseadas em uma consciência de apoio social e pela igualdade entre os gêneros, por parte dos governos do Brasil, mas sim por um ideário de sustentação da família enquanto mantenedora de um sistema produtivo e reprodutivo do capital (RAGO, 2006)

Faz-se necessário destacar que no mesmo ano da instituição do Estatuto da Mulher Casada chegou ao Brasil pela primeira vez a pílula anticoncepcional. Apesar de se tratar de um método polêmico entre os discursos feministas atuais e essa pesquisa não negar esses discursos - no que diz respeito a questões hormonais e de saúde da mulher - podemos considerar que na época isso representava um processo de resistência quanto a autonomia da mulher sobre direitos reprodutivos e liberdade sexual.

Continuando esse re-pensar histórico nacional, não podemos deixar de tratar sobre o feminino no período da Ditadura Militar, já que as representações sobre a mulher estabeleceram uma ideologia simbólica de diferença entre os sexos e as hierarquizou transformando-as em desigualdades. Sobre esse processo de hierarquização das diferenças de gênero Colling (2004, p. 02) aponta que

“A distinção entre o público e o privado estabelece a separação do poder. O silêncio sobre a história das mulheres advém de sua não participação na arena pública, espaço da política por excelência. Neste sentido, a história da repressão durante o período da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder”.

As mulheres brasileiras ao entrarem em um espaço público, político, autoritário e masculino que foi o contexto da ditadura militar ousaram resistir em movimentos pela redemocratização do país. Deste modo, essas mulheres militantes e políticas quando vistas pela história tradicional eram encaradas por um viés “desviante” do aceito pelo padrão de normalidade. Ainda de acordo com Colling (2004, p. 06), que traz uma reflexão importante sobre esse viés

“A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como ‘Putá Comunista’. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico”.

Optou-se por referenciar Colling (2004) nesses pontos acima visto que percebemos que sua análise sobre mulheres na ditadura militar no Brasil perpassa algumas questões teóricas de suma importância para compreender esse sujeito. Ao discutir sobre as representações do feminino, o desmerecimento social e político dado à mulher brasileira, a dicotomia entre público e privado e algumas relações de poder e saber que envolvem a questão de gênero, ela afirma que nos acostumamos em relacionar a luta pela redemocratização do país como uma luta pela liberdade (apenas), mas a verdade é que “a questão de gênero perpassa a questão social e a questão política”. E continua apontando que “homens e mulheres esquecem que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças”.

Sobre essa conjuntura podemos citar a criação da Comissão Nacional da Verdade, desenvolvida pela ex-presidente Dilma Rousseff com o intuito de esclarecer e compreender os fatos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988. Em seu Relatório Final a presente comissão reconheceu 434 mortes por causas políticas, estimando que um número considerável dessas mortes foram de mulheres.

Rago (2001) discute que os mecanismos de repressão e morte brutalizam intensamente o homem, mas maltratam duplamente as mulheres visto que são imbricados com as questões de gênero, supremacia e poder. Sobre essa questão, em um texto criado para o site “Memórias da Ditadura” a escritora Karla Pereira discute que

“Quando o corpo feminino ou a dita feminilidade era aproveitada na estratégia de resistência, as mulheres estavam em ações de espionagem, de observação, apoio, pois poderiam se camuflar mais facilmente na multidão. De todas as formas, as mulheres colaboraram na derrubada do Regime Militar e de todas as formas foram mortas, violadas, torturadas e humilhadas. As perversões nos porões da ditadura foram o exercício do mais alto nível de misoginia. O acesso ao corpo da mulher, nas torturas, foi experimentado por homens que expressaram toda a força do patriarcado, todo ódio pela insubmissão daquelas mulheres que ousaram questionar o lugar que a sociedade lhes reservou”.

Algumas dessas histórias de resistência presentes na Comissão Nacional da Verdade (acima citada) são reveladas por meio de discursos e experiências pessoais que às vezes são esquecidas ou relegadas. Algumas mulheres que sofriam torturas não possuíam nenhuma “acusação” importante de militância ou resistência, mas eram violentadas apenas por não seguir os padrões esperados do que é “ser mulher”. Podemos citar um trecho da jornalista Rose Nogueira in (MADEIRA & OLIVEIRA, 2019), presa em 1969, discurso este que está contido na Comissão da Verdade.

“Me virou de costas, me pegando pela cintura e começaram os beliscões nas nádegas, nas costas, com o vestido levantado. Um outro segurava meus braços, minha cabeça, me dobrando sobre a mesa. Eu chorava, gritava, e eles riam muito, gritavam palavrões. Só pararam quando viram o sangue escorrer nas minhas pernas”.

Deste modo, podemos pensar que a luta pela redemocratização, principalmente quando falamos em luta pela anistia política, apesar de sempre ser conhecida como uma luta de homens, também é marcada por uma oposição à “ordem social” comandada por mulheres. Cresciam grandes organizações e movimentos em favor da democracia e de lutas políticas, mas que também eram pautadas por uma luta por liberdade da mulher, tomada, ainda, como ser naturalmente inferior. Lutavam também por melhores condições de trabalho, pelo direito ao próprio corpo, dentre outras causas, nas quais podemos citar: o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação (MNUCDR), o Centro da Mulher Brasileira (CMB), o Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS) e o Movimento Feminino pela Anistia (MADEIRA & OLVEIRA, 2019).

Falar de resistência feminina na época da ditadura, nos remete à criação do Ato Institucional nº 5 que legalizou a censura no Brasil para todas as coisas que eram consideradas fora de um suposto padrão de normalidade, instituído pelos militares. Neste sentido, a mulher artista brasileira se colocou como símbolo de resistência frente a um silenciamento de suas vozes e produções. Por meio da arte, as mulheres adentravam nos espaços de revolução e mantinham o sentimento de resistir frente a um contexto opressor. Podemos citar a autora Cassandra Rios, que teve 33 dos seus 36 livros vedados durante a época da ditadura, por possuir um conteúdo erótico que feria o conservadorismo imposto. Citamos também a cantora Nara Leão, que na música “Opinião” expõe claramente sua disposição para resistir, mesmo sob a violência: *“Podem me prender, podem me bater, podem até deixar-me sem comer, que eu não mudo de opinião(...)”* (MADEIRA & OLVEIRA, 2019).

Caminhando nesse re-contar histórico, o próximo ponto de extrema relevância é apontar para um processo de abertura política no Brasil, após o declínio do golpe militar de 64, e o estabelecimento de um sistema político democrático. Neste sentido, as primeiras medidas foram a revogação do AI-5, o decreto de anistia política e a possibilidade de criação de novos partidos.

Entre os anos de 1983 e 1984, as mulheres se organizaram em movimentos feministas em relação à campanha pelas “Diretas Já”, que exigia o direito do cidadão brasileiro escolher quem seria seu presidente. Esses movimentos eram articulados mediante a falta de representatividade das

mulheres em meios políticos. Um ato nomeado “Mulheres pelas Diretas e pelos Direitos” além de reivindicar questões políticas reitera diversas pautas feministas, inclusive aquelas voltadas à mulher trabalhadora.

Tendo sido eleito o primeiro presidente após período ditatorial, o país iniciou a discussão que contemplou a criação da Constituição de 1988, a conhecida Constituição Cidadã, que teve impactos para a vida das mulheres brasileiras, mediando o desenvolvimento de um discurso mais democrático. A Constituição, além de propor a ampliação de diversos direitos sociais, traz em seu bojo a inclusão dos direitos das minorias, grupos que historicamente foram relegados à margem da sociedade brasileira - entre eles o das mulheres.

Neste ínterim, cita-se o artigo nº 5

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”

Ao marcar a transição democrática do país e simbolizar a institucionalização dos direitos humanos (até os dias de hoje), a promulgação desses artigos com uma “suposta igualdade” de gênero se mostra com extrema relevância para a mulher brasileira. Segundo Leila Linhares Barsted (2001, p. 35) a mulher teve papel preponderante também na criação das legislações, ao passo que

“ (...) o movimento feminista brasileiro foi um ator fundamental nesse processo de mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. (...) De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc”.

A Constituição Cidadã, deste modo, se apresenta como um avanço na luta e na resistência das mulheres brasileiras. Alguns ganhos que consideramos essenciais para essa discussão são: a) princípio da isonomia, homens e mulheres iguais perante à lei no que concerne à família, ao trabalho e à vida civil; b) conquistas nos direitos humanos, como o direito à inviolabilidade íntima e a permanência dos filhos com a presidiária no período de amamentação; c) garantia de direitos sociais - educação, cultura, esporte, lazer; d) garantia de direitos políticos, como votar e ser votada; e) direito à seguridade social; f) direito à propriedade privada; g) direitos conjugais passam a ser

exercidos de maneira igualitária entre o casal, além de ser reconhecida a união estável como entidade familiar e a constituição de diversos núcleos de formação familiar; h) por fim, cita-se de forma preponderante para essa proposta, a conquista dos direitos trabalhistas como a licença gestante e a proibição de diferença de salário ou quaisquer tipos de discriminação em decorrência do gênero. (PRIORI, 2011).

É importante citar que no mesmo ano da promulgação da Constituição Federal é criada a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM), no estado de São Paulo, que objetivava ações de proteção e investigação de crimes de discriminação e violência contra a mulher por meio de uma escuta mais especializada.

Com os anos 1990 veio o que se convencionou chamar de 3º onda do feminismo no Brasil. Ela é marcada por uma transformação do feminismo por meio de uma atuação mais especializada profissionalmente, adquirindo um modelo de organização técnica e passando a basear suas lutas e discursos em propostas de políticas públicas para as mulheres. Iniciam-se discussões muito ampliadas, por exemplo, nos âmbitos jurídicos, sociais e de saúde da mulher, ao passo que emergem reflexões sobre os direitos reprodutivos, ginecologia e obstetrícia. Ressaltamos que a questão da violência contra a mulher também passa a ser olhada de forma mais abrangente, com atendimentos em delegacias próprias e propostas em políticas de saúde com atenção e escuta mais especializada (OLIVEIRA, 2000).

Esses atendimentos mais ampliados aos casos de violência foi permitindo que se tornassem visíveis o mecanismo estrutural e relacional da opressão, caminhando para os intrincados problemas nas relações de gênero. O feminismo da década de 1990 no Brasil ia se defrontando com conflitos de tensões em relação à violência contra a mulher, visto que não se trata de uma problemática simples de resolver. Foi por meio de muita resistência que se abriu espaços para discussões naquilo de Pierre Bourdieu denominou de “violência simbólica”, uma “internalização (inconsciente) do discurso do dominador pelo dominado, que o faz cúmplice de sua própria dominação” (SARTI, 2004).

Trouxemos essas discussões sobre os processos de dominação, sexualidade e violência contra a mulher na sociedade brasileira baseada nos grupos feministas para iniciarmos a reflexão de como esse contexto refletiu na vida da mulher nos anos 2000.

Foi apenas no início do século XXI, por exemplo, com a alteração do Código Civil brasileiro, que foi extinguido o artigo que colocava a “falta de virgindade” como motivo para anulação do

casamento. Essa alteração, que ocorreu no ano de 2002, eliminou vários artigos que eram considerados sexistas e machistas e estavam em vigor desde o ano de 1916.

Ao pensarmos em discussões que envolvem processos de autonomia feminina nas suas mais diversas faces e em uma luta constante com a equidade de gênero, é de suma importância que olhemos para os programas de transferência de renda no Brasil e como eles, de certa forma, são contraditórios. Procuramos dar mais ênfase ao Programa Bolsa Família - PBF, criado por meio da Lei nº10.836, de 09 de janeiro de 2004. Dentre os diversos objetivos do programa, um deles diz respeito a um “estímulo pela emancipação das famílias”, portanto faz-se necessário olhar como a figura feminina exerce ideologicamente um papel preponderante para tal.

Reflexões realizadas sobre os programas de transferência e sua articulação à questão de gênero, fundamentam suas críticas baseadas na ideia de que há uma utilização instrumental e ideológica das mulheres que se refletem em três características: 1) a definição da titularidade feminina do benefício; 2) a exigência de condicionalidades; e 3) sua incapacidade para ampliar as possibilidades de escolhas individuais femininas (COSTA, 2008).

Em relação à primeira característica, sabe-se que a articulação dos objetivos e das condicionalidades do PBF são geridos por um programa social do governo federal chamado de Cadastro Único, na qual é a base de dados utilizados na seleção, triagem e manutenção dos beneficiários desse programa de transferência de renda. Dados de julho de 2016, disponibilizados pelo site do programa e que datam das atualizações mais recentes, apontam que 27 milhões de famílias se encontram cadastradas.

Pois bem, segundo os decretos que regulamentam esse cadastramento, as informações devem ser coletadas por um responsável pela constituição familiar (RF) que tenha mais de 16 anos e seja, preferencialmente, do sexo feminino; essa RF deve ser também a pessoa responsável por sacar e gerir o dinheiro do programa. Segundo uma pesquisa do ano de 2017 realizada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, denominada: *“Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?”*, essa opção pela titularidade preferencialmente feminina

“(...) decorre da definição legal já existente nos programas de transferência de renda condicionada, anteriores ao PBF, e por ele unificados em 2003. Sob a ótica conceitual, essa opção ratifica a perspectiva já existente nesses programas, e embasada em análises empíricas sobre os gastos domiciliares, de que a transferência monetária direta à mulher reforça sua utilização em prol de toda a família. Hoje, 92% das famílias beneficiárias têm mulheres como titulares (dados de julho de 2016)”.

O fato torna claro a perspectiva de que trabalhar com a equidade de gênero não faz parte dos objetivos do programa, portanto, sobre essa contradição, há duas vertentes que se estabelecem. De uma lado, uma crítica sobre a naturalização do cuidado e a ampliação da eficácia dessas políticas públicas mediante um uso material da mulher pelo estado. E de outro lado, uma visão que se respalda na autonomia feminina e em uma maior tomada de decisão dentro do contexto familiar que se sustenta pelo acesso de renda à titular, lugar tradicionalmente ocupado pela figura masculina (COSTA, 2008).

A segunda característica crítica sobre os programas de transferência de renda e a questão de gênero retro apresentada por Costa (2008), diz respeito às condicionalidades do programa. Vale ressaltar, de acordo com os dados disponíveis pelo sistema do Cadastro Único, que as condicionalidades para o recebimento da renda são: cumprimento do calendário nacional de vacinação, acompanhamento nutricional das crianças, frequência escolar regular e cadastro atualizado. Façamos um paralelo das discussões levantadas acima (sobre a titularidade feminina e sua responsabilização na gestão da renda), com as exigências de contrapartida nas áreas de educação e saúde, de modo que essas exigências ficam consequentemente sob a responsabilidade da mulher, ou seja, intensifica-se a naturalização do cuidado sobre a mulher e à mãe.

Em relação à terceira característica, ainda segundo Costa (2008), o Estado objetivaria potencializar a política pública a partir do papel natural da mulher dentro de uma família. De acordo com a pesquisa do IPEA (2017, p. 12) “apesar de não incorporar explicitamente uma perspectiva de gênero em seu desenho, no sentido de ter como objetivo a autonomia das mulheres, por exemplo, o PBF (ao dar preferência às mulheres na titularidade do cartão como forma de ampliar a eficácia do programa) embutiria e fortaleceria um viés de gênero”. A crítica em relação à essa perspectiva nos remete ao fato de que esse programa de transferência de renda (apesar de ter em seu bojo a proposta de autonomia das famílias) acaba por intensificar a divisão sexual do trabalho que coloca na mulher o papel do cuidado e no homem o viés de trabalho produtivo (RAGO, 2006).

Vale explicitar que toda essa discussão não objetiva trazer um viés de positivo ou negativo ao programa, até porque essa pesquisa busca negar toda e qualquer proposta dualista, mas sim refletir que as ações políticas sempre estão imbricadas com questões sociais e de gênero.

Partindo para um olhar sobre o mercado de trabalho, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostram que nos anos 2000 o trabalho feminino é marcado por avanços e

retrocessos. Por volta de 2005 houve uma diminuição no desemprego feminino no Brasil que caiu de 12,3% para 8,3%, ao passo que o desemprego masculino foi de 7,8% para 4,7%. Ao analisarmos um contexto marcado por jornadas duplas e triplas de trabalho e por uma diferença significativa de salário quando comparado o mesmo cargo entre os gêneros, podemos pensar que o desemprego entre as mulheres continua sendo o dobro. Os mesmos dados da PNAD, mediados entre os anos de 2003-2012, apresentam que mesmo as mulheres sendo em média mais escolarizadas que os homens, há uma distância significativa entre a remuneração média, além das trabalhadoras continuarem tendo sua presença majoritariamente em ocupações mais precárias e informais. A pesquisa conclui que:

“A reversão desse quadro passa pela elaboração de políticas públicas voltadas ao fomento da formalização do emprego para ambos os sexos, pelo fornecimento de serviços de apoio ao cuidado infantil, pela conscientização da necessidade da participação masculina nas responsabilidades domésticas e pelo alargamento das demandas coletivas atreladas à questão de gênero”.

Voltando à linha do tempo, na proposta desse re-contar histórico, não é possível falar da história da resistência feminina no Brasil, sem falar da Lei nº 11.340 sancionada no dia 22 de setembro de 2006, a lei Maria da Penha. Com o objetivo de proteger a mulher nas mais várias formas de violência e de resguardá-la quanto às consequências dessas, ela é reconhecida mundialmente e representa uma das conquistas mais importantes para a mulher brasileira. Em seu artigo nº 05, a lei explica que não se trata “apenas” de uma ação de violência cometida contra a mulher, mas todas aquelas levadas a efeito em decorrência do gênero, ou seja, se tratando o gênero de uma construção social, podemos entender que a lei busca superar os determinismos biológicos.

De acordo com Silva Júnior (2006, p. 27), o conceito de violência, esplanada pela lei, nos remete a ideia de que:

“(...) violência baseada no gênero é aquela praticada pelo homem contra a mulher que revele uma concepção masculina de dominação social (patriarcado), propiciada por relações culturalmente desiguais entre os sexos, nas quais o masculino define sua identidade social como superior à feminina, estabelecendo uma relação de poder e submissão que chega mesmo ao domínio do corpo da mulher.”

Sendo um dos maiores marcos na luta das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero, a lei tipifica a violência, apresenta as medidas criminais de punição ao agressor, expõe sobre

as medidas protetivas à integridade física e psíquica da mulher, bem como a garantia de seus direitos sociais e jurídicos e, ainda, trata sobre prevenção à discriminação baseada em gênero.

Para ilustrar ações cotidianas de resistência da mulher no Brasil, por meio deste breve relato, optamos por buscar dados que julgamos importantes, como uma pesquisa realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que foi intitulada: *“Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010”*, realizada em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM). Neste ano, em média, 37,5% das famílias analisadas (50,0 milhões de famílias) tinham a mulher como responsável familiar e a sua contribuição para o rendimento financeiro da casa era de 40,9%. Em relação ao trabalho, o índice de atividade passou de 50,1% para 54,6% e o índice de inserção em trabalho formal passou de 51,3% para 57,9%; vale ressaltar que a disparidade de salários continua ser um índice considerável (as mulheres em 2010 no Brasil ganhavam em média 68% do salário dos homens).

Uma proporção que também vale a pena ser apresentada diz respeito à quantidade de mulheres com ao menos um filho, taxa esta que teve uma queda de aproximadamente 6 pontos percentuais. Em relação a perspectivas habitacionais, no ano de 2010 a mulher tinha cerca de 38,7% das casas sob propriedade dela, esse fato se torna importante quando comparado ao ano de 2000, na qual apenas 6,7% das casas eram de mulheres. Porém, ressalta-se que desses domicílios nas quais a mulher é responsável, 28,3% não possuíam saneamento básico adequado. Nos termos educacionais, durante esse período, havia um contingente maior de mulheres inscritas em cursos universitários (cerca de 57,1%), ressaltando, todavia, que elas apresentavam formação nas áreas consideradas pela pesquisa de menor rendimento financeiro.

Optamos por mencionar apenas os dados do Censo de 2010 que são pertinentes para o objetivo dessa pesquisa e que são atravessados por questões familiares, de maternidade, de habitação, de educação, de trabalho e, é claro, de gênero. Porém, a pesquisa do IBGE explana sobre diversas outras questões de extrema relevância social imbricadas com as questões de gênero e que ainda são reverberadas com a classe e a raça das mulheres brasileiras.

Em relação ao ano de 2010, no âmbito político, é de suma importância citarmos que Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ser eleita democraticamente como presidente do Brasil e que seu primeiro mandato foi aquele que nomeou o maior número de mulheres ministras. Pondera-se que no mesmo ano, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, o eleitorado brasileiro era representado por 51,8% de mulheres, a primeira vez na história com eleitorado de maioria feminina.

Diversos levantamentos nessa pesquisa foram se desenrolando em relação ao ano de 2010 visto que eram crescentes as discussões a respeito da equidade de gênero no país. Uma proposta de análise nesse sentido é desenvolvida desde de 2006 pelo Fórum Econômico Mundial, chamada de *Global Gender Gap*, um indicador que mede o alcance da desigualdade entre homens e mulheres e que busca analisar o acesso à educação, à saúde, à participação econômica e política das mulheres dentro de uma nação. No ano de 2010 o Brasil se situava no 81º no ranking em uma análise de 134 países - apenas fazendo um comparativo no ano de 2020 ele estava na posição 92º e em 2022 na posição 94º.

Um estudo publicado pela ONU Mulheres intitulado “*O progresso das Mulheres no Brasil*” (2011, p. 83) reflete sobre o desempenho do país nos indicadores do *Global Gender Gap*:

“Um dos fatores a justificar o lamentável desempenho do Brasil no que se refere à reduzida participação política das mulheres diz respeito à dicotomia entre os espaços público e privado. Ao longo da história atribuiu-se às mulheres a esfera privada – os cuidados com o marido, com os filhos e com os afazeres domésticos – enquanto aos homens foi confiada a esfera pública. Nas últimas três décadas, no entanto, testemunha-se a crescente democratização do domínio público, com a significativa participação de mulheres, ainda remanescendo o desafio de democratizar o domínio privado – o que não só permitiria o maior envolvimento de homens na vivência familiar com um grande ganho aos filhos(as), mas também a maior participação política de mulheres, culminando na parceria entre homens e mulheres na gestão pública, em igualdade e complementariedade, propiciando um enriquecimento mútuo a partir de suas diferenças”.

A reflexão levantada pela pesquisa, da necessidade de democratizar o domínio privado, em suma, a casa, nos faz pensar nas desigualdades encontradas na divisão sexual do trabalho em atividade reprodutivas que acaba por estabelecer trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, atribuindo um valor social distinto para esses trabalhos.

Sigamos um pouco mais adiante analisando três leis que foram criadas nos anos de 2015, 2018 e 2021 que, apesar de não garantirem a proteção integral da mulher, mostram a força do movimento feminista no Brasil. Por meio da Lei nº 13.104/2015 a constituição federal passa a reconhecer o feminicídio como um crime de homicídio qualificado, a Lei nº 13.718/2018 considera crime toda ação que envolva importunação sexual e a Lei nº 14.192/2021 estabelece normas para punir e prevenir a violência política contra a mulher. Refletimos sobre esses avanços citando novamente o estudo publicado pela ONU Mulheres (acima referenciado) que discorre que

“Até mesmo quando as proteções e garantias legais se fazem presentes, os braços do Estado não são suficientemente longos para neutralizar as profundas tradições culturais, que continuam relegando as preocupações das mulheres à esfera privada. Os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda tão entranhados que a implementação de leis que desafiam a subordinação “naturalizada” das mulheres tornou-se um desafio crítico no país”.

Esse desafio crítico torna-se um pouco mais intenso quando há a candidatura do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no ano de 2019, visto que se trata de uma figura pública com uma reconhecida aversão às pautas que envolvam os direitos fundamentais das minorias. Isso pode ser constatado no desmonte de diversas políticas públicas existentes - não querendo dizer que essas eram suficientes. Um exemplo disso foi a drástica redução no orçamento do Ministério da Mulher, contabilizado no seu menor índice desde de 2004. Além disso, não descartamos os diversos posicionamentos públicos, alguns deles inclusive em pronunciamentos oficiais, com declarado viés sexista e misógino.

Esses fatos aliados à crise econômica e social (propiciada também pela crise sanitária da pandemia do Covid-19) afetou sobremaneira a vida das mulheres e das trabalhadoras do país. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2020, o Brasil sofreu uma perda de 480,3 mil empregos formais, sendo que destes 462,9 mil (96,4%) eram ocupados por mulheres. Neste cenário, aponta-se para o que Leite (2020) chamou de “feminização da fome” nas quais de acordo com a relação acima 47% das mulheres que são responsáveis familiares não tinham dinheiro para comprar comida.

Entendemos, portanto, que diferentemente das mulheres que perderam o seu emprego durante a pandemia e tiveram que vivenciar as vulnerabilidades sociais, que o público alvo dessa pesquisa se trata de mulheres trabalhadoras que representam um certo recorte social, sendo este mais privilegiado e, por vezes, não sendo atravessado com as questões sociais descritas acima de forma tão intensa quanto demais recortes da sociedade brasileira. Porém, entendemos que alguns atravessamentos políticos, sociais e, até mesmo, psicológicos são vivenciados pelas mulheres trabalhadoras que tiveram suas casas invadidas pelo trabalho em decorrência das transformações da sociedade atual, e posteriormente de uma pandemia global.

Deste modo, conciliar o tempo entre as atividades profissionais, os cuidados com a família e as tarefas domésticas tornou-se um dos maiores desafios para as trabalhadoras em regime de *home office* durante a pandemia. No entanto, levando em consideração todo esse levantamento histórico (que expõe uma milenar disparidade entre os gêneros mas uma ação cotidiana resistente da mulher frente aos atravessamentos históricos, políticos, econômicos e sociais), os efeitos da invasão da casa

pelo trabalho são diferentes para homens e mulheres. Sabe-se que as dificuldades para conciliar as atividades de uma dupla e às vezes tripla jornada podem gerar impactos para a saúde física e mental das trabalhadoras e, sendo este o objetivo de análise dessa pesquisa, a proposta é discuti-lo nos capítulos subsequentes.

Até aqui, o leitor pode estar se indagando sobre a proposta de re-contar a história da resistência feminina na luta da mulher pelo trabalho e sobre o porquê de voltar desde o início para esse objetivo. Entendemos que, conforme foi dito no começo deste subcapítulo, repensar a história é abrir um campo de possibilidades e reinvenções sobre ela e também sobre nós mesmas. Pois olhar para os processos históricos é também olhar para minha história. Segundo Colling (2004, p. 09)

“Para uma história das mulheres é imprescindível que a história seja entendida como resultado de interpretações que têm como fundo relações de poder. O caráter de construção da história nos permite desconstruir e reinventar a história, inclusive o papel dos homens e das mulheres na sociedade. Assim a história passa a ser vista como um campo de possibilidades para vários sujeitos historicamente constituídos; lugar de lutas e de resistências”.

A historiadora e feminista brasileira Margareth Rago (2014) em *“Narrar o passado, Repensar a história”* nos remete à ideia de que para saber quem somos é necessário saber de onde viemos. O ato de repensar a história, segundo ela, vem perdendo certos enviesamentos tradicionais e propondo novas reflexões históricas e novas desconstruções de um passado dominante, propondo diálogos “(im)possíveis” nas tramas dos discursos e nas práticas cotidianas. Ela (2014, p. 09) problematiza que “(...) cada vez mais procuramos conhecer um determinado objeto histórico muito mais como construção do que como realidade dada, historicizando as práticas que o engendraram, e incorporando, ao mesmo tempo, a dimensão da subjetividade tanto dos protagonistas, quanto do próprio historiador”.

Respondendo, portanto, o possível questionamento do leitor que pode estar se perguntando, *‘seria necessário voltar até a idade moderna para falar de home office?’*, refletimos que os fatos não existem isoladamente, no sentido de que todos eles foram sendo tecidos na trama da história; fatos esses que envolvem o *home office*, a resistência feminina e, principalmente, o mundo do trabalho. Essa tecelagem acontece por meio de uma mistura humana, com causas materiais, na palavra, no cotidiano, na vida. Finalizemos com Foucault (1978) em *“História da Loucura na Idade Clássica”*, que também volta ao início mas se torna atemporal:

“Gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se fragmentasse, se repetisse, se simulasse, se desdobrasse, desaparecesse enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez reivindicar o direito de ser o seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro deveria ser”.

Portanto, finalizando o objetivo de re-contar a história por meio da resistência, em uma proposta que vai desde o início da modernidade até a pandemia do Covid-19, perpassando sobre as discussões da mulher brasileira, a reflexão que fica desta re-leitura é: Onde e por quanto tempo mais será necessário que a mulher resista?

CAPÍTULO 2

Condição histórica do *home-office* e a dinâmica do trabalho vinculado ao lar

Ao fazer um resgate histórico dos processos de resistência da mulher e da luta pelo trabalho no capítulo 1, buscamos paralelamente levantar a condição histórica do *home office* em um contexto de análise que contemple a casa, a sociedade, o universo do trabalho e as questões de gênero que as envolvem, de modo a procurar refletir como esses processos vêm atravessando a subjetividade da mulher trabalhadora.

Pensar na subjetividade requer o entendimento de que a mesma é um fenômeno mediado por diversas mudanças socioeconômicas, ou seja, não pretende-se olhar para a subjetividade como algo natural ou próprio da liberdade de um sujeito singular, mas sim sobre algo que é criado, mantido e transformado pela dinâmica da história, da qual o sujeito participa ativamente. Em relação à constituição dos sujeitos sociais, existem expectativas de comportamento e definições preexistentes que caracterizam a sua identidade. Não uma identidade singular, mas uma identidade social, na qual a construção do “eu” se faz na interação.

O processo no qual o sujeito constitui sua identidade e se percebe como ser-no-mundo foi amplamente afetado pela reconfiguração social capitalista e cabe aqui uma introdução inicial que caracterize a sociedade atual do trabalho para posteriormente buscar compreender a experiência subjetiva da trabalhadora em *home office*.

2.1 - Sociedade atual: a materialização do trabalho precário?

A configuração social baseada no modo de produção capitalista afeta as relações materiais e sociais e essas, por consequência, produzem a noção de singularidade, não sendo a “consciência que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1859, p. 47).

Dentre diversas transformações acarretadas pelo modo de produção capitalista, constituído sobretudo pela separação do trabalhador dos meios de produção, pode-se citar a fragmentação e a especialização do trabalho, que segundo Lukács (1923, pg. 98), é “transformado em realidade

cotidiana durável e intransponível, de modo que, nesse caso, a personalidade torna-se o espectador impotente de tudo o que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho” .

Para que essas mudanças mobilizassem cada vez mais as relações sociais e a própria subjetividade da trabalhadora seria necessário que o disciplinamento do trabalho em Foucault (1999) fosse substituído pelo desempenho em Han (2015), com o objetivo de exacerbar a produtividade. Segundo a reflexão trazida por Han (2015), houve uma mudança de paradigma na qual o poder disciplinador passa a ser substituído por uma afirmação do desempenho, visto que a negatividade que atravessa as estruturas de poder acaba por impedir o crescimento produtivo. Marcada por uma carência dos vínculos afetivos e uma fragmentação social, a sociedade do desempenho torna “livre” o sujeito das amarras do poder, sendo este obrigado obedecer apenas a ele mesmo. Não por uma condição imperativa do poder, mas pela alta pressão social pelo desempenho.

Em uma lógica em que o sujeito passa a ser “agressor e vítima ao mesmo tempo” (HAN, 2015, p.15), há uma exploração de si mesmo baseada no excesso de trabalho e produtividade, um conflito consigo mesmo que gera uma falsa sensação de liberdade. Deste modo, esta auto-exploração traz como consequência um importante atravessamento na subjetividade da trabalhadora (os adoecimentos psíquicos) na qual ainda segundo Han (2015) “(...) o que torna doente, na realidade, não é o excesso de responsabilidade e iniciativa, mas o imperativo do desempenho como um novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho”.

A intensificação do sentimento de liberdade e uma total permissividade individual, faz crescer a sensação de insegurança e produz uma profunda descrença do sujeito com o mundo, gerando tantas marcas na subjetividade como aquelas baseadas em um controle excessivo. Aquilo que pode-se intitular como “ansiedade pós-moderna” se baseia na ideia de que o “poder tudo” é tão angustiante como o “poder nada” (HAN, 2015).

Toda essa movimentação acontece de forma singular para o sujeito e se manifesta como se fosse fruto de impulsos internos a ele, mas são sentimentos que não são reconhecidos pela pessoa que os sente, visto que se baseiam em constructos sociais, produzindo a alienação e a exploração de si mesmo. Essa sensação subjetiva além de afetar a construção da identidade transforma também a maneira como o sujeito lida com os outros - com o coletivo -, o que nos leva a refletir que a sociedade do desempenho pode ser também caracterizada como a sociedade do individualismo.

Para discutir o individualismo optou-se por referenciar o que Zygmunt Bauman (2001) chamou de Modernidade Líquida. Segundo ele, no período histórico anterior ao atual, o sujeito possuía certa solidez que se baseava nas estruturas de poder propostas por Foucault (1999) e que poderia gerar certa segurança coletiva frente às adversidades pessoais. Tais estruturas teriam se liquefeito “jogando aos indivíduos a solitária responsabilidade pelos seus problemas” (BAUMAN, 2001).

Vive-se uma era, baseada sobretudo na globalização, nas tecnologias de informação e comunicação e na ideologia neoliberal, na qual o indivíduo não possui mais um lugar pré-estabelecido e nem estruturas de controle na qual ele possa se referenciar, mas sim uma concepção de liberdade para lutar com seus próprios meios e se inserir numa sociedade cada vez mais competitiva e seletiva.

Na era da liquidez, em que tudo se torna bem comercializável (inclusive a felicidade e o bem estar pessoal), o poder não mais se materializa na disciplina da fábrica e nas estruturas de controle social, o poder é “extraterritorial” expondo todos os lugares possíveis à ação efetiva e contraditória da globalização econômica do mercado capitalista.

Para Bauman (2001), a subjetividade e as experiências individuais, no período em que ele chama de Modernidade Sólida, era uma construção feita para durar. Já no período atual, há uma reflexão realizada por ele, na qual o sujeito líquido é continuamente montado e desmontado. Ele critica que

“O aspecto funcional dessa identidade fabricada e portátil é que ela pode ser descartada no momento em que se tornar inconveniente. Quando não estiver mais feliz com o seu “eu”, self, o indivíduo pode descartá-lo e comprar um novo no mercado de produtos de estilo. Mais fácil para uma felicidade continuamente buscada, visto que se pode fabricar “eus” distintos quando for necessário e dependendo do poder de compra do consumidor (BAUMAN, 2001).

Neste sentido, as reflexões acima não objetivam levantar a dicotomia de bom e ruim, ou seja, que a modernidade sólida era uma sociedade boa e de referência e que a líquida não o é, apenas utilizar dessa problemática trazida pelo sociólogo para buscar compreender como esse contexto atual afeta a vida dos sujeitos e das trabalhadoras.

Pois bem, como tudo se torna um bem passível de ser vendido e comprado, há uma liquidez e irrelevância no que existe no mundo atual. Bauman (2001) faz a analogia de que a identidade do sujeito não possui raízes mas sim âncoras, o que reverbera intensamente na forma como o indivíduo

lida com o outro, pois, se as identidades são como navios que ora ancoram aqui e ora acolá, a coletividade são os portos, apenas locais de passagem. O que traz a ideia de que a identidade e as próprias relações sociais são inconsistentes e descartáveis, apenas aguardando um produto mais moderno para serem substituídas e transformadas.

Bauman (2004), caracteriza as relações humanas a partir de uma fragilização e flexibilização de vínculos o que denomina de “amor líquido”. Ele retoma algumas discussões a respeito da importância dos relacionamentos e do próprio sentimento de amor para apontar que atualmente o sujeito vive em uma contradição, já que as relações são hoje reconfiguradas obedecendo aos princípios do consumismo, caracterizado mais pelo uso e pelo descarte frenético de bens do que pelo próprio significado do vínculo social. Aqui reiteramos a ideia trazida acima de que a sociedade atual é a sociedade do individualismo, da solidão.

Neste ponto e baseado nisso, observa-se uma crescente dos relacionamentos virtuais, já que eles podem ser tecidos e desfeitos com mais facilidade. As tecnologias de informação e comunicação não são as responsáveis por isso, mas contribuíram sobremaneira para o afrouxamento das relações. Sobre esta fragilidade dos laços sociais e a consequente individualização, o sociólogo aponta que “as relações liquefeitas se desfazem ao término do interesse que as mantinha, pois vínculos e compromissos são considerados grilhões que impedem diferentes consumos” (BAUMAN, 2004).

Nesta lógica, o outro não apenas é descartável quando não serve mais ao interesse pessoal, como também é um concorrente frente à realidade de mercado. É neste sentido que se dá o conceito de “consumo de si próprio” (Bauman, 2004), visto que na sociedade de consumidores, primeiramente é preciso se tornar uma mercadoria vendável e posteriormente “colocar à venda” todos os outros atributos particulares: as decisões individuais, os aspectos subjetivos, as capacidades psíquicas, a liberdade e a própria força de trabalho. Rodrigues & Lacerda (2019) discorrem que

“A intensificação do individualismo na sociedade burguesa se expressou na autonomização cada vez maior da subjetividade. Autonomização nesse sentido aponta para o isolamento da subjetividade constituída a partir de configurações psíquicas inerentes ao sistema capitalista, que passa a ser não apenas uma forma socioeconômica, mas sobretudo uma determinada forma de psiquismo, e que tem como mudança decisiva a subtração da autodeterminação do sujeito, de modo a restringir sua capacidade de ação”.

Partindo dessa discussão sobre a sociedade do desempenho e do individualismo pode-se refletir sobre como esse contexto afeta o mundo do trabalho, principalmente quando diz respeito ao contexto da pós-modernidade vinculado ao uso das atuais tecnologias.

Tecnologia, de acordo com as reflexões trazidas por Alves (2009), é a forma social da técnica (meios para se chegar a um objetivo e enfrentar as condições da natureza, por exemplo, trabalhar) que se insere no interior de um desenvolvimento cultural e é intrínseca ao modo de produção. A tecnologia é própria do modo de funcionamento social, histórico e de uma organização cultural. Quando se fala em cultura, se fala de técnica; técnica esta que assume uma forma social, ou seja, a tecnologia.

Pensando no poder da tecnologia na sociedade atual, ou naquilo que Marcuse (1999, apud ALVES, 2009) chama de “tecnologia do poder” e “capitalismo tecnológico” é de suma importância compreender como esse universo permeia a vida social, as relações sociais e a forma do sujeito para trabalhar.

O modo de produção capitalista, ao gerar e se apropriar da ciência e da tecnologia na atualidade, traz no âmago as instituições pós-modernas, o estado neoliberal, o mercado mundial globalizado e, não menos importante, a classe trabalhadora, sendo elementos plenamente interconectados. Vale ressaltar, portanto, que o capital impregna a tecnologia capitalista não apenas nos meios de produção e mercadorias, onde há a extração do mais-valor, mas também está presente no consumo, nas plataformas digitais, no trabalho, nos relacionamentos, no cotidiano e na vida social.

Deste modo, referenciando Alves (2009), a tecnologia ao se impregnar na vida em sociedade capitalista vai ocultando a centralidade da produção do capital e criando um imaginário de que tudo se torna um bem comercializável. Neste ínterim, há um movimento ideológico que leva o sujeito a uma imersão na imediatividade e a uma ocultação das relações sociais essenciais, das relações de poder e das relações de produção.

A “tecnologia do poder” e sua forma social penetra, portanto, na cultura, na política, na economia, no trabalho, nas relações e na subjetividade e esse poder pode ser observado na famosa frase publicada no *The Economist* na qual revela que “*he world’s most valuable resource is no longer oil, but data*” (o recurso mais valioso do mundo não é mais o petróleo, são os dados).

Pode-se ressaltar deste modo que, enquanto na sociedade do poder, ou o que podemos chamar de “capitalismo fordista” (Alves, 2009) a implicação do trabalho se dava por uma captura do corpo, em contraponto na sociedade do desempenho, ou “capitalismo tecnológico” há uma captura da mente por meio de uma mercadorização de tudo e de uma necessidade extrema pelo consumo. O

que leva a entender que na era tecnológica o sujeito e, principalmente, o trabalhador, se integrou ao sistema, se “vendeu” a ele.

Neste modo de organizar a produção, há uma lógica produtiva e contraditória na qual é necessário produzir em excesso para destruir depois e isso acontece nos mais diversos campos: na natureza, nos recursos, nas mercadorias, no trabalho e na subjetividade. O que Mészáros (1989) chamou de “produção destrutiva” acaba por gerar, no trabalhador, uma irracionalidade social.

A subjetividade das trabalhadoras é, possivelmente, marcada por uma construção social e promovida por gestões coletivas de vida por meio das organizações estatais, empresariais e sociais, que atuam no sentido de moldar os processos psicológicos dos sujeitos nelas inseridas. Ao mesmo tempo em que tais organizações produzem a subjetividade elas também as destroem, em busca de novas possibilidades de produção. Por este motivo é de suma importância levantar essas reflexões pois não se trata, apenas, de produção, mas sim da vida das pessoas, de suas decisões, seus comportamentos, de suas relações e sua coletividade.

Sendo assim, a mudança de paradigma que houve da sociedade do poder para a sociedade do desempenho e da performance, na qual as amarras do poder não estão mais vinculadas às questões de disciplina da fábrica fordista, na torre de controle panóptica ou na administração pública, mas sim há um poder que foi introjetado pelo sujeito, que está dentro dele, trouxe um movimento de individualismo quando o outro passa a ser um rival, um concorrente e, quando não, inexistente. O que vale nessa sociedade são as vontades, os desejos e as “liberdades” singulares, todas elas montadas e desmontadas e vendidas como bens de consumo. Essa sociedade do desempenho e do individualismo acaba por intensificar a precarização do trabalho, constructo este que vem sendo gestado no modo de produção capitalista a muito tempo.

A condição pós-moderna e o “traço ontológico da forma de ser do capital e do trabalho assalariado” na atualidade (Alves, 2009) acaba por intensificar uma flexibilização e desqualificação da força de trabalho e propor novas possibilidades de especialização que exacerbam a condição precária do trabalho. A nova lógica de produção capitalista constitui também uma nova forma de tempo-espço e uma nova forma de se explorar a força de trabalho.

Em uma perspectiva que prima pela produção descentralizada e pela flexibilização do trabalho (nas suas mais diversas formas), a precarização atinge e se manifesta: em termos contratuais, da jornada de trabalho, de espaço de trabalho, de processo produtivo, da estrutura de

poder nas organizações, das relações trabalhistas, das legislações e, principalmente, na construção da identidade do sujeito. Sobre esse processo de flexibilização, pode-se citar que

“(...) a “flexibilidade” não se restringe apenas à “maior versatilidade possível do trabalhador”. Mais do que sob o fordismo, ela tornou-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção, uma abstração geral posta pelo “sujeito” capital, em diversos níveis do complexo de produção de mercadorias, assumindo, deste modo, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações (ALVES, 2009, p. 42)”.

Nesta modernização dos processos produtivos, que atua sobretudo nos interesses do capital financeiro, observa-se uma intensa vulnerabilidade social e política que se pauta na insegurança, na instabilidade e na fragilidade dos vínculos laborais. A tendência de se precarizar as condições materiais exige, por consequência, um dismantelo com a legislação social que protege o trabalhador, uma vez que essas são obstáculos para aumentar a produtividade. Pensando nos impactos singulares e coletivos da precarização observa-se que

Essa degradação das condições materiais de vida, agravada pela ausência de mecanismos de proteção social e associada à desestruturação/reconstrução de identidades geradas em torno do trabalho, configura, em sua complexidade, questão social premente (ARAÚJO, 2017, apud Gomez & Thedim-Costa, 1999).

Em uma tentativa de buscar compreender a precarização, o padrão de trabalho normativo era aquele realizado de forma permanente, em um tempo pré-estabelecido, com a gestão direta de um superior imediato e na qual o trabalhador possuía um vínculo empregatício estável com certos benefícios sociais (e aqui não estamos querendo dizer que esse processo não gerava implicações para a vida e a saúde da trabalhadora). Com um movimento de flexibilização do trabalho que se adapte às constantes mudanças do cenário mercadológico global, a precarização se dá com um caráter estrutural, que organiza o modo de produção para aumentar os lucros, diminuindo os direitos trabalhistas e enxugando os postos de trabalho para que haja mais indivíduos dispostos a aceitar qualquer condição de trabalho que seja (ALVES, 2009).

De acordo com Araújo (2017, p. 06) que aponta que as trabalhadoras hoje precisam ter um caraterística de ampla qualificação, disponibilidade e multifuncionalidade,

“(...) o conceito de precarização estrutural do trabalho, indica que o emprego precário é produto das transformações promovidas pelo modelo de acumulação flexível, e que decorre

da atribuição de status de empregos socialmente reconhecidos a trabalhos marginalizados, desamparados quanto a benefícios de toda sorte. O emprego precarizado, por esse viés, caracteriza-se, sobretudo, pela instabilidade, desproteção legislativa e flexibilização contratual”.

Ao sofrer uma profunda segmentação e flexibilização, o mercado de trabalho transmuta as próprias condições e categorias de trabalho ao passo que os trabalhadores estáveis passam a ser periféricos, terceirizados ou temporários, redefinindo os salários, as práticas trabalhistas, as relações de trabalho e, de suma importância, o local onde se trabalha.

Na medida em que o modo de produção capitalista desenvolve a tecnologia (a tecnologia não apenas no sentido de aumentar a produtividade do trabalho, mas a tecnologia das informações, das comunicações e das relações) ela entra em um campo no qual o público se penetra no privado, invadindo os espaços singulares, como o lar.

Neste contexto, em que o público se confunde com o privado e o trabalho com o lar, o *home office*, portanto, pode ser percebido como a própria materialização da precarização, e é uma das expressões mais potentes que se pode ter dela, pois ele precariza, inclusive, a existência visto que não existe mais separação do que é casa e do que é trabalho, tudo é trabalho. Usa-se inclusive desse pleonismo no título (materialização da precarização - já que a precarização é, por si só, material) para poder pensar no *home office* como uma das possíveis formas mais puras e brutas do trabalho precário. Não se trata apenas de uma precarização do trabalho, mas uma precarização da vida.

2.2 - Condição histórica do *Home Office*

Há discussões pulsantes sobre o mundo do trabalho e suas constantes transformações, bem como sobre a forma com que essas metamorfoses atingem a vida e a saúde da trabalhadora, principalmente quando fala-se da precarização do trabalho, ou seja, da exploração da força de trabalho por meio da flexibilização do mesmo.

Para discutir sobre as origens do *home office* e buscar compreender seus desdobramentos, entende-se que essas transformações de mundo, trabalho e vida vem acontecendo há algum tempo e são intensificadas com o contexto de mundo atual baseado em alguns pressupostos apontados acima e no que pode-se chamar de paradigma pós-fordista.

O fordismo do início do século XX, idealizado e gerido por Henry Ford, diz respeito a um sistema de produção em massa na qual há a radical separação entre a concepção e a execução do trabalho fabril. Com o objetivo, sempre e primeiro, de aumentar a produção e gerar lucro, Ford elaborou três princípios que sustentavam sua forma de gestar a produção: o princípio da intensificação que diz respeito a diminuir o tempo de produção com o uso de bons equipamentos; o princípio da economicidade que consiste em reduzir o estoque da matéria prima; e o princípio da produtividade que seria especializar a linha de montagem e a capacidade de produção do trabalhador em um mesmo período de tempo (ALVES, 2000).

Fundamentado na linha de montagem, esse sistema de produção submetia os trabalhadores a operações muito especializadas e simplificadas, de modo muito veloz e com a técnica mais adequada quanto fosse possível. Eles estavam envolvidos em um cumprimento das normas de fábrica baseados em uma ampla e rigorosa disciplina. O foco estava em monitorar os trabalhadores para que a linha de produção gerasse um produto sem desperdício de tempo, dinheiro e com a maior possibilidade de padronização. Ressalta-se que o fordismo não se deu apenas nos âmbitos organizacionais, mas foi um modelo de produção que afetou diversos segmentos da sociedade, cabendo aqui apenas essa introdução inicial para compreender os próximos momentos.

Há uma discussão entre autores, principalmente das áreas de sociologia do trabalho, de que uma nova fase do sistema capitalista teria se iniciado por volta dos anos 1970, sendo ele intitulado como pós-fordismo ou neofordismo. Esse modelo de produção possui características diferenciadas, mas porque não dizer, baseadas em modelos anteriores, e traz no cerne os processos de trabalho mais flexíveis, produtos mais sofisticados que fazem uso das tecnologias microeletrônicas e uma homogeneidade cultural (ALVES, 2000).

Sobre esse processo de reestruturação produtiva Harvey (2009, p.140) aponta que

“A flexibilização, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

Os trabalhadores passaram a ser mais multifuncionais e qualificados, havendo uma diminuição da supervisão por controle; controle este que foi transferido para a própria pessoa. Reiteramos aqui as discussões acima realizadas em relação à sociedade do controle que foi

transmutada para a sociedade do desempenho e da performance, podendo citar a ideia trazida por Han (2015) de que “explorar a si mesmo é mais eficaz do que ser explorado por outras pessoas, porque carrega a sensação de liberdade”.

Sobre esse possível novo modelo de produção pós-fordista e sua implicação na vida dos trabalhadores, Alves (2000 p.79) crítica que

“Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel”.

Deste modo, pensando na adaptação de uma trabalho “geograficamente móvel”, nas novas modalidades de contrato, nas jornadas de trabalho flexíveis e demais características, pode-se começar a pensar na natureza histórica do *home office*.

A prática de se distanciar fisicamente do local de trabalho, apesar de estar ganhando força na era da capitalismo tecnológico, não é uma característica atual, visto que o seu primeiro registro é datado de 1857 quando John Edgard Thompson, proprietário de uma estrada de ferro da empresa Penn Railroad, descobriu que poderia usar o seu sistema privado de telégrafo para gerenciar divisões remotas. A gestão seguia o fio do telégrafo e a empresa, externamente móvel, transformou-se num complexo de operações descentralizadas do ambiente de trabalho convencional (SILVA, 2009).

No início do século XX, portanto, as teorias de administração definiam o conceito de ocupação baseado em ambiente de trabalho extremamente rígido, organizado e hierarquizado que eram representados, sobretudo, pelo lugar da fábrica. O que diz muito sobre o contexto social, político e econômico da época, e mais precisamente sobre o modelo de produção fordista.

Em contrapartida durante os anos de Segunda Guerra Mundial, os irmãos Schenelle, da empresa alemã, *Quickborner Team*, desenvolveram o conceito de “escritório panorâmico” baseando-se na ideia de que os muros das fábricas e suas salas fechadas eram barreiras relacionais e comunicativas e que elas afetam a produção, a criatividade e os processos organizacionais (SILVA, 2009).

Outro evento que merece destaque foi um projeto realizado em 1962 na Inglaterra por Stephane Shirley intitulado de *Freelance Programmers*, cujo trabalho consistia em elaborar programas de computador para algumas empresas inglesas, ação essa que era organizada e gerida

dentro de sua própria casa. Esse empreendimento foi se desenvolvendo e no ano de 1988, ora intitulado de *F.I. Group PLC*, empregava cerca de mil e cem trabalhadores em seus lares.

A terminologia desta nova modalidade de trabalho, que possui variações e diversas conceituações entre os autores (e será apresentada no próximo subcapítulo), foi a primeira vez citada em um estudo de um cientista da NASA, chamado de Jack Nilles em 1974 e recebeu inicialmente a terminologia de *telecommuting* (teletrabalho). A definição designava a ação em mudar de forma parcial ou total o trabalho para fora dos domínios do empregador, sendo conduzido para a casa do trabalhador, ou para algum outro espaço (SILVA, 2009).

Em decorrência dessas primeiras experiências de *home office* e de outras que aconteciam de forma sutil, outras iniciativas de trabalho flexível no tempo, no espaço e nas comunicações passaram a ser possibilitados na década de 1980 e 1990 propiciados pelas mudanças nos sistemas produtivos e no apogeu tecnológico. A era da conectividade traz, dentre diversas outras facilidades, a possibilidade de que os processos produtivos aconteçam fora do ambiente tradicional de trabalho. Além disso, pode-se citar a plena evolução dos meios de comunicação e transporte que foram cada vez mais estreitando as barreiras. Até aqui, é possível compreender que a evolução do tempo e a evolução do mundo do trabalho tem constante interação com a evolução das tecnologias.

A partir desse ponto alinha-se o *home office* ou teletrabalho com o modelo flexível de gestão, ou aquilo que acima foi chamado de precarização do trabalho. Quanto ao *home office* existe uma maneira de flexibilização do trabalho que é pautado em quatro dimensões diferentes: local, tempo, meio e hierarquia. Local visto que se descentraliza o lugar tradicional de trabalho; tempo pois não se exige um único horário pré-estabelecido; meio por conta do uso das novas tecnologias de informação e comunicação; e hierarquia porque na precarização o trabalhador é, teoricamente, seu próprio gestor (SILVA, 2009).

A partir de 2010 (em um período pós crise de 2008 que coloca o modelo de acumulação neoliberal em cheque) o trabalho flexível e o próprio *home office* acaba por ganhar novas configurações por conta do capitalismo de plataformas. Há uma transformação mais severa das modalidades de contratação, das jornadas de trabalho, das formas de remuneração e de todo um modo de produção baseado na incorporação das tecnologias informacionais que modifica, além de outras tantas características, o local onde se trabalha. Dentro do capitalismo de plataformas a gestão medida por metas e desempenho passa a ser a principal lógica de mercado (ALVES, 2021).

O capitalismo de plataformas - uma relação de trabalho mediada por tecnologia de aplicativos - utiliza a eficácia dos recursos disponibilizados pelas plataformas digitais e da ausência de legislações estatais que regulamentem as relações de trabalho para criar um ideário de empreendedorismo e acumulação de riqueza que ganha ressonância na trabalhadora da atualidade. Esse novo modelo de negócio pode ser observado em plataformas como *Uber*, *iFood*, *Rappi*, *Loggi*, *Airbnb*, *Glovo*, na qual combinaram quatro aspectos fundamentais da sociedade pós-moderna do trabalho: o uso de avançadas tecnologias, as novas técnicas e teorias de administração e gestão, a flexibilização do trabalho e a ideologia neoliberal (ALVES, 2021).

O fato das pessoas terem cada vez mais acesso à internet e às novas tecnologias foi permitindo que o capitalismo de plataformas se infiltrasse nos mais diversos segmentos da sociedade e não iria ser diferente com o mundo do trabalho, a vida das trabalhadoras e os seus lares. Sobre essa perspectiva Jurno (2021, p.47) cita que

“Plataformas de todos os tipos povoam nosso cotidiano – saúde, transporte, trabalho, redes sociais, compra, streaming. Elas organizam e disponibilizam dados e informações sobre usuários e se oferecem enquanto infraestrutura para o funcionamento das empresas. Alcançam escalas enormes, coexistem e até mesmo suplantam antigas infraestruturas, inserindo sua lógica de produção, circulação e conhecimento nos mais diversos setores sociais, em um processo chamado “plataformização”.

As diversas possibilidades que o processo de “plataformização” trouxe, dentre eles o de trabalhar dentro da própria casa, gera de um lado grandes alternativas de trabalho e de outro a intensificação da exploração e precarização. Mais uma vez baseado na sociedade do desempenho e da performance, a trabalhadora se transforma em uma empreendedora de si mesmo passando a ter “liberdade” de fazer os seus horários, de ganhar de acordo com a sua produção e de trabalhar de onde ela quiser. Liberdade essa que passa a ser sinônimo de ausência de salário, contrato e tempo fixo de trabalho. Neste contexto, tudo é trabalho, inclusive a própria casa.

Por este motivo, de acordo com as reflexões trazidas por Alves (2021), pode-se compreender que a trabalhadora neste contexto não está vivendo apenas uma precarização salarial ou laboral, mas uma precarização das condições de vida e o que ele chamou de “precarização das condições de existência social do trabalho vivo” que trazem como consequência os adoecimentos físicos e psicológicos.

Dando continuidade na proposta de retratar a natureza histórica do *home office* e pensando em termos de legislação aponta-se que a regulamentação dessa modalidade de trabalho no Brasil

aconteceu recentemente por meio da Lei nº 13.467/2017 e se encontra disposto no capítulo II – A, no artigo nº 75:

“Art. 75-A. A prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho observará o disposto neste Capítulo.

Art. 75-B. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

A colocação do artigo 75-B merece destaque visto que não reconhece o teletrabalho como um trabalho externo. Essa divergência de colocação afeta a trabalhadora, pois conforme prevê o inciso I do artigo 62 da CLT, caso fosse considerado um trabalho externo, ela gozaria de certos direitos, como ter tal condição registrada na Carteira de Trabalho. Não sendo considerado um trabalho externo, algumas normas não se aplicam às trabalhadoras em teletrabalho.

Aponta-se que esses artigos discorrem sobre o regime de teletrabalho e as características dessa modalidade das alíneas A ao E e que na citação acima foi apresentado apenas os dois primeiros com o objetivo de definição. Para fins de complementar a presente legislação e com o intuito de levantar uma reflexão é importante frisar o que se dispõe também no artigo nº 75-E:

Art. 75-E. O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

Parágrafo único. O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador".

Com essa citação é possível observar que toda a responsabilidade de preservar a saúde laboral fica a cargo da trabalhadora, cabendo à empresa apenas o papel de “instruir” quanto aos riscos de acidente de trabalho, ergonomia e se, ao menos, ela possui um local adequado em sua residência para receber o trabalho.

Cita-se ainda o artigo nº 6 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho que discorre:

"Art. 6º - Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

Parágrafo Único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio" (Redação conferida pela Lei nº 2.551, de 15/12/2011)."

Observando o que se dispõe na legislação vigente no Brasil, principalmente sobre o parágrafo único acima, é possível perceber que há uma subordinação da legislação trabalhista aos comandos dos meios de informação e comunicação e que, apesar de finalmente o trabalho fora dos domínios do empregador estar minimamente legislado, ainda há muito o que caminhar em termos de regulamentação.

Neste ponto, pode-se analisar que todos esses novos arranjos produtivos ganham muita ressonância no mundo do trabalho atual devido à flexibilização. Mas, há de se pensar que em um cenário de crise, com altos níveis de desemprego, com um aumento de precarização, da desigualdade e de uma grande inquietação social, este cenário tende a se intensificar.

No ano de 2020, a crise sanitária e econômica propiciada pela pandemia do Covid-19, bem como a necessidade de isolamento social para diminuir a contaminação do vírus, tornou o uso das plataformas digitais no mundo do trabalho não apenas necessárias, mas quase obrigatórias. As professoras que passaram a dar aulas dentro de seus quartos, as médicas que atendiam por telemedicina, as cantoras que passaram a fazer "shows" em suas salas e cozinhas, as psicólogas que intensificaram os atendimentos *online* e demais outras gamas de trabalhadoras que tiveram suas vidas e casas invadidas pelo trabalho, se juntaram a um exército de motoristas e entregadores de aplicativos (e demais trabalhadores) que já a algum tempo tinham o seu trabalho mediado pelas tecnologias de informação e comunicação.

Complementando a legislação que foi apresentada acima e levando em consideração o período de isolamento social que modificou a forma e a modalidade de diversos trabalhos, foi criada a Medida Provisória nº 927/2020 que tratava de alternativas trabalhistas em período de calamidade pública. Em seu Artigo nº4, a mesma regulava a

Art. 4º - Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art.1º, o empregador poderá, a seu critério, alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, o trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância e determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos, dispensado o registro prévio da alteração no contrato individual de trabalho (BRASIL, 2020).

Neste ínterim, é possível perceber uma mudança muito sutil mas significativa nas relações de trabalho que coloca a decisão sobre a mudança do contrato de trabalho de forma unilateral, cabendo exclusivamente ao empregador.

Reiterando o que foi apresentado na introdução, de uma pesquisa de abril de 2020, pela Fundação Instituto de Administração (FIA), apontou que a estratégia de *home office* foi adotada por 46% das empresas brasileiras, durante a pandemia. Por este motivo, olhando para esse cenário tão hostil para a classe trabalhadora, surgiu a proposta da presente dissertação em pensar na possibilidade da organização de uma resistência por parte da mulher trabalhadora frente ao atravessamento e aos desafios de ter a casa e a vida invadida pelo trabalho, obrigatoriamente.

Pensando em um possível processo de resistência da classe trabalhadora Antunes (2020) desperta para a ideia de que o primeiro passo seria o de refletir sobre a própria “morfologia do trabalho”, de percebê-lo como um espaço que hoje é complexo e fragmentado, com uma grande segmentação de gênero, raça e classe e que é marcado por uma ausência de representações sociais.

2.3 - *Home* ou *Office*? A dinâmica do trabalho vinculada ao lar e o fenômeno do desgaste mental

Na tentativa de buscar esclarecer o conceito de *home office* observou-se que essa modalidade de trabalho é uma categoria de difícil definição. Há muitas combinações e variáveis sobre o termo que abrem um leque de definições possíveis sobre as pessoas que trabalham em casa, tornando esse conceito algo próximo de um clichê sobre a realidade de trabalho na atualidade.

A Organização Mundial do Trabalho (OIT, 2017) usa de alguns termos como trabalho à distância, teletrabalho, trabalho em domicílio ou *home office*, de forma sinônima para definir o trabalho realizado fora dos domínios de empregador e do lugar tradicional do trabalho. Apesar desses termos serem definidos pela OIT como expressões com significados semelhantes, cada um deles possui a sua singularidade.

O que une todos esses conceitos é a lógica de que eles são um trabalho à distância, sendo este o ponto central. Todos os outros conceitos são, portanto, subgrupos desse primeiro. As autoras Creado & Nascimento (2020) fazem uma analogia propondo que “o trabalho a distância seria o tronco de onde emergem os galhos do teletrabalho, trabalho em domicílio e do *home office*”.

Deste modo, uma análise destas expressões nos permite apontar que, segundo o artigo nº 6 da CLT (acima apresentado), o trabalho a distância é a prestação de serviço realizado fora do estabelecimento do empregador. Como subcategoria deste, o conceito de teletrabalho diz respeito à prestação de serviço que ocorre fora das dependências da empresa (não necessariamente dentro de casa) e se submete às tecnologias de informação. O trabalho em domicílio é aquele em que a trabalhadora realiza suas atividades dentro de sua residência. Por fim, o novo trabalho em domicílio, comumente chamado de *home office*, preserva o conceito anterior acrescido de que é uma prática mediada pelas tecnologias de informação e comunicação (CREADO & NASCIMENTO, 2020).

Para exemplificar as definições propostas nas categorias acima o trabalho a distância seria desenvolvido por vendedores externos, carteiros, motoristas e outras funções que ocorram fora do ambiente de trabalho, sendo gerido por um empregador. O teletrabalho, por sua vez, pode ser caracterizado pelos motoristas e entregadores de aplicativos. O trabalho em domicílio, tem como exemplos costureiras, doceiras e alguma outra função de cunho manual que se realiza dentro do lar da trabalhadora ou em alguma oficina familiar. Já o *home office* (trabalho realizado em casa e mediado pelas tecnologias) pode ser definido, por exemplo, com as funções de professor em regime EaD, vendedor, marketing digital, analista de sistemas, dentre outros.

Resumindo as quatro definições e exemplos apresentados (trabalho à distância, teletrabalho, trabalho em domicílio ou *home office*) Creado & Nascimento (2020), apontam que

Dos conceitos aduzidos, é possível determinar que nem todo trabalho a distância pode ser considerado teletrabalho, já que existe também o trabalho em domicílio que também é feito a distância; também se afere que o trabalho em domicílio pode ser realizado por modo do teletrabalho, se empregar uso das TICs.

Analisando as contribuições das autoras acima, o *home office* é o trabalho em domicílio que emprega o uso das novas tecnologias e das plataformas digitais. É por este motivo que optou-se por realizar uma introdução que levasse em consideração a sociedade pós-moderna do trabalho, por meio do desempenho, da performance, da precarização, da plataformização e da liquefação da própria condição de vida, visto que todos esses conceitos estão todos imbricados no *home office*.

Optou-se também por utilizar a terminologia do *home office*, visto que o objetivo é pensar sobre os prováveis conflitos existentes entre a vida pública e a vida privada que, de certa forma, se embaralham em um mesmo espaço. Além da “brincadeira” que é possível fazer entre esse jogo de

palavras em uma mesma expressão - que quase simboliza que um (o *home*) se choca com o outro (o *office*).

As novas configurações de trabalho, ao ressignificar o tempo e o espaço, geram consequências importantes para a vida e a saúde da trabalhadora ao passo que a impossibilita de se desconectar fisicamente e emocionalmente do trabalho. Sendo possível estar a todo o tempo disponível para as atividades laborais, por conta das tecnologias de informação e comunicação e por estas estarem entranhadas dentro de sua casa, tudo se transforma em trabalho. Daí a ideia de que não se trata apenas de uma precarização laboral, mas de uma precarização da vida (ALVES, 2021).

Em termos culturais, sociopolíticos e jurídicos, compreende-se que a regulamentação de uma jornada específica de trabalho foi um direito adquirido pelo trabalhador ao longo do tempo; jornada de trabalho esta que visava proteger sua saúde que outrora teria tanto sofrido com desumanas e insalubres condições de trabalho. Por mais aprimoramentos que elas necessitavam, o Direito do Trabalho e as Legislações Trabalhistas, caminhavam (a passos lentos) para garantir boas condições de emprego e vida ao trabalhador brasileiro.

A jornada de trabalho, ou seja, a quantidade em que o trabalhador fica temporalmente à disposição do empregador, é um elemento central dos contratos de trabalho, o que leva a entender que o tempo exerce um grande papel nas relações de trabalho. Segundo as autoras Creado & Nascimento (2020, p.136), no artigo “*O direito à desconexão no período de home office: análise dos impactos da quarentena pelo covid-19 na saúde do trabalhador*”, a condição temporal é tão importante

“(...) porque, como sabido, as atuais garantias conferidas à jornada de trabalho visam proteger os aspectos biológico, econômico, social e familiar porque, respectivamente, resguardam a saúde física e psíquica do empregado, a lucratividade do empregador que decorre da produtividade do empregado e está intimamente ligada ao descanso adequado deste e, ainda, conferem tempo livre para que o empregado vivencie suas relações interpessoais, sejam familiares ou sociais”.

Sobre esse assunto levanta-se três aspectos fundamentais: 1) um contexto na qual trabalho e casa se fundem em um mesmo espaço geográfico; 2) na legislação trabalhista que regulamenta o período de descanso como algo fundamental para a saúde; e 3) na condição social da mulher que a coloca como produtora e reprodutora de condições materiais e “responsável” pelos cuidados com a

vida privada. A pergunta que fica, portanto, é: a mulher trabalhadora em *home office* em um contexto de trabalho à distância consegue usufruir do seu direito à desconexão?

Entremos nessa discussão expondo uma pesquisa realizada pela UOL em 2019 que apontou que 90% das trabalhadoras em *home office* afirmam usar o aparelho celular para fins profissionais fora da jornada prevista de trabalho. Esse dado encontra ressonância na sociedade do desempenho e em uma gestão baseada em metas na qual o comando é “produzir”, sempre e enquanto for possível.

Deste modo, essa carga excessiva de trabalho (produtivo e reprodutivo), que não contempla a jornada indicada para a saúde em termos de legislação, aliada ao uso extremo das novas tecnologias de informação e comunicação e à ausência de descanso e de relações sociais, pode ocasionar vários prejuízos físicos, emocionais e coletivos para a vida da trabalhadora (CREADO & NASCIMENTO, 2020).

Paralelo às condições de trabalho em *home office*, e face a uma doença infecciosa e com alta taxa de transmissão e mortalidade, não apenas a trabalhadora precisou se recolher à vida privada do lar, mas toda a família passou a conviver rotineiramente sob o mesmo espaço geográfico enfrentando os desafios “normais” da convivência prolongada. A pandemia nos convoca a pensar, a ressignificar e a habitar intensamente o espaço do lar. A casa abrigou o trabalho, a escola, o lazer e todas as relações sociais advindas desses espaços e nesta perspectiva

“Sobre a vida nas casas, lares ou famílias (domínios discursivos que produzem diferentes significações) não se pode prescindir de abordar relações de poder, desigualdades, formas de dependência e vulnerabilidades que, atravessadas por questões de gênero, raça, sexualidade, geração, territorialidade e outros mapas analíticos, produzem subjetividades” (BIROLI, 2014).

Pensando neste contexto da casa como um espaço de poder, ainda podemos levar em consideração toda a discussão proposta pelo capítulo 1 na qual a mulher é investida socialmente de uma visão naturalista e biológica quando diz respeito aos assuntos domésticos e de maternidade. Isso leva a percepção de que a mulher é o tempo todo atravessada por diversos papéis sociais, dentre eles: o feminino, o doméstico, o maternal, o conjugal e o profissional. Sobre estes enviesamentos sociais na vida da mulher trabalhadora ao longo do tempo, Emidio et. al (2021, p. 360) discorrem que

“Assim, a despeito das transformações históricas vivenciadas nas concepções sobre o papel da mulher, a maternidade e os serviços domésticos parecem persistir como fator de desenvolvimento considerado não apenas esperado, como necessário à sua identidade social.

Por outro lado, os projetos femininos foram também atravessados pelo desejo de obter satisfação sexual, conjugal e profissional, o que coloca as mulheres em uma incessante busca pela conciliação entre a vida familiar e a realização profissional. Isso alimenta o dilema entre exercer com devoção a função materna e responder às demandas específicas de cada setor de suas vidas, em especial as exigências cada vez mais intensas do mercado de trabalho”.

Ao levantar o paradigma de uma visão naturalista e biológica quando relacionado ao gênero feminino e as responsabilidades sociais que lhe são impostas, as autoras acima corroboram com a questão de que o papel doméstico e materno (quando existente) acabam sendo idealizados historicamente, o que contribui para a geração de um sentimento de auto culpabilização, quando sobrepostos por outros papéis. Neste sentido, considera-se que, em um cenário de invasão à casa de todos os papéis sociais possíveis, a mulher trabalhadora foi afetada física e emocionalmente, devido à sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo (EMIDIO et. al, 2021).

Entende-se, deste modo, que é inevitável que haja um conflito existente entre a vida doméstica e familiar com o trabalho e que a dinâmica que envolve a modalidade de *home office* deve levar em consideração esse conflito.

Sendo assim, compreende-se essa trama como um movimento pessoal e social de cobrança na qual o desempenho de um papel torna difícil a sua conciliação com outro. Esta mistura de papéis, principalmente quando realocados para um mesmo espaço, pode ser analisada em termos de: tempo, pressão e comportamento. Ou seja, “quanto mais importante um papel é para um indivíduo, mais tempo dedicará a ele e mais pressões e comportamentos específicos serão exigidos para desempenhar um desses papéis, o que resultará em menos tempo e energia para o outro” (GREENHAUS & BEUTELL, 1985).

O gênero, neste caso, assume um fator central no conflito existente entre trabalho-família, já que, conforme dito acima, a mulher possui uma condição social que naturaliza sua prática doméstica e de cuidado. Tendo que dedicar seu *tempo* a esses afazeres e se *comportando* de modo a cumprir a *pressão* desses papéis sociais, a mulher acaba por não conseguir se dedicar à sua vida pessoal e profissional, ficando estes, na maioria das vezes, relegados a um segundo plano.

Ao se submeterem a uma dupla ou tripla jornada, buscando cumprir as demandas impostas por elas mesmas e pela sociedade, a mulher trabalhadora em *home office* está o tempo todo diante de dúvidas e insatisfações por não saber qual papel priorizar.

Alinhar a prática de *home office*, com o ensino remoto dos filhos (para as trabalhadoras que são mães), os afazeres domésticos, as “responsabilidades” conjugais e com um cenário de incertezas

frente a situação pandêmica e, quiçá, incerteza quanto à própria existência, tudo isso somado a uma condição de desigualdade de gênero histórica e cultural, torna indispensável pensar nas implicações psicológicas que vem acometendo a mulher trabalhadora em *home office*.

Olhando para todo esse cenário, doméstico, laboral e subjetivo, na qual há uma exigência pela elevada produtividade e desempenho, pela falta de autonomia da trabalhadora - exploradora de si mesmo (HAN, 2015) - e pela ausência de condições materiais e simbólicas que a protejam, o trabalho em *home office* tende a assumir uma condição penosa que gera impactos psicológicos na saúde, podendo gerar esgotamento físico e mental na trabalhadora (EMIDIO et. al, 2021).

Neste ponto, não negamos que as pessoas que conseguiram trabalhar dentro de suas casas no ápice de uma pandemia com um vírus de alta contaminação, detém de certos privilégios sociais, de classe e de raça - e isso diz muito sobre o sujeito da presente pesquisa. Mas, o trabalho que era para ser prazeroso, motivador e uma possibilidade de conciliar casa-trabalho, justamente por conta desse conflito existente, torna-se exaustivo, gerando preocupação, estresse e demais doenças psicopatológicas organizacionais, principalmente quando acrescido dos impactos do isolamento social. Pode-se pensar que aqui mora uma contradição do capital, visto que aquilo que seria para o sujeito um estado de bem-estar, na verdade se volta contra ele (ALVES, 2021), o trabalhador é senhor e escravo de si mesmo (HAN, 2015).

Uma pesquisa realizada em 2020 pelo Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB, núcleo de pós-graduação em psicologia, analisou o estresse percebido durante a pandemia de Covid-19 em situação de distanciamento social e trabalho em *home office*. Realizou-se uma análise de 656 participantes (ambos os sexos) na faixa etária de 18 a 85 anos. Dentre diversos outros dados, a pesquisa identificou que os participantes do gênero feminino apresentaram maiores níveis de percepção de estresse em todas as faixas etárias pesquisadas, afirmando que as mulheres entre faixa de 21 a 30 anos, são as mais acometidas. Os pesquisadores (PINHEIRO et. al, 2020) apontam como as possíveis causas para este dado

“(...) o fato das mulheres se perceberem sobrecarregadas, tendo em vista o fato de acumularem as atividades do trabalho doméstico com o trabalho produtivo (contexto de *home office*), os gatilhos estressores em função da experiência deste período de incerteza diante as questões sócio-econômicas-emocionais como as fake news nos meios de comunicação, a incerteza da manutenção emprego em um contexto no qual várias empresas estão encerrando atividade, a necessidade de compatibilizar as atividades profissionais com os familiares e até mesmo a ocorrência, muitas vezes silenciosa, da violência doméstica”.

A pesquisa conclui que a pandemia veio para intensificar e expor as desigualdades quando relacionadas ao mundo do teletrabalho e à questão de gênero, visto que as trabalhadoras têm enfrentado a sobrecarga de trabalho e o estresse em níveis muito intensos (PINHEIRO et. al, 2020).

Considerando os dados apresentados nessa pesquisa e as demais discussões que foram trazidas ao longo deste capítulo, sobre a forma como a trabalhadora vem sendo afetada com os processos de *home office* e sobre a dinâmica do trabalho vinculado ao lar, optamos por discutir esse atravessamento do trabalho na subjetividade por meio das discussões sobre a teoria do desgaste mental, tomando como suporte teórico os esforços de Edith Seligmann-Silva (2011), especialmente no seu livro “Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo”.

Pensando sobre o contexto que envolve o que a autora chama de “Campo Ampliado da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho”, ela apresenta uma discussão sobre a ampliação dos aspectos da saúde mental para além das áreas de atuação da psicologia clínica e da psiquiatria. Nesta perspectiva, que sustenta a forma como optamos por olhar nosso objeto de pesquisa, as interfaces de trabalho e adoecimento passam a ser olhadas não por um viés individualizado que reduz o sujeito nele mesmo, mas como um problema social, histórico e político; que amplia o olhar inclusive para as perspectivas de saúde pública.

A imbricação da casa com o trabalho fez com que se tornasse quase inexistente os tempos de descanso (previsto e normatizado nas legislações vigentes no Brasil), a recuperação do cansaço, o direito à desconexão e aquilo que Seligmann-Silva (2011) chama de “tempo de viver e conviver” fora do ambiente de trabalho. A característica de uma trabalhadora polivalente traz impactos consideráveis para a identidade e para a sua saúde.

Essa polivalência (mãe, esposa, mulher, trabalhadora, sujeito de direitos) traz em seu âmago uma verdadeira ideologia materializada pela precarização e pela sociedade do desempenho que reflete em uma retórica empresarial pela excelência. Deste modo, na perspectiva da lógica do capital, tudo precisa ser perfeito e excelente para atingir o nível máximo de produtividade. A investida da lógica da excelência e da perfeição se dirige a tudo: aos processos, à metodologia de trabalho, às tecnologias e, é claro, às pessoas. Porém, a perversidade dessa ideologia acaba por ignorar que esse último aspecto (em suma, a trabalhadora) detém de certos processos fisiológicos e mentais que são variáveis e carregados de limites suportáveis (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Desta forma, o desgaste mental é considerado pela autora tanto como uma perspectiva psíquica, mediante o sofrimento humano existente na dimensão, como uma perspectiva

psicofisiológica quando pensamos no estresse laboral e nas condições psicossomáticas que dele derivam. Para Seligmann-Silva (2011) o conceito se baseia em uma proposta trazida por Asa Cristina Laurell que discorre sobre o desgaste geral na saúde do trabalhador, pensando nas condições fisiológicas e orgânicas. De acordo com Laurell (1982) o processo de saúde-doença acontece em uma dimensão processual e o adoecer possui um caráter histórico; nesse processo o conceito de “perda” ocupa um lugar central. A perda das capacidades físicas e mentais do sujeito em decorrência do trabalho seria o próprio desgaste.

Em uma entrevista realizada com a Revista Laborativa da Universidade Estadual Paulista - UNESP no ano de 2017, ao ser questionada acerca do desgaste mental e do adoecimento dos trabalhadores na atualidade, Edith Seligmann-Silva aponta:

“Nos estudos sobre desgaste mental relacionado ao trabalho têm sido revelados prejuízos (perdas) tanto de ordem cognitiva quanto de ordem psicoafetiva. Os sentimentos e os relacionamentos humanos são afetados - no trabalho e inclusive na família e na esfera comunitária; (...) e o desgaste poderá ser ou não favorecido conforme essas correlações. A prevenção será favorecida nas situações concretas de trabalho em que exista a liberdade necessária para que os trabalhadores expressem os impactos por eles percebidos - em sua vida e saúde - a partir das mudanças organizacionais e técnicas. (...) Somente assim a dignidade e a saúde dos trabalhadores poderão tornar-se objeto de atenção, respeito e cuidado ao longo das rapidíssimas transformações do trabalho contemporâneo. A continuidade de situações opressivas e decepções no trabalho, na inexistência de possibilidades de mudança ou enfrentamento, conduz o processo de desgaste a uma progressão que dará lugar a quadro clínico de transtorno psíquico e/ou psicossomático (SELIGMANN-SILVA & SCHMIDT, 2017, p. 106)”.

De acordo com essas reflexões trazidas durante a entrevista, podemos nos atentar para o último trecho apresentado pelos autores nas quais a recorrência de situações opressivas no trabalho e a consequente ausência de possibilidades para além disso produz o processo de desgaste mental. O trabalho cuja proposta seria desenvolver e elevar as capacidades humanas, é convertido numa atividade que o componente é extremamente desgastante física e psiquicamente.

Seligmann-Silva (1994) propõe, desta forma, um campo de estudo interdisciplinar sobre saúde mental e trabalho e ao fazê-lo associa o desgaste mental à imagem de uma “mente consumida” por esse universo. Essa subjetividade que é invadida pelo mundo do trabalho se define por meio de três categorias: a primeira diz respeito a um desgaste orgânico da mente e compreende os quadros clínicos como, por exemplo, os acidentes de trabalho; a segunda expõe sobre as alterações de “mal-estar” relacionados ao trabalho, como a fadiga crônica, ansiedade, falta de concentração,

irritabilidade, dentre outros; e, por fim, um desgaste que afeta a identidade do trabalhador, atingindo seus valores, suas crenças e o modo como ele se percebe enquanto ser no mundo. A concepção do desgaste mental, portanto, olha para os contextos de trabalho, para as relações de poder e para os impactos mentais que deste derivam, enxergando-os nos aspectos orgânicos, funcionais e mentais.

Em tese, na perspectiva do desgaste mental, há uma imbricação entre saúde mental e trabalho que percebe a condição do trabalhador desde um “mal-estar” até quadros psiquiátricos, envolvendo seu sofrimento mental e toda condição histórica que decorre desse sofrimento. Portanto, a saúde mental na teoria do desgaste seria produto de uma multiplicidade de componentes: sociais, culturais, biológicos e psicológicos.

Seligmann-Silva (1995, p. 289) vem considerando que todo esse universo do trabalho tem sido olhado mediante uma importante “instância na patogenia, no desencadeamento e na evolução de distúrbios psíquicos”, de modo que a sua temática de pesquisa, bem como a de diversos autores na área da Saúde Mental Relacionado ao Trabalho (SMRT) tem se desenvolvido mediante uma “psicopatologia do trabalho”; não uma psicopatologia estigmatizante e singular, mas compreendida em sua “complexidade etiológica, ontológica e processual”.

Consideremos essas reflexões para trazer a ideia de que os aspectos macro-sociais, psicossociais e a própria atividade de trabalho (no nosso caso um trabalho que se fundiu com o lar por meios das tecnologias de informação e comunicação) são fatores significativos de índices de estresse no trabalho. Tendo em vista o cotidiano das mulheres trabalhadoras em *home office* e todas suas questões institucionais e estruturais, bem como das relações de poder que dela derivam, há de se compreender que o estresse emerge tanto da própria gestão do trabalho e da vida, como dos processos de precarização, gerando o desgaste mental (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Deste modo, para Silva & Heloani (2007, p. 107)

“(...) o estresse revela-se como movimento de questionamento da organização e dos ditames ideológicos e de poder inseridos no cotidiano estrutural da vida socioprofissional. O estresse é grito político. Portanto, se por um lado é produto de formas de gestão (tayloristas, fordistas e pós-fordistas), por outro é grito que pode se fazer voz da história, desejo instituinte. Em outras palavras, é desejo potencialmente instituinte, ainda que possa ser, direta ou indiretamente, produto do instituído.

Os autores citados acima corroboram com a proposta do desgaste mental, trazendo a ideia do estresse laboral enquanto um “processo dialético de desgaste sócio-organizacional e biopsíquico”, indo ao avesso de todas as propostas tidas como “naturalizantes, individualizantes e biologizantes”. Esta abordagem que funde a subjetividade ao econômico, ao político e ao institucional, propõe uma visão mais ampliada e integradora dos adoecimentos no trabalho, ao passo que, nas palavras da autora:

“ O modelo centrado no conceito de desgaste mental pode ser tomado como um paradigma integrador, que permite compreender as interações entre os “fatores” objetivados pelos estudos do “work stress”, a subjetividade e diferentes esferas da vida social, a partir dos âmbitos microsociais do local de trabalho e da família, passando pelos intermediários (empresa e comunidade), até os macrosociais, que definem desde a divisão internacional de trabalho às políticas industrial, tecnológica e salarial de cada país, balizando as relações sociais de trabalho em cada realidade (Seligmann-Silva, 1995, p. 294)”.

Nossa proposta dentro dessa pesquisa, portanto, é olhar para o fenômeno do estresse laboral quando relacionado à vida das mulheres trabalhadoras em *home office*, como um adoecimento politizado, produzido e ressignificado, imposto, mas enfrentado, dentro do próprio cotidiano, pelas trabalhadoras. Vale ressaltar que esse é um desafio dentro das práticas de saúde mental voltadas ao trabalho visto que, apesar do processo de adoecimento ser analisado por meios de ações coletivas do distúrbio psíquico eles se articulam com modos individuais e singulares de interação com esse cotidiano (SELIGMANN-SILVA, 2011). Ou seja, é de suma importância analisar os adoecimentos laborais enquanto um processo de saúde-doença histórico e político, porém há de se ponderar que cada sujeito sente esse atravessamento de uma forma muito pessoal e subjetiva.

É por este motivo que a autora (1995) afirma que olhar para as psicopatologias laborais, para o estresse e para o adoecimento da trabalhadora (em *home office* durante uma pandemia de ordem global e que pressupôs um isolamento social, por exemplo) é levar em consideração não somente as condições de trabalho e como essa trabalhadora o organizou, mas também pensar sobre os tipos de gestão, de contrato e a qualidade das relações humanas ali presentes. Por isso, não se trata apenas de um desgaste das condições físicas e psíquicas, mas um desgaste de uma esperança em relação ao projeto de vida que envolva o trabalho, mas que aconteça para além dele (SILVA & HELOANI, 2007).

Considerando a teoria do estresse laboral, segundo Seligmann-Silva (1995), podemos compreender que dela derivam dois aspectos: o primeiro no qual os fenômenos psicodinâmicos foram incluídos, citando por exemplo, o conceito de *Burnout*, e o segundo que leva em consideração

a face política e social do estresse e a forma como a trabalhadora foi encontrando para se adaptar e reinventar o contexto laboral estressor.

Sendo assim, a teoria do desgaste, que inclui a teoria do estresse, apresenta este enfoque integrador e pluridimensional e os estudos voltados ao mundo do trabalho, segundo Silva & Heloani (2007, p. 111) in Seligmann-Silva (1995)

“compreendem, de modo geral, que tensão, fadiga, medo e apatia podem ser “fabricados” (aspas da autora) pelas seguintes situações de trabalho: rígida estruturação hierárquica e de decisão de tarefas, estrutura temporal extenuante (trabalhos em turnos alternados ou de longas jornadas), políticas de pessoal e formas de gerenciamento adotadas”.

Esses sintomas quando intensificados, não identificados a tempo e até mesmo, relegados a um segundo plano, já que a trabalhadora às vezes não dispõe de tempo e energia para vivenciar suas questões pessoais, ocasiona o estresse ocupacional e até mesmo a chamada Síndrome de *Burnout*, conforme aponta Miranda (2020) que fez um estudo relativo aos impactos psicológicos organizacionais em tempos de pandemia.

Ao analisar o termo e sua devida tradução do inglês na qual “*burn*” quer dizer queimar e “*out*” significa fora/exterior, a autora faz uma leitura baseada na ideia que a síndrome diz respeito a uma condição na qual o trabalhador se sente queimado/consumido pelo trabalho, mediante a vivência de fatores estressores. Neste ponto, podemos fazer uma ligação com conceito de *Burnout* (consumido pelo trabalho) com a proposta do desgaste mental (mente consumida).

Sua ocorrência se torna mais comum em trabalhadoras que vivem uma sobrecarga e excesso de trabalho e exercem suas funções sob alta pressão. Retomando as reflexões trazidas acima sobre a vida da mulher em *home office* e algumas outras análises expostas neste estudo, essa condição ocupacional pode vir a ressoar nesse público (MIRANDA, 2020).

Leva-se em conta, ainda, o estresse e o esgotamento emocional que pode ser causado devido à própria rotina de isolamento social e confinamento, visto que o individualismo e a diminuição de interações sociais diminui o sentimento de pertença do sujeito, que muito auxiliam em momentos de crise.

Sobre estas discussões, Macedo (2020) realizou um estudo no qual, por meio de sua própria experiência como professora e pesquisadora do *home office* e do isolamento, em período pandêmico, recortou trechos de sua narrativa pessoal e os interpretou na tentativa de tecer alguns sentidos e

compartilhar o seu sofrimento. Algumas de suas colocações merecem destaque, pois reverberam a condição da mulher trabalhadora de subjugação social e o consequente desgaste mental:

“E eis que me vejo, como mulher, nesse contexto de distanciamento social, incompetente para dar conta de papéis que sempre exerci, mas nunca, como atualmente, isso me foi tão unicamente exigido e repercutiu de forma tão negativa na minha estima, na minha saúde e na minha qualidade de vida”.

(...)

“Sinto-me tão exaurida... Além de tudo, o medo fica me rondando. (...) O medo se junta à sobrecarga de atribuições e, não tendo com quem compartilhar minhas angústias, me pego, às vezes, chorando pelos cantos, como que exigindo de mim um autocontrole diante de tudo isso, principalmente por ser psicóloga, profissional de saúde mental. (...) E termina que eu explodo, grito, saio dos eixos. E vem mais culpa, mais descontrole, nessa roda viva com medo da morte. Morte da minha saúde mental, morte pelo COVID...”

Tudo se mistura: vida íntima com a privada, a casa com o trabalho, o singular e o coletivo. Se antes da pandemia era possível a mulher sentir o atravessamento de diversos papéis sociais, neste contexto atual há uma total invasão do trabalho a todos os âmbitos da vida privada. Trabalhar em regime de home office exigiu que se montasse em casa uma estrutura que acolhesse o mesmo; estrutura essa que nem sempre a trabalhadora detinha ou poderia realizar.

Essa estrutura de trabalho montada dentro da casa ocasiona uma alta exposição e disponibilidade que não mais delimita o tempo dentro e o tempo fora, nem do trabalho e nem da casa, está tudo em total imbricação. A casa é assoberbada com câmeras, ligações telefônicas, reuniões, computadores, celulares, tablets, internet e todo um aparato informacional que modifica as relações de trabalho e acelera a exploração da mão de obra, visto que na maior parte das vezes todo esse material é custeado pela trabalhadora. Neste sentido, ela anda pela casa com o celular na mão, faz comida enquanto responde um e-mail, usa o banheiro enquanto atende uma ligação telefônica, toma banho enquanto ouve a um *podcast* do trabalho, assiste à televisão enquanto assina um contrato, brinca com as crianças enquanto usa as redes sociais e se mantém conectada 24 horas por dia. É a própria materialização da precarização. Precarização da existência (ALVES, 2021).

Como tudo é comercializável e tudo acontece dentro da casa, logo a pandemia centraliza toda a produção dentro do lar e todos os mecanismos que dela derivam. Este espaço ao abrigar as instituições mais tradicionais como, por exemplo, a fábrica, a escola e a igreja (já que até as manifestações religiosas passaram a ser também de forma remota) abriga também as estruturas materiais, simbólicas e de poder que elas possuem.

Esse processo que “coisifica” as estruturas já vinha acontecendo com a performance das redes sociais e acabou ganhando um solo fértil com isolamento, na pandemia, na qual Sibilía (2016) chamou de um movimento da “intimidade à extimidade”. Extimidade é um processo que lança ao público aspectos da singularidade, na qual o dentro é fora. Por meio da tecnologia, das câmeras, das *selfies*, das *lives*, das inúmeras reuniões remotas, abrimos a janela da nossa casa e da nossa vida e adentramos também no espaço privado do outro sem nenhum (des)conforto e aos poucos tudo se mistura ainda mais. Bauman (2004) ao criticar sobre a fragilidade dos laços sociais resume essa ideia colocando que “nunca estivemos tão juntos e tão separados ao mesmo tempo”.

Pois bem, como são nas práticas sociais que se constitui a identidade e paralelamente nas práticas individuais que se constitui o meio social, surge a reflexão dos impactos que esse movimento pode causar na coletividade.

Sobre essa dinâmica do trabalho vinculado ao lar e os impactos na sociedade, Haubrich & Froehlich (2020), mencionam uma tendência, no *home office*, à individualização do trabalho, o que tende a gerar isolamento social, profissional e político e, conseqüentemente, um menor envolvimento coletivo nas questões laborais.

A tendência de individualização e a conseqüente ausência de envolvimento em questões coletivas do trabalho no *home office*, Alves (2021) denomina de “processo de dessubjetivação de classe” que teria minado a luta coletiva e “capturado” a subjetividade do trabalhador pelos valores do mercado. Segundo ele (2021, p. 24) “o capital não apenas revolucionou a tecnologia e a organização do trabalho, mas os anseios e expectativas das novas gerações da força de trabalho de que se formou sob os ideais de concorrência e individualismo possessivo”.

As novas gerações não apenas estão aptas para usar e trabalhar com as tecnologias, como foram criadas e se tornaram portadoras dos valores da sociedade do desempenho. Com a precariedade e a individualização do trabalho (dentre eles, o *home office* que é uma individualização simbólica, mas também física) esse processo de ausência de luta coletiva e política tende a se exacerbar.

Seria o fim da luta coletiva de classe, o fim das resistências coletivas e o início de uma resistência individual?

CAPÍTULO 3

RESISTÊNCIA: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS

A presente discussão é iniciada retrocitando a epígrafe apresentada na introdução e que deu luz a toda a proposta dessa escrita. “*Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer*”, uma frase que foi poetizada por Conceição Evaristo (2006), símbolo de resistência feminina e que posteriormente foi utilizada por movimentos sociais da mulher frente a atravessamentos sociais, políticos e históricos.

Sua obra que se entrelaça com sua história de vida, busca resgatar as memórias e narrar um contexto não de forma idealizada, mas real, de ver os sujeitos como de fato eles são. Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em 1946 em uma favela na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais e sua obra vem desenvolvendo um caminho marcado pela luta e resistência de povos negros, de movimentos de descolonização e da figura feminina. Ela é doutora em Letras pela UFF - Universidade Federal Fluminense, mestre em Letras pela PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua proposta de atuação se dá nas áreas de Literatura e Educação com foco em etnia e gênero.

O romance “*Becos da Memória*”, foi escrito por ela no ano de 1980 e publicado apenas em 2006 e narra os becos da favela na qual ela e sua família se desenvolveram. Ela faz uma analogia propondo que os becos da favela são também becos da sua memória e que se desdobra em relatos e experiências pessoais de sua vida e da vida dos “personagens” que ali viviam. “Homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos da minha favela” (EVARISTO, 2006, p. 17).

A história é, portanto, um compilado de relatos pessoais e de moradores de uma favela às vésperas de um processo de desfavelamento. Maria Nova, uma narradora onipresente, insere o leitor na vida de pessoas que foram retiradas dos seus lugares em troca de pouquíssimas quantidades de dinheiro ou por pedaços de paus para construírem um novo lugar. Ao percorrer os becos da favela ela apresenta memórias de luta, sonhos, pensamentos, sentimentos e resistências.

“Maria Nova contemplou por muito tempo o pôr do sol, teve vontade de ler e escrever alguma coisa, mas já tinham guardado os livros e os cadernos em um caixote que sempre servira de cadeira ou de mesa quando ela se assentava no chão. A noite veio caindo lenta e carregada de pontos luminosos lá do céu, aquela seria a sua última noite na favela” (EVARISTO, 2006).

Em um país que é marcado pelas desigualdades de gênero, raça e classe social, Evaristo (2006) narra a luta de pessoas que sofrem as consequências de um contexto histórico e discorre sobre a importância do lugar e do espaço social. Em uma de suas entrevistas sobre o livro, realizada pela plataforma *YouTube*, na conta Itaú Cultural, Evaristo retorna para o espaço onde foi “desfavelada” (que agora abriga prédios e um hospital) e comenta:

“Eu digo com muita veemência que esse espaço é meu, é nosso, e de toda uma comunidade que viveu aqui, na medida que nossas vidas e todo princípio de nossa vida está plantada aqui. Eu sinto que há toda uma geografia afetiva que me pertencia dentro desse espaço, ela foi agredida e uma das sensações que eu tenho quando estou nesse espaço é como se o meu corpo, fisicamente, tivesse sido agredido também”.

Esse processo que para Guimarães (1997) é chamado de “rememoração” é importante não apenas por preencher os “becos” da memória do sujeito, mas por trazer à tona a sobrevivência de um passado que é preservado na história singular de cada um, mas criado e mantido no coletivo. Sendo assim, as palavras, as memórias, os sentimentos e as experiências trazidas por Evaristo são um artifício usado pela escritora para seguir a luta pela vida. Nesta narrativa se encontra uma vivência e sua escrita representa um meio encontrado por ela para continuar essa história.

“Um dia, agora, ela já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria Nova um dia escreveria a fala do seu povo” (EVARISTO, 2006).

Aqui se encontra o real motivo tanto da escolha da epígrafe, que resume a proposta da pesquisa, quanto de discutir sobre o romance desenvolvido por Evaristo: ao construir suas memórias, uma identidade também é desenvolvida e essa identidade, por se tratar de sujeitos que estão à margem da sociedade, cria também um processo de resistência, por mais sutil que ele seja. A escrita e a memória são a forma com que ela encontrou para resistir. Deste modo ela “reverte os efeitos da recusa dos donos do saber e do poder de modo que outros saberes ‘negados’ se infiltrem no discurso dominante e se tornem a base de sua autoridade - suas regras de reconhecimento” (BHABHA, 2006, p. 165).

A escrita de Evaristo se torna um espaço de resistência e representatividade; que representa, além das memórias de um povo, as diversas forças políticas que constituem os grupos sociais. Na mesma entrevista proposta pelo Itaú Cultural ela explica a importância de lembrar e de compartilhar essa experiência, criando um espaço de coletividade.

“Para mim, todas as memórias devem ser lembradas, mesmo as memórias doloridas. Eu tenho o hábito de lembrar as memórias dolorosas sempre numa atitude de celebrar o presente, de celebrar aquilo que a gente conseguiu vencer. No caso desse lugar eu não deixaria nenhuma memória de fora, pelo contrário, lamento aquelas que eu não consigo lembrar. Agora, as memórias doloridas são boas lembranças de quando você consegue realmente sair daquele estado de dor. Essa memória dolorida atua como um espaço de resistência. A memória coletiva é um processo de resistência”.

Neste ponto, o leitor pode estar se perguntando qual é a ligação que existe entre lembrar um processo de desfavelamento e, por outro lado, olhar para as implicações na saúde e na vida da mulher trabalhadora em *home office*. A relação que se faz com as reflexões de Evaristo, tanto no livro, como na entrevista, e o objetivo de pensar na “*Resistência Feminina no trabalho à distância: a linha tênue entre o home e o office*”, é a de buscar compreender se a trabalhadora usou de táticas e estratégias para resistir frente às imponderabilidades do cotidiano pandêmico, assim como o fez Maria Nova e/ou Conceição Evaristo diante do desfavelamento, não para comparar os dois processos, mas para expor a resistência feminina frente às assimetrias do poder na sociedade.

3.1 - Resistência: a estrutura de poder do “subsolo”

Para falar sobre o que seria, portanto, essa resistência, que foi tão comentada durante esse processo de escrita, cabe buscar compreender inicialmente ao que, de fato, o sujeito resiste.

Considerando o período que corresponde ao século XVII e percorrendo até meados do XIX, Michael Foucault (1999) teoriza sobre o desenvolvimento de um fenômeno que, segundo ele, ditaria e levaria a compreender as condições existenciais, a saber, a promoção da vida pelo poder. Isso significa que a partir de estruturas sociais a vida passou a ser comandada por uma ordem de saber e de poder, na qual aquilo que era subjetivo passa a ser refletido na política e na economia. Foucault (1999) passou a compreender esse fenômeno tendo como base a “estrutura clássica da soberania”, na qual o direito à vida e à morte é de responsabilidade de um soberano.

Nessa lógica, o poder soberano que, segundo ele, tem fundamentos na antiga família romana, na cultura grega e na ideologia judaico-cristã, é aquele que faz viver e faz morrer e dita os comandos de existência e coletividade. Essa perspectiva de soberania passou a ser insuficiente para acompanhar um modelo político e econômico que vinha em uma crescente, sendo necessário também transformar as relações de poder.

A partir do século XVIII, Foucault (1999) apresenta que surgem mecanismos de poder que são intensamente voltados para o controle do corpo dos indivíduos, isso com o objetivo de vigiá-los e aumentar sua força produtiva. A vida passa a ser potencializada e não mais destruída, visto que a lógica é a de que a vida é de suma importância para o capital. Essas novas estruturas de poder passaram a ser incessantemente veiculadas nas escolas, igrejas, quartéis, hospitais e fábricas, na qual o poder soberano dá espaço para um poder disciplinar.

Na segunda metade do século XVIII teria surgido uma outra tecnologia de poder que não excluía a disciplina, mas a complementava e que não estava mais direcionada ao corpo dos indivíduos, mas a uma coletividade mais complexa, poder este que Foucault (1999) denominou de biopolítica. Este estava voltado a um controle que não mais é individualizante, mas coletivo e normatizador.

“De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar da mesma forma ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma”. (FOUCAULT, 2000, p. 302).

A função regulamentadora da norma comanda, nesta sociedade, o que é bom e ruim, o que é aceitável e inaceitável, o que é normal e diferente, o que é saudável e patológico e, muito importante, o que o sujeito precisa ter ou ser para ser produtivo ou improdutivo. Esse poder dita um sentido para vida, uma direção correta a se seguir, um modo de ser e estar no mundo, tudo isso baseado em uma ideologia econômica, a ideologia do capital.

Agora, olhando para as estruturas de poder mais atuais (séculos XX e XXI), e fazendo o caminho que já foi proposto em outros pontos dessa escrita que vai de Foucault (1999) a Han (2015), percebe-se novamente que as novas estruturas de poder são baseadas em um projeto econômico neoliberal. Como essas técnicas de poder de certa forma, regulam tanto a individualidade como o coletivo, esse projeto aponta para indivíduos dinâmicos, competitivos e flexíveis, que gerem

suas vidas por meio de comportamentos coletivos de empreendedorismo e sejam “empresários de si mesmos”.

A partir daqui, o que se torna o ponto central para essa pesquisa não são as estruturas de poder em si, mas todos os mecanismos e as técnicas que emergiram com e a partir desse novo fenômeno, pois há de se ponderar que os indivíduos não são receptáculos vazios e inertes, não são passivos, eles também possuem capacidades de resistência, ou seja, se a há a disciplina, há também a antidisdisciplina.

“O que há de interessante nessa contextualização é que, paralelamente à emergência das formas de governamentalidade, teria surgido também a questão de como não ser governado, ou seja, diante do aparecimento de tecnologias de poder que conduziram as condutas dos indivíduos eclodiu o problema dos contrapoderes, das contracondutas, da possibilidade de resistência. De modo geral, a questão da contraconduta, de acordo com Foucault, não implicaria em não sermos absolutamente governados, mas em não ser governado de certa maneira, de acordo com certos princípios e por determinado grupo. Nesse sentido, a crítica é tomada por Foucault como uma atitude virtuosa que confere ao indivíduo a possibilidade de escolher como deseja ser governado, ou a chance de resistir a um modo específico de conduta. A crítica é definida então, como a arte de não ser governado assim e a esse preço” (SILVA & SILVA, 2021).

Neste ponto, define-se a palavra resistência, de acordo com o dicionário *Oxford Languages* da plataforma *Google* como a “propriedade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo”, e essa definição diz muito sobre as reflexões trazidas acima. A resistência seria o movimento de reagir contra as normas, as condutas, os disciplinamentos.

Sobre esse processo e com uma análise rebuscada e, por que não dizer, poética, Michel de Certeau (1998), expõe uma lógica das ações resistentes do cotidiano, que as denomina de antidisdisciplinas, conforme dito acima. Ele enxerga o sujeito de modo confiante, otimista e potencializa a sua existência.

Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminado. Caminhante inumerável. (...) Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas. Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de braços sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados, e depois fixar-se enfim na multidão do público. (CERTEAU, 1994, p. 57).

Para Certeau (1994) estes entes sociais não são destituídos de poder, mas são indivíduos que subvertem a ordem e as disciplinas estabelecidas. Usam de um poder tão sutil e lógico que os tornam difíceis de serem capturados pelos meios científicos, analíticos e positivistas. O autor busca com isso compreender os espaços sutis onde essa resistência acontece, onde esse poder se movimenta, qual é o “fazer” utilizado por eles. Ao perceber como esse poder se define para Certeau (1994), entende-se também como os sujeitos sociais reinventam o seu cotidiano.

“(...) para Certeau, o poder não é um ente, mas é um fluxo, um movimento, nem localizável e nem pertencente a algum grupo, ora tensionado da superfície social para o subsolo e ora tensionado do subsolo para a superfície, ora usado para constituir estratégias de opressão e ora requisitado nas táticas de sobrevivência” (SILVA & SILVA, 2021, pg. 10).

A resistência, portanto, pode ser considerada também uma tecnologia do poder, mas um poder que emerge do “subsolo”. Enquanto, de um lado, a realidade é imposta por meio de uma racionalidade técnica, de outro, “a resistência promovida no subsolo surge através de uma poética do cotidiano e dos espaços” que corrompe e subverte a ordem (SILVA & SILVA, 2021 pg. 08).

Abre-se um parênteses nesta discussão para fazer uma analogia mais evidente entre essa ideia de resistência com o romance “*Becos da Memória*” (EVARISTO, 2006). A imagem de uma família sendo retirada, quase que a força, do seu espaço geográfico, afetivo e simbólico e que representa uma agressão cometida contra um lugar, um coletivo, um corpo, é subvertida por um processo na qual a rememoração, o compartilhamento de experiências e a própria criação de um livro “consiste na arte de desviar, de maneira poética e criativa, uma ordem racional dentro da própria ordem”. (SILVA & SILVA, 2021).

Por fim, o intuito de problematizar os processos de resistência não é de tomar esse fenômeno como utópico e idealizado, mas o de compreender que essas ações acontecem no cotidiano, por meio de táticas e estratégias que vão se articulando, ou seja, percebendo quais são as “maneiras de fazer” resistência encontradas pelos sujeitos (CERTEAU, 1994).

3.2 - Táticas e Estratégias: “fazer com” e “um próprio”

Propor uma definição das categorias de táticas e estratégias é de suma importância para compreender como elas são criadas pelas trabalhadoras em *home office* e de que forma suas práticas cotidianas vão criando espaços de deslocamentos, de transformações e de ressignificações.

Em um espaço onde os papéis sociais se entrelaçam e se misturam, visto que a casa é o contexto geográfico que abriga os papéis sociais de mulher, de mãe e de trabalhadora, há de se ponderar que essas trabalhadoras resistam tática e estrategicamente a um processo de precarização do trabalho e da vida, e que se constituam em conjunto de ações de sobrevivência frente a espaços de tensão e controle.

As táticas e estratégias, em Certeau (1994), seriam as antidisciplinas, e constituem um conjunto de procedimentos de resistência, como uma necessidade da vida, de continuar vivendo. Elas mostram, por exemplo, como as trabalhadoras em home office, poderiam lidar com os atravessamentos sociais, culturais, políticos e econômicos, “impondo uma resistência à racionalidade que tenta discipliná-las” (CASTRO, 2010, p.51) e criando como se fosse um ruído dentro de um sistema organizado. Essas relações de poderes e contrapoderes

“(…) se articulam no cotidiano entre as produções culturais e as pessoas que as consomem. E são marcadas por uma assimetria de forças, mas que isso não significa uma impossibilidade de se diferenciar do que está sendo consumido, isto é, as pessoas não consomem passivamente os produtos culturais de nossa sociedade e de seus componentes, como o espaço, mas os ressignificam constantemente, o que demonstra uma atividade resistente”. (CASTRO, 2010, p. 50)

Deste modo, essas atividades resistentes se refletem sobre essas duas categorias. A primeira é intuitiva, qualitativa e mais poética, fazendo uso das táticas. A segunda é constituída por cálculos e estatísticas e constitui as estratégias.

A primeira categoria (tática), que Certeau (1994) conceitua de “fazer com”, não pressupõe um poder pessoal, mas utiliza da força do outro em favor próprio (*fazer para mim com a força do outro*). Como o poder é do outro, age-se no campo dele, caminhando na contramão da instituição de uma ordem e produzindo possibilidades para além de um universo que se pretende determinista. Ele exemplifica o fazer com, essa lógica de usar as estruturas do sistemas em favor próprio, mas subvertendo sua finalidade, por meio da lógica da sucata.

“Esse fenômeno se vai generalizando por toda a parte, mesmo que os quadros o penalizem ou “fechem os olhos” para não vê-lo. Acusado de roubar, de recuperar material para seu proveito próprio e utilizar as máquinas por conta própria, o trabalhador que trabalha com sucata subtraí à fábrica (e não tanto bens, porque só se serve de restos) em vista de um trabalho livre, criativo e precisamente não lucrativo. Nos próprios lugares onde reina a máquina a que deve servir, o operário trapaceia pelo prazer de inventar produtos gratuitos destinados somente a significar por sua obra um saber-fazer pessoal e responder por uma despesa a solidariedades operárias ou familiares” (CERTEAU, 1994, p.87-88).

No exemplo da sucata o trabalhador consome o que lhe é determinado, por exemplo trabalhar, e é afetado subjetivamente por isso, mas ao fazê-lo ele dá um outro significado para o uso do lugar e dos objetos, transformando uma imposição em um elemento criativo. No local de trabalho se difundiu uma técnica cultural que camuflou a reprodução econômica. A sucata é produzida em meio a uma estrutura de poder, mas no meio desse processo, o trabalhador subverte essa ordem, resistindo taticamente. A tática, além de metaforizar a ordem dominante e fazê-la funcionar de uma outra forma, pode ser definida por Certeau (1994, p.146) como

“(...) a relação de forças que está no princípio de uma criatividade intelectual tão tenaz como sutil, incansável, mobilizada à espera de qualquer ocasião, espalhada nos terrenos da ordem dominante, estranha às regras próprias da racionalidade e que esta impõe com base no direito adquirido de um próprio”.

Um outro exemplo que podemos dar de resistência tática diz respeito à própria escrita do livro de Evaristo (2006) que retrata a mulher negra como enunciativa e porta voz da sua trajetória de vida. Ela utiliza de um poder ideológico do outro, a saber, o discurso dominante, e refaz a construção de suas próprias memórias coletivizando-as, tudo isso agindo no campo do outro, no campo dos donos do saber. Essa ação por si só é uma arte, a arte de se utilizar daquilo que lhe é imposto e, ao se efetivar nas falhas de vigilância do poder, se constitui como uma das principais formas de resistência e de luta dos menos privilegiados, ou que Certeau (1998) chama de “a arte de fazer”.

Por sua vez, a segunda categoria (estratégia) que prescinde de “um próprio”, pressupõe “um lugar do querer e do poder próprio”, na qual é possível usar desse poder para calcular e planejar as resistências estratégicas, ao passo que permite antever as ações frente às circunstâncias impostas pelo outro e manter um controle sobre o tempo. Deste modo, Certeau (1994, p. 46) chama de estratégia as

“(...) ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes)

capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem”.

A instauração dessa categoria é acompanhada de algumas características propostas por Certeau (1994): a primeira diz respeito a uma vitória do lugar sobre o tempo, uma independência em relação a variabilidade das circunstâncias; a segunda é um domínio do lugar também sobre a vista, o contexto, ou seja, a antecipação do tempo pela leitura correta do espaço; e a terceira, que ele chama de poder do saber, é a capacidade de transformar as contradições da história em uma perspectiva compreensível, permitindo saber para poder comandar.

Ressalta-se, neste ponto, que táticas e estratégias não são um movimento dualista, já que a segunda categoria pode estar imbricada na primeira, e vice-versa. As ações cotidianas vão transitando entre esses dois pólos. O que distingue uma da outra é o modo de fazer resistência, sendo que a estratégia é capaz de produzir, mapear e impor e à tática cabe apenas utilizar, manipular ou alterar. Segundo Certeau (1994), a estratégia corresponde à técnica dos fortes, o cálculo prévio dos espaços, a racionalização dos sentidos e, por outro lado, a tática é a arte do fraco, corresponde a sua capacidade de se mover nos espaços do outro. Então para ser fiel ao cotidiano, precisamos destacar que as contingências são múltiplas e que assim, somos fortes e/ou fracos ao mesmo tempo e dependendo dos múltiplos ângulos que se pode adotar para olhar as situações.

É necessário, a partir dessa leitura, buscar compreender as relações que se articulam entre as práticas cotidianas das mulheres trabalhadoras em *home office* e todas as imposições, atravessamentos e determinações que dela derivam e quais são as táticas e/ou estratégias que se desenvolvem ou não nesse contexto em prol da sobrevivência. Como elas resistem? Como subvertem a ordem dominante ? Como enfrentam as determinações racionalizadas a respeito da vida e do trabalho? Como criam táticas ou estratégias? Ou será que não o fazem ?

CAPÍTULO 4

MÉTODO

A escolha do método e a iniciativa de pesquisar, de acordo com Asti Vera (1979) depende de se ter ou não um problema, pois, segundo o autor, alguém que não tem um problema não tem motivos para pesquisar. De modo mais abrangente Richardson (1989, p. 29) esclarece que “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”. O desenvolvimento desse estudo se define como uma pesquisa aplicada à ciência psicológica, em especial à Psicologia Social do Trabalho. E por se tratar de um objeto de estudo subjetivo, interpretativo e mutável, para alcançar os objetivos da pesquisa, a metodologia se baseia em uma análise qualitativa, exploratória e descritiva.

Primeiramente, ao realizar uma pesquisa de cunho qualitativo o foco é pela compreensão dos problemas enfrentados pelos sujeitos de pesquisa em seu cotidiano, para além de uma visão positivista de ciência, mas em uma perspectiva que visa percebê-lo como agente dos processos sócio-históricos e mobilizados por eles.

A pesquisa em uma análise qualitativa, segundo Cassel & Symon (1994, p. 127 *apud* Dalfovo, Lana & Silveira, 2008, p.10) engloba algumas características sobre a complexidade dos fenômenos estudados, sendo elas: ênfase nos processos subjetivos e nas diversas compreensões acerca do problema e não na análise de um objeto pré-determinado; preocupação com o contexto histórico, social e emocional do sujeito; maior flexibilidade na forma de condução da pesquisa, visto que há o entendimento que a pesquisa influencia o pesquisando e é influenciada por ele; foco nas interpretações do pesquisando, ao passo que a complexidade do campo de estudo não permite desenvolver verdades absolutas.

Por sua vez, a pesquisa exploratória traz a possibilidade de conhecer a realidade do fenômeno estudado de maneira mais completa e profunda, ao passo que possui um planejamento mais flexível e envolve o levantamento bibliográfico, discussões com especialistas e experiências práticas com o problema/tema do estudo pesquisado. Além de qualitativa e exploratória, essa pesquisa se propõe a ser descritiva pois objetiva apontar algumas características do fenômeno buscando a possível compreensão dos dados contidos na realidade contexto onde este fenômeno está inserido, incluindo as pessoas e as condições políticas, sociais, culturais e econômicas daquela realidade (GIL, 2007).

Portanto, o objeto de estudo da presente pesquisa se estabelece como uma tentativa de compreender as táticas e estratégias criadas pelas trabalhadoras entrevistadas nos processos de *home office* na pandemia do Covid-19. O sujeito proposto pela pesquisa são mulheres trabalhadoras que estejam desenvolvendo suas atividades em processo de trabalho à distância (*home office*) e que contemplem uma faixa etária de 18 a 50 anos. A escolha da faixa etária se baseia em um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA que estabelece essa faixa como a média de idade da população feminina economicamente ativa, sendo estes os critérios de inclusão para realização da pesquisa.

São realizadas as seguintes etapas: a) revisão da literatura; b) pesquisa etnográfica virtual; c) contato com as trabalhadoras; d) triagem por meio de formulário na plataforma Google; e) entrevista; f) análise e discussão de dados.

A revisão de literatura se fez necessária e importante visto que ela delimita o problema, evita abordagens sem sustentação teórica e possibilita novas linhas e focos de investigações futuras. Cardoso *et al* (2010, p. 07) explica a relevância social da revisão de literatura apontando que “cada investigador analisa minuciosamente os trabalhos dos investigadores que o precederam e, só então, compreendido o testemunho que lhe foi confiado, parte equipado para a sua própria aventura”.

Paralelamente à revisão da literatura, realizou-se uma pesquisa de cunho etnográfico. Nesta abordagem o sujeito de pesquisa, que historicamente é ator das ações sociais e relacionais, contribui para dar significado ao universo pesquisado. Ao preocupar-se com uma análise holística e dialética da cultura, a etnografia compreende que o sujeito pode significar as contradições sociais evidenciadas nas estruturas e nos processos interacionais.

Parafraseando Mattos (2011),

Em etnografia, holisticamente, observa-se os modos como grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação.

Levando em consideração o fazer etnográfico, pode-se entender que na atualidade a internet se constitui como uma representação das práticas sociais, ou seja, as interações sociais foram atravessadas pela virtualidade. Isso significa, que a internet pode ser tanto o objeto de pesquisa, como o local e o instrumento onde ela se realiza. No caso do presente trabalho, em específico, foi o

ambiente onde a pesquisa aconteceu, bem como a ferramenta para coleta dos dados; o que metodologicamente pode-se chamar de etnografia virtual.

Ao propor o termo etnografia virtual, Hine (2009, p. 13) apresenta que a investigação acontece no campo online, mas não é desvinculada da cultura que a compõe.

“A metodologia de uma etnografia é inseparável dos contextos nos quais ela é empregada e é uma abordagem adaptativa que floresce na reflexividade sobre o método. A abordagem etnográfica descrita aqui tem como objetivo fazer justiça à riqueza e complexidade da Internet e também defender a experimentação dentro do gênero como uma resposta a novas situações”.

As dimensões de espaço e tempo foram redimensionadas pela era da informação e comunicação, o que ocasionou transformações diretas no fazer etnográfico em pesquisa, e na vida e subjetividade das trabalhadoras, visto que “a etnografia pode se encaixar nas condições da vida cotidiana das sociedades complexas” (HINE, 2009, p. 6). Portanto, o termo etnografia virtual, leva em consideração como a etnografia considera, se adapta e se flexibiliza frente aos sistemas informatizados. Essa metodologia foi adotada para entrar em contato com comunidades virtuais, perfis de usuáries e grupos de discussão na rede social *Instagram*, local onde as pessoas trocam experiências, interagem, disseminam e amplificam as informações. Pensando nisso, o objetivo de realizar a pesquisa etnográfica virtual foi analisar contextos onde as discussões sobre o tema possivelmente se estabelecem.

O *Instagram* - uma rede de compartilhamento de fotos e vídeos - proporcionou “seguir” perfis de usuários e/ou comunidades virtuais com a intenção de acompanhar as atualizações que vão sendo feitas nestes perfis no decorrer do tempo. As relações intermediadas pelos dispositivos tecnológicos criaram a oportunidade de gerar novos relacionamentos de modo que possibilitam conhecer pessoas com interesses em comum. Dentro dessa plataforma, que apresenta amplas possibilidades de interação, existe uma ferramenta de busca por meio de palavras-chave, que permite que o usuário encontre perfis pessoais e organizacionais, fotos e vídeos que estejam relacionadas com as palavras em questão. Essa ferramenta de pesquisa, que é simbolizada por uma lupa, busca por tópicos e contas de interesse para ajudar os usuários a encontrarem o que desejam.

Essas buscas são classificadas por meio de “sinais” que são disponibilizados pelo próprio usuário: a) o texto emitido na barra de pesquisa (a palavra-chave); b) a atividade do usuário dentro da plataforma (contas que ele “segue”, publicações vistas, publicações curtidas e interações com outras contas relacionadas); c) informações sobre os resultados da pesquisa, apresentando-as em

ordem de “popularidade”. Desta forma, a plataforma permitiu que entrasse em contato com contas e assuntos de mais relevância.

Sobre a ferramenta de busca, para além das questões algorítmicas que as envolve, a plataforma utiliza um mecanismo de “triagem” das informações por meio de um termo que é conhecido como *hashtag*. O mesmo é associado a tópicos que podem ser pesquisados em redes sociais, inserindo o símbolo do “jogo da velha” (#) antes da palavra, frase ou expressão. A *hashtag* permite que todas as publicações em redes sociais que usem uma mesma *hashtag* possam ser mais facilmente encontradas. Para exemplificar: se um usuário entrar na ferramenta de busca e escrever #mulher, é possível acessar as principais publicações que envolvem essa *hashtag*, as contas pessoais e/ou organizacionais que utilizam essa expressão e, até mesmo, os locais físicos onde a expressão foi citada. Para entrar em contato com essas publicações no *Instagram* foi realizada uma busca ativa por meio das seguintes palavras-chave: #home office, #pandemia, #mulher ou #resistência.

Além de procurar compreender os conteúdos presentes nessas contas e/ou publicações, bem como participar dos grupos e discussões que as envolviam, por meio dessas foi possível alcançar algumas trabalhadoras para participarem da proposta da pesquisa, na qual foi encaminhado para as elas um *link* de acesso para um formulário sócio demográfico (*Google Forms*) que objetivou fazer uma triagem para as entrevistas e caracterizar os sujeitos da pesquisa. O formulário, na íntegra, se encontra em anexo.

A entrevista, que foi realizada com 10 trabalhadoras na modalidade de *home office*, tornou-se instrumento essencial à coleta de dados. Para Lüdke e André (1986):

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. [...] Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 34 *apud* SILVA; MARINHO; FRANÇA, 2013, p. 8)

O caráter interativo e dialógico que permeia a entrevista é valioso tanto para a coleta de informações, quanto para as impressões do entrevistador frente ao entrevistado, uma vez que a interação é recíproca entre quem pergunta e quem responde. O ato de entrevistar, na concepção qualitativa, é passível de negociação entre o entrevistador e entrevistado, pois o ambiente interacional da entrevista configura-se pelo contexto sócio histórico e pelos participantes nele inseridos, estes carregados de ideologias, tensões e intenções.

Nesse sentido, foi necessário preparar e selecionar o tipo de entrevista que se adequasse ao propósito do trabalho, bem como refletir sobre perguntas de forma a elaborá-las com coerência e foco e contratar com o entrevistado que ele é livre para responder conforme condições e conhecimento sobre o assunto. É válido mencionar ainda que as entrevistas utilizam números para serem identificadas, conforme pressupõe o Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis.

A coleta de dados foi, então, realizada por meio de entrevista semi-estruturada com o total de 10 perguntas, que seguem descritas em anexo. As questões foram elaboradas com base em referencial teórico e versavam de forma geral à indagação central dessa pesquisa: quais são as táticas e as estratégicas que as trabalhadoras utilizam, ativamente, para resistir frente aos obstáculos, determinações, sobrecargas e opressão vividas no *home office* durante a Pandemia? Sua elaboração na íntegra segue em anexo.

Tavares (2002, p. 75), afirma a importância da entrevista como uma técnica que garante ao profissional “acesso amplo e profundo ao outro, a seu modo de se estruturar e de se relacionar, mais do que qualquer outro método de coleta de informações”. Propriamente dita, a entrevista semi-estruturada auxiliou no processo de coleta de informações, pois ao mesmo tempo em que possibilitou às trabalhadoras uma liberdade de expressão, enfocou o tema específico e direcionou o sujeito para os objetivos da pesquisa.

Levando em consideração as regras do distanciamento social e ao próprio fato da distância física entre pesquisador e pesquisado (visto que como se trata de um pesquisa de cunho etnográfico virtual as trabalhadoras eram das mais variadas localizações), as entrevistas foram realizadas por chamada de vídeo na plataforma *Google Meet* ou por meio de áudio no aplicativo *WhatsApp*, na qual as perguntas eram enviadas uma a uma conforme elas mandavam às respostas, tudo a critério da entrevistada. As entrevistas foram gravadas e os áudios salvos e, posteriormente, transcritas na íntegra.

A partir da coleta dos dados, por meio da pesquisa etnográfica virtual, do formulário sócio demográfico e das entrevistas, propusemos algumas categorias analíticas que foram desenvolvidas por meio da metodologia apresentada por Braun & Clarke (2006), que diz respeito à “análise de conteúdo temática”. Essa metodologia procura reconhecer, verificar e refletir sobre quais assuntos e padrões se repetem ao longo da análise de dados.

Amplamente utilizada na área psicológica, a Análise Temática (AT) objetiva apresentar de forma muito flexível, as experiências e significados que os participantes dão para a sua realidade pessoal e social e como essas realidades vão sendo criadas por meios de discursos e práticas que operam dentro da sociedade. Para Braun & Clarke (2006, p. 7-8) “a análise temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a realidade, como para desfazer ou desvendar a superfície dessa realidade”.

Essa postura analítica passa a ser definida não por meio de um referencial teórico, apesar de fundamentar-se nele, mas sim por meio dos textos, escritos ou falados, que são disponibilizados pelos sujeitos da pesquisa, neste caso as mulheres trabalhadoras em *home office* e o foco está em encontrar padrões repetidos de significados. As autoras apontam para a necessidade do pesquisador passar por seis fases metodológicas para a realização de uma análise temática e ao coletar os dados sociodemográficos, por meio de entrevistas com as trabalhadoras em *home office* foi possível percorrer por todas essas fases.

A primeira diz respeito a uma familiarização com os dados, uma imersão que pressupõe a busca por padrões e significados repetidos. Os dados coletados por meio do questionário (que serão apresentados a seguir) e pelas entrevistas possibilitaram uma familiarização inicial e uma leitura exploratória com base em temas que começaram a ser similares.

Na segunda fase o pesquisador promove uma caracterização dos dados que estejam amplamente interligados com o fenômeno estudado; aponta-se que esses dados podem ser tanto de abordagem semântica como latente. Na caracterização semântica o pesquisador não está a procura de algum dado específico e age de forma mais flexível em relação ao que foi dito; e na proposta de abordagem latente a análise vai além do conteúdo dos dados e busca identificar e examinar as ideias baseadas em algum conteúdo subjacente (BRAUN & CLARKE, 2006). No caso da presente pesquisa a Análise Temática se caracteriza como uma abordagem latente pois seu objetivo é buscar as táticas e estratégias utilizadas pelas trabalhadoras em *home office*.

A terceira fase da análise temática pressupõe a busca por temas que se repetem nos dados coletados e busca fazer uma triagem dessas informações para construir as categorias analíticas, neste ponto foi possível ir percebendo as primeiras sugestões de temas. A quarta fase aconteceu por meio de uma revisão e reestruturação das categorias confrontando-as com o referencial teórico. As duas últimas fases, que acontecem de forma quase que simultânea, são a definição clara das categorias e a

discussão final dos dados, o que se propõe a ser feito capítulo 5, na sequência (BRAUN & CLARKE, 2006).

Sendo delimitadas as etapas de pesquisa os critérios para inclusão para participação são: ser mulher e trabalhar em regime de home office, contemplar a faixa etária de 18 a 50 anos, possuir conta vinculada à rede social Instagram, consentir com as especificações propostas pelo Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido – TCLE (em anexo), consentir em responder às questões propostas pelo questionário sociodemográfico e posteriormente pela entrevista.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, protocolo CAEE - 58134522.8.0000.5401 e foram seguidos todos os cuidados éticos necessários, garantindo-se o anonimato das trabalhadoras, que receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e consentiram com o mesmo.

CAPÍTULO 5

DISCUSSÃO DE DADOS

No presente capítulo será apresentada a discussão de dados e as considerações analíticas referentes ao conteúdo coletado e analisado neste estudo. Tais considerações se baseiam no referencial teórico possibilitado pelos três primeiros capítulos, no questionário sociodemográfico que visa realizar uma caracterização dos sujeitos de pesquisa e nas entrevistas semiestruturadas sobre a realidade do trabalho em *home office* realizado por mulheres durante a pandemia do Covid-19 e as possíveis táticas e estratégias encontradas por elas para resistir frente aos atravessamentos desse fenômeno.

As discussões aqui realizadas são fruto de uma primeira exploração dos dados obtidos, a partir dos quais foram identificadas algumas categorias analíticas. O desenvolvimento dessas categorias se baseiam em uma proposta de Braun & Clarke (2006), que diz respeito à “análise de conteúdo temática”, apresentada na metodologia.

A discussão de dados segue, portanto, as etapas da pesquisa. Primeiramente uma caracterização das participantes mediante questionário sociodemográfico e posteriormente as categorias de análise baseadas tanto nesta primeira etapa como nas entrevistas semi estruturadas.

5.1 Caracterização das participantes da pesquisa: questionário sócio demográfico

Participaram dessa primeira etapa da pesquisa 30 mulheres que trabalham em regime de *home office*, contemple a faixa etária de 18 a 50 anos, possuindo conta vinculada à rede social Instagram e consentindo com as especificações propostas pelo Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido – TCLE (em anexo), conforme os critérios de inclusão do presente estudo.

A amostra de 30 participantes foi criada por conveniência e foram convidadas a participar da pesquisa as mulheres trabalhadoras que se encaixassem nos critérios acima propostos. O formulário sócio demográfico foi realizado pela plataforma *Google Forms* e sua divulgação por meio de contas no aplicativo Instagram que nas suas publicações utilizavam as expressões: #homeoffice, #pandemia, #mulher ou #resistência, se utilizando da etnografia virtual para entrar em contato com essas participantes.

Em relação à coleta de dados menciona-se que das 30 participantes, 27 delas se sentiram à vontade para especificar o nome, lembrando que as entrevistas se utilizam de números para serem identificadas, conforme pressupõe o Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis, sendo por hipótese alguma esses nomes divulgados. Garantindo o sigilo das informações coletadas e o seu anonimato, respeitando a privacidade e mantendo em segredo as suas informações pessoais no decorrer da pesquisa e após a conclusão desta.

As 30 mulheres trabalhadoras em *home office* que participaram da pesquisa têm idade de 18 a 50 anos. Sendo que:

- 10% corresponde à faixa etária de 18-24 anos;
- 30% de 25-30 anos;
- 20% de 31-35 anos;
- 16,7% de 36-40 anos
- 16,7% de 41-45 anos; e
- 6,7% 46 ou mais.

Em relação ao gênero das participantes observa-se, de acordo com os dados disponibilizados na plataforma, que 96,7% das trabalhadoras se identificam como mulheres cisgêneras, o que representa a quantidade de 29 participantes. Enquanto que 1 participante, 3,3%, selecionou a opção “outro”.

As participantes da pesquisa informaram também que 53,3% delas não possuem filhos, ao passo que 46,7% possuem. Das 14 trabalhadoras (46,7%) que responderam ter filhos, 9 delas correspondem à quantidade de um filho e as outras 5, dois filhos.

Caracterizando o nível de escolaridade das trabalhadoras informa-se:

- 3,3% corresponde à conclusão do Ensino Médio;
- 6,7% - Ensino Superior incompleto;
- 16,7 %- Ensino Superior completo;
- 46,75 - Especialização; e
- 26,7% - Mestrado ou Doutorado;

Sobre a pergunta que visava compreender a identificação em relação a cor ou raça apontou que 86,7% se autodeclararam como brancas, 10% como pardas e 1% como amarelas. As opções de “preta”, “indígena” e “não sei responder” não tiveram marcações.

Em relação ao estado civil das mulheres trabalhadoras em *home office* obtiveram as respostas: 33,3 % como solteiras, 46,7% como casadas, 3,3% como separação legal/judicial ou divórcio e 16,7% em união estável. Em uma pergunta simultânea que poderiam ser selecionadas múltiplas opções elas responderam quanto à constituição do núcleo familiar que: 70% moram com o(a) cônjuge, 23,3% moram com os(as) filhos(as), 20% com os pais, 3,3% com os irmãos e 6,6% residem sozinhas.

As profissões dessas trabalhadoras são descritas por elas como:

- Advogada: 1
- Assistente Social: 2
- Assistente Administrativo/Escritório: 2
- Contadora: 1
- Empresária: 3
- Estudante: 1
- Professora e/ou pedagoga: 5
- Psicóloga: 5
- Pesquisadora: 2
- Servidora pública municipal: 5
- Servidora Pública Estadual: 1
- Servidora Pública Federal: 1
- Oficial de Justiça: 1

Com essas questões de gênero, raça e classe social, propostas pelo início do questionário, é necessário levantar a reflexão de que a mulher trabalhadora em *home office*, apesar de ser interpelada por diversas situações desiguais, ocupa um lugar de privilégio, de não estar somente lutando pela própria sobrevivência, diferente daquelas que estão dentro de outras narrativas e situações de existência. Ocupa-se um espaço social de mulheres, cisgêneras, brancas, com carreiras estáveis, escolarizadas e com uma rede de apoio, mesmo que de forma singela e pautada por

questões de desigualdade. Diferente da situação da maioria das mulheres brasileiras em que a casa ainda representa um espaço de trabalho não remunerado, com sobrecarga, somando as violências domésticas (MOREIRA et al., 2020).

Sobre as questões que adentram ao universo do trabalho em modalidade de *home office*, a pergunta “*antes da pandemia, você trabalhava em casa ou fora?*”, obteve como resposta que 83,3% das trabalhadoras trabalhavam fora de casa antes da pandemia, 13,3% de forma híbrida e apenas 1 delas (3,3%) já trabalhava em regime à distância.

Uma das questões de maior relevância e que merece destaque nesta categorização aponta que das 30 mulheres entrevistadas 80% delas sentem dificuldade em conciliar o *home office* com demais atividades voltadas à práticas domésticas, enquanto que 20% não vivem essa dificuldade. Analisando os dados de forma mais ampla, observou-se que das 6 mulheres (20%) que responderam não possuir dificuldade em conciliar o trabalho com as atividades domésticas, 5 delas não possuem filhos, o que pode corroborar com uma ideia de conflito de papéis sociais de ser mulher, mãe e trabalhadora em um mesmo espaço social na qual convergem exigências dos trabalhos produtivos e reprodutivos.

Aliada a essa mesma pergunta foi solicitado a complementação de qual seria a maior dificuldade em caso de resposta positiva na questão anterior e algumas pontuações merecem destaque:

“Conseguir abrir mão das tarefas domésticas nos intervalos do trabalho que deveriam ser para descanso, mas que acabam sendo utilizados para executar as tarefas domésticas”.

“A maior dificuldade que eu encontrei foi administrar o tempo entre o trabalho, as tarefas domésticas e os cuidados com uma bebê. Minha filha dormia, e eu não sabia se cuidava da casa ou terminava um serviço. E no final acabava sobrecarregada por não conseguir equilibrar as funções”.

“A administração do tempo e das tarefas, o trabalho invadiu a vida privada por 24 horas e isso dificultou a organização das rotinas domésticas”.

“Marido entender que estou trabalhando, mesmo que em casa, e não posso ficar parando para atividades domésticas”.

“Como trabalho de forma híbrida, acumulando duas funções, não sobra muito tempo para as atividades domésticas, priorizo priorizando apenas o preparo dos alimentos e o cuidados com as roupas. Assim, no dia de “folga” realizo as demais atividades. Me sinto exausta!”

“Local adequado, internet de qualidade tanto para o professor quanto para o aluno e muitos aplicativos são pagos ou dão acesso limitado às funções”.

“Com certeza é entender que eu, quando me sento na cadeira para trabalhar, não estou “deixando de lado” a minha casa, e sim fazendo a minha obrigação como funcionária, mais a bagunça ao redor uma louça na pia, brinquedos espalhados chegam a tirar a minha concentração... Inúmeras vezes precisei parar todo meu trabalho e ir “dar conta” do resto pois a sensação de cobrança que vem dentro de mim é maior do que tudo”.

“A sobrecarga de tarefas, atendimento constante e sem horário definido, dificuldade em lidar com as novas ferramentas, além do pouco reconhecimento dos familiares que alegaram que estando em casa todo serviço doméstico caberia a mim”.

Esses dados iniciais, principalmente essas reflexões trazidas por elas sobre as principais dificuldades encontradas nesse contexto reverberam um conflito que há muito tempo vem sendo problematizado, mas que se intensificou em um cenário pandêmico, a saber, a relação da mulher com a naturalização das funções domésticas e o seu trabalho produtivo. Citando Emídio et. al (2021, p. 364):

“tais questões apontam para a necessidade de se rediscutir o lugar do trabalho reprodutivo e a divisão sexual do trabalho, pois estes se configuraram socialmente, e não naturalmente como é comumente presumido por concepções essencialistas, colocando as mulheres em uma posição de quem deve se adaptar docilmente aos papéis sociais a elas “destinados”.

Por fim, a última questão visava fazer uma triagem das participantes que se interessam em fazer uma entrevista individual sobre o tema, na qual 20 delas responderam que sim e 10 que não.

Um fato que merece destaque nessa discussão e que, de certa forma, diz muito sobre o sujeito de pesquisa, foi a dificuldade encontrada para conciliar a segunda etapa da pesquisa (as entrevistas semi estruturadas) com a disponibilidade de tempo das trabalhadoras. Conforme pode ser analisado na caracterização das participantes, muitas das trabalhadoras responderam ao questionário com intenção positiva em participar das entrevistas (cerca de 66,7%), porém ao propor essa técnica por meio de vídeo chamada na plataforma *Google Meet* muitas delas solicitaram o envio das perguntas por meio do aplicativo *Whatsapp* e as responderam em forma de áudio, o que foi explicitado na metodologia.

Optamos por discorrer sobre os dados encontrados no questionário sócio demográfico a fim de propor uma análise mais qualitativa e descritiva. Contudo, segue abaixo os dados obtidos e sintetizados na forma de uma tabela, para dispor de uma maior visibilidade ao leitor.

Os dados substanciados na tabela estão descritos de acordo com a ordem do questionário, a saber: a) Identificação numérica das participantes; b) faixa etária; c) gênero; d) se possui filhos e a

quantidade; e) nível de escolaridade; f) cor ou raça; g) estado civil; h) composição do núcleo familiar; i) profissão; j) regime de trabalho antes da pandemia; k) dificuldade de conciliar o home office com práticas domésticas; l) interesse em participar da entrevista.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	31 a 35	Cisgênera	Sim - 1	Superior Completo	Branca	União estável	Cônjuge e filho	Empresária	Híbrido	Não	Sim
2	18 a 24	Cisgênera	Sim - 1	Especialização	Branca	Casada	Cônjuge e filha	Psicóloga/ Empresária	Home Office	Sim	Sim
3	25 a 30	Cisgênera	Não	Especialização	Branca	Solteira	Cônjuge	Servidora pública	Trabalha fora	Sim	Sim
4	25 a 30	Cisgênera	Não	Superior Incompleto	Branca	Solteira	Pais	Assistente Adm.	Híbrido	Sim	Sim
5	25 a 30	Cisgênera	Não	Mestrado ou Doutorado	Amarela	Solteira	Pais e irmãos	Professora/ Pesquisadora	Híbrido	Sim	Sim
6	46 a 50	Cisgênera	Sim - 1	Mestrado ou Doutorado	Branca	Casada	Cônjuge	Professora/ Psicóloga	Trabalha fora	Sim	Sim
7	25 a 30	Cisgênera	Sim - 1	Superior Completo	Branca	Casada	Cônjuge e filho	Advogada	Trabalha fora	Sim	Sim
8	36 a 40	Cisgênera	Não	Mestrado ou Doutorado	Branca	Casada	Cônjuge	Professora/ Psicóloga	Trabalha fora	Sim	Sim
9	36 a 40	Cisgênera	Não	Especialização	Branca	Solteira	Sozinha	Psicóloga	Trabalha fora	Sim	Sim
10	31 a 35	Cisgênera	Não	Mestrado ou Doutorado	Branca	Casada	Casada	Professora/ Psicóloga/ Pesquisadora	Trabalha fora	Sim	Não
11	41 a 45	Cisgênera	Sim - 2	Especialização	Branca	União estável	Pais, cônjuge e filho	Assistente Social Jurídica	Trabalha fora	Sim	Não
12	36 a 40	Cisgênera	Não	Mestrado ou Doutorado	Branca	Casada	Cônjuge	Servidora pública	Trabalha fora	Não	Sim
13	36 a 40	Cisgênera	Não	Especialização	Branca	Casada	Cônjuge	Servidora pública	Trabalha fora	Não	Sim
14	36 a 40	Cisgênera	Sim - 2	Especialização	Branca	Casada	Cônjuge e filhos	Servidora pública	Trabalha fora	Não	Não
15	18 a 24	Cisgênera	Não	Superior Incompleto	Parda	Solteira	Pais	Estudante	Trabalha fora	Não	Não

16	41 a 45	Cisgênera	Sim - 1	Especialização	Parda	Casada	Cônjuge e filhos	Servidora pública	Trabalha fora	Sim	Sim
17	25 a 30	Cisgênera	Não	Mestrado ou Doutorado	Branca	Solteira	Sozinha	Psicóloga	Trabalha fora	Sim	Não
18	41 a 45	Cisgênera	Sim - 1	Especialização	Branca	Casada	Cônjuge	Contadora	Trabalha fora	Sim	Sim
19	31 a 35	Cisgênera	Não	Especialização	Branca	Casada	Cônjuge	Oficial de Justiça	Trabalha fora	Sim	Não
20	31 a 35	Cisgênera	Não	Superior Completo	Branca	Casada	Cônjuge	Psicóloga	Trabalha fora	Sim	Sim
21	46 a 50	Cisgênera	Sim - 2	Especialização	Branca	Divorciada	Filhos	Servidora pública	Trabalha fora	Não	Não
22	25 a 30	Cisgênera	Não	Especialização	Branca	Solteira	Pais	Professora	Trabalha fora	Sim	Não
23	25 a 30	Cisgênera	Não	Especialização	Branca	Solteira	Pais	Professora	Trabalha fora	Sim	Não
24	31 a 35	Outro	Sim - 1	Especialização	Branca	Casada	Cônjuge e filho	Pedagoga	Trabalha fora	Sim	Sim
25	25 a 30	Cisgênera	Não	Superior Completo	Branca	União estável	Cônjuge	Empresária	Trabalha fora	Sim	Não
26	18 a 24	Cisgênera	Sim - 1	Ensino Médio Completo	Branca	Solteira	Cônjuge e filha	Auxiliar de Escritório	Trabalha fora	Sim	Sim
27	41 a 45	Cisgênera	Sim - 2	Mestrado ou Doutorado	Parda	União Estável	Cônjuge	Professora	Trabalha fora	Sim	Sim
28	41 a 45	Cisgênera	Sim - 2	Mestrado ou Doutorado	Branca	União Estável	Cônjuge e filha	Servidora pública	Trabalha fora	Sim	Sim
29	25 a 30	Cisgênera	Não	Especialização	Branca	Solteira	Cônjuge	Servidora pública	Trabalha fora	Sim	Sim
30	31 a 35	Cisgênera	Sim - 1	Superior Completo	Branca	Casada	Cônjuge e filha	Assistente Social	Trabalha fora	Sim	Sim

5.2 Categorias de Análise: entrevistas

Para critério de informação e seguindo a proposta de sintetizar os dados do questionário sócio demográfico, por meio da tabela acima, utilizamos de números para descrever as trabalhadoras que participaram da pesquisa seguindo todos os cuidados éticos necessários, garantindo-se o seu anonimato. Conforme proposto pela metodologia de pesquisa seriam realizadas a caracterização inicial (questionário) com 30 trabalhadoras e posteriormente entrevistadas 10 delas. Sendo assim, vale ressaltar ao leitor que 20 trabalhadoras responderam que teriam interesse em participar da etapa da entrevista (conforme apresentado pela tabela), porém foram entrevistadas apenas as 10 primeiras trabalhadoras nas quais o contato aconteceu de forma mais facilitada, por meio de e-mail ou celular, disponibilizados por elas. As demais participantes receberam um e-mail agradecendo a disponibilidade e justificando a proposta metodológica da pesquisa.

Portanto, foram entrevistadas as seguintes participantes: números 1, 2, 3, 7, 20, 25, 26, 27, 29 e 30.

No que tange aos objetivos deste estudo, a pesquisa se estrutura em torno de três categorias baseadas na análise temática - AT, conforme apresentado na metodologia. A primeira procura compreender a dinâmica do trabalho vinculado ao lar e os conflitos entre trabalho e família, a respeito de tempo, pressão e comportamento que se exige das mulheres. A segunda em discutir as implicações psicossociais desse conflito para o trabalho e para a subjetividade da trabalhadora em *home office* por meio da teoria do desgaste mental, este último, sendo pensado na sociedade do cansaço. E a terceira, compreender as táticas e estratégias utilizadas pela mulher-trabalhadora, em tempos de uma pandemia global, a partir de um viés de resistência às possíveis contingências do *home office*.

Certeau (1998) reflete que “o caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo”. Por isso, buscamos iniciar a análise dos dados obtidos na pesquisa retomando a proposta apresentada no capítulo 1 de contextualizar o fenômeno da luta da mulher pela igualdade em todos os campos sociais, que requereu um passo cuidadoso e reflexivo em relação ao objeto estudado, ao passo que fazê-lo representa também uma ação de resistência. Reiterando Sarti (2004) este é

“um movimento que diz respeito à relação com o outro. Requer escutar a explicação do outro sobre o mundo social do qual faz parte. Contextualizar é adentrar o outro, confrontar-se com seu ponto de vista. Pressupõe o reconhecimento de seu discurso como um

saber, o que põe em questão nossas formas de pensar, relativizando-as. Nessa relativização reside a dificuldade maior. É um movimento que traz consigo necessariamente o diálogo, com a exigência de sair de si. (...) Assim acontece com o conhecimento sobre a mulher, como com qualquer objeto de estudo.

O objetivo em realizar todo o levantamento histórico do primeiro capítulo (que vai desde o início da modernidade até a pandemia do Covid-19, perpassando pelo solo brasileiro) aconteceu nesse sentido: de adentrar ao campo do outro, de compreender seu ponto de vista, de propor diálogos para além daqueles tipos como tradicionalmente aceitos e de relativizar a própria proposta desta escrita, visto que fomos entendendo ao longo desse processo - que não foi linear e tão pouco descomplicado - que só podemos refletir sobre a atualidade se a percebermos como parte de toda história .

Aqui citamos um trecho importante da Audre Lorde (1982), presente no livro “Zami: uma nova grafia do meu nome”, na qual nos leva a pensar que “reunir as mulheres não era suficiente, éramos diferentes, cada uma de nós tinha suas próprias necessidades, objetivos e alianças muito diversas”. Desde que foi iniciado esse processo de escrita, essa provocação reverberou no sentido de propor uma ação que olhasse para a história das mulheres, além de apenas contextualizá-las em um dado momento, mas de pensar que elas foram a própria história. E este seria um dos primeiros e grandes atos de resistência feminina que aconteceu de modo muito sutil e velado: ser a própria história em um contexto tido como secundário, inexistente.

No livro de Lorde (1982), é apresentado, de acordo com o prefácio, que essa proposta se dá como “um emaranhado indissolúvel de conteúdo autobiográfico e ficção, no qual as histórias das mulheres que fizeram parte da vida da autora são reverenciadas e integradas à sua própria construção identitária”. Portanto, buscamos compreender a construção subjetiva das mulheres em *home office* e seus processos de resistência por meio de um “emaranhado indissolúvel” que se deu no decorrer da história, não uma história única, mas coletivizada. Ou seja, uma nova forma de escrever o meu nome, a minha história, a partir das nossas histórias.

Reiteramos também as reflexões trazidas por Michelle Perrot (1988) em “Os excluídos da história”, na qual expõe que os fatos ricos do cotidiano são capazes de desconstruir todo um papel social imposto e propor formas de recontar a história, de resistir a ela, de ressignificar. Perrot (1988, p.198) nos questiona:

“Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento.

Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?” (grifo meu)

Pois bem, a discussão de dados realizada por meio das entrevistas semiestruturadas se formaliza abaixo por meio desta tentativa de chegar até as mulheres trabalhadoras em *home office* de modo a escutar o que eles têm a dizer com suas próprias narrativas e buscar dar voz e sentido a elas. Ousemos em discutir o que uma parcela (muito significativa e sutil) tende a dizer sobre o mundo social do trabalho da qual faz parte, adentremos ao seu vasto, histórico e político mundo e confrontemos com seu ponto de vista - que diz sobre elas e diz muito sobre nós.

5.2.1 - Trabalho e Casa: um conflito de tempo, pressão e comportamento

Neste mundo globalizado, complexo, acelerado e hiperconectado, podemos pensar que nunca o sujeito precisou lidar com tantos estímulos ao mesmo tempo vindo dos mais diversos meios possíveis. Essa avalanche de informações, o ritmo acelerado com que os acontecimentos nos perpassam, a incerteza dos tempos atuais, as mudanças constantes e as pressões por alta competitividade nos ambientes de trabalho precarizados, ditam a forma com a vida em sociedade foi se estruturando e ditam, sobretudo, a forma como que o sujeito vem se constituindo.

Com tantos movimentos acontecendo à nossa volta, acabamos por nos envolver com uma infinidade de funções e estas se sobrepõem umas às outras o tempo todo. Fazemos uma coisa pensando em outra, degustamos uma refeição enquanto assistimos a TV, apanhamos o celular e abrimos o aplicativo das redes sociais sem nos darmos conta que estamos rolando a barra de notificação a mais de dez minutos, lemos um texto sem saber o que foi dito no último parágrafo, dirigimos o carro enquanto atendemos uma ligação e conversamos com três pessoas ao mesmo tempo sobre assuntos diferentes.

Essas ações descritas acima, apesar de terem sido citadas no plural, por envolverem a forma como muitos de nós têm lidado com a vida na atualidade, elas foram descritas pelas trabalhadoras em *home office* que entrevistamos. As ações se respaldam em um mito do mundo atual de que a multitarefa é produtiva, eficiente e economiza tempo, envolvendo toda uma ideologia da sociedade do desempenho (HAN, 2015).

Os aspectos conflituosos da vida na sociedade atual, reverberam um movimento de ignorar o presente (local onde a vida realmente acontece) em prol de uma produtividade exacerbada e de um alto desempenho acima de qualquer outra prioridade, fazendo com que vivamos no que a entrevistada nº 7 chamou de “*piloto automático*”; e assim, olhamos sem ver, ouvimos sem escutar, respondemos sem pensar e vivemos sem ser.

Além de ignorar o presente, esse conflito de se viver nessa sociedade faz com que ignoremos também a própria subjetividade, ao passo que, conforme nos diz Alves (2021) em sua assertiva supracitada, não se trata apenas de uma precarização das condições de trabalho, mas das condições de vida. A entrevistada nº 7 traz suas angústias em relação à vida conflituosa da sociedade atual e como isso atravessa sua constituição subjetiva.

Eu nunca sei onde está minha cabeça! É como se eu não estivesse aqui. Como se eu nunca estivesse aqui. Eu acordo pensando nas reuniões das 10. Quando estou na reunião das 10 penso que não tirei a carne do congelador para fazer no almoço. Quando estou almoçando estou pensando na aula da (nome da filha) às 13. Quando estou levando ela para escola penso sobre o e-mail que não respondi, e aí nem escuto mais sobre o que ela está dizendo. Então volto para casa pensando que preciso buscar ela às 18, mas até lá tenho uma lista gigante de coisas para fazer. Menina, só de te contar isso eu fico angustiada, está vendo minha respiração ofegante? (Faz uma pausa). Do que a gente estava falando mesmo?

Chama atenção o fato da trabalhadora estar discorrendo sobre não conseguir focar nas ações presentes, de estar vivendo sempre em função do momento posterior, como se, segundo ela, “*eu nunca estivesse aqui e agora*”, e refletir sobre isso no próprio momento da entrevista ao passo que no meio da fala faz uma pausa, se esquece do que estava falando e reinicia posteriormente dialogando sobre algo diferente.

Esse esgotamento diz respeito a um cansaço excessivo que as trabalhadoras lutam para combater e até mesmo se culpam de sentir, conforme expõe, “*não gosto de me sentir assim*”, o que pode se acumular ao longo do tempo e chegar ao extremo do esgotamento, ou seja, o desgaste mental, que será discutido no próximo subcapítulo. Essas situações podem acontecer, pois a subjetividade passa a ser invadida pelas condições de trabalho e tomada pelas preocupações em relação ao alto desempenho e produtividade, então o corpo, por consequência, entra em exaustão, ou como ela diz “*só de te contar isso fico angustiada*”.

As trabalhadoras se cobram cada vez mais para apresentar altos resultados, tanto no trabalho produtivo como no reprodutivo, tornando-se elas mesmas vigilantes de suas ações, o que se

intensifica quando o trabalho reprodutivo e o produtivo se chocam no mesmo espaço (*home office*). Numa época em que seria possível se desgastar menos, devido ao ápice das tecnologias de informação que teoricamente facilitaria os processos, a lógica do capitalismo e a ideologia da positividade operam numa contradição perversa: trabalha-se mais, ganha-se menos e vive-se em uma condição precária de trabalho e existência. Han (2015) faz uma analogia a essa sociedade explicando que é um processo de “infarto da alma”, uma mistura de exaustão com falta de sentido na qual a trabalhadora perde a consciência da forma que tem se relacionado consigo mesma, com os outros e com o trabalho. É o que expõe a entrevistada nº 30:

Fico lembrando aqui que quando eu acordava, por causa da pandemia e do home office, não tinha nenhum horário rígido a seguir, eu podia fazer meu horário. Isso até me parecia bom. Mas eu não conseguia ficar na cama. Uma força maior que eu não sei dizer para você o que é parece que me obrigava a levantar (...) A impressão que me dá é que eu peguei pra mim, eu internalizei, as obrigações de ser mãe, mulher, esposa, funcionária, etc, etc, etc. Sei lá! Eu só não conseguia ficar na cama.

Tomando por base o que foi trazido pela entrevistada nº 30, a forma como optamos por olhar para o sujeito diz respeito a uma constituição social que aconteceu no decorrer de toda uma história. Portanto, o indivíduo se constitui enquanto ser-no-mundo atuando ativamente na sociedade por meio de seus diversos papéis sociais, baseados sobretudo nas relações familiares, pessoais e do trabalho, construídas ao longo de toda a história de nossa sociedade; papéis sociais estes que envolvem a condição de ser “*mãe, mulher, esposa, funcionária, etc, etc, etc, etc*”, e que por se sobrepor uns aos outros não é livre dos conflitos que se estabelecem entre eles, ainda mais por serem imbricados às questões de gênero.

Observamos que mesmo com as possíveis facilidades de um trabalho à distância, por exemplo, a flexibilidade de horários, a trabalhadora tende a estar envolta a uma gama de obrigações e regras que a coloca, quase sempre, submissa a uma estrutura disciplinar, conforme trazido pela entrevista acima que sentiu que teria internalizado as regras sociais de todos os papéis nas quais ela desempenha. Mesmo com algumas vantagens que o *home office* poderia trazer às trabalhadoras, as questões de desigualdade de gênero que fazem sempre presentes, fazendo com que elas sempre estejam permeadas pelos contatos de todos esses papéis. Como se “*uma força maior*” a envolvesse em uma trama conflituosa.

Ressaltamos que o termo ‘conflito’ diz respeito aos impasses vivenciados entre as mulheres e os seus diversos papéis sociais, numa relação em que trabalho e família estão imersos em uma trama complexa que se auto influenciam. Ressaltamos ainda que essa trama tende a se intensificar primeiro com o processo de *home office* no qual trabalho e família estão acontecendo no mesmo espaço social e segundo com que foi vivenciado no processo pandêmico em que as famílias tiveram que se recolher a esse mesmo espaço e enfrentar os desafios “normais” de uma convivência prolongada. Sabe-se que houve a necessidade do contexto familiar se reconfigurar e organizar novas rotinas domésticas, na qual a casa acolheu o trabalho, a escola e o lazer. A linha tênue entre o *home* e o *office* apareceu na fala da entrevistada nº 3 que questiona sobre a casa enquanto o local onde tudo se mistura.

Porque para mim casa sempre foi sinônimo de descanso, de aconchego e não sinônimo de trabalho, de ter que se cansar. Com a pandemia essa lógica mudou, porque era a única opção que eu tinha. Hoje eu olho para minha casa e não sei mais o que ela representa para mim: é aqui que eu canso e é aqui que eu descanso (...)

Neste ponto, podemos observar que a entrevistada entrou em conflito, inclusive, com o conceito de casa que havia criado no decorrer de sua vida. Ela discorre que sempre enxergou a casa como um lugar de descanso, de tranquilidade e, a partir do momento que a casa passou a ser “sinônimo de trabalho, de ter que cansar”, passou a não mais compreender esse espaço como um lugar de afeto. Esse conflito se refletiu nas relações vivenciadas dentro desse espaço, quando ela relata: “a forma como eu me relacionava com minha família (...) eu ficava muito estressada com eles, sabe, igual a gente faz com os colegas da empresa”.

Conforme refletimos com Emidio et. al (2021) as questões de gênero estão entranhadas nesse processo visto que a mulher foi investida com uma visão naturalista e biológica do seu papel social, ao passo que a vida doméstica e a maternidade lhe é direcionada como se fosse um destino, fazendo com que os conflitos entre casa e trabalho se amplifique. A entrevistada nº 3 segue sua fala acima, refletindo que “se bem que casa e mulher não são sinônimos de descanso, né?”.

Deste modo é possível discutir que o trabalho reprodutivo das mulheres foi se definindo como elemento central nas suas vidas durante um longo período histórico, como se a vida doméstica fosse constitutiva da sua identidade. O que para Emidio et. al (2021) é chamado de processo de “autonormatização”, insere as mulheres e as trabalhadoras em um universo simbólico no qual a vida

doméstica e maternal seria o principal lugar para elas estarem, sendo todos os outros papéis sociais relegados à esfera secundária. Isso pode ser refletido pela fala da entrevistada nº 7:

Hoje eu posso falar sem medo que a maternidade é onde eu destino a maior parte do tempo, seja no cuidado direto com minha filha, seja nos indiretos. Todo o resto fica em segundo plano. E mesmo quando estou fazendo coisas no meu trabalho é nela e no futuro dela que eu estou pensando.

Observamos nas falas das participantes entrevistadas, e de forma mais presente na fala acima, que o universo doméstico tende a se colocar na vida da mulher como se esse fosse o seu processo natural, o que pode ser intensificado quando a mulher trabalhadora vivencia também o processo de maternidade, ao passo que “*todo o resto fica em segundo plano*”. A mulher é colocada em um espaço e mantida nele para que as estruturas sociais, econômicas e políticas se mantenham também como está, sendo ela o tempo todo atravessada por diversos papéis sociais e vivendo um intenso conflito com todos eles. Emidio et. al (2021, p. 359) apontam que “a ausência de um olhar crítico para esse contexto no qual o materno é entronizado apoia-se no não-reconhecimento da exploração, das iniquidades de gênero e da violência física e mental a que as mulheres são submetidas”.

A entrevistada nº 27, uma professora com dois cargos públicos a nível estadual e municipal, que relatou trabalhar das 07 da manhã às 21 horas de noite, afirma que:

Quanto a carga de trabalho, está aumentou consideravelmente – compreender o contexto, construir em casa um espaço para trabalho, aprender a lidar com as novas ferramentas, ministrar aulas, dar devolutivas contínuas e constantes aos alunos, realizar busca ativa junto aos alunos, mediar conflitos pessoais dos estudantes conforme eles relatavam; além de conciliar com trabalhos domésticos – limpar casa, lavar roupas, cozinhar, lavar louça, fazer mercado... e com outras funções como mãe, esposa, filha, nora... Descansar só o corpo, pois a mente foi praticamente impossível!

Esse não reconhecimento da exploração (trabalhar uma carga de 14 horas, por exemplo) é perceptível na fala acima quanto é apontado pela entrevistada nº 27 que descansar a mente em regime de *home office* se tornou impossível. Seu relato sobre como buscou maneiras de se estruturar para conciliar dois trabalhos consecutivos, a vida doméstica, a maternidade, o casamento e todas as exigências sociais impostas por essas esferas, nos mostram que quando colocadas frente a frente, a saúde da trabalhadora tende a ficar em segundo plano.

Portanto, a vida doméstica e maternal é encarada como se fosse a identidade social da mulher e, por serem idealizados historicamente, o papel doméstico e materno quando sobrepostos por outros papéis, tendem a gerar um intenso sentimento de culpa. A fala da entrevistada nº 2 ilustra essa queixa quando nos apresenta que *“quando nasce um bebê, nasce uma mãe e nasce uma culpa”*.

O sentimento de autculpabilização, principalmente por sobrepor o trabalho e a vida pessoal à maternidade e ao lar, foi aparecendo de forma sutil nos discursos apresentados pelas trabalhadoras, quase que de forma velada. Nas reflexões da entrevistada nº 3 ele acabou sendo bastante presente visto que ela vivenciou o processo de *home office* e de maternidade quase que ao mesmo tempo, se tornando mãe em setembro de 2020 e sendo direcionada ao trabalho à distância no momento em que retornou da licença maternidade, *“a verdade é que eu não sabia lidar nem com uma coisa e nem com outra (...) não querendo chamar meu bebê de coisa tá? acho que você entende”*, ela relata.

Essa fala corrobora com a ideia de mulher e maternidade em uma perspectiva ideológica naturalista, na qual é esperado que a mulher se preocupe mais com os filhos e a vida doméstica do que com qualquer outro aspecto de sua vida pessoal e profissional. O conflito reside na ideia de que a mulher precisa seguir os padrões esperados pela sociedade e repetir comportamentos que foram socializados em um universo discursivo e passados pelas próprias mães e, ao mesmo tempo *“estudar, trabalhar, ter tempo para ela mesma, sair com as amigas, ir para academia, ler um livro, enfim, e ainda fazer tudo isso com perfeição”*, conforme apresenta a entrevistada nº 1. É exigido da mulher que concilie esses papéis com maestria, sem conflitos e sem autculpabilização, conforme a apresenta:

Assim, eu queria que você entendesse que não é que eu não me sinto bem ao lado de quem amo. A exaustão está em ter que dar conta de atividades que não gosto de fazer (...). Às vezes me passa pela cabeça que estou mais longe dos meus filhos agora do que quando trabalhava fora.

E a entrevistada nº 2 também relata sobre o sentimento de autculpabilização quando *“permite”* que os demais papéis sociais se sobreponham ao ideal de mulher, mãe, dona de casa.

Tem sido um problema hoje essa parte do trabalho doméstico, porque como eu disse eu tô gestante e aí quando eu não estou trabalhando fora e eu estou em casa trabalhando em casa por ser um pouco mais confortável, me cobro para resolver as coisas domésticas, porque daí meu marido não está aqui, então alguém tem que fazer. (...) Nos últimos meses, eu tenho me cobrado por isso porque me sinto mal em estar trabalhando e olhar para a pia cheia de

louça. Ou depois de ficar um dia todo sentada na frente de um computador sentir que minha bebê está agitada no fim do dia.

Deste modo, podemos reiterar a ideia de que o conflito trabalho-família, que envolve um consequente sentimento de culpa, diz respeito a uma pressão social vivida pela mulher na qual o cumprimento do papel profissional, torna difícil sua conciliação e conformidade com os papéis historicamente exigidos dela, apesar de toda resistência, ao longo da história. O sentimento de obrigação para cumprir uma determinada função, interfere na realização de outra e pressupõe que uma, automaticamente, precisava ser “sacrificada”, já que não há tempo para uma realização satisfatória de ambas, aflorando a culpa e posteriormente, o estresse e o desgaste. Tais discussões levantadas ao longo de toda essa proposta, nos levam a pressupor que esse conflito de papéis traz sobrecarga emocional para as mulheres e que quando as funções de *home* e *office* convergem, apesar de possuírem uma linha tênue entre elas, são aquelas relacionadas ao *home* que ganham maior visibilidade (GREENHAUS & BEUTELL, 1985).

A entrevistada nº 29 apresenta esse “sacrifício” de um papel sobre os demais quando revela que, por vezes, já deixou de fazer atividades básicas (como comer e tomar banho) para cumprir os papéis de dona de casa e trabalhadora:

Eu trabalhava das sete e meia até as dezoito e pouquinho. Ai saia do quarto a casa estava uma zona, eu nem sabia o que fazia primeiro. Ai ia fazer comida, lavar a louça do café da manhã que ainda estava lá, passar uma vassoura na casa, e isso ia até tarde. Tipo chegava umas dez da noite, e aí que eu dava conta que não tinha tomado água, tomado banho e tinha passado o dia com uma barra de cereal e duas bananas.

Sua fala nos mostra que tende a acontecer uma anulação do próprio eu, de suas necessidades básicas e fisiológicas, em prol de exigências que estão enraizadas na sociedade. Ou conforme a participantes nos apresenta, “*esperam da mulher que trabalhe o dia todo, que seja uma boa mãe, que cuide da sua casa, que zele pelo seu marido, mas não há nenhuma indicação de que a gente se cuide, que olhe para gente como uma pessoa que tá sobrecarregada e sofrendo*”.

Esse conflito trabalho-família (e podemos dizer, até mesmo, um conflito trabalho-família-eu), de acordo com um modelo proposto por Greenhaus & Beutell (1985, p.77), se baseia como “uma forma de conflito entre papéis em que as pressões do papel dos domínios do

trabalho e da família são mutuamente incompatíveis em algum aspecto”. É o que ilustra a entrevistada nº 2:

Então para mim é complicado tá ali fazendo uma atividade e pensar “nossa tem muita roupa para lavar”, aí então às vezes eu paro a atividade que eu tô fazendo, vou colocar roupa para lavar e aí daqui a pouco a roupa finaliza. Aí eu tô no meio de um trabalho, tô fazendo um relatório de atendimento ou eu vou entrar com paciente, aí a máquina acaba de fazer o serviço dela, aí preciso ir lá estender ou recolher a roupa, enfim isso me irrita bastante, porque eu simplesmente não consigo finalizar o relatório sabendo que tenho roupa para estender, é mais forte do que eu.

Podemos perceber que o conflito vivenciado por ela ocorre quando há incompatibilidade das exigências sociais que cada uma das esferas exerce sobre a subjetividade do sujeito, ou seja, a necessidade de se cumprir padrões esperados para um papel social acaba por impedir ou prejudicar a necessidade de se cumprir demais necessidades de outros papéis desempenhado pela mesma pessoa, gerando o conflito externo e interno - no caso da entrevista nº 2 o conflito foi ilustrado pela irritabilidade e a confusão de papéis.

Esse conflito pode ser estabelecido em duas direções: uma quando a dinâmica interfere nas relações familiares prejudicando-as, e outra quando são as funções de trabalho que são afetadas, diminuindo a produtividade. Pensando que a mulher transita durante sua existência entre esses dois pólos poderemos inferir que ela sempre estará em conflito (GREENHAUS & BEUTELL, 1985), ou seja, conforme ela aponta, apesar de existirem processos de resistência, esse conflito “*é mais forte do que eu*”.

Olhando para essa linha tênue entre casa e trabalho, que são absorvidos pelas questões de gênero, optamos por compreender esta mistura de papéis, principalmente quando realocados para um mesmo espaço, analisando-os pelas categorias de tempo, pressão e comportamento, conforme apresenta os autores Greenhaus & Beutell (1985, p.13) citados no capítulo 2. De forma geral, segundo eles, “o conflito se dá quando o tempo dedicado, a pressão produzida e o comportamento exigido pelo trabalho atrapalham ou impossibilitam as exigências da família e vice-versa”.

Olhando para a primeira categoria de *tempo*, podemos analisar que o *tempo* dedicado para o trabalho por meio da carga horária trabalhada, das inflexibilidades do horário de trabalho e dos trabalhos em turnos diferenciados, por exemplo, torna difícil o cumprimento dos requisitos do outro papel social, como o *tempo* dedicado aos filhos, ao marido e aos afazeres domésticos (como algo socialmente tido como responsabilidade da mulher) e ao lazer, gerando culpa e angústia. A lógica

dessa primeira categoria diz respeito à finitude do *tempo*, na qual o uso dele em uma das instâncias (trabalho) impediria o uso em outra (família), ou seja, basicamente diz respeito a uma impossibilidade de fazer duas coisas ao mesmo *tempo*. Conforme nos apresenta a entrevistada nº 26, sua vivência pessoal reflete que possivelmente a mulher possui certa dificuldade em se ver livre do conflito, da angústia e da culpa que ele carrega, visto que o *tempo* gasto em uma função, impede que outras funções sejam desenvolvidas plenamente por ela, conforme a sociedade espera dela.

Ontem, por exemplo, eu tinha três reuniões e a finalização de um portfólio para dar conta. Já estava enrolando a alguns dias, meio que procrastinando, pois é uma atividade muito chata de fazer. Mas chegou o dia da entrega e eu não tinha mais como correr. Realizei uma reunião na parte da manhã e duas na parte da tarde, e entre uma e outra eu ia concluindo o portfólio. Foi um saco, mas eu consegui. Finalizei por volta das 9 da noite e estava me sentindo bem, sabe aquela sensação de dever cumprido? Mas aí eu sai do quarto e vi que tinha cocô do cachorro por todo quintal, a casa fedia. Não tinha o que comer na geladeira e meu filho estava sem tomar banho com o uniforme da escola, que chegou às 16 e 30 da tarde. Estava frio, sabe? Pedimos uma pizza e até demos risadas disso. Mas eu me senti um lixo de mãe.

Se sentir “um lixo de mãe” pelo fato de ter dedicado mais *tempo* ao trabalho, conforme apresentou a participante nº 26, nos mostra que o conflito e a culpa perpassa por entre as trabalhadoras em *home office*. Ao analisarmos o *tempo* com um aspecto de finitude, podemos perceber, logicamente, que se dedicar a algumas esferas da vida tende a impedir que esse *tempo* seja utilizado com demais questões. Conforme podemos observar nas falas das trabalhadoras, o trabalho à distância, principalmente aquele realizado em casa, pode exigir da mulher que utilize mais *tempo* com o trabalho e as funções domésticas (que estão acontecendo no mesmo lugar, de forma misturada) e que ela não consiga se dedicar à outras esferas da vida, em ações que façam sentido para ela.

Em relação à segunda categoria de *pressão*, a ambiguidade de papéis, a exigência de multitarefas e de alta performance que se exige da mulher dentro dos ambientes corporativos faz com que a *pressão* produzida em cima dessas exigências seja tão intensa que entre em conflito com as *pressões* ideológicas dos papéis de mãe, mulher e dona de casa. Segundo os autores referenciados, essa *pressão* em intensidade e todo o gerenciamento de diversas funções produz na trabalhadora tensão e estresse. Isso aparece na fala da entrevistada nº 25 por meio de um conflito de espaço e de entendimento da casa enquanto lugar também de trabalho, o que possivelmente lhe causou estresse. Pode-se reiterar que no *home office* esse processo é intensificado visto que a mulher sente a *pressão* dessas duas vias diferentes, vivenciadas no mesmo espaço geográfico.

Não consigo identificar a minha casa como um lugar de trabalho. Eu estou no quarto trabalhando no meio de uma reunião importante e aí olho para a cadeira ao lado e vejo uma pilha de roupa para passar, e então imediatamente eu perco o foco naquilo que estava falando. Não sei o que mexe mais comigo, o assunto que não poderia perder na reunião (e que já havia perdido), ou a pilha de roupas que está lá a duas semanas sem passar. Aí quando paro para refletir, nem a pilha de roupa e nem a reunião estou cuidando com qualidade e isso me tira do sério.

A trabalhadora acaba exigindo dela mesma uma alta performance em todas as ações nas quais ela ‘precisa’ desempenhar. Desde a reunião importante na qual não podia desviar o foco, até às atividades domésticas que estavam pendentes, ela vive um conflito baseado em uma *pressão* interna que exige dela, o tempo todo, que se comporte de forma eficiente. A entrevistada ilustra essa pressão constante, quando nos traz que “*parece que nunca acaba*”.

Greenhaus & Beutell (1985, p.77) destacaram algumas relações entre *pressão* e conflito apontando que a tensão e o estresse seriam reduzidos se em uma das funções o sujeito tivesse algum tipo de recompensa social ou se tivesse algum suporte na realização das atividades, seja familiar, social ou dentro do ambiente laboral. Tomando por base algumas reflexões que foram sendo trazidas ao longo dessa pesquisa, principalmente aquelas que direcionam para mulher um olhar naturalizante e biologizante das práticas domésticas e maternais, além de uma visão de que a mulher não é o ser que precisa de cuidado, mas aquela que realiza o cuidado, podemos compreender que quando pensamos na categoria de *pressão*, a mulher tende a se sentir mais tensionada e estressada devido a essa falta de suporte familiar e social, o que esteve presente nas discussões das trabalhadoras em *home office* entrevistadas por essa pesquisa.

A entrevistada nº 29, ilustra a falta de apoio de alguns membros da família, que relega à mulher o papel natural do trabalho reprodutivo.

Houve pouca empatia e reconhecimento por parte dele e havia um sinal de alerta sempre, na qual apontava que eu deveria dar conta de tudo. Às vezes eu precisava parar de fazer o que estava fazendo e ir atender ao telefone que tocava, estender a roupa que estava na máquina, buscar alguma coisa no mercado. A frase mais ouvida foi “você não está trabalhando mesmo...”.

Essa falta de suporte e reconhecimento, seja dentro da família ou na própria sociedade, faz com que as mulheres trabalhadoras vivam níveis de estresse que acabam por intensificar os conflitos

de trabalho-família. A casa, enquanto espaço geográfico que abriga todas essas conjunturas, se torna um ambiente de tensão, seja por meios das práticas domésticas (*home*) ou das laborais (*office*), sendo difícil a limitação de onde um termina para o outro começar.

Olhemos, por fim, para a terceira categoria de *comportamento*, que conforme apresenta as reflexões de Greenhaus & Beutell (1985, p. 78), ocorre quando os padrões almejados para um domínio são discordantes dos padrões esperados pelo outro domínio. Podemos pensar que dentro do ambiente de trabalho possivelmente exige-se da mulher que se *comporte* de forma objetiva, discreta, possua habilidades analíticas e de liderança, tenha inteligência emocional, dentre outros, já os aspectos familiares exige-se dela abertura, afeição, amabilidade nas relações e cuidado. Os autores (1985, p. 84) discorrem que “se uma pessoa não tem habilidade para regular seu comportamento para atender as obrigações dos diferentes papéis, ela está estritamente sujeita a vivenciar conflitos trabalho-família”.

A exigência de que em um espaço a mulher seja de uma forma e em outro espaço seja diferente, a torna passível de vivenciar os conflitos inerentes dessa trama, ainda mais quando esses espaços (a casa e o trabalho), estão no mesmo lugar geográfico. A reflexão que fica é: como lidar com as expectativas de comportamentos de trabalho e de família, estando eles imbricados no mesmo espaço social, a casa? A entrevista nº 2, uma psicóloga em *home office* que realiza atendimentos online, conduz esse conflito:

Eu nunca sei quando é a hora de me vestir mais formalmente, como uma psicóloga, ou quando posso estar mais despojada, já que estou em casa. Às vezes penso em colocar uma roupa mais arrumada, mas aí penso, “nada a ver, estou em casa!”. Então coloco uma roupa mais ou menos e penso “nada a ver, sou uma psicóloga!”. Sei que na grande parte das vezes coloco uma blusa arrumadinha e escovo o cabelo, mas na parte de baixo estou de pijama e chinelo, ninguém vai ser mesmo né? Só sei que isso me gera sofrimento, porque parece que nunca estou inteiramente presente em nenhum dos dois espaços, nem no trabalho e nem em casa.

Se torna sofrimento para ela o fato de não saber onde termina o trabalho e começa a casa, onde termina a trabalhadora e começa a dona de casa, a mãe, a pessoa, ou seja essa linha tênue entre os espaços público e privado torna o *home office* conflituoso para as mulheres. Seja por meio do tempo que é gasto nas funções, da pressão que essas atividades agem sobre as mulheres ou dos comportamentos que se exigem dela em cada um dos papéis, uma coisa podemos compreender: a mulher trabalhadora em *home office* vive um constante conflito entre as funções de casa e trabalho e

isso tende a afetar a saúde da trabalhadora. Após trazer mais algumas reflexões sobre esse universo contraditório e conflituoso ela apresenta o que poderia vir a ser uma estratégia de enfrentamento das contingências do cotidiano, uma resistência, o que será discutido mais adiante.

Eu fico buscando formas de lidar com isso tudo, sabe? Até porque sou psicóloga e sempre busquei estratégias para lidar com trabalho, vida e maternidade. A primeira coisa que eu fiz então, Saara (esse é seu nome, né? Ai, tô falando que minha memória não é mais a mesma?). Então, a primeira coisa que eu fiz foi me perceber como ser que sofre, que sofre por condições que todo mundo está sofrendo, e não como alguém doente. Sofrer é uma coisa, adoecer é outra. Você não concorda? (...) Ai foi isso: eu acolhi o meu sofrimento. Uma pessoa que faz isso com todo mundo, mal sabia que estava na hora de fazer isso por si.

Não obstante à todas as relações contraditórias que envolvem o conflito entre *home* e *office*, é presente a ideia de que as diferenças de gênero possuem um efeito catalisador sobre os papéis desempenhados nos domínios da família e do trabalho, intensificando os conflitos de tempo, de pressão e de comportamento. A entrevistada nº 30 reflete sobre essas desigualdades imbricadas às questões de gênero dentro do seu contexto de *home office* em diversos pontos da sua fala, nos dizendo que “*ele tem bem mais privilégios do que eu*”. Em alguns momentos de nossa conversa ela apresenta que se sente muito angustiada pelo fato do marido passar o dia fazendo coisas que ele quer, como “*assistir televisão, ver séries, dormir, sair para fazer caminhada e ir ao supermercado sozinho enquanto a criança fica chorando em casa*” e não se sentir culpado por isso.

Suas reflexões sobre o contexto da maternidade e da vida doméstica perpassam por um viés naturalizante e sexista, inclusive, em alguns momentos de sua fala quando, ao narrar sobre suas expectativas em relação a alguns comportamento do marido, conduz um discurso de que “*isso não é coisa de homem né?*” ou “*não adianta nem eu pedir para ele fazer que o serviço não fica bom*” e até mesmo “*mas eu ficava com dó de ficar pedindo as coisas porque ele tinha trabalhado o dia todo*”, mesmo após dizer que seu trabalho às vezes contabilizava 12 horas diárias.

As angústias que ela traz sobre esse universo desigual a coloca, segundo suas perspectivas e segundo às exigências culturais, sempre como a pessoa responsável por desenvolver certas atividades dentro da casa, mesmo que “*ele estivesse ali deitado sem fazer nada*”. É visível que ela percebe sua realidade com uma sobrecarga, mas se vê entranhada à esses processos enraizados na sociedade, principalmente quando nos diz:

Eu ficava com vergonha quando minha sogra vinha em casa e eu estava no quarto trabalhando. Ai a pia tava cheia de louça, o banheiro fedido, a cama com as cobertas sem

nem dobrar e ela olhava para mim com cara feia, pelo menos eu me sentia assim. Não olhava para meu marido que estava sentado na cadeira de área tomando tererê, olhava para mim. Como quem dizia: ‘o que faz tanto nesse computador que não teve tempo de arrumar essa casa?’ Ela nunca disse tá? Eu que sentia.

Observa-se que a entrevistada nº 29 também nos apresenta um diálogo pautado pelas questões de desigualdade de gênero que tendem a intensificar os conflitos de tempo, pressão e comportamento dentro do contexto de *home office*. Ela é uma servidora pública que durante a pandemia foi “obrigada”, nas suas palavras, a trabalhar à distância e sentia que era incompreendida pelo marido que trabalhava o dia todo fora. Nos trouxe algumas falas que ele direcionava para ela quando chegava em casa após as seis da tarde e que, segundo ela, “*eu sabia que ele não falava por mal, só não entendia o que eu fazia mesmo*”. As falas do marido eram:

O que você fez o dia todo?

Nossa! Ainda está de pijama?

Aproveita que você está em casa e faz tal coisa para mim? (a mais frequente, segundo ela)

Deve ser tão bom ficar em casa né?

Estou cansado, trabalhei o dia todo, infelizmente não posso ficar em casa.

Sendo assim, podemos refletir que os elevados conflitos entre trabalho-família vivenciados pela mulher trabalhadora em *home office*, acabam sendo intensificados pelas desigualdades de gênero, que tendem a gerar como consequência níveis de estresse e tensão. Os autores Oliveira et. al (2013, p. 426), discutem que as implicações desencadeadas por esses conflitos podem envolver: “redução na satisfação com o trabalho, maior propensão à evasão laboral, problemas emocionais como estresse crônico, angústia e raiva, problemas de saúde como gastrite e insônia e atitudes desapropriadas nas relações sócio-afetivas”. Sobre essas implicações, optamos por realizar uma reflexão mediada pela teoria do desgaste mental.

5.2.2 - Implicações psicossociais do conflito *home-office*: o desgaste mental na sociedade do desempenho

Na era da hiperconectividade e da pressão por alto desempenho, as trabalhadoras são atravessadas por uma ideologia de produtividade e competitividade que, em um ambiente precário de trabalho, exige-se que faça mais com cada vez menos recursos; recursos esses externos e internos. Toda essa maquinaria arquitetada em prol da lógica do capital que, além de outras tantas características, traz em seu bojo o excesso de estímulos e a alta cobrança por eficiência e tem uma ligação importante com os transtornos mentais na atualidade, principalmente aqueles relacionados ao universo do trabalho.

As trabalhadoras acabam sendo atingidas por uma avalanche de informações na forma de mensagens instantâneas, e-mails, alertas de compromissos, notícias em tempo real, reuniões e aplicativos de todos os tipos com os mais variados objetivos possíveis; sendo o tempo todo lembradas do que não fizeram, das tarefas que não cumpriram, das ligações que não atenderam, das mensagens não respondidas e a falta de manejos pessoais, sociais e políticos para lidar com tudo isso pode levar ao estresse, à distúrbios de ansiedade, à transtornos de humor, entre outros.

A entrevistada nº 20 - uma psicóloga que passou a atender seus pacientes de forma remota, durante a pandemia, e continuou desta forma mesmo com a redução da taxa de transmissão do vírus - faz uma reflexão importante sobre seu trabalho e como ele reverbera com as dificuldades das trabalhadoras em *home office* para lidar com questões emocionais, que ela considera oriundas que da ordem macro-social:

Houve aumento considerável da minha carga de trabalho. Quanto mais a pandemia se desenrolava, eu percebia uma busca maior por psicoterapia e grande parte dessa procura era de outras profissionais na mesma situação que a minha. Não fiz um estudo muito relevante sobre isso e nem sei dizer se o número que vou te passar é verdadeiro. Mas fazendo uma análise e uma conta aqui de cabeça posso te dizer que uns 60% dessa procura eram de mulheres sobrecarregadas com o estilo de vida que se exigiu delas durante a pandemia. Umas perderam o emprego, outras perderam alguém, outras haviam perdido o sentido em relação a isso tudo. Tenho impressão que sempre estamos perdendo algo. Eu ficava me perguntando: como orientar sobre algo que eu não estava sabendo lidar?

Ela se esforça para analisar o motivo pelo qual grande parte das demandas de seus pacientes serem de mulheres trabalhadoras que estavam “na mesma situação que a dela”, ou seja, conforme ela nos apresentou (considerando as questões éticas da profissão de psicologia), eram trabalhadoras

em regime de *home office* que estavam enfrentando os desdobramentos de uma sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo. Segundo ela, essa procura de atendimento por mulheres que trabalham à distância, possivelmente pode ter acontecido devido à sua rede social no *Instagram* discutir muito sobre esse assunto, ao passo que quando é pesquisado sobre o tema sua conta aparece com frequência. Vale ressaltar que foi assim que nós a encontramos para que ela pudesse participar dessa pesquisa.

Na rede social *Instagram* existe um mecanismo no qual o usuário define sua conta por meio de um resumo pessoal e profissional, o que facilita a busca por perfis de acordo com um objetivo definido. Esse mecanismo, chamado de *Bio* (vida), busca informar quem é o usuário e o que ele faz, de modo a propor uma conexão com o público. Em relação à participante da pesquisa nº 30, sua *Bio* se resume como: “*Uma mulher em home office apoiando outras mulheres em home office*”.

Durante muito tempo dentro das propostas de saúde mental relacionadas ao universo do trabalho, entendiam-se os distúrbios e os transtornos mentais como um fenômeno físico e natural, mas na atualidade algumas perspectivas psicológicas, de cunho social, entendem a trabalhadora enquanto sujeito inserido num contexto complexo que envolve amplas relações, ou seja, os transtornos e distúrbios mentais passam a ser enfocados sob o viés de se viver em sociedade.

Deste modo, optamos por iniciar as discussões sobre as implicações psicossociais do conflito vivenciado entre casa e trabalho, apresentando três pesquisas importantes desenvolvidas na atualidade e que reverberam com a proposta baseada em Laurrel (1982) na qual o processo de saúde-doença acontece em uma dimensão processual e o adoecer possui um caráter histórico.

A primeira pesquisa foi desenvolvida pela ISMA - International Stress Management Association, uma associação internacional para o controle do estresse, realizada no Brasil no final do ano de 2022 e início de 2023, na qual exhibe que 90% das pessoas que atuam no mercado de trabalho no país tem sintomas ansiedade e 30% dos trabalhadores sofrem da Síndrome de Burnout.

A segunda pesquisa diz respeito a um estudo realizado pela ONU - Organização das Nações Unidas de março de 2022 que apontou que a pandemia no Covid-19 desencadeou um aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. A pesquisa especificou que múltiplos fatores estressores influenciaram nesse aumento, dentre eles aqueles relacionados com o isolamento social, com a incerteza do momento pandêmico e com as restrições de “sair de casa para trabalhar fora”, ou seja o *home office*. O estudo baseado nas evidências existentes do impacto da pandemia e nos serviços de saúde mental em todo o mundo, incluindo dados do *Global Burden of*

Disease (Carga Global de Morbidade) indicou que os mais atingidos nessa proporção estão os jovens em fase produtiva e as mulheres. A pesquisa expõe que esses dados estão correlacionados à sobrecarga de atividade mental e ao excesso de estímulos, característicos da sociedade atual.

E uma terceira pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde - OMS no ano de 2021 apontou que o Brasil é o país mais ansioso do mundo, na qual para 10% da população a ansiedade evoluiu para transtorno psicológico crônico. Estima-se que 18,6 milhões de brasileiros convivam com esse transtorno, o que a pesquisa denomina de epidemia da ansiedade. Os pesquisadores apontam que as mudanças no cenário econômico e político, o déficit de políticas públicas em saúde mental e as questões envolvendo o desemprego e o trabalho precário são os principais fatores dessa taxa de prevalência.

Conforme indicado, as trabalhadoras em *home office*, por vivenciar os conflitos inerentes entre casa e trabalho com os mais variados fatores de estresse que estão imersos nesse universo, além de serem atravessadas por questões de desigualdade de gênero, estariam propensas a desenvolverem sintomas de transtornos mentais. Foi o que nos apresentou a entrevistada nº 29, que após realizar alguns “*processos de reflexão pessoal*”, entendeu que o trabalho em *home office* foi o que ela chamou de “*gota d’água*” para que desenvolvesse uma crise de ansiedade. Ela nos conta que durante muito tempo de sua vida era muito ativa e sempre estava envolta em muitas atividades e junto com muitas pessoas, revelando que “*quase não ficava em casa, vinha mesmo apenas para dormir*”. Após ter realizado suas reflexões pessoais, que envolveram “*muita maturidade e terapia*”, ela conta:

O fato de ter que ir obrigatoriamente para casa e ficar nela o dia inteiro, praticamente trancada em um quatinho sem iluminação e vento, não sei porque, fez com que eu entrasse em contato com meus demônios que estavam escondidos fazia tempo (conta dando risada). Sabe Saara, esse negócio de trabalhar em casa foi uma das coisas mais desafiadoras que eu já fiz. Caiu tudo por terra. Eu nem sabia quem eu era, o que eu tava falando ou fazendo. Coloquei tudo em cheque: minha profissão, minha saúde (conta posteriormente que engordou 23 quilos e desenvolveu hipertensão arterial) e quase meu casamento foi pro ralo.

Observa-se que suas reflexões a respeito de sua saúde mental e física eram falas acompanhadas de muita intensidade e culpa em relação a forma que, segundo ela, “*me permiti chegar*”. Ela fez questão de me mostrar uma foto dela durante a entrevista, antes de entrar no período da pandemia, trazendo que: “*Nem parece a mesma pessoa né? Fala verdade? Nem sei o que eu fiz comigo!*”. Falas essas que são acompanhadas de um teor muito individual de auto-culpabilização e que, de certa forma, parecem negar toda a condição macro-social, toda essa

conjuntura pandêmica que acometeu o mundo, trazendo para si toda a responsabilidade por seu sofrimento. Algo que, na verdade, corresponde perfeitamente ao ideal meritocrático neoliberal, que tem levado muitas trabalhadoras ao adoecimento psíquico, conforme nos apresenta Alves (2021).

A entrevistada nº 7 também fez algumas reflexões importantes nesse sentido, que reverberam com as discussões realizadas no capítulo 2 sobre os impactos psicológicos organizacionais em tempos de pandemia, bem como à condição em que a trabalhadora se sente invadida pelo mundo do trabalho.

Era muita cobrança para atingir as metas do escritório (advogada). Parece que isso foi me sugando aos poucos. Eu tinha dor nos punhos (de tanto digitar) e tinha muita dor de cabeça. Passou um tempo que comecei a sentir um zumbido no ouvido e aí procurei um otorrino. Ele pediu alguns exames e nada. Procurei também um neuro devido às dores de cabeça, fizemos uma tomografia e nada. Aí por último procurei um endocrino para pedir uns exames de sangue porque eu tinha muita fraqueza e tinha engordado 17 quilos, todos deram normal, a não ser um negócio de cortisol, que fui procurar no Google e descobri que está relacionado ao estresse. O endocrino me encaminhou ao psiquiatra, relatando que eu estava com crise de ansiedade, e foi aí que eu vi que tava sério.

A trabalhadora acima, uma advogada que presta serviços a um banco imobiliário, de forma remota, trouxe diversas reflexões em sua fala sobre como o processo de *home office* acaba precarizando as condições de trabalho e de vida. Seus diálogos apresentavam, dentre outras demandas, uma carga de trabalho intensa (“às vezes é das 08 da manhã às 09 da noite”), um ambiente precário de trabalho sem as condições necessárias (“eu tive que aumentar a internet porque os sistemas eram muito pesados e nunca fui paga para isso”), um salário que não condizia com seu nível de especialidade (“mal dava para pagar meus tratamentos com os médicos”), um afetamento nas condições físicas e mentais (“fiquei com medo de ser Burnout”) e, inclusive, as questões de desigualdade de gênero (“deixava o celular na janela da cozinha, de frente para mim, enquanto lavava a louça, e ele estava no outro quarto trabalhando, sem se preocupar com nada”).

Desta reflexão surge um questionamento: O que estaria, portanto, sustentando todos esses dados amplificados sobre as condições de saúde mental no Brasil em relação ao universo do trabalho? Quais são as questões de ordem macro-social que acabam atravessando a saúde mental das trabalhadoras?

De acordo com Bauman (1998) em “O mal-estar da Pós-Modernidade”, em uma perspectiva que olha para o processo do adoecer como uma abordagem social, política, histórica e não

naturalista, as condições de saúde mental na atualidade, em suma a ansiedade, estão amplamente relacionadas ao consumo em excesso, ao apogeu da tecnologia, à intensa antecipação dos acontecimentos, à aceleração vertiginosa dos tempos atuais e à liquefação das condições materiais e das relações.

Aquilo que o sociólogo polonês denominou de “ansiedade pós-moderna” relaciona a forma como o sujeito se sente afetado emocionalmente perante o estilo de vida atual, na qual ele acredita que possa ter fruto em uma desilusão com a realidade, visto que tudo se tornou imediato, fugaz, líquido. Lidar com a fluidez, com a brevidade e com a impermanência das condições do mundo atual, faz com que a “angústia pós-moderna” esteja presente em grande parte dos sujeitos (BAUMAN, 1998), entre eles incluímos as trabalhadoras em *home office*.

A angústia e a ansiedade dos tempos atuais estaria relacionada, sendo Bauman (1998), à crise na narrativa do liberalismo econômico que tem sido colocada em cheque pois está produzindo condições precárias de vida e de trabalho que se pauta em uma condição de concentração da riqueza. Ao produzir efeitos colaterais inesperados e contradições, essa narrativa que se propunha a “explicar o mundo e trazer felicidade” (1998, p. 237) passou a ser questionada, gerando insegurança e uma insustentabilidade do ser, visto que para ele, o sujeito precisa ter algo em que acreditar.

As propriedades dos líquidos que fluem e não se atêm em nenhuma forma, são comparadas à condição subjetiva do sujeito na atualidade, uma condição incerta, precária e ansiosa. A realidade do mundo líquido é complexa, pois os acontecimentos dependem de diversos fatores e na maior parte do tempo esses fatores são de cunho macro-social, ou seja, para além da capacidade de controle do sujeito. Faz-se uma relação com o controle da própria existência com o ato de tentar segurar um líquido com as próprias mãos, ambos escaparam por entre os dedos, gerando ansiedade (BAUMAN, 2001). Olhemos para essas reflexões mediante uma fala da entrevistada nº 1 que expõe essa fluidez e a falta de controle como um caminho para a ansiedade na sociedade atual:

Fiz escolhas pautadas numa falsa segurança, na crença que recebi da minha família. Estudar, poupar, trabalhar e casar, essa era a lógica, esse era o caminho. Essas pareciam ser soluções promissoras para me suprir nas áreas de relacionamento, finanças e de saúde. Mas o que de fato aconteceu foi um tanto diferente do planejado. Me separei e meu salário diminuiu depois de algumas trocas de emprego. E agora que passei dos 30 anos me pego pensando nas escolhas que preciso fazer para me estabelecer. De novo os mesmos medos quanto ao futuro me aterrorizam. Não estou segura, não tenho certeza e todo dia acordo com uma angústia no peito.

A entrevistada nº 01, que trabalhava como vendedora comercial, após ter sido demitida com o avançar da pandemia, optou por abrir uma loja de produtos digitais. Ela conta que o fato de ter aberto seu próprio negócio possibilitou sobreviver durante esse período, já que sua separação e as trocas frequentes de emprego a desestabilizaram econômica e emocionalmente. Porém, mesmo estando mais estável financeiramente e vivenciando o que ela chama de “*liberdade para fazer meus horários*”, ela deixa claro que as suas dificuldades emocionais não se estabilizaram, mas sim foram intensificadas.

Se a esses aspectos acrescentarmos a supervalorização do desempenho, o resultado é um nível de auto cobrança altíssimo que gera uma sufocante ansiedade pela excelência. As trabalhadoras empresárias de si mesmas vivem em uma sociedade cada vez mais desvinculada da negatividade e envolvidos na lógica de que tudo podem, desde que tenham iniciativa e motivação. É uma sociedade que produz depressivos e ansiosos visto que são sujeitos que não possuem âncoras nas quais se apoiar e responsabilizar, mas outrossim, devem obedecer a eles mesmos (HAN, 2015).

O sociólogo Alain Ehrenberg (2008 *in* HAN, 2015, p.15) denomina o processo de adoecimento na atualidade como “infartos psíquicos” localizando-os “no instante em que o modelo disciplinar de controle comportamental foi abolido em favor de uma norma que incita cada um uma iniciativa pessoal: se comprometer a tornar-se ele mesmo”. De acordo com Alain, a ansiedade, por exemplo, é a “expressão patológica do fracasso do homem pós-moderno em ser ele mesmo” que se amplifica em uma intensa carência dos vínculos sociais, uma grande fragilização e liquefação das relações.

Essa fragilização das condições laborais e pessoais pode ser ilustrada pelas reflexões da entrevistada nº 25, uma empresária de 26 anos que possui um comércio desde 2019, e na época da pandemia abriu sua loja online passando a trabalhar em regime de *home office*, e de acordo com diversos momentos de sua fala indica que estaria livre de uma instância externa de domínio (que ela chama de: “*carteira assinada, contratos de trabalhos rígidos, CLT, concurso público, inflexibilidade, trabalhar em horário comercial, ter um patrão dizendo para onde vou e o que devo fazer*”), mas que contraditoriamente não sente a liberdade se envolvendo ao que Han (2015, p.16) chamou de “livre coerção”. O fato de trabalhar excessivamente (segundo os seus relatos) acaba por gerar uma liberdade paradoxal, pois é uma liberdade que envolve a auto exploração. Ela diz:

Quando eu era pequena e via a submissão da minha mãe ao meu pai, eu lembro de prometer para mim mesmo de que eu iria trabalhar muito e nunca passaria por isso. Lembro de falar

que nunca ninguém ia dizer o que eu deveria fazer, para onde deveria ir, o que eu deveria falar, pensar e comprar. Mas parece que hoje eu continuo sendo submissa, mas de alguma coisa que não sei o que é! Não me sinto livre para seguir minhas vontades.

Para apresentar essas angústias, nas quais ela denomina “*não saber quais são e de onde vem*”, se utiliza de uma metáfora:

É como se eu tivesse vivendo em ‘Alice no País das Maravilhas’, sabe? Onde o coelho mostra o relógio e pressiona me lembrando que estou sempre atrasada. A Alice segue o coelho sem pensar nas consequências, sem nem saber para onde está indo. Eu me sinto assim, só não sei pra onde e do que eu estou correndo. Ah! e também não sei o que é o coelho.

Nas suas reflexões, ela relata se sentir angustiada visto que estava vivendo um processo no qual não tinha escolha. Conta que foi “*obrigada*” pelos pais a fazer a faculdade de Direito e a passar na prova da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, para assumir o cargo em uma empresa da família, mesmo sempre gostando do universo da moda. No fim da faculdade, diz “*ter se rebelado contra a família*” e aberto sua loja de roupas no ano de 2019. Com o início da pandemia, em março de 2020, quase um ano após ter “*realizado seu sonho*”, teria sido novamente “*obrigada*” a fechar a loja, devido à impossibilidade de pagar o aluguel, pela queda das vendas. Conta que chegou a pedir à família que mantivesse o aluguel por um tempo até que “*as coisas voltassem ao normal*”, mas não foi atendida nesse pedido. Na época da realização das entrevistas, relata que fechou seu espaço físico e levou todo seu estoque para a sala da sua casa e passou a trabalhar em *home office*, inaugurando assim uma loja de produtos online pela rede social *Instagram*.

Reiterando as discussões trazidas por Han (2015, p. 17) “os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal”. Ou seja, não olhamos para o sujeito com perspectivas de adoecimento naturalistas e isoladas em si mesmo, mas como um processo de saúde-doença que acontece envolto a uma totalidade complexa que é histórica, política, econômica, cultural e, também, subjetiva.

Em uma das entrevistas (com a participante nº 29), estávamos dialogando sobre o processo de adoecimento na sociedade atual e ela fez uma análise muito interessante e cômica que envolve a forma de se viver em tempos líquidos e sobre a “ansiedade pós-moderna”. Sua análise, apesar de não partir de um contexto que envolve o *home office*, expôs uma ida ao supermercado de sua cidade, na

qual ela foi afetada por uma situação cotidiana que presenciou e conseguiu fazer uma leitura de que aquilo não fazia - apenas - parte dela.

Nos últimos dias de janeiro tava eu fazendo uma comprinha rápida no mercado, e aí eu topei com uma pilha de ovos de páscoa, isso mesmo que você ouviu, final de janeiro e ovos de páscoa no supermercado. Eu já tinha puxado e visto que nesse ano a páscoa caia no meio de abril, então estamos falando de uma antecipação de dois meses e meio. Para completar minha surpresa, eu percebi que ao lado dos ovos de páscoa estava uma outra pilha de panetones que haviam sobrado do natal e estavam em promoção. Eu fiquei analisando: minha mente me fez pensar que já é páscoa, que o tempo passou eu nem vi, não fiz nada daquilo que queria e precisava, não produzi o bastante, não atingi meus objetivos, que eu sou lenta, enrolada e procrastinadora, criei um cenário horroroso na minha cabeça e voltei para casa bem mal. Haja ansiedade! Mas no caminho, fiquei pensando que ainda estávamos em janeiro, não era páscoa, e eu tinha dois meses e meio para chegar até lá. “Calma, dona (nome), calma!” Cheguei em casa e contei a cena para meu marido e ele ironizou: nascimento e ressurreição ao mesmo tempo! Isso que é ansiedade.

Pensando que esses processos seriam uma reação do organismo para lidar com situações percebidas como ameaçadoras, perigosas, com riscos iminentes ou futuros e que, na lógica dos estímulos em excesso e na exigência de eficácia a todo e qualquer custo, quanto mais congestionado estiver o cotidiano, mais congestionada também estará a mente. Portanto, mais ansiedade é gerada e mais preocupações por não estar fazendo o que a sociedade se exige que se faça, produzindo por conseguinte, um conflito interno e externo que nunca acaba, questões a serem olhadas sob o viés do desgaste mental (SELIGMANN-SILVA, 2011), e que por estarem imbricadas à esse cotidiano congestionado afeta sobremaneira as trabalhadoras em *home office*.

Seria estimulante à trabalhadora que pudéssemos discutir o universo do trabalho em *home office* como um meio de vida e dignidade humana, poder fazer uma análise que baseasse as práticas organizacionais com os direitos sociais adquiridos na história, mas existe um paradoxo que respalda o trabalho na contemporaneidade: esse contexto tem sido associado com a precarização social e com o adoecimento dos sujeitos. Deste modo, há uma relação muito imbricada que vem acontecendo entre as categorias de trabalho e adoecimento que não acontece como um fenômeno individual.

Em relação a isso, a entrevistada nº 26 nos relatou que durante a pandemia, seu marido, que era caminhoneiro, não teve suas atividades de trabalho suspensas e, às vezes, passava quase três meses fora de casa. Ela, enquanto uma Auxiliar de Escritório, passou a trabalhar em regime de *home office* já nos primeiros meses da pandemia e se sentia muito culpada quando o marido voltava para casa, após meses fora, e ela não estava emocionalmente bem com o fato de trabalhar em casa, sozinha. Algumas reflexões trazidas por ela sobre a forma como o marido entendia esse possível

adoecimento, revelam que ele não o percebia como resultado das transformações do contexto social e político, mas como algo próprio de uma subjetividade individual fragilizada ou adoecida.

Era como se eu reclamasse sem motivo, sabe? Ele estava fora há dias, bem naquela época que estava morrendo 5 mil pessoas por dia do Brasil e eu em casa, protegida. Mas eu não estava bem e não podia falar isso para ninguém, principalmente para ele. Guardei isso por muito tempo. Até que estourou e eu perdi o controle. (...) Aconteceu o que eu imaginava, ele não compreendeu do que eu reclamava.

O que Seligmann-Silva (2010, p. 230) denominou de “progressiva hipotrofia e perda de uma razão social do trabalho”, justifica um contexto, no *home office*, que tem sido marcado pelo adoecimento do ser e pela ausência das possibilidades do trabalho de se constituir enquanto meio para desenvolver as potencialidades e capacidades humanas. Esse movimento mantém a relação secular existente entre capital e trabalho, neutralizando a sua regulação social, banalizando o trabalho precário, intensificando as injustiças sociais e as violências físicas e psicológicas dentro do mundo do trabalho e criando, assim, o “trabalho socialmente desagregador, terreno fértil para o sofrimento e o adoecimento dos indivíduos”.

Façamos um parêntese nessa discussão, pois a análise de Seligmann-Silva (2010) do trabalho na atualidade como algo “socialmente desagregador” provocou nesse processo de escritas algumas curiosidades, que dizem respeito ao estilo de vida atual dentro e fora do trabalho. Partimos para uma busca do significado da palavra ‘desagregar’ nas quais apresenta uma definição de separar as partes, se decompor, se desorganizar, fragmentar-se. Assim, pode-se apontar que o trabalho tende a provocar uma desagregação, uma desassociação do sujeito dele mesmo, como se a precarização fosse o que Seligmann-Silva (2010, p. 231) chamou de “sequestro da subjetividade”.

A entrevistada nº 30, uma assistente social da rede SUAS - Sistema Único da Assistência Social, que durante a pandemia passou a fazer acompanhamento sócio-familiar por meio de ligações telefônicas e chamadas de vídeo dentro de sua própria casa, reflete um pouco essa realidade de ter a subjetividade sequestrada pelos processos de trabalho:

Estou com uma lista de espera de famílias para acompanhamento familiar, com lista de espera, acredita? Durante as ligações eles me perguntam coisas de cunho médico, sobre sintomas do covid, sobre tomar ou não vacina, chegaram a me perguntar se realmente fazer ‘chá de alho’ era bom para o Covid, mas eu não sou médica, sabe? Eu não sabia o que responder. Em outros casos havia uma demanda de saúde mental e os atendimentos acabavam virando terapia, mas eu também não sou terapeuta, né? As pessoas estavam tão

ansiosas em falar que me perguntavam coisas de tudo o que você pode imaginar. Até dicas de como entreter as crianças em casa eu dei. Mas também não sou pedagoga. Sou assistente social e por muitas vezes eu esqueci disso. Esqueci de quem eu era, dos objetivos da minha profissão, eu olhava para mim e não me reconhecia. Me sinto como uma estranha para mim mesmo, me olho no espelho e não me reconheço. (...) Quando conversei com a (nome da chefe) sobre isso ela me ridicularizou dando a entender que se eu fazia é porque dava conta.

A precarização da saúde das trabalhadoras em *home office*, trata-se, deste modo, de uma fragilização da mulher como um todo, que atinge as dimensões físicas, existenciais, identitárias e relacionais. Essa fragilização é acrescida quando levamos em consideração que os tempos sociais para o trabalho, como ritmo, intensidade, horas extras, contra turnos, tempo de conexão, dentre outros, estão em desarmonia com que é chamado por Seligmann-Silva (2010) de “biorritmo dos indivíduos” gerando acidentes e adoecimentos mentais, ou seja, o desgaste.

Sendo assim, o desgaste mental surgiria de uma expressão incompatível entre o que o trabalho exige socialmente do sujeito e a sua incapacidade adaptativa da fisiologia e do biorritmo para suprir essas demandas laborais. Em uma perspectiva na qual o trabalho e a função produtiva ocupa o espaço central na vida social e individual (incluído tempo, pressão e comportamento, conforme discutimos acima) a precarização atravessa todo o processo de construção da subjetividade, bem como o desenvolvimento de uma identidade social e coletiva.

No âmbito dos estudos da Saúde Mental Relacionado ao Trabalho (SMRT), um campo interdisciplinar que compreende a trabalhadora enquanto inserida em um espaço macro-social (e que segundo pesquisas na área diz respeito a um território novo a ser explorado), associa o desgaste mental à imagem de uma “mente consumida” por esse universo (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Dentro desses estudos, a “psicopatologia da precarização” tem se delineado no sentido de discutir sobre os processos de desgaste mental que são associados ao mundo do trabalho. Para Seligmann-Silva (1994), portanto, a perda das capacidades físicas, mentais e sociais do sujeito em decorrência do trabalho seria o próprio desgaste. O desgaste mental e/ou psíquico seria “as perdas e as deformações que incidem na subjetividade a partir das instâncias sociais, das relações de poder e das instâncias administrativas que regem o trabalho” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 237).

Relacionado à noção de “perda”, o desgaste mental propõe um adoecimento que levaria a mulher trabalhadora a perder suas condições mentais, existenciais, identitárias e relacionais, não sendo, apenas, um processo que a envolve de forma individual, mas sim em todas as tramas nas quais ela se insere. As mulheres trabalhadoras em *home office*, entrevistadas durante a pesquisa, trazem em suas falas diversos apontamentos sobre a noção de perda da sua identidade, de ter a mente

e a vida invadida/consumida pelo trabalho. Ou seja, podemos compreender mediante diversas falas, que as mulheres trabalhadoras em *home office* tendem a vivenciar o desgaste mental.

Uma dessas falas, que aqui merece destaque, diz respeito às reflexões de uma professora de geografia de uma escola estadual que ministra aulas no ensino fundamental e médio e que, durante a pandemia, ficou praticamente um ano e meio trabalhando de forma remota, vivenciando os atravessamentos de uma sobrecarga de trabalho e de tensões e conflitos inerentes ao isolamento social. A entrevistada nº 27 aponta:

Lembro o dia, foi um dos mais difíceis para mim, descobri que minha filha e eu tínhamos pego o vírus. Ela ficava isolada no quarto dela e eu na sala, onde tinha montado as coisas para dar aula. Nesse dia que positivamos eu senti uma angústia que nunca havia passado por isso na vida. Lembro que tinha quatro aulas para dar aquele dia, e na terceira já havia perdido a voz. Eu falava e as câmeras tavam todas fechadas, como se eu estivesse falando para um monte de letras. Ai parei um pouco e observei aquela situação: estava dando aula sobre processo de 'Urbanização e Violência' para um monte de letras, o voz quase não saía; eu estava isolada na sala e minha filha trancada no quarto; as letras no computador tava todas embaralhadas eu nem sabia mais o que estava fazendo. Foi difícil porque uma hora percebi que precisava sair, tomar um ar. Eu levantei da cadeira enquanto falava, nem fechei a câmera, nem nada, e os alunos nem perceberam minha ausência.(...) Mas eu voltei e continuei falando porque pra mim eu precisava dar conta.

A exigência pela excelência teria se dirigido a processos, métodos, projetos, materiais e, claro, para as trabalhadoras envolvidas nessa trama. O que Seligmann-Silva (2001) chama de “coerção para perfeição humana” se instaurou no mundo do trabalho de modo a ignorar “os limites e a variabilidade dos processos fisiológicos e mentais dos seres humanos”. Processo esse que foi amplamente estudado por Monroy (2000), denominado de “violência pela excelência”.

Essa violação da subjetividade se pauta por uma sutil, mas imposta dominação pela supervalorização da perfeição e da excelência que podemos ver novamente na fala da entrevistada nº 27:

Acredito que acabei sendo mãe tarde demais (36 anos) porque tive que investir todo meu tempo trabalhando e estudando para dar um bom padrão de vida a ela. Então hoje a culpa é muito grande, porque tenho a sensação que já não tenho a energia que eu preciso para cuidar dela. Acho que não estou sendo boa mãe. Ou estou não sei. É que sempre fui muito boa no que eu faço, mas com a maternidade e com o casamento é diferente. Eu não tenho tempo para me dedicar ao meu trabalho como era antes, não tenho energia para cuidar da minha filha e não tenho disposição para curtir meu casamento. Fico me perguntando onde é que estou errando.

Nesta reflexão trazida pela participante podemos observar que há uma cobrança pela perfeição (feita por ela mesma mas que traz em seu bojo toda uma condição histórica) que subjaz o universo da mulher trabalhadora, visto que a ela é exigido a excelência em todos os papéis sociais nas quais precisa desempenhar, como se o modo de trabalho fosse um modo de viver e de sofrer. Segundo Seligmann-Silva (2010, p. 238) “isso dá lugar a uma verdadeira coação ao fingimento, pois todos precisam mostrar-se excelentes, energizados para cumprir as metas e, por conseguinte, fingir (até para si mesmos) que estas são sempre alcançáveis”. Ela (entrevistada) continua seu discurso deixando claro essa perspectiva:

Que saco né? Acho que não estou dando tudo de mim. Se eu fosse um pouco mais organizada e conseguisse planejar minhas ações de caso, do trabalho e de ser mãe, acho que conseguiria conciliar os papéis. A questão é que sou muito desorganizada e desatenta.

Entendemos que os processos políticos e históricos percorrem os contextos macro-sociais, chegam até as várias formas de organização do trabalho e atravessam a mulher trabalhadora gerando o desgaste mental. Sendo assim, podemos pensar que o trabalho na atualidade, aqui sumarizado pelo *home office*, tem sido colocado com uma prática na qual a trabalhadora se sente desapropriada/desconectada do mesmo, daí a ideia de uma subjetividade consumida por esse mundo, e da perda das capacidades mentais.

Edith Seligmann-Silva (2011) aponta que quanto maior a vulnerabilidade social e a precarização, maiores serão as chances de se desenvolverem adoecimentos pelo trabalho, visto que a falta de alternativas institucionais de proteção social, tende a agravar esse cenário. Neste ponto, conforme pode ser observado na caracterização das participantes sabemos que nosso sujeito de pesquisa é um recorte social que detém de certos benefícios e particularidades que, as vezes, não são encontrados na maioria das trabalhadoras brasileiras, porém na constituição de todo contexto de resistência aqui mencionado, não podemos negar que a mulher trabalhadora em *home office* vive um certo processo de vulnerabilidade. Processo esse que, segundo Rago (2006), mostra que o sofrimento possui uma condição sexual e que a hierarquização do trabalho pelo gênero (“por si só”) já seria uma condição de saúde da trabalhadora em *home office* a ser amplamente problematizada.

Levando em consideração o sofrimento enquanto uma condição sexual conforme Rago (2006), a entrevistada nº 3, quando levantada a reflexão durante a entrevista de “*como você lida com*

as diversas demandas que vão surgindo no ambiente em relação ao seu trabalho e às responsabilidades domésticas?”, traz algumas falas em tom comparativo sobre como ela e o esposo viveram o *home office* de formas distintas,

Então, assim, ele lida muito bem com o fato de trabalhar em casa, porque para ele isso é uma realidade tranquila. Eu vejo que ele lida melhor com isso do que eu. Porque quando ele acaba o trabalho, o trabalho simplesmente acaba, se é que me entende. Eu quando acabo o meu trabalho eu tenho que estender roupa, colocar comida para o cachorro, catar o lixo, ir ao mercado, ler meu livro, e aí quando estou lavando a louça, perto da hora de ir dormir eu coloco minha série no celular e coloco o celular na janela, para fazer os dois no mesmo tempo. Otimizar, né? Ainda tenho que escutar ele falar, abaixa um pouco o som porque vai começar o “Mengo”. (risos)

Entendendo que o conceito de desgaste mental é sustentado pela categoria de perda, em um contexto de precarização das condições de vida e de trabalho, na qual a trabalhadora em *home office* vive um certo processo de vulnerabilidade, surge o questionamento: o que de fato a mulher trabalhadora em *home office* ‘perderia’?

Para realizar essa discussão optamos por utilizar um resumo de Seligmann-Silva (2010, p. 242) sobre perdas e impedimentos que a trabalhadora sofre quando inserida nesse universo de trabalho precário. Neste ponto, não queremos dizer que esse resumo sintetiza todas as perdas e os impedimentos que a mulher em *home office* vive no processo casa-trabalho, visto que entendemos que esse é um universo complexo e que envolve uma gama de movimentos que estão entranhados nas conjunturas do cotidiano. Porém, o que foi sintetizado pela autora também foi discutido pelas mulheres entrevistadas em alguns momentos dessa escuta. Iniciemos falando de algumas perdas e posteriormente dos impedimentos vivenciados por elas.

Uma das perdas pelo desgaste mental, que a autora chama de “vulnerabilidade pelo trabalho”, seria a “perda dos suportes sociais e afetivos”, uma forma de adoecimento que estaria no âmago do desenvolvimento de transtornos mais crônicos e precedente, por exemplo, do *Burnout* e da depressão laboral. Incluiria a perda de suporte de sobrevivência digna devido a trabalhadora ser consumida pela precarização social e pelos retrocessos das legislações trabalhistas (SELIGMANN-SILVA, 2010).

O fato é: a trabalhadora tem assumido nuances decorrentes do mundo globalizado, competitivo e hiperconectado que não estão de acordo com o seu biorritmo, ou seja, assumindo um ‘ritmo de vida’ que não se adapta às suas condições físicas, psíquicas e sociais. Neste ínterim, não é

levado em consideração o tempo destinado ao trabalho (que na maioria das vezes dizia respeito à oito horas diárias conforme prevê legislação vigente no país), conforme refletiu a entrevistada nº 2: *“vive-se mais ligado ao trabalho do que nunca, respondendo e-mails na hora do jantar, aditando na cabeça as tarefas do dia sem ao menos sair da cama, atendendo uma demanda da empresa aos fins de semana ou tendo preocupações com o trabalho durante o período de férias - isso se elas existirem”*. Essa participante, uma psicóloga e empreendedora em *home office*, exemplifica esse contexto de “perdas de suportes sociais e afetivos”:

O meu dia a dia é uma rotina muito, muito complexa. É um trabalho, assim, exagerado. É muito trabalho, porque são duas empresas funcionando: a minha loja e a minha clínica. Então eu não tenho salário fixo. Em uma das empresas eu presto serviço para um convênio. Então às vezes é um ritmo bizarro de 13 horas por dia de trabalho, 13 pacientes atendidos em um só dia. E então quando chego em casa, após trabalhar essa carga horária, eu tenho que resolver as pendências da minha loja de importados. Postar alguma coisa, engajar com os clientes, mandar um produto, resolver alguma coisa com o escritório de contabilidade, emitir nota fiscal e por aí vai. Mesmo depois de atender das 07 horas da manhã às 08 horas da noite, eu ficava trabalhando em casa até as 11 horas, meia noite. O que, fazendo as contas aqui, dá quase 18 horas trabalhadas no dia. Mas teve dia de eu ir até bem mais tarde.

Sobre esse fato, uma pesquisa do IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, publicada pelo jornal de Ciências Humanas da USP, fez uma análise entre os trabalhadores do país e trouxe o dado de que 98% deles se sentem cansados física e psiquicamente devido às condições laborais. Esse cansaço que as trabalhadoras enfrentam e que às vezes até se culpam por sentir, pode se acumular ao longo do tempo e chegar ao extremo do esgotamento, como se a mente fosse tomada pela constante preocupação com o trabalho e o corpo entra em exaustão. Levando a “perda dos suportes sociais e afetivos”.

Essa exaustão que pode evoluir, por exemplo, para Síndrome de *Burnout* acaba não sendo incomum. Tanto não é que no ano de 2019, a Organização Mundial da Saúde - OMS reconheceu o desgaste no trabalho (*Burnout*) como doença ocupacional, ou seja, estritamente relacionada ao ambiente e ao exercício profissional. Ela é uma forma de estresse crônico, um estresse, portanto, que não é pontual, que não é de um momento e nem de uma fase, é um sintoma continuado, prolongado. Segundo a OMS seus sintomas características são: cansaço físico constante (que não passa, por exemplo, com uma noite de sono), um estado de preocupação e tensão emocional contínuo

relacionado ao universo profissional, dificuldade de concentração, falta de vontade para o cuidado pessoal e relacional, ansiedade, dores no corpo, fadiga, angústia, falta de sentido, dentre outros.

Quando questionado à entrevistada nº 26 sobre “*como você se sente ao final de um dia em home office?*”, ela trouxe algumas percepções importante sobre um estado de preocupação excessiva e intensa com o trabalho - e aqui não queremos dizer que essa participante desenvolveu a síndrome, visto que o diagnóstico perpassa por análises muitas mais complexas. Apenas entendemos que suas percepções corroboram com o estado de esgotamento pelo trabalho, mesmo que em alguns pontos da discussão ela apresenta um olhar benéfico para o ambiente de *home office*.

Ao final do dia? Minha cabeça continua sempre pensando independente do cenário, eu penso no trabalho tomando banho, fazendo janta, brincando com a (nome da filha). E só de pensar na possibilidade de ter que trabalhar outro dia me dá ânsia de vômito, um embrulho no estômago, um nó na garganta, tudo isso junto. (...) Mas a rotina de ter determinado seu horário e suas metas diárias, sem pegar trânsito estressante, num ambiente de trabalho ruim com colegas estressados. Com certeza tenho maior rendimento e menos estresse trabalhando em casa.

Sobre essa “perda dos suportes sociais e afetivos”, na qual a resistência tem sido a luta por uma sobrevivência digna, a entrevistada nº 7, uma advogada de um banco imobiliário que trabalha de forma remota, sofreu um desgaste físico em decorrência de um desgaste mental (mais acima nessa discussão já foi apresentado outras questões de ordem físicas que ela vivenciou), também trouxe algumas colocações importantes sobre essas perdas:

“O ambiente corporativo estimulou minha ambição, me superar, me destacar, ser promovida, ter sucesso, esse foi um o canto da sereia para mim. ‘Você é talentosa’, ‘Você pode ganhar uma promoção’. E aí levada por essas promessas, eu trabalhei duro por três anos, sofrendo um estresse absurdo para cumprir as metas do escritório. Era comum trabalhar fora do expediente, às vezes até de madrugada. (...) O cansaço bateu forte, mas continuei levando, dia após dia. Até parar no postinho aqui da cidade com diabetes, tipo 1. Nunca tive nada disso. Os médicos disseram que foi por causas emocionais.

Seguindo a proposta de Seligmann-Silva (2010, p. 242), uma outra perda relacionada ao desgaste mental seria a “perda de confiança”, um processo na qual a trabalhadora desenvolve uma exacerbação da competitividade interna, marcada por um excesso de positividade, de acreditar que tudo é possível, de que todas as metas são alcançáveis, gerando quase que uma ‘compulsão’ pelo

trabalho e, que por ser pautado em objetivos que nunca serão atingidos, faz com que a trabalhadora perca a confiança em si mesmo, nas suas capacidades.

A sinopse brasileira de “Sociedade do Cansaço” (HAN, 2015), faz uma reflexão importante sobre a perda da confiança em si mesmo na qual “as pessoas se cobram cada vez mais para apresentar resultados, tornando-se elas mesmas vigilantes e carrasças das suas ações, numa época em que podíamos trabalhar menos e ganhar mais, a ideologia da positividade opera uma perversa inversão”. Esse processo de competitividade interna e externa foi exemplificado pela entrevistada nº 25, uma empresária que possui uma loja de roupas online e relata sobre uma experiência de trabalho que vivenciou anteriormente em uma agência de publicidade, também vivenciada em regime de *home office* e que, segundo ela, “*possuía um ambiente tóxico, um clima péssimo, onde o trabalho feminino era desvalorizado*”. Ela conta:

Em um momento percebi que o que eu fazia não era suficiente, eu tinha que fazer mais, virar mais noites. Ganhava metade do salário de um homem na mesma posição que eu. Cheguei ao ponto de achar que eu era uma profissional péssima e deveria agradecer por aquele lugar me querer. O dono da agência sempre falava isso e eu apenas chorava. Tinha contas para pagar e aquele era o único lugar que me queria. (...) Eu fui me aguentando e me sobrecarregando e a gota d'água foi quando me prometeram uma vaga e colocaram outro no lugar. Eu tive uma crise, meio que colapsei: dores no peito, não conseguia respirar, um nó na garganta, assim, horrível. Tive que me afastar do trabalho, fazer tratamento, tomar medicações. Até hoje tomo essas medicações. (...) Eu só senti novamente que eu era boa no que eu fazia quando abri meu próprio negócio e ele começou a fluir.

Observa-se com a fala da entrevistada nº 25 que ao vivenciar um contexto de alta competitividade e exigência pela perfeição, em trabalho à distância, ela acabou perdendo a confiança em si mesmo e vivenciou o desgaste mental, “colapsou”, em suas palavras.

Bom, uma outra perda decorrente do desgaste mental na sociedade do desempenho, seriam as “perdas relacionais ao longo de um processo de isolamento dos demais no ambiente de trabalho”. Segundo Seligmann-Silva (2010, p. 242) essa perda relacional se daria mediante algumas situações: a) em decorrência de assédio moral; b) devido a um intenso trabalho que provoca fadiga e, por consequência, a irritabilidade prejudicando o convívio com os demais; c) devido a uma cultura organizacional que estimula a competitividade e o individualismo.

O individualismo e a fragilidade dos laços sociais vem sendo umas das características marcantes da nossa sociedade e torna-se um fator de insegurança para o sujeito visto que relega à eles/nós a responsabilidade pelo seu destino, de modo a não sustentar a relação entre indivíduo e

sociedade, tão imprescindível para o desenvolvimento dos processos subjetivos. Desta forma, entendemos que as categorias de coletividade e identidade são amplamente imbricadas e havendo essa ruptura social, o corpo que deveria habitar um lugar habitado por outros corpos, também sofre essa cisão (BAUMAN, 2003). Ao discutir sobre a importância das comunidades, o sociólogo Zygmunt Bauman faz uma analogia à música de Raul Seixas, metaforizando que o sujeito da atualidade vive em “casulos” em vez de ser uma “metamorfose ambulante”.

A entrevistada nº 27, uma professora de 15 anos de profissão, inicia sua fala trazendo algumas comparações importantes sobre o *home office* em consonância com a educação presencial, sobre como o individualismo afetou nesse processo, e sobre a importância da coletividade no processo educacional, visto que o ato de trabalhar em casa, por si só, já se torna uma prática individual.

A Educação acontece no chão da sala. O barulho, as intrigas, a relação entre os pares, a relação professor-aluno, o contato e cheiro das pessoas são ingredientes que garantem a construção social do sujeito.

Sobre as perdas relacionais devido a uma cultura da organização que estimula a competitividade, a entrevistada nº 30 (uma Assistente Social da rede SUAS que trabalhou em regime de *home office* durante a pandemia) trouxe esse incômodo:

Nós somos duas unidades diferentes, mas que desempenham quase a mesma função. Uma atende casos de ordem mais socio familiar; trabalhando com o fortalecimento dos vínculos, meio que uma prevenção e a outra casos que envolvem violação de direitos, trabalhando com a redução de danos. Ai no final do dia o gestor manda no grupo do WhatsApp o que cada unidade realizou de produção, tipo total de atendimentos remotos, e isso tem gerado um desconforto entre nós, as técnicas. O dia que eu quero ficar resolvendo coisas internas e não tem tanta produção eu tenho vergonha de mandar as coisas no grupo e ai eu sei que isso é motivo de sarro nas reuniões.

Seguindo as reflexões trazidas, uma outra vulnerabilidade que a mulher trabalhadora em *home office* pode vir a sofrer, devido ao desgaste mental seria a “perda da possibilidade da autenticidade”, um processo na qual o sujeito sente-se explicitamente coagido a agir contra os seus princípios, desejos e vontades em prol de uma ideologia maior, que está além dele.

Seguindo as reflexões da entrevistada nº 30, acima, que tratou sobre a questão da competitividade entre as duas equipes de trabalho, ela nos conta que levou o seu desconforto para uma reunião. A proposta era alinhar alguns processos de trabalho mediante as demandas trazidas pelas próprias funcionárias que estavam atuando em regime de *home office*. Quando buscou falar para o gestor que alguns movimentos da gestão estavam gerando conflitos relacionais, ele trouxe uma fala que diz respeito a perda de uma suposta autenticidade. Segundo ela, a fala do gestor na reunião, perante os conflitos, foi:

Esse discurso de vitimização não cabe dentro dos processos de trabalho, eu não me simpatizo muito com essas propostas militantes, para mim é 'mimimi'.

Outra fala que merece ser pontuada a respeito da perda da autenticidade dentro dos processos de trabalho, que conduz a uma coação das próprias vontades e desejos, diz respeito a uma reflexão trazida pela entrevista nº 29:

Eu me vejo como uma pessoa esclarecida, sabe? Mas acho que de tanto escutar isso, dentro das falas na empresa, acabo refletindo e passando para frente discursos que eu nem acredito. Coisas como: 'nada é impossível para quem quer', 'a constância vence qualquer desafio', 'trabalhe enquanto eles dormem', 'seja sua melhor versão', 'faça um pouquinho a mais todo dia', é frequente a gente ouvir. Eu nem concordo, mas acabo fazendo e passando adiante.

Por último e ainda de acordo com as propostas de Seligmann-Silva (2010, p. 242) , pensando nos processos de perdas uma outra consequência do desgaste mental para a trabalhadora seria a “perda do respeito e/ou ser desconsiderada e ferida em sua dignidade”, que tem relação com o processo descrito acima e diz sobre uma instabilidade psíquica devido a uma desrespeito à dignidade do sujeito.

Sendo o trabalho, de acordo com as ponderações trazidas por Antunes (1997, p.14), um processo na qual o sujeito deveria transformar a natureza de forma útil, concreta e reguladora, podemos pensar que neste contexto de precarização na qual a trabalhadora é desconsiderada em sua dignidade, o trabalho passa a ser expropriado, alienado e subjugado à ideologia do capital, de modo que a ação do homem sobre a natureza é entendida como mercadoria e não como um valor de uso. A mercadoria, que seria o fruto da ação do homem sobre o meio, deixa de ser para ele algo útil e de

valor, fazendo com que o capital tome o lugar da dignidade da trabalhadora e restando para ela precárias condições de produzir e de existir.

A trabalhadora alienada, invadida em sua dignidade, se reduz a um ser que se submete a quaisquer condições para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, não tendo acesso ao que produz. Por ser um trabalho que é externo à trabalhadora, não pertencente à sua própria constituição, a trabalhadora não se afirma nele, mas sim nega-se a si mesmo, não desenvolve suas capacidades físicas e mentais, mas se esgota, se desgasta. Ou seja, conforme Marx (2003, p. 114) o sujeito “só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si”. A alienação e a perda da dignidade surgem quando o que é produzido não pertence a mim, mas gera valor, utilidade e significado a um terceiro.

Analisando, pois, que a dignidade da pessoa humana é um elemento fundamental e legitimador de todo o Estado Democrático de Direito e que consiste na premissa de todo sujeito ser respeitado e protegido em sua integridade física, psíquica e social, incluindo o direito fundamental ao trabalho, podemos pensar que mediante a condição estrutural do universo do trabalho na atualidade, a trabalhadora vive a degradação da sua condição de ser humano digno.

A entrevistada nº 26, uma auxiliar de escritório em *home office*, trouxe algumas indignações quanto a desproteção da dignidade da trabalhadora:

Eu não podia ficar com a câmera desligada que ela ficava brava e me mandava ligar na mesma hora. Às vezes só precisava tomar um sol, ir ao banheiro, comer alguma coisa, sei lá. Mas não desligar a câmera é uma premissa básica, pelo menos nas horas que a reunião acontecia. Às vezes eu fingia que a internet tinha caído só para poder ir ao banheiro sem encheção de saco.

Dando sequência no resumo proposto por Seligmann-Silva (2010, p. 242) a proposta final para discutir o desgaste mental será apresentar os impedimentos que a trabalhadora em *home office* pode vivenciar em decorrência da precarização do trabalho. E a primeira reflexão diz respeito a um “impedimento do repouso e da recuperação do cansaço”, na qual é apresentado que a fadiga crônica acumulada, o medo pela queda do desempenho, um mal-estar continuado em detrimento do repouso e do descanso, podem levar à ansiedade, irritabilidade e quando “emergem a auto acusação, a autodesvalorização e vivências de fracasso podem configurar o caminho para as depressões e outros transtornos psíquicos e psicossomáticos”.

Neste ponto, podemos fazer uma ligação com o que as autoras Creado & Nascimento (2020, p.136), pontuam no artigo *“O direito à desconexão no período de home office: análise dos impactos da quarentena pelo covid-19 na saúde do trabalhador”*, na qual há uma dificuldade de repouso e de recuperação do cansaço devido a hiperconectividade. Ou ao que Seligmann-Silva (2011) chama de “tempo de viver e conviver” fora do ambiente de trabalho que acaba sendo impossibilitado pelo *home office* e traz impactos consideráveis para a identidade e para a saúde da trabalhadora.

Pensando nos aspectos da hiperconectividade, que trazem como consequência o impedimento ao descanso, uma pesquisa apresentada pela Revista Veja da empresa *Digital Turbine*, publicada em 2022, apresentou dados importantes sobre a dependência de internet dos usuários brasileiros. Potencializada pelo isolamento social em tempos de pandemia, a pesquisa mostra que o Brasil lidera a dificuldade de desconexão mediante o ranking médio de tempo gasto em frente a uma tela (5 horas e meia de uso diário), enquanto que a média mundial seria de 4 horas e 48 minutos.

O que a pesquisa e demais especialistas passaram a chamar de “nomofobia”, é marcada por um comportamento viciante, de forma exacerbada e doentia do uso da internet, e por uma ansiedade aguda e até crises de pânico desencadeadas por uma suposta ou real restrição desse uso. A pesquisa apresentou que 38% não conseguem ficar mais de uma hora longe de algum dispositivo com internet, sendo que 20% não suportam ficar mais de 30 minutos sem o uso. As discussões realizadas por essa análise reverberam a necessidade de que a nomofobia seja incluída no DSM-5 - Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, como um distúrbio relacionado ao uso da tecnologia. A pesquisa aponta também que a dependência por internet possui efeitos cerebrais muito parecidos com os da dependência por substância química.

As nuances da dificuldade de desconexão foram vividas pela entrevistada nº 29:

Percebi que estava pior do que eu imaginava quando eu comecei a levar o celular para o banheiro na hora de tomar banho. Eu comprei um aparelho que colocava no box do banheiro (e era a prova d'água) para ficar assistindo às aulas de um curso que eu comprei, pois era a única hora disponível que eu achava que eu tinha. Inclusive se o celular tocava eu limpava a mão ensaboada e ia atender. Sabe o que é pior? Eu não percebia isso como grave. Meu marido que começou a dar uns toques.

Ressaltamos que a entrevistada nº 29, uma funcionária pública em regime de *home office*, apontou que o curso destacado acima fazia parte de metas de planos de carreira dentro da empresa, que valorizava o processo de educação permanente em uma plataforma dentro do site

organizacional. O fato da hora do banho ser a única disponível para ela fazer acesso aos conteúdos do curso diz respeito a um “impedimento do repouso e da recuperação do cansaço”, que tende a levar as mulheres trabalhadoras em *home office* ao desgaste mental.

Outro impedimento decorrente do desgaste mental é o que Seligmann-Silva (2010, p. 242) chamou de “atividade impedida”. Devido ao trabalho dominado, a trabalhadora se vê impedida de realizar atividades saudáveis e vitalizadoras. Essas atividades seriam aquelas pautadas em reflexões críticas, que entram em contato com sentimentos e fantasias e que possibilitem à trabalhadora pensar e agir a partir do próprio ser, ou seja, aquilo que Spinoza (2007) chama de trabalho engajado, um trabalho em que ele seja reconhecido e possa reconhecer-se.

Sobre as atividades impedidas observa-se que segundo Seligmann-Silva (1995, p. 290) “quanto menor a participação do trabalhador na formulação da organização de sua própria atividade e no controle sobre a mesma, maiores as possibilidades de que esta atividade seja desfavorável à saúde mental”. A entrevistada nº 3 discorre bastante sobre isso durante a entrevista e conta que precisou mudar sua crença pessoal do que é casa e do que é trabalho para que pudesse se reconhecer nesse cenário:

Então a mudança foi uma mudança interna minha, de crença mesmo, de entender que precisava encontrar um espaço e aí a partir do momento que eu entrava naquele quatinho, que foi um dos quartos do meu apartamento que eu transformei em um escritório, eu tinha que identificar aquele lugar como um lugar de trabalho, onde eu ia me cansar, onde ia me dedicar meu tempo, a minha energia, para poder ter um retorno disso que seria meu dinheiro. E a partir do momento que eu saísse daquela porta eu teria que identificar a minha casa, que era o meu lugar de descanso.

Entende-se que nos processo de *home office*, mediado pelos conflitos inerentes da trama casa-trabalho, a trabalhadora possivelmente se vê impedida de se reconhecer e de se engajar no trabalho devido ao fato de vivenciar todos os papéis sociais no mesmo espaço geográfico. A linha tênue que existe entre o universo público e privado, faz com que a trabalhadora viva essa confusão de papéis, conforme a entrevistada nº 3 segue refletindo: “*era difícil saber onde terminava o trabalho e começava a casa, eu usava o mecanismo da porta, mas era mais uma metáfora mesmo*”.

Outro impedimento seria o processo de “renunciar à própria ética”, ou seja “silenciar-se” violentando a saúde mental em prol de uma ética e de uma ideologia empresarial. Seligmann-Silva (2010, p. 242) aponta que esse impedimento de se expressar “é o que acontece quando o trabalhador, sem ter possibilidade de contestação, percebe a própria desvitalização e a lentificação do

desempenho”. Uma participante de 44 anos, professora em dois cargos públicos (um estadual e outro municipal) que trabalha 14 horas por dia, trouxe uma ponderação:

Eu só queria entender: Porque estou lerda com o pensamento? Porque não tenho a mesma memória de antes ? Porque estou com raiva e tão impaciente? Em um contexto “normal” tenho algumas prioridades, ainda que minha sobrecarga seja enorme – cuido da casa sozinha, uma vez que não tenho secretária para me auxiliar, acumulo cargo como professora (estado e município), estudo (no momento Doutorado), o que consome parte do meu tempo. (...) E eu que sempre fui uma pessoa muito crítica dos meus processos e dos processos externos mal tenho forças de falar sobre isso. Na verdade isso não é visto como um problema.

Os três últimos impedimentos apresentados pela autora são analisados de forma conjunta visto que, em suma, eles se canalizam para a mesma discussão, e são eles: “impedimento a ser reconhecido”, “desposseção de si mesmo” e “invisibilização”. Basicamente eles culminam para a ideia de que o desgaste mental acaba por expropriar a subjetividade, na qual as trabalhadoras deixam de ser percebidos como pessoas presentes, ausente de dignidade e passam a ser coisificados, impedimentos esses que foram sendo discutidos no decorrer desse subcapítulo. Ou seja, a compreensão de que a trabalhadora em *home office*, é afetada pelo universo que envolve a casa, o trabalho, o casamento, a maternidade e a sociedade e tem sua subjetividade atravessada por esses processos de modo a inviabilizar sua própria existência.

Portanto, ao voltarmos ao resumo proposto por Seligmann-Silva (2010, p. 242), que sumariza algumas perdas e impedimentos que são vivenciados por trabalhadores em fase de vulnerabilidade, podemos perceber que as trabalhadoras em *home office*, entrevistadas durante a pesquisa, acabam por ilustrá-las, além de outras tantas perdas e impedimentos que puderam ser ouvidas nas suas falas, o que nos remete a ideia de que elas vivenciam o desgaste mental. Entendemos, assim, que a trabalhadora em *home office* tem sua subjetividade atravessada por uma sociedade e por um trabalho precarizado que a afeta psíquica e socialmente, desgastando-a.

Há um conflito entre trabalho e família devido às questões de expectativas de tempo, pressão e comportamento esperadas da mulher trabalhadora em *home office* e devido a esse intenso conflito ela se desgasta emocionalmente. Por se desgastar, ela precisa encontrar de táticas e estratégias de sobrevivência a essas contingências cotidianas, ou seja, precisa resistir. A resistência, a ser discutida no próximo subcapítulo, seria a forma encontrada pela trabalhadora, de lidar com a precarização no

home office. Essa seria a inventividade do cotidiano: eu vivo a precarização, mas não a vivo de forma pacífica, eu a reinvento, a ressignifico.

5.2.3 - Táticas e Estratégias: a arte das trabalhadoras (extra)ordinárias

Visando perpassar os movimentos que a mulher trabalhadora em *home office* utiliza para lidar com as investidas do capital e a forma com que usa da inventividade para ressignificar o seu cotidiano de forma ativa, buscamos iniciar essa discussão voltando ao romance *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo (2006) para propor a ideia de que o próprio processo de escrita, a rememoração, a forma com que o cotidiano é narrado e a escuta a essa narrativa de forma respeitosa, por si só, já apresenta um ato de resistência.

Esses processos mostram-se como um ato de transformação das estruturas de poder, visto que como há saberes, pessoas, histórias e ações que foram negados ao longo do tempo “surge a necessidade da invenção” (EVARISTO, 2006, p. 12-13) do cotidiano, ou seja, de dar um novo significado a ele de modo a reverter certa lógica dominante.

Ao registrar uma luta diária daqueles que vivem à margem da sociedade em um contexto marcado pela desigualdade de gênero, de raças e de classes sociais, Evaristo (2006) faz um embaralhamento entre o fazer, o lembrar e o existir, de modo a, inclusive, preservar a ausência dessa marginalidade em uma história única. O que ela chama de “escre(vivências)”, coloca o sujeito que esteve à margem da sociedade em um processo de permanente construção e que não apresenta um fim absoluto, mas sim uma dinâmica, delicada e desconstruída existência. Segundo ela, sem esse processo de inventividade, a ausência de perspectivas (a histórias das mulheres, por exemplo) ficaria relegada ao esquecimento, ao silêncio e à perda. O ato de escrever, rememorar, narrar, escutar, e em suma, existir da mulher, é um ato de resistência.

Essa importância de rememorar, de narrar e de ouvir como um ato de resistência, pode ser observada na fala da entrevistada nº 1, que mesmo antes das perguntas da entrevista, ou seja, ainda no momento das apresentações, fez uma análise importante sobre isso:

Achei legal quando você mandou mensagem no Instagram me chamando para participar da sua pesquisa. No começo achei estranho, confesso, fiquei pensando: o que eu tenho para falar? E porque isso seria importante? Mas depois também pensei: então quer dizer que

minha vida importa sim, um pouco, pode ter algo no meu 'insta' que ela gostou! Pode ter algo na minha fala que ajude na pesquisa dela.

Deste modo, para Del Priore (2011), “mais do que falar sobre as misérias da vida feminina, importa decodificar que poderes informais e estratégias as mulheres detêm por trás do ficcional poder masculino e dominante, e como articulavam a subordinação e a resistência”. Ou seja, para além de falar sobre como a mulher trabalhadora enfrenta o conflito casa-trabalho, e sobre como esse conflito a afeta emocionalmente, é preciso compreender como ela age de forma antidisciplinar, como ela resiste, como se utiliza de táticas e estratégias para lidar com essa realidade.

Castro (2010, p. 50) reflete que ao resistir tática e estrategicamente ao trabalho precário as trabalhadoras dão “manutenção à lógica que organiza o espaço e retiram dessa mesma precariedade, em suas práticas cotidianas, algumas vantagens que lhes possibilitem sobreviver”, impondo um ato inventivo às estruturas de poder que tentam discipliná-los. Ilustrando as contingências cotidianas, e todo o arcabouço histórico, político e social que envolve o ambiente privado do lar, a entrevistada nº 26, faz uma reflexão e depois uma sátira:

Fui colocada em trabalho de home office, assim, do dia para noite, cheguei para trabalhar e eles me disseram que a partir da semana que vem o trabalho seria realizado em casa. Eu como assistente administrativo de uma empresa de internet deveria ter as 'manhas' para lidar com esse trabalho, mas eu não tinha. Eu não tinha nem um netbook bom, se você quer saber! Ele (o dono da empresa) nem perguntou se eu tinha como trabalhar em casa (...). No começo eu ficava na mesa da cozinha, mas aí no meio do trabalho minha irmã vinha tomar café, minha mãe fazer almoço e por aí vai. Lembro do dia que estava em uma ligação e meu pai chegou na cozinha e foi bater uma vitamina de abacate (risos).

Ao levantarmos a questão se é possível a mulher em *home office*, enfrentando um contexto de tanta turbulência, utilizar da inventividade para lidar com as contingências sociais, econômicas, políticas, históricas e de gênero que as atravessa, voltemos a uma reflexão que Certeau (1998, p. 35) realizou no início no livro “A invenção do Cotidiano: artes de fazer”, na qual ele problematiza e ele mesmo responde: “É possível mudar essa história? Ao menos indicando os sítios onde as práticas cotidianas foram articuladas”. Ou seja, são nas práticas comuns cotidianas, nas particularidades do sujeito e do objeto, nas solidariedades e nas lutas que as trabalhadoras vão resistindo e organizando seu espaço social. Ele aponta (1998, p. 38) que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”.

Uma categoria de extrema relevância para as análises do cotidiano que Michel de Certeau (1998) realiza diz respeito ao conceito de ‘consumo’. O fato das trabalhadoras consumirem os objetos sociais é uma ação astuciosa, dispersa, mas ao mesmo tempo muito direta e quase que silenciosa, pois não se trata, apenas, de consumir os produtos, mas sobre as maneiras de empregar esse uso impostos por uma ordem econômica dominante. Não se rejeita o consumo dos produtos, subverte-se sua utilidade, modifica-se suas estruturas em prol de movimentos que fazem sentido para o sujeito e com referências que são estranhas a um sistema que os produziu.

Bom, se é verdade que os consumidores não rejeitam os produtos e se é verdade que por toda parte há uma certa “vigilância” baseada nas estruturas de poder e de saber, por meio de uma lógica dominante, a reflexão que surge é: Como a sociedade não se rende a essa lógica? Como o sujeito não se reduz a esse consumo de forma passiva? Como é possível subverter essas lógicas tão enraizadas na nossa sociedade? Como lidar com as estruturas disciplinares de modo a não sucumbir a elas?

Certeau (1998, p.41) traz algumas reflexões nesse sentido apontando que os procedimentos populares cotidianos “jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que as maneiras de fazer formam a contrapartida do lado dos consumidores, dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política”. As “maneiras de fazer”, as formas de consumir, o significado subjetivo e pessoal que é dado à essas estruturas, constituem as práticas cotidianas nas quais os usuários se apropriam e organizam o próprio espaço (no nosso caso, este espaço é um lugar privado, a casa, que foi invadida por um espaço popular, o trabalho). Sendo assim, a “arte do fazer” e essa astúcia da trabalhadora seria a antidisciplina, a resistência que pode se articular tanto de forma tática, como estratégica.

Neste momento, vale ressaltar alguns apontamentos realizados pela entrevistada nº 27, uma professora da rede estadual e municipal de ensino. Estávamos realizando a entrevista quando a mesma precisou ser interrompida devido a demandas pessoais da participante, e por não conseguir conciliar sua agenda, a mesma solicitou que as últimas perguntas fossem realizadas por escrito, nas quais foram encaminhadas por email posteriormente. Sobre algumas contingências do seu cotidiano ela relatou mediante e-mail enviado três semanas após a entrevista:

A mudança de rotina de um dia para outro, a falta de um espaço físico, o distanciamento entre as pessoas, as interações dentro da sala de aula, as novas ferramentas exigidas para ministrar aulas...alteraram, de sobremaneira, a relação professor-aluno. A exclusão digital que os alunos das escolas públicas sofreram e sofrem e que foram intensificados no decorrer da pandemia foi o fator de maior dificuldade, haja vista que os alunos, ainda que tivessem

acesso a plataformas educacionais financiadas pelo governo de São Paulo, não tinham meios de acessá-las por não ter o acesso à internet. Quanto a carga de trabalho, esta aumentou consideravelmente – compreender o contexto, construir em casa um espaço para trabalho, aprender a lidar com as novas ferramentas, ministrar aulas, dar devolutivas contínuas e constantes aos alunos, realizar busca ativa junto aos alunos, mediar conflitos pessoais dos estudantes conforme eles relatavam; além de conciliar com trabalhos domésticos – limpar casa, lavar roupas, cozinhar, lavar louça, fazer mercado... e com outras funções como mãe, esposa, filha, nora... Descansar só o corpo, pois a mente foi praticamente impossível!

Pois bem, pensando nas contingências do cotidiano vivenciadas pelas mulheres em *home office* (trazidas em diversos pontos dessa pesquisa) que é marcado por relações de poder desiguais e desarmônicas, as antidisciplinas seriam as maneiras como as trabalhadoras se apropriam desse contexto e dão um novo significado a ele. Poder dialogar alguns pontos de como as trabalhadoras em *home office* contam suas próprias histórias, rememoram suas perspectivas e buscam encontrar maneiras e artes de fazer de forma inventiva se tornou de suma importância para essa análise. Nessas narrativas vão se revelando como as mulheres, de forma sutil e astuta, foram criando movimentos táticos e/ou estratégicos frente à realidade casa-trabalho.

Alguns pontos que optamos por narrar aqui se traduzem numa tentativa de dar voz a sujeitos que ficam relegados a uma perspectiva secundária na história e às vezes quase inexistente. Buscando entender a forma como as mulheres trabalhadoras em *home office* rememoram suas vidas, narram o seu cotidiano e fazem toda uma leitura de sua realidade de forma ativa, resistente e dotada de significado.

A maneira como a entrevistada nº 2 conta sobre algumas mudanças internas que vivenciou durante o processo de ir trabalhar em casa, traz uma perspectiva muito significativa nesse sentido. Ela conta que foi necessário que houvesse uma transformação na crença que ela tinha de casa e de trabalho e de como esses lugares habitavam dentro dela, para que pudesse lidar de forma mais “*harmônica*” (segundo ela) como essa realidade. Ao exercer a sua arte, ela “desloca ou controla a razão do mais forte” a partir de um mecanismo que “desemboca então em uma politização das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1998).

Então quando entrou a pandemia foi a partir desse momento que eu aceitei o trabalho remoto e a grande alteração que eu acredito que aconteceu foi uma alteração nas minhas crenças mesmo, no que eu acredito. Porque para mim casa sempre foi sinônimo de descanso, de aconchego e não sinônimo de trabalho, de ter que se cansar. Eu precisava trabalhar, sabe? Então, em vez de bater de frente, eu optei por mudar minhas crenças. Tinha um quarto de visitas em casa que eu transformei em consultório e tudo que tinha nele que

me lembrava a casa eu tirei, como a tábua de passar roupa que ficava dobrada atrás da escrivaninha. (...) Quando eu acabava os atendimentos do dia eu trancava a porta, literalmente trancava. E não entrava lá até o atendimento do dia seguinte. Tirei a cama, o guarda roupa e até um porta retrato meu e do meu marido. Aquele era o meu espaço de trabalho, de cansar. Quando eu trancava a porta ia diretamente para o meu lar, o lugar de descanso.

A forma como essas práticas significativas vão se estruturando, desenham as astúcias das trabalhadoras e os seus desejos pessoais que, de acordo com Certeau (1994) não são nem determinados e nem captados pelo sistema onde se desenvolveu e por isso são tão fortes, eficazes e inventivas.

Sendo assim, a essas práticas cotidianos, Certeau (1998) faz uma distinção entre elas enquanto táticas e/ou estratégicas, apenas para critério de análise, porém deixa claro que ambas as categorias podem acontecer de forma imbricada e, dependendo da situação e da forma com que elas se desenvolvem, as mesmas podem ser tática em um momento e estratégia noutro, já que as ações estão presas às contingências e essas mudam o tempo todo.

Conforme apresentado nas discussões do capítulo 3, a estratégia é constituída por cálculos e estatísticas, um cálculo das relações de força que postula um lugar (*um próprio*) e que serve de base para organizar e gerir as relações com uma exterioridade distinta ao sujeito. A tática é mais intuitiva, qualitativa e poética, não conta com *um próprio* e nem há, portanto, uma fronteira que delimita essa exterioridade com o eu; o lugar da tática é o do outro, o não-lugar, o *fazer com*. Certeau (1998, p. 47) faz uma distinção entre elas propondo que “as táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta”.

Deste modo, pensar na resistência enquanto uma categoria tática, requer uma compreensão de que, as trabalhadoras em *home office* ao serem atravessadas pelas contingências do cotidiano (marcado por uma questão estrutural de desigualdade de gênero e por uma polivalência dos papéis sociais da mulher, conforme expressa a entrevistada nº 20: “*Então o meu trabalho eu posso dizer tranquilamente que ele não dobrou, ele triplicou*”) elas não passam por isso de forma passiva, mas definem novos sentidos para uma estrutura planejada para outros fins. Conforme expressa Castro (2010, p. 51) elas “usam as formas do sistema a seu favor, mantendo-as, porém, subvertendo suas finalidades”, elas fazem com.

A forma com que a trabalhadora em *home office* consome aquilo que lhe é imposto por uma ordem dominante tende a aparecer no uso que ela faz do lugar (em suma, a casa) e na forma com que se utiliza dos objetos, subvertendo o sentido geral dos mesmos em favor próprio. A relação que se estabelece entre o uso dos produtos consumidos e a forma com que esse uso organiza e esquematiza os lugares, os objetos e as práticas cotidianas, bem como o modo como essas coisas são usadas em benefício próprio e em prol da sobrevivência ditam a forma como as mulheres resistem.

Sobre a relação que a mulher trabalhadora estabelece com os produtos que ela consome e a forma significativa como ela se utiliza desses produtos, elas aparecem quando estávamos dialogando com a entrevistada nº 30 e ela trouxe uma perspectiva interessante de como usou da inventividade, no seu cotidiano de *home office*, em benefício próprio. Conversávamos sobre a pergunta: “*Como é seu dia a dia considerando o trabalho assalariado, o trabalho doméstico, cuidado com os filhos (caso houver) e autocuidado?*”, e ela trouxe uma ação possivelmente tática para um processo de sobrecarga de trabalho que ela estava vivenciando.

Cara, eu não tava aguentando mais tanta carga mental em relação a tudo, é trabalho, é a filha chorando, é fazer comida, é o marido pedindo ajuda para algo, cara, muito chato. Eu nunca descansava, nunca. Se eu te falar que até dormindo eu sonhava com trabalho, e isso era frequente. Aí o que eu fiz, teve um dia da semana (lembro que era quinta a tarde) que deixamos a agenda livre de atendimento e a (nome da sua coordenadora) disse também que a gente podia usar esse horário para fazer algo pessoal se a gente quisesse, como uma forma de motivação sabe? Só que eu fiz uma coisa: não contei nem para minha filha e nem pro meu marido que nesse horário eu tava livre, fiz o contrário, falei que toda quinta-feira à tarde eu estaria em um atendimento muito sério e que envolvia até questões jurídicas (risos) e não podia ser interrompida. Dei até a ideia que nesse horário (das 13 às 16) que eles não ficassem em casa para que nenhum barulho me atrapalhasse. E assim foi por bastante tempo. Nesse horário eu me trancava no quarto (trancava mesmo) e eu fazia o que me dava na telha: assistia filme, escutava música, dormia (o mais frequente). Lembro do dia que fiz uma panela de brigadeiro e comi sozinha, que satisfação! Nossa, você deve tá me achando super errada né?

Olhando para essas resistências, ressalta-se que o conjunto de ações cotidianas, de significados e ressignificados que acontecem taticamente, não pressupõe um poder pessoal, mas se utiliza da força do outro de forma astuta e eficaz. Nesse caso específico, a entrevistada usa a força do trabalho em nossa sociedade, como um valor central que justificaria toda a tranquilidade que a família lhe concedeu e ela usa esse tempo para o descanso, ou seja, para resistir às difíceis contingências do *home office*, que mistura o trabalho produtivo com o reprodutivo. Trata-se de uma elaboração bastante complexa e astuta para se preservar como trabalhadora, mãe, mulher, enfim como sujeito. Ao propor ações invisíveis, a tática vai se efetivando nas falhas da vigilância das

estruturas de poder e de saber, sendo uma das armas mais importantes dos mais vulnerabilizados, ou o que Certeau (1998, p. 57) chama de “homem ordinário”.

Ele aponta uma lógica interessante a esse “homem ordinário” (no nosso caso mulheres ordinárias, mulheres cotidianas, mulheres comuns) ao propor que eles realizam um grande trabalho de ultrapassagem das estruturas em campos socialmente e economicamente dominados. “Bem longe de se dar arbitrariamente o privilégio de falar em nome do ordinário (ele é indizível), ou de pretender estar nesse lugar geral (seria falsa “mística”) trata-se de atribuir a sua historicidade o movimento que reconduz os procedimentos que ultrapassam suas fronteiras” (CERTEAU, 1998).

Sendo assim, bem longe de querer falar pelas mulheres trabalhadoras em *home office*, visto que elas são “indizíveis”, vale apresentar algumas ponderações que são trazidas por elas a fim de propor certa historicidade e compreender suas mudanças, suas nuances, suas perturbações que indicam o seu deslocamento para um lugar comum, mas dotado de significado. A participante nº 1, trouxe uma percepção interessante sobre a forma com que consumiu um produto social, em tese, o trabalho, mas que por meio dele criou novas possibilidades e reorganizou o lugar, dentro de sua própria casa, de onde emergem as estruturas de poder. Apresentou o modo com que resistiu taticamente para enfrentar as contingências do cotidiano:

Eu coloquei minha mesa de trabalho de frente para a janela, e assim tinha duas possibilidades: eu tomava a brisa da manhã que dizem ser bom para a saúde e a tarde, quando o sol batia de frente e esquentava muito o quarto, eu tinha um motivo para levantar vez ou outra e tomar uma água, me espreguiçar, desconectar um pouco. Eu também coloquei na minha mesa uma foto da família nas últimas férias, na praia de Santos. Parece que essa foto me dizia que tudo isso ia passar e eu ia sentir o sol novamente daquele jeito. (...) Comecei a perceber que o céu da tarde estava cada dia de um jeito, às vezes mais azul, às vezes mais laranja, enfim. Passei a tirar fotos da minha janela e também da minha sacada e a postar todo dia nos meus stories no Instagram. Eu colocava algumas frases de efeito, como: ‘Dos benefícios do home office: ver o pôr do sol todo dia da minha sacada!’ e depois embaixo todo dia escrevia um texto reflexivo e aquilo passou a ser quase meu diário. As fotos começaram a viralizar e uma delas recebeu quase 40 mil curtidas.

Devido ao fato de que todas as participantes foram “triadas” por meio de uma ferramenta de busca com o termo que é conhecido como *hashtag* dentro da rede social *Instagram*, acabamos tendo acesso às fotos publicadas pela participante nº 01 em sua rede pessoal, e elas acabam reverberando com as reflexões realizada no início deste subcapítulo, sobre a escrita enquanto processo de resistência. Certeau (1998, p. 60) reflete que “por não ser representado dentro de uma escrita elitista, o homem ordinário dá como representação o próprio texto, no e pelo texto, e ele reconhece ainda por

cima o caráter universal do lugar particular onde permanece o louco discurso de uma sabedoria sábia”.

Por entender que esse extravio da escrita fora de um lugar próprio, traçado pela mulher trabalhadora ordinária, representa um traço significativo de resistência tática que “em suas representações escritas, vai progredindo, pouco a pouco ocupando lugares no centro de nossas cenas científicas” (CERTEAU, 1998, p. 57), entendemos ser importante trazer um de seus textos publicados para essa análise. Segue o texto descrito abaixo, mediante a autorização da participante nº 01, na qual ela intitulou de “*O pior/melhor trabalho do mundo*”, e que, por meio da escrita, representa uma resistência tática:

Meu chefe estipula um horário de trabalho sobre-humano: são 24 horas ininterruptas. Me acorda cedo falando bem alto que é para eu saber que o expediente já começou. Não me permite ir ao banheiro quando quero. E, quando consigo ir, fica me chamando para voltar logo ao batente. Sem parar! Não tenho hora de café/almoço/lanche/janta estipulados previamente. Como quando dá e, mais uma vez, fico sob a vigilância de seu olhar. Como em qualquer relação de emprego, há habitualidade, subordinação, pessoalidade, mas esqueceram da remuneração. A necessidade desse chefe é sempre urgente. Então sempre paro o que estou fazendo para atender suas demandas. E o trabalho vai acumulando. De noite, ainda sou cobrada (por mim mesmo) sobre essas tarefas que foram deixadas de lado ao longo do dia. Mas o dia não acaba quando ele termina. Ele me chama de madrugada também. Já tenho alguns anos nesse emprego. Nenhum intervalo intrajornada. Nenhum dia de férias. E você deve estar pensando que eu odeio trabalhar nesse lugar, não é mesmo? Pelo contrário, foi o melhor emprego que já tive na vida: o de mãe. Para esse trabalho que é o mais difícil e o menos reconhecido do mundo, eu passo pano. Até porque, se eu não passar, a casa fica suja.

Nessa história revelam-se algumas contingências do cotidiano que são acometidas à mulheres mães e trabalhadoras em *home office* e, no relato que é marcado por uma narrativa massificada, podem ser observados questões de sobrecarga, falta de reconhecimento, dupla/tripla jornada de trabalho produtivo e reprodutivo, auto culpabilização, anulação e subjugação de si em prol do cuidado para com o outro. Abordar essa linguagem comum, da mulher ordinária, não visa nos tornarmos o perito dela, analisá-la, interpretá-la e falar em seu nome (já que ela é indizível), mas oferecer-lhe autoridade, legitimidade e perceber como ela ultrapassa “aquilo que não se pode dizer” que não são abordados em um “lugar próprio”, mas acontecem taticamente emaranhada às estruturas de domínio. A linguagem ordinária é, portanto, a “prosa do mundo” (CERTEAU, 1998, p. 70-71).

A forma com que a trabalhadora expressa seu contexto (*“O dia a dia é muito corrido, é preciso muito foco para conseguir realizar todas as funções e eu gasto toda minha energia para levantar da cama de manhã, e aí não sobra mais nada para o restante do dia”* - fala da entrevistada nº 29) revela uma ressonância na forma encontrada por ela para lidar com essa contingência, de modo a encontrar espaço (ou o que ela chama de *energia*) para inverter taticamente as relações de força entre ela e o *home office*. O que podemos chamar de resistência tática para lidar com essa falta de energia, com essa sobrecarga, é ilustrado em sua fala:

Aí eu fiz assim: fui colocando limites e prioridades que eu mesmo estabeleci. Tem um aplicativo que você baixa e ele limita seu tempo de uso no computador. Você escolhe o tempo! (Fala surpresa) A princípio eu coloquei o time de 1 hora, depois baixei para 40 minutos, hoje meu time é de 25 minutos. Aí quando dá 25 minutos o meu computador apaga e demora um tempo para voltar e eu sou, meio que obrigada, a levantar.

(...)

Fiz isso também com as redes sociais. Meu Instagram trava sozinho depois de 10 minutos de uso.

(...)

Além de um aplicativo que faz vibrar o celular me lembrando de ir beber água, de tomar um sol e de comer uma fruta no meio do dia.

(...)

Agora por exemplo, estou aqui falando com você (e não pode passar de 25 minutos, tá? - RISOS) e a pia tá cheia de louça. A algum tempo atrás eu estaria surtando.

Através de um espaço que poderia oprimir, vigiar, precarizar (a internet) ela inverte o objetivo, por exemplo, dos aplicativos que é propor uma ideologia de hiperconectividade, visto que quanto mais se usa mais se lucra, e obter algumas vantagens na realização de suas práticas cotidianas justamente por usá-los de uma forma que seja mais saudável para ela. Para Certeau (1994) esse processo seria a arte do mais fraco, agindo no lugar do outro, tirando vantagens de forças que lhe são estranhas para obter certa possibilidade de ganho pessoal. Esses ganhos pessoais, obtidos por meio de uma resistência tática foram descritos pela entrevistada nº 29, como uma forma encontrada para obter mais energia e “gastá-la” fazendo coisas que são mais significativas para ela.

Aí, assim, Saara, quando o computador trava após 25 minutos de uso, eu sou meio que obrigada a levantar porque ele volta a funcionar um tempo depois só. Então nessa hora eu lembro de beber uma água, de comer alguma coisa, de andar um pouco pela casa para colocar o corpo em movimento. Coisa que antes, eu ficava 5 horas conectada e não lembrava nem de ir no banheiro. Só me dava conta quando a bexiga já tava até doendo. Acho que com isso eu consigo ter mais consciência do meu corpo, tipo, daquilo que ele tá pedindo pra mim.

Compreendendo os lugares onde as táticas acontecem, por meio de ações inventivas e das manipulações dos espaços e dos objetos impostos, abre-se a possibilidade de analisar o imenso campo das práticas cotidianas, baseadas taticamente na “arte de fazer”. A ressurgência das práticas populares e comuns, traz uma leitura e uma força ao homem (mulher) ordinário(a) de transformação da ordem efetiva das coisas, não no sentido que ela mude completamente, mas que seja representada pelo sentido que a própria trabalhadora dá a ela.

Conforme temos visto, essa integração da trabalhadora as contingências da organização do trabalho em *home office* não acontece de forma passiva, mas por não obedecer a lei do lugar, acontece de forma a utilizar, manipular e transformar esse lugar em algo dotado de sentido. Não diz respeito à forma como a trabalhadora se integrou ao sistema, mas o que ela *faz com* isso, a maneira como o faz, o que ela fabrica com esse consumo, como o absorve e o transforma. Pensando, por exemplo, no lugar onde a trabalhadora habita (neste caso, a casa), Certeau (1998, p. 93) discute que “sem sair desse lugar onde tem que viver e lhe impõe uma lei, ela ali instaura uma pluralidade e criatividade”.

Mesmo subjugadas ou até consentindo com as imposições advindas das esferas macro-sociais, elas usam as leis, as práticas ou as representações que lhe são impostas para outros fins, subvertem sua finalidade mesmo estando imbricada a ela, de dentro dela, como uma forma de “metaforizar a ordem dominante” (CERTEAU, 1998). De forma astuta, cotidiana e dotada quase que de uma teimosia, a linguagem criada pelo homem (mulher) ordinário(a) dispõe de um poder (o poder do mais fraco) na qual as suas conquistas sutis e que parecem não se articular, se veem emaranhadas nas armadilhas, de modo que essas vitórias se fazem invisíveis ao ocupante desse território. A entrevistada nº 26 apresenta essa astúcia quando relata:

Teve um dia que eu abri a geladeira e faltava muita coisa; resolvi ir ao supermercado na hora do trabalho. Deixei o celular em casa para o chefe ver que eu estava ‘online’, essa era a forma dele supervisionar o trabalho, com os horários de acesso à rede. Meus horários de acesso continuaram os mesmos, mesmo ficando quase meia hora no mercado. Passei a fazer isso com frequência quando precisava resolver alguma coisa na rua.

O fato da participante perceber o movimento do chefe (aqui representando a vigilância do poder) em olhar os horários de acesso à rede como uma forma de supervisionar a jornada de trabalho

em *home office*, e compreender que se deixasse o celular em casa conectado à rede de internet da empresa o chefe não saberia que ela se ausentou do trabalho, corresponde a uma resistência tática à sobrecarga que ela diz sentir nesse contexto (“*Cheguei a participar de 7 reuniões remotas no mesmo dia, em apenas um dos trabalhados*”).

Segundo Certeau (1998, p. 98) esses movimentos são difíceis de serem captados pois vão se deslocando por entre as práticas cotidianas, sendo que as estatísticas e a própria ciência não conseguem classificá-los, calculá-los, mensurá-los deixando que se escape “a formalidade dessas práticas, seu movimentos sub-reptício, astucioso, isto é, a atividade de fazer com”. As estruturas de vigilância do poder contabilizam aquilo que é usado, mas não as maneiras de usá-lo, deste modo as táticas vão circulando por entre as estruturas mas sem serem vistas.

Essas resistência de forma tática não possuem meios de planejamento, de organização e de previsibilidade, mas sim é um “movimento dentro do campo de visão do inimigo e em um espaço que é por ele controlado”, sendo que se aproveita das ocasiões e depende delas para se ganhar certos benefícios, não benefícios duradouros, mas pontuais, assim como o fez a entrevistada acima que recebeu o benefício de ‘poder’ sair de casa mesmo estando conectada à rede da empresa. As táticas, este espaço de não-lugar, “permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos afazeres do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder” (CERTEAU, 1998,p. 100 - 101).

Podemos pensar que as estruturas de poder são fatos que estão, historicamente, entranhados na vida da mulher, visto que dela é exigido certas formas de se comportar, pensar, sentir, que estejam de acordo com a lógica dominante. É o que a entrevistada nº 30 trouxe como reflexão, de uma frase que, segundo ela, é dotada de muito significado e que já escutou também de outras mães e em outros espaços: “*Eu tenho que trabalhar como se eu não fosse mãe, e ser mãe como se não precisasse trabalhar*”. Compreendemos que existem algumas nuances nessa perspectiva que dizem respeito às vigilâncias que existem tanto no trabalho produtivo, como no reprodutivo, quase que simbolizando que a mulher deve sempre obediência a algo ou alguém e que para além disso, deve ser muito criativa para se reinventar dentro de seus papéis sociais e “endurecer sem perder a ternura”. Tudo isso nos faz pensar no lugar tático quase como uma condição para a existência feminina dentro das contingências históricas destacadas até aqui.

Entendemos, de acordo com Certeau (1994), que a tática se dá justamente nesses espaços onde o(a) mais fraco(a) encontra nessa possibilidade quase que o último recurso para sobreviver às contingências. E é exatamente nesse ponto, que o fraco se torna forte. Sem um lugar próprio, sem uma visão global da situação, sem mecanismos pessoais e sociais para lidar com os atravessamentos, mas é ali que ela cria surpresas, consegue estar onde ninguém está, é astuta. A entrevistada nº 30, que é Assistente Social da rede SUAS e também formada em pedagogia, continua:

Você vai achar engraçado, mas você não sabe o que eu fiz: criei um semáforo da porta (assim mesmo que chamamos tá?). E eu coloquei ele na porta do antigo quatinho de bagunça e que agora é minha sala de trabalho. E fiz um combinado com minha filha. Quando estiver verde você pode entrar. Quando estiver amarelo você bate na porta antes. E quando estiver vermelho, já sabe né? Nem pensar. Geralmente nessas horas estava com uma demanda importante. Fiz isso com pedaços e EVA que sempre tem aqui em casa. Sabe como é uma ex-professora da educação infantil né? É tudo no lúdico.

Ressaltamos que nos meandros do cotidiano, buscando compreender a relação que a trabalhadora estabelece com a casa, com o trabalho e com a própria resistência, algumas ações vão sendo tomadas no sentido de permitir um melhor rendimento, mais segurança e inclusive, mais saúde, visto que, diante das contingências entre a casa e o trabalho, as mulheres em *home office* tendem a resistir. É o caso da participante nº 2 a psicóloga que, entendendo as demandas sobrecarregadas do cotidiano advindas de seu contrato com planos de saúde e percebendo também, como elas estavam prejudicando-a (*“O autocuidado foi relegado ao esquecimento”*), agiu taticamente.

O plano de saúde estipulou que eu deveria atender 15 pessoas por dia, em horários e valores previstos por eles mesmos. Se pensar que cada atendimento deveria durar 50 minutos eu teria uma carga horária de 15 horas trabalhadas, mais ou menos. A forma que eu encontrei para lidar com isso foi realizar atendimentos de 30 minutos. Nesse espaço entre uma pessoa e outra eu ia fazendo minhas coisas né? Colocava uma roupa para bater, lavava uma louça, esticava as pernas um pouco, ia no banheiro, enfim. Vivía. Mas ao todo continuavam sendo 15 pessoas por dia.

O fato da psicóloga dar outra forma às propostas advindas do plano de saúde, que representa uma força estranha à trabalhadora, faz com que ela aproveite da ocasião para consumir esse produto de uma forma que a favoreça, as maneiras de *fazer com* do mais fraco que o torna forte frente às contingências do cotidiano em *home office*.

Após apresentar algumas reflexões sobre como as mulheres no cotidiano procuram se organizar taticamente, entende-se ser de suma importância apresentar também ao leitor alguns movimentos realizados por elas que dizem respeito à uma resistência estratégica. Essas práticas evocam o que Certeau (1998, p. 98) chama de “movimento temporal no espaço”, visto que a sucessão e a organização de movimentos articulados e planejados, projeta-se no plano das contingências cotidianas de modo a não precisar mais de ocasiões específicas para serem pactuadas, mas sim de uma previsibilidade e de um controle sobre o tempo e o lugar.

Dessas contingências que vão se desenrolando no cotidiano, bem como diversas outras que fomos apresentando ao longo dessa análise, principalmente aquelas relacionadas com o conflito casa e trabalho, a entrevistada nº 2 ilustra: *“Eu não vejo diferença no dia que passo o dia todo fora e no dia que eu trabalho em casa. Ao final do dia em home office eu percebo que eu me canso de modo igual, de quando eu saio de casa às 7 horas da manhã e volto às 7 horas da noite”*. Pensando que a contingência apresentada por diz respeito a um cansaço que ocorre igualmente quando ela trabalha em casa ou quando sai para trabalhar e fica 12 horas fora, a entrevistada fez uma leitura interessante do seu cotidiano, na qual surgem as iniciativas de criar resistências estratégicas.

Ela é psicóloga e possui uma loja *online* de produtos importados e, durante toda sua fala, deixou claro que o processo que envolve a casa invadida pelo trabalho é um conflito que possui dificuldade em lidar, compreendendo que sua *“crença pessoal”* sempre foi perceber a casa como lugar de descanso. Sobre o processo de *home office*, ela revela: *“Eu fui meio que obrigada a vir para casa. (...) Então eu fiz um trabalho home office forçado agora nesses últimos meses. (...) Para mim, assim, é algo que se eu puder escolher, eu não escolho trabalhar dessa forma”*.

Agindo de forma estratégica, a participante tem pensado em levar os aparatos da sua loja *online* (que envolviam apenas um computador, uma impressora e alguns documentos físicos) para o escritório do seu marido e poder, deste modo, resolver os conflitos inerentes da plataformização do trabalho longe de sua casa.

Para lidar melhor com a minha loja que é online não ficando em casa, mas, por exemplo, ir até o escritório do meu do meu marido e lá ter um ambiente para mim desenvolver a minha loja e tirar o foco daqui de casa, né, sem dúvida isso para mim é até uma meta né um plano que eu tenho planejamento para o próximo ano: tirar esse vínculo de casa com o trabalho que foi criado pela pandemia.

Resistindo estrategicamente, de modo a trabalhar no escritório do marido, vai produzir *um próprio*, um lugar próprio em que estará livre das contingências da casa e do trabalho reprodutivo e, assim, acumulará vantagens para sua saúde mental.

Deste modo, a estratégia, segundo Certeau (1994, p. 46) diz respeito a “um próprio” e pressupõe “um lugar do querer e do poder próprio”, que é marcada pelo cálculo e/ou pela manipulação das relações de força e de poder. Para Castro (2010, p. 56) essa categoria é “um espaço para racionalizar, antever e planejar as relações com os ambientes externos; cria autonomia com relação ao tempo, pois permite a liberação das ações frente às circunstâncias impostas por outros”. Podemos perceber, na fala da entrevistada, que ela tem se planejado estrategicamente, com metas e prazos, para se livrar das contingências do *home office* e acumular vantagens para si na produção de *um próprio*.

Observamos que as mulheres em *home office*, ao terem o seu espaço pessoal (a casa) invadida pelas vigilâncias do poder (o trabalho, a escola e a vida pública de modo geral), buscam dentro de suas possibilidades construir “um próprio”, um espaço próprio dotado de significado que lhes permitam acumular conquistas, trabalhar, sobreviver, acumulando vantagens e vendo as contingências com certo distanciamento espacial e temporal.

Para Certeau (1998, p. 102) “as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo”. Por parte das trabalhadoras em *home office* para se relacionarem com as contingências do cotidiano de isolamento social durante a pandemia, uma das estratégias que podemos apontar seriam a forma com que elas foram buscando para agir coletivamente, mesmo que sozinhas fisicamente.

Um desconforto que a entrevista nº 25 trouxe durante toda a entrevista foi o fato do trabalho em *home office* ser muito solitário, o que traz consequências para ela, visto que a sociabilidade sempre foi algo de extrema importância no seu cotidiano. Relata que o uso em demasia das tecnologias de informação e comunicação tem sido uma contingência cotidiana de difícil controle (“*Quando não estou no computador resolvendo coisas da empresa ou atendendo meus pacientes, estou no tablet lendo alguma coisa, ou no celular vendo as redes sociais, ou na TV assistindo uma série*”).

Porém, mesmo apresentado que essa contingência seria algo difícil de ser controlado e superado por ela, já que estamos falando de uma hiperconectividade e de uma fragilidade nas relações sociais, em um momento de pandemia na qual o uso das tecnologias de informação e

comunicação era uma ferramenta essencial, a entrevistada nos apresenta o que se tornou para ela uma importante resistência estratégica.

Nos conta que, por meio do grupo de *WhatsApp* do condomínio, na qual estavam todos os moradores do seu prédio, ela e a síndica passaram a organizar as rotinas de acesso aos lugares públicos do local, para que os moradores pudessem circular nesses lugares e se socializar sem correrem risco de contaminação do vírus. Essa organização envolvia um cronograma de acesso à academia, à biblioteca, ao parquinho e à área de lazer e era necessário que os moradores não estivessem com sintomas gripais e apresentassem exame negativo para Covid-19. Pelo menos uma vez por semana, cada apartamento poderia acessar um dos equipamentos públicos disponibilizados. Ela conta que essa organização partiu dela, durante uma reunião de condomínio e continha, inclusive, planilhas informatizadas para organizar esses acessos.

Em relação ao seu processo de trabalho, ela optou por organizar o seu acesso à biblioteca nos dias da semana em que sabia que haveria mais demanda, e nesses dias passou a trabalhar nesse local, utilizando, inclusive, do acesso de internet que dispunha o condomínio. Durante esses dias, a biblioteca passou a significar para ela *um próprio*, um lugar onde poderia resistir estrategicamente às contingências do *home office*.

Ressaltamos que quando o trabalho coletivo é negado ou esquecido pela trabalhadora, ela acaba por negar também a função social desse trabalho, bem como o objeto e o seu discurso, de modo a praticar uma denegação de sua real situação, de abstrair os atores da ação e de apagar os seus traços de pertencimento ao trabalho. Portanto, de acordo com essa importância dos espaços coletivos dentro da resistência estratégica, a entrevistada nº 7 ilustra:

Na reunião online da escola do meu filho eu percebi que todas as mulheres reclamavam das mesmas situações, uma espécie de karma que parece que ronda a gente, né?. Tô meio de saco cheio, sabe? Aí eu fui e fiz um grupo no WhatsApp com algumas mães que gostaram da ideia de participar. Minha proposta era que a gente compartilhasse as angústias, trocasse dicas e até repensasse esse negócio de aula online. No começo parecia o muro das lamentações, mas depois fomos tornando o negócio mais sério. (...) Desse grupo saiu um abaixo assinado para escola pedindo que não enviasse demandas nos grupos das salas de aula em horário que fosse fora do “horário comercial”. As mães do grupo passaram a participar também de uma agremiação da escola, que antes do grupo nós nem sabíamos como funcionava.

Destacamos a fala acima, principalmente a conquista acumulada por meio do ‘abaixo assinado’ desenvolvido mediante a criação do grupo no *WhatsApp* realizado pela trabalhadora, e

que aconteceu com planejamento e organização prévia frente às contingências, se constituindo como *um próprio*, um lugar possível de acumular vantagens.

Sobre essa agremiação, na qual foi citada pela participantes nº 7, dialogamos um pouco mais sobre esse movimento e entendemos se tratar de uma proposta do governo do estado de São Paulo chamada de APM - Associação de Pais e Mestres. Conhecida como uma ferramenta de gestão democrática dentro da rede de ensino, a APM é criada por pessoas da gestão escolar, pais dos alunos e demais agentes da comunidade com o intuito de auxiliar a administração escolar, bem como ajudar a escola a atingir os objetivos educacionais. Sua função principal é a de realizar uma articulação entre escola e comunidade por meio de diretorias executivas e conselhos fiscais, realizando certas deliberações em prol dos pais, dos alunos, do corpo docente, da gestão e da comunidade. A entrevistada nº 7 passou a fazer parte dos membros da APM da escola de sua filha, após criar estrategicamente um grupo no *WhatsApp*, *um próprio*, com as mães dos alunos e ser informada da existência e dos objetivos dessa associação.

Além de algumas ações descritas pela participantes acima, a mesma relatou que a APM da escola criou um grupo de mães que ela chamou de “*grupo oficial*”, na qual o objetivo era que elas se reunissem de forma remota uma vez a cada 15 dias para discutir demandas pessoais e demandas escolares dos filhos, o grupo era mediado pela psicopedagoga da escola e ela o chamava de “*terapia das mães*”. Observa-se que essas ações de forma estratégicas não dependem de uma ocasião para acontecerem, mas se desenrolam mediante uma prévia organização e planejamento por parte dos sujeitos envolvidos nas tramas cotidianas.

Pois bem, a instauração dessa categoria estratégica, descrita por Certeau (1998), se realiza mediante o acompanhamento de alguns efeitos que merecem ser considerados e que foram trazidos pelas participantes da pesquisa. Conforme apresentado no capítulo 3, a primeira característica da estratégia diz respeito a uma vitória do lugar sobre o tempo, uma independência em relação a variabilidade das circunstâncias. Esse domínio do tempo sobre o lugar, permite ao sujeito obter vantagens e organizar ações futuras que não dependam da força de terceiros, pois pressupõe “um próprio”.

Sobre essa força do lugar sobre o tempo, a entrevistada nº 20, uma psicóloga/coordenadora de um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que realiza seus atendimentos de forma remota trouxe durante a entrevista as afetações que sentia por vivenciar o conflito entre a casa e o trabalho remoto, “*eu faço minha terapia pessoal, faço supervisão e estudo muito, mas parece que*

não era suficiente”. Relata que está fazendo uma pós-graduação em Gestão de Projetos, devido a algumas demandas da coordenação do seu trabalho. Foi nesse processo de graduação que ela conheceu e se interessou por uma instituição chamada Sociedade Brasileira do Teletrabalho - SOBRATT. E conta algumas experiências que vivenciou:

Cheguei a participar de alguns eventos que foram bem importantes para mim, de forma remota, é claro! Em abril de 2022 assisti o terceiro fórum de trabalho e home office que eles fizeram. Eu lembro que em junho teve outro evento, uma discussão, tipo uma mesa redonda, de como ficaria o mundo do trabalho após a pandemia. Sempre tinha alguns eventos também sobre leis e essa parte jurídica do teletrabalho, mas confesso que não gosto muito desses temas. Eu gostava muito de umas lives deles que tinha no Instagram, elas traziam pessoas especialistas da área para falar.

A SOBRATT é uma sociedade civil sem fins lucrativos que se desenvolveu com o intuito de disseminar conteúdos sobre o teletrabalho e desenvolver pessoas e organizações para uma maior qualidade de vida do trabalhador. Mediante a sua associação a essa sociedade que aconteceu em março de 2022, ela passou, segundo ela, a “*entender onde doía e porque aquilo doía tanto em mim (...) o processo não ficou mais fácil, nem mais leve, mas ficou mais acessível na minha compreensão de trabalho*”. O envolvimento da trabalhadora com essa associação diz respeito a uma vitória do lugar sobre o tempo, pois é um lugar de autonomia que requer uma organização estratégica do seu cotidiano. Ao participar dessa associação, dos eventos, dos grupos de reflexão, dos cursos, ela encontrou possibilidades de ressignificar o trabalho, uma nova forma de organizar o seu processo de *home office*.

Para Certeau (1998), a segunda característica da resistência estratégica seria um domínio do lugar também sobre a “vista”, o contexto, ou seja, a antecipação do tempo pela leitura correta do espaço. Essa estratégia transforma forças estranhas em algo que é possível de ser medido, controlado, previsto e pode ser ilustrado pela fala da entrevista nº 25:

No começo era cheio de conflitos, mas depois de um tempo resolvemos criar alguns macetes. Isso envolvia não trocar mensagens aos fins de semana, não marcar reunião após as 17, respeitar o tempo de almoço, essas coisas. Para as trabalhadoras que eram mães a gente criou um código: quando a gente desligava a câmera durante uma reunião podia saber que era uma demanda com o filho e aí a outra ficava meio que criando demandas para distrair a mãe que deu uma saidinha. O engraçado era que o Sr. (coordenador) nunca soube e acho que só desconfiava quando pedia um documento no sábado às 21 e ninguém respondia. (...) Após um tempo que esses movimentos começaram acontecer a empresa fez

uma reunião com todo mundo e disse que era pra passar um negócio que eles criaram chamado de “Protocolo de Realinhamento”, não esqueço! Basicamente eram algumas exigências do setor de qualidade para melhorar nossa motivação. Mas era as coisas que a gente já tava fazendo.

Observa-se nesses apontamentos feitos por ela que, de forma estratégica, as trabalhadoras em *home office* passaram a colocar alguns limites nas relações de emprego, como a jornada de trabalho, o descanso ao final de semana de forma remunerada, a desconexão, o horário de almoço, entre outros. E esse movimento de forças permitiu uma leitura antecipada e controlada do espaço, que só foi sentido, *a posteriori*, pela gestão. Juntas as trabalhadoras criaram códigos, toda uma linguagem que permitia uma comunicação que lhes asseguravam vantagens, pois foram capazes de perceber e planejar novos cálculos e rotas, construindo no espaço do outro (a reunião de trabalho) um espaço próprio (sua linguagem em códigos).

O terceiro efeito da estratégia, para Certeau (1998), que ele chama de poder do saber, é a capacidade de transformar as contradições da história em uma perspectiva compreensível, permitindo saber para poder comandar. Em suas palavras (1998, p.100) “é aquela que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio”. São instrumentos usados cotidianamente pelos sujeitos no sentido de equilibrar as relações de poder que se estabelecem nos espaços.

Essas estruturas de poder não se estabelecem como um ente, mas como um fluxo, um movimento e seriam, de acordo com Silva & Silva (2021) “constituída por torneios ‘tropos’ que inscreveriam na língua ordinária as astúcias, os deslocamentos, o sair de lado, a trampolinagem etc, que a razão científica eliminou dos discursos operatórios”. A seguir é possível observar a fala da entrevistada nº 29 que, por meio de alguns golpes estratégicos, realizou uma análise certa do cotidiano e anteviu alguns posicionamentos importantes.

Comecei a perceber que as coisas não iam muito bem entre a equipe, eram umas demandas sem nexos, exorbitantes. Eu vi o dia que uma colega foi solicitada a fazer um relatório das suas atividades de um ano dentro da empresa, e o prazo que deram para ela fazer foi de duas horas. Não é exagero, duas horas para falar de um ano. Eu olhei para ela que estava nitidamente nervosa e ela me disse ‘acho que vou ter uma derrame cerebral’, de tanta pressão, sabe? Eu só conseguia pensar, isso não pode acontecer comigo, não pode acontecer comigo. E não aconteceu não. (...) Eu comecei conversando com a coordenação porque aquilo que aconteceu com ela mexeu muito comigo, mas não fui ouvida, porque o problema não era comigo. Então chamei o secretário da minha unidade para outra conversa, mas ele não respondeu. Procurei o diretor e ele não deu a devida importância: ‘se ela entregou é porque dava’, ele disse. Até que fui no meu conselho de classe e fiz uma denúncia sobre abuso de poder. Não só sobre o que aconteceu com a colega, mas tava meio

que recorrente. (...) Até hoje tem gente que fala que não fiz certo, que comprei uma briga que não era minha, mas nunca mexeram comigo.

Observa-se, mediante sua fala, que o poder do saber se estabelece como uma tentativa de modificar as contradições presentes nas contingências cotidianas, possibilitando que ela controle o lugar e conquiste *um próprio*, ou seja, um espaço dotado de força na qual as estruturas de poder a afetam, mas não a determinam. Neste caso, ela possui o poder e *um próprio* por ser vinculada a uma entidade de classe, ela tem poder como membro de uma sociedade de trabalhadoras que têm direitos e sabem se defender, e isso é estratégia.

É pertinente apontar que durante essa discussão de dados houve certa dificuldade em compreender como as mulheres em *home office* foram resistindo estrategicamente, mostrando que a relação entre elas, a casa e o trabalho se configura como algo desafiador e complexo, visto que em grande parte das discussões a demanda maior a ser apresentada por elas é a de que o processo de trabalho remoto, é um universo solitário, sem possuir uma representação social para essa categoria, o que de acordo com Castro (2010, p. 84) “dificulta a construção de um espaço no qual eles(as) possam se organizar e planejar ações coletivas para o presente e para o futuro”, dificulta *um próprio*, dificulta as resistências estratégicas.

O desafio de compreender a mulher trabalhadora em *home office*, de adentrar ao seu mundo e de perceber como ela se torna visivelmente um ente político parece estar em decifrar as resistências estratégias e táticas que ela usa, como uma arte, no meandros da história e da vida, visto que essas práticas são como um ruído em uma sistema organizado e quase que invisíveis a esse sistema. Mas não queremos dizer que elas não existem, apenas que, como uma arte, estão percorrendo por entre as fissuras do sistema. Segundo Silva e Silva (2021), “a resistência promovida no subsolo surge através de uma poética do cotidiano e dos espaços – uma poética que promove o riso através do trágico e que arranca lágrimas do cômico”.

Deste modo, por meio da poética entendemos que a mulher trabalhadora em *home office*, resiste tática e estrategicamente frente às imponderabilidades do cotidiano e, apesar de ser um ser ordinário, o faz de forma extraordinária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Optamos por propor as considerações finais dessa pesquisa citando as análises realizadas pela feminista e escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2019), em “*O perigo de uma história única*”. Segundo as reflexões trazidas por ela, a universalização e a hierarquização de um discurso tido como dominante acaba por construir uma narrativa do que é “ser-mulher”. Lembrando que suas reflexões abarcam questões de raça (principalmente aquelas relacionadas às identidades da mulher negra africana) e que essa pesquisa diz respeito à um recorte de um público diferenciado (na sua maioria, branca) optamos por utilizar as suas análises visto que, assim como em Evaristo (2006), suas discussões sobre a problemática de representações únicas vão ao encontro de alguns objetivos propostos pela presente pesquisa.

Por meio de uma narrativa oficial que acaba por subalternizar as minorias (no nosso caso, as mulheres trabalhadoras), o perigo de se contar uma única história gira em torno de hegemonizar os espaços de saber e de poder. Deste modo, se torna necessário e imprescindível a necessidade de se ampliar as investigações, as análises e as escutas para compreendermos que somos diversos e plurais. Em um mundo onde as histórias únicas (neste caso, as patriarcais) têm sido utilizadas para descredibilizar e tornar desiguais as relações de poder entre a mulher, a casa e o trabalho, nossa proposta foi a de dar voz às mulheres trabalhadoras em *home office* no sentido de buscar um equilíbrio entre as narrativas dominantes, às experiências e às realidades diversas. Parafraseando Adiche (2019):

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.

As análises realizadas pela escritora reverberam a ideia de que todas as histórias das quais fazemos parte constituem quem somos. Não apenas as histórias de desigualdades, coerção, sexismo, machismo, relações desiguais no mercado de trabalho, mas também as histórias de ressignificações, de ressurgências, de resistências. Tal como nos mostra Evaristo (2006) em diversos pontos de nossa discussão, reiteramos também Adiche (2019), pois entendemos que o feminismo negro nos ensina como pensar a partir da margem, da invisibilidade e do esquecimento, porém sendo elas fomentadoras da resistência, de enfrentamentos e das transformações desse mundo.

Pensando na mulher trabalhadora enquanto propulsora de transformação e significados, conforme expressado no início da nossa pesquisa, optamos por finalizar todos os capítulos com perguntas reflexivas de modo a envolver o leitor em nossas discussões, pois entendemos que propor definições estreitas e encerradas não faz parte de nossos objetivos, mas sim abrir um espaço onde a vivência feminina seja reconhecida, nos diferentes espaços de existência da mulher trabalhadora. Sendo assim, retomaremos aqui essas reflexões realizadas e os objetivos propostos pela pesquisa.

Buscando dialogar e criticar sobre os modos hegemônicos de se compreender os estudos por meio de um caráter ideológico, racista e sexista, ou seja, do perigo de se contar uma história única, as reflexões iniciais dessa pesquisa (quanto ao re-contar histórico da mulher no mercado de trabalho e seus processos de resistência) não se propõe a realizar uma nova historiografia, mas a de utilizar a história tida como dominante, para contá-la sobre um aporte de conhecimento com um importante potencial emancipador, abrindo perspectivas de novas expressões de linguagem e discurso, a saber, a vivência da mulher trabalhadora e resistente.

Realizamos a proposta de re-contar pontos da história, por meio da resistência feminina, em uma análise que vai desde o início da modernidade até a pandemia do Covid-19, perpassando sobre as discussões da mulher brasileira e trazemos a seguinte reflexão: *Onde e por quanto tempo mais será necessário que a mulher resista?*

Sobre esse questionamento, destacamos que a resistência está proporcionalmente relacionada às estruturas dominantes de saber e de poder, sendo ela uma forma de antidisciplina, ou seja, de agir contra um poder normatizador e disciplinador. Portanto, podemos apontar que enquanto houverem padrões disciplinares que subjuguem as mulheres a agirem conforme a norma imposta pela sociedade, elas estarão resistindo. Citando novamente Adiche (2019)

“É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder (...). É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de poder: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas, depende muito de poder”.

Deste modo, podemos pensar que enquanto a histórias das mulheres estiverem sendo contadas por pessoas, estruturas e ideologias que não dizem respeito aos significados que elas dão, contadas por meio do princípio do poder, elas resistirão. Ao longo de toda essa pesquisa usamos em diversos pontos a palavra ‘ressignificar’, como uma forma de expressar a ideia de que a mulher

trabalhadora busca dar um significado novo para sua história sob uma perspectiva que faça sentido para ela, o que entendemos ser fundamental para, entre outras coisas, preservar sua saúde mental.

Olhando para o universo de *home office*, podemos perceber que as estruturas de poder e de saber estão amplamente entranhadas dentro de um mesmo espaço geográfico que abrigou a casa, o trabalho, a escola, a igreja, a sociedade e todas as conjunturas políticas e sociais dessas esferas. Entendemos que a casa, nesse contexto, representa um grande poder disciplinar sobre a mulher trabalhadora, ou seja, concluímos que o *home office* exige da mulher a resistência para que ela sobreviva a essas contingências.

Em relação às reflexões posteriores, na qual buscamos compreender a dinâmica do trabalho vinculado ao lar, como um espaço propenso para o desenvolvimento do desgaste mental, observamos que a sociedade do desempenho e do cansaço, bem como a liquefação das relações sociais, torna o *home office* um ambiente solitário e individual. Em relação à essa análise trouxemos a seguinte reflexão: *Seria o fim da luta coletiva de classe, o fim das resistências coletivas e o início de uma resistência individual?*

Ao dialogarmos com as mulheres trabalhadoras em *home office*, participantes dessa pesquisa, observamos que a individualização do trabalho, a alta competitividade entre as trabalhadoras, a exigência por produtividade a todo e qualquer custo, tende a gerar uma resistência muito mais individual do que coletiva, apontando para uma possível mudança da forma com que pensamos as resistências, que acabam sendo mais psíquicas e despolitizadas. Há uma tendência a uma forma de resistência que diz respeito a uma trabalhadora dessubjetivada e capturada pelos valores de mercado, que, além disso, tende a desenvolver o desgaste mental. De acordo com Adiche (2019), “o que isso demonstra, acho, é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma única história”.

Nas reflexões finais, na qual discutimos a respeito das táticas e estratégias a partir de um viés de resistência às contingências do cotidiano, buscamos, a partir dessa leitura, compreender as relações que se articulam entre as práticas cotidianas das mulheres trabalhadoras em *home office* e todas as imposições, atravessamentos e determinações que dela derivam. Em relação à essa proposta optamos por deixar a seguinte reflexão: *Como elas resistem? Como subvertem a ordem dominante?*

Sendo esta umas das partes fundamentais da presente pesquisa, entendemos que a trabalhadora em *home office* resiste tática e estrategicamente frente às imponderabilidades do cotidiano, de modo a *fazer com* e utilizar de *um próprio* em seu benefício. Ou seja, a pesquisa se estabelece como uma potência de reinventar o cotidiano.

Em relação à importância dos processos de resistência, de abrir espaço para que novas histórias sejam rememoradas e narradas, conforme nos apresenta Adiche (2019), “eu gostaria de terminar com esta ideia: quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso”. Assim, apontamos que apesar da mulher trabalhadora em *home office* estar vulnerável à todas as imponderabilidades do trabalho à distância e do trabalho reprodutivo, ela não o faz de forma passiva, mas abre outras possibilidades de ressignificar o seu trabalho, a sua casa, a sua vida, novas expressões de linguagem, novos discursos, novos caminhos.

Apresentamos as resistências táticas que as mulheres foram criando e *fazendo com* o poder do outro e apresentamos também ações estratégicas que correspondem a *um* poder *próprio* que se articulam entre os conflitos da casa, do trabalho e da vida. Ambas dizem sobre um “malabarismo e/ou uma poética esperançosa que golpeia, do subsolo, um modo calculado de viver” (SILVA & SILVA, 2021). Mas observa-se que durante as entrevistas dificilmente foram encontradas ações amplamente organizadas e planejadas coletivamente para lidar com as contingências. Em muitos pontos, por exemplo, falamos de mulheres que desenvolveram um desgaste mental durante a pandemia, mas diziam gostar muito do processo de *home office*.

Se a resistência é um ato de antidisciplina em relação às estruturas de poder e se na sociedade do desempenho e do cansaço o poder e o controle foi introjetado (como um sujeito que é o seu próprio algoz, senhor e escravo de si mesmo), como resistir a algo que está enraizado em mim mesma? Seria o fim das resistências coletivas e o início de uma resistência mais individual? Se sim, como resistir às minhas próprias contingências? Essas reflexões traduzem alguns limites encontrados na presente pesquisa, em relação a compreender como se dariam as resistências em uma sociedade que se pauta em ações cada vez mais individuais e despolitizadas.

Contudo, como em outros capítulos, optamos, propositalmente, em deixar perguntas finais para problematizar o tema e propor continuadas reflexões: podemos pensar, deste modo, que a sociedade atual tem reconfigurado o ato de resistir?

Falando sobre a poética do cotidiano e sobre a mulher trabalhadora enquanto ser que resiste desde sempre e até quando for necessário, começamos e finalizamos com Conceição Evaristo:

*Uma gota de leite
me escorre entre os seios.*

*Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.*

*Meia palavra mordida
me foge da boca.*

Vagos desejos insinuam esperanças.

*Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.*

*Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.*

Antevejo.

Antecipo.

Antes-vivo

Antes – agora – o que há de vir.

Eu fêmea-matriz.

Eu força-motriz.

*Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.*

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2000

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global** / Giovanni Alves – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009.

ALVES, Giovanni. **Gestão por metas e serviço público: A Degradação do Trabalho no Brasil Neoliberal** / Giovanni Alves. Projeto Editorial Práxis, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. (2020). **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. **Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2017, vol. 20, n. 1, p.1-13 – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v20i1p1-13

ASTI VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

BARSTED, Leila Linhares. **Lei e realidade social: igualdade x desigualdade**. In: As mulheres e os direitos humanos. Coletânea Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Cepia, 2001.

BARTHOLO, Letícia. PASSOS, Luana. FONTOURA, Natália. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-2017.

BATALION, Judy. **Hijas de la Resistencia — La Historia Desconocida de las Mujeres Que Lucharon Contra los Nazis.** Seix Barral, 2022.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Comunidade. A Busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editor, 2004).

BEAUD, Michael. **História do Capitalismo de 1500 até nossos dias.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BEAUVOIR, S. **A Força das Coisas.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1995.

BESSIS, S. **Mulheres em movimento: Cem anos de feminismo.** Correio da UNESCO, ano 28, no 8, agosto de 2000, p. 18.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BIROLI, F. (2014). **Justiça e família.** In L. F. Miguel & F. Biroli (Orgs.), *Feminismo e política: uma introdução* (pp. 47-61). São Paulo: Boitempo.

BORGES, José Carlos. LAPOLLI, Édís Maфра. AMARAL, Melissa Ribeiro do. **A mulher e suas concepções históricas**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 09, pp. 05-21. Junho de 2020.

BOSTON, Sarah. **Women Workers and the Trade Unions**. Londres: Davis-Poynter, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (1999)

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRAUN, V., & CLARKE, V. (2006). **Using thematic analysis in psychology**. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1990.

CADERNOS BRASILEIROS DE SAÚDE MENTAL, Florianópolis, v.5, n.12, p.161-175, 2013. ISSN 1984-2147. Disponível também em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/issue/view/452>. Acesso em: 06/12/2022.

CARDOSO, T., ALARCÃO, I. & CELORICO, J. (2010). **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento**. Porto: Porto Editora.

CARNEIRO, M. J. A desagradável família de Nelson Rodrigues. In: FIGUEIRA, S. A. (org). **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.p. 69-82.

CASSELL, C; SYMON, G. **Qualitative methods in organizational research**.London: Sage Publications, 1994.

CASTRO, M. F. **Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas**/ Matheus Fernandes de Castro; orientadora Leny Sato - São Paulo, 2010.

CASTRO, Thiele da Costa Müller. DETONI, Priscila Pavan. BOTTEGA, Carla Garcia. TITTON, Jaqueline. **EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS: HOME OFFICE E O TRABALHO FEMININO**. NORUS | vol. 8 no 14 | p. 40-64| Ago/Dez/ 2020

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX**. Proj. História, São Paulo, (30), p. 243-264, jun. 2005

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A cultura do plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLING, Ana Maria. **AS MULHERES E A DITADURA MILITAR NO BRASIL**. UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e da UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. V.10, 2004.

COSTA, D. M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres**. [s.l.]: Ibase, 2008.

CREADO & NASCIMENTO. Raíssa Stegemann Rocha; Grasielle Augusta Ferreira. **O direito à desconexão no período de home office: análise dos impactos da quarentena pelo covid-19 na saúde do trabalhador**. Revista DIREITO UFMS | Campo Grande, MS | v. 6 | n. 1 | p. 131 - 149 | jan./jun. 2020.

CREPUSCULAR. (2017). Em **Oxford English Dictionary** (3ª ed.). Obtido de: <http://www.oed.com/view/Entry/44259>. Acesso em: 29/12/2022.

CUNHA, Maria Carneiro da. **O feminismo entre a ideologia e a utopia**. Abrys, études féministes/ estudos feministas. janeiro / junho 2007.

COGGIOLA, OSVALDO. **NOVAMENTE, A REVOLUÇÃO FRANCESA**. Projeto História, São Paulo, n. 47, pp. 281-322, Ago. 2013

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a **Consolidação das Leis do Trabalho**. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil: secção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n.

Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o **Código Eleitoral**.

EMÍDIO, Thassia Souza. OKAMOTO, Mary Yoko. SANTOS, Manoel Antônio dos. **Impacto do isolamento social no cotidiano de mães em home office durante a pandemia de COVID-19**. Estudos de Psicologia, 26(4), outubro a dezembro de 2021, 358-369.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo e Reginaldo Forti. São Paulo: Global editora; 1986.

ESTEVES, Natália Cabral dos Santos. **CONQUISTAS FEMININAS DURANTE O GOVERNO VARGAS**. XIX Encontro de História da Anpuh-Rio. História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica, 21-25, Setembro, 2020.

EVARISTO, C. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e ‘raça’ na globalização neoliberal**. Mediações, v. 13, n.1-2, jan.-jun. e jul.-dez. 2008.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. Tradução livre do original *Vindication of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989a.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Cortez, 1989b

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Direitos em língua portuguesa reservados à EDITORA PERSPECTIVA S. A. 1978

FOUCAULT, M. (1999). **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOURIER, Charles. **Théorie des Quatre Mouvements**. Pauvert. Paris. (1967)

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GREENHAUS, J.H., & BEUTELL, N.J.(1985). **Sources of conflict between work and family roles**. *Academy of Management Review*, 10(1),76-88. doi: 10.5465/amr.1985.4277352

GUIMARÃES, César. **Imagens da memória: entre o legível e o visível**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço** / Byung-Chul Han ; tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

HAUBRICH, D. B., & FROEHLICH, C. (2020). **Benefícios e Desafios do 'Home office' em Empresas de Tecnologia da Informação**. *Gestão&Conexões*, 9(1), 167-184. doi: 10.13071/regec.2317-5087.2020.9.1.27901.167-184

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HINE, Christine. **How can qualitative Internet Researchers define the boundaries of their project?** In: MARKHAM, Annette N., BAYM, Nancy. Internet inquiry. Conversations about method. pp.01-20. Los Angeles: Sage, 2009.

HIRATA, H. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa.** Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, Vol. 7, nº 24. 2015.

HOBSBAWM, Eric. **“Trajetória do Movimento Operário”.** In: REVISTA TRABALHADORES. Prefeitura Municipal de Campinas, 1989. n.º 2.

HOBSBAWM, Eric J. **A Revolução Francesa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JURNO, Amanda C. **Plataformas, algoritmos e moldagem de interesses.** Margem Esquerda. Revista da BOITEMPO; No. 36; 1º. Semestre de 2021.

KEHL, Maria Rita. **O Espaço Doméstico e a Sexualidade da Mulher,** em: Maria Angela D'Incaro (org.): Saúde Mental e Sociedade. São Paulo: Graal, 1985.

LANE, Silvia T. Maurer **O que é psicologia social** / Silvia T. Maurer Lane. — São Paulo : Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos ; 39)

LAURELL, Asa Cristina. **La salud-enfermedad como proceso social".** Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982, pp. 7-25. Trad. E. D. Nunes.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção.** Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEITE, K. C. **A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho.** Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, Brasil. 2020.

LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Altera a Consolidação das **Leis** do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-**Lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943, e as **Leis nº 6.019**, de 3 de janeiro de

1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a **legislação** às novas relações de trabalho.

LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

LEWIN, K. **Problemas dinâmicas de grupo.** 2. ed. São Paulo: Cultrix. 1973.

LISTER, Kate; HARNISH, Tom. **The State of Telework in the U.S. - How Individuals, Business, and Government Benefit.** Disponível em [https://www.shrm.org/ ResourcesAndTools/hrtopics/technology/Documents/Telework-Trends-US.pdf](https://www.shrm.org/ResourcesAndTools/hrtopics/technology/Documents/Telework-Trends-US.pdf). 2020.

LORDE, Audre. **Zami: uma nova grafia do meu nome.** 1982

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula. In: História das Mulheres no Brasil.** PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443 – 481.

LUKÁCS, G. (1923). **História e consciência de classe.** (Trad. Rodney Nascimento). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACEDO, Shirley. **SER MULHER TRABALHADORA E MÃE NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19: TECENDO SENTIDOS**. Rev. Nufen: Phenom. Interd. | Belém, 12(2), 187-204, mai.– ago., 2020.

MADEIRA, Laura Andressa Carvalho. OLIVEIRA, Syndley Jorrany Conceição de. **“EU SOU MULHER”**: A LUTA DAS MULHERES NA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA METADE DO XX. DAS AMAZÔNIAS, Rio Branco – Acre, v.2, n.1, (jan-jul) 2019, p. 57-70.

MARCUSE, H. **Algumas implicações sociais da tecnologia moderna**. Tecnologia, guerra e fascismo. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARX, K. (1859). **Contribuição à crítica da economia política** (Trad. Florestan Fernandes). São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1983.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de produção do capital**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Vol. I. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MARQUES, Tereza Cristina Novaes. **Bertha Lutz (Série perfis parlamentares)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books. Acesso em: 17/02/2022.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 105 p.

MIRANDA, Thamiris Brito. **IMPACTOS PSICOLÓGICOS ORGANIZACIONAIS EM TEMPO DE PANDEMIA: análise dos principais impactos psicológicos no trabalho em home office dos discentes de um centro universitário em São Luís**. Curso de Administração – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2020.

MICHELET, Jules. **Renaissance et Réforme**. Paris: Robert Laffont, 1982.

MONROY, M. **La violence de l'excellence**. Revigny-surOrnam: Martin Media, 2000.

MOREIRA, Luciane Garcia. **Em dia com a moda: da emancipação feminina ao culto à juventude nos anos 60: a representação da feminilidade nas páginas de A Cigarra** / Luciane Garcia Moreira; orientador: José Carlos Rodrigues. – 2011.

MOREIRA, Lisandra Espíndula et al. **Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra**. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 32, e020014, 2020.

MORIM, Tânia Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. 2014

OIT (2017). **Relatório da OIT destaca oportunidades e desafios na expansão do trabalho a distância**.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Violência contra a mulher: uma questão de gênero**. Acta Paulista de Enfermagem, n. 13 (especial), p. 171-180, 2000.

OLIVEIRA, L. B.; CAVAZOTTE, F. S. C. N.; PACIELLO, R. R. **Antecedentes e Consequências dos Conflitos entre Trabalho e Família**. Revista de Administração Contemporânea, v. 17, n. 4, p. 418-437, 2013.

ONU MULHERES. Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

PERROT, Michele. **As mulheres e o silêncio da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. (Org.). **História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** [tradução Angela M. S. Côrrea]. — São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, Gilson de Assis, et. al. **Estresse percebido durante período de distanciamento social: diferenças entre sexo.** *raz. J. Hea. Rev.*, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 10470 - 10486. jul./aug. 2020.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2011.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo.** São Paulo: Edunesp, 2001.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade.** In: **História das Mulheres no Brasil.** PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 578 – 606.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Amom de Moraes. LACERDA, Fernando. **Ideologia, individualismo e psicologia: o modo de produção capitalista e a experiência subjetiva**. Teoría y Crítica de la Psicología 12 (2019), 163-184. <http://www.teocripsi.com/ojs/> (ISSN: 2116-3480)

ROEDIGER, David R. **E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça**. Cruzando fronteiras: novos olhares sobre História do Trabalho. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira -2ªed –São Paulo: Martins Fontes, 1999.- 2.

SANTI, P.L.R. **A construção do eu na modernidade** (1998)

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Luis Carlos Borges dos. **A mulher no mundo do trabalho: uma análise histórica acerca dos paradigmas culturais na sociedade patriarcal**. Divers@ Rev. Elet. Interdisc. | Matinhos | v. 4, n. 1 | p. 1-91 | jul./dez. 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004

SAWAIA, B. B. **“Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social”**. Psicologia & Sociedade; 21 (3): 364-372, 2009.

SCHIRMER, J. **Trabalho e maternidade: Qual o custo para s mulheres?** In: OLIVEIRA, E. M. e SCAVONE, L. (orgs). Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. Goiânia, A. B. Edit., 1997.

SELIGMANN-SILVA, E., 1994. **Desgaste Mental no Trabalho Dominado**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Cortez.

SELIGMANN-SILVA, E. (1995). **Psicopatologia e psicodinâmica do trabalho**. In R. Mendes (Org.), *Patologia do trabalho* (pp. 287-310). São Paulo: Atheneu.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desemprego e psicopatologia da recessão**. In: BORGES, L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. (Org.). *Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações*. Vitória: UFES, 2001. p. 219-254.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, 35 (122): 229-248, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011. 624 p. ISBN 9788524917561.

SELIGMANN-Silva, SCHMIDT, M. L. G.; E. **Entrevista com Edith Seligmann-Silva: saúde mental relacionada ao trabalho — concepções e estratégias para prevenção**. *R. Laborativa*, v. 6, n. 2, p. 103-109, out./2017. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet, príncipe da Dinamarca**. In: Shakespeare – tragédias, vol. I. Trad. de F. Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**. 2a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, J. A.; MARINHO, J. C. B.; FRANÇA, G. V. A. ***Consórcio entre pesquisas: possibilidades para o aprofundamento dos estudos qualitativos em Educação***. Campinas: ETD – Educação Temática Digital. Campinas, SP v.15 n.3 p.443-454 set./dez.2013.

SILVA JÚNIOR, Edison Miguel da. **Direito penal de gênero. Lei nº 11.340/06: violência doméstica e familiar contra a mulher.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1231, 14 nov. 2006.

SILVA, Luiza Tonon da. **Classe e trabalho no feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras.** Universidade Federal Fluminense (UFF). Revista Outubro, n. 31, 2º semestre de 2018.

SILVA, Rogério Ramalho da. **HOME-OFFICER: um surgimento bem-sucedido da profissão pós-fordista, uma alternativa positiva para os centros urbanos.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 85-94, jan./jun. 2009.

SILVA, Adilson Luiz da. SILVA, Divino José. **GOVERNO, SUBJETIVIDADE E RESISTÊNCIA: FOUCAULT E CERTEAU.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS/Três Lagoas. 2021.

SILVA, Eduardo Pinto e. HELOANI, Roberto. **Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho: reflexões a partir de uma análise comparativa do estresse em jornalistas e guardas municipais.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2007, vol. 10, n. 1, pp. 105-120.

SOUZA, Jesse. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SPINOZA, B. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STANDING, G. (2014). **O precariado e a luta de classes.** Revista Crítica de Ciências Sociais, (103), 9-24.

TAVARES, M. (2002). **A entrevista clínica.** In: J. A. Cunha, *Psicodiagnóstico - V* (5ª ed., rev. e ampl.). Porto Alegre, RS: Artmed.

ZANETTI, Sandra A. S. **A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo. v. 40, nº 2, abr./jun. 2009. p.194-201.

<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/> Acesso em: 11/05/2021.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/home-office-foi-adotado-por-46-das-empresas-durante-pandemia>. Acesso em: 01/08/2021.

<https://subscribenow.economist.com> Acesso em: 20/12/2022

<https://www.youtube.com/watch?v=-DEVLDHaRtQ> Acesso em: 29/12/2022

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm#:~:text=MPV%20927&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20trabalhistas Acesso em: 28/12/2022.

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/10/31/80-dos-brasileiros-usa-whatsapp-pelo-menos-uma-vez-por-hora.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 27/12/2022.

http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_e8a206253f_0000018000.pdf. Acesso em 27/10/2020.

<https://memoriasdaditadura.org.br/> Acesso em: 13/04/2023.

<https://www.anpuh.org/revistabrasileira/public>. Acesso em: 18/04/2023.

<<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/oque-e-e-para-que-serve/programas-e-beneficios> Acesso em: 15/05/2023.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domilios.html>. Acesso em: 15/05/2023.

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>.

Acesso em: 17/05/2023.

<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 12/04/2023.

<https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2013/02/maes-que-trabalham-sentimentos-conflitos-e-desejos.html>. Acesso em: 01/06/2023.

<https://brasil.un.org/pt-br/173825-pandemia-de-covid-19-desencadeia-aumento-de-25-na-preval%C3%Aancia-de-ansiedade-e-depress%C3%A3o>. Acesso em: 17/06/2023

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/27/por-que-o-brasil-tem-a-populacao-mais-ansiosa-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 17/06/2023.

<https://jornal.usp.br/atualidades/excesso-de-positividade-motiva-a-criacao-da-sociedade-do-cansaco/>
Acesso em: 23/06/2023.

<https://veja.abril.com.br/comportamento/o-que-e-a-nomofobia-novo-transtorno-ligado-ao-uso-exagerado-do-celular> Acesso em: 24/06/2023.

<https://www.educacao.sp.gov.br/apm> Acesso em: 28/06/2023.

<https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2013/02/maes-que-trabalham-sentimentos-conflitos-e-desejos.html>. Acesso em: 14/07/2023.

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - GOOGLE FORMS

1. Nome (se sentir à vontade)

2. Qual a sua idade?

Até 17 anos

De 18 a 24 anos

De 25 a 30 anos

De 31 a 35 anos

De 36 a 40 anos

De 41 a 45 anos

46 anos ou mais

3. Naturalidade (Cidade e estado)

Resposta

4. Qual o seu gênero?

Mulher cisgênera*

Mulher transexual/transgênera**

Outro

Prefiro não responder

5. Tem filhos?

Sim

Não

6. Se sim, quantos?

0

1

2

3

4 ou mais

7. Nível de escolaridade

Sem escolaridade

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Superior incompleto

Superior completo

Especialização

Mestrado ou Doutorado

8. Assinale a alternativa que identifica a sua cor ou raça

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

Não sei responder/Outro: _____

09. Qual seu estado civil?

Solteira

Casada

Viúva

Separação legal/Judicial ou Divórcio

União Estável

10. Em relação ao núcleo familiar (múltiplas respostas)

Mora com o(a) cônjuge

Mora com o(s) filho(s)

Mora com os pais

Mora com outros familiares

Outro: _____

11. Qual a sua profissão?

Resposta

12. Antes da pandemia, você trabalhava em casa ou fora?

Já trabalhava em casa

Trabalhava fora

13. Sente dificuldade em conciliar o *home office* com demais atividades voltadas à prática doméstica?

Sim

Não

14. Se sim, qual é a maior dificuldade?

15. Você tem interesse em participar de entrevista individual?

Sim

Não

16. Caso a resposta anterior seja sim, deixe abaixo seu e-mail mais utilizado para realização de contato.

APÊNDICE 2

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Como seu trabalho foi alterado pela pandemia? Houve aumento ou diminuição da carga de trabalho?
2. Como é seu dia a dia considerando o trabalho assalariado, o trabalho doméstico, cuidado com os filhos (caso houver) e autocuidado?
3. Como você lida com as diversas demandas que vão surgindo no ambiente em relação ao seu trabalho e às responsabilidades domésticas?
4. Quais dessas atividades você destina a maior parte de seu tempo e de sua energia?
5. O que representa para você a possibilidade de trabalhar em casa?
6. Você tem o suporte necessário para desenvolver esse trabalho?
7. Se tivesse o poder de escolha você continuaria trabalhando em casa ou optaria por se deslocar até a empresa?
8. Como você se sente ao final do dia?
9. Caso houver demais pessoas que residam com você como elas lidam com o fato de você trabalhar em casa?
10. Poderia narrar um dia completo de trabalho em *home office*?

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Resistência Feminina no trabalho à distância: a linha tênue entre o *home* e o *office*”, sob a responsabilidade da pesquisadora Saara Danielle Damasceno Martins Zandonadi, RG nº 36.710.386-2, CPF: 378.019.668-99. Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do PARTICIPANTE ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos, poderá ser esclarecida no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com o pesquisador no telefone (18) 99759-4381 ou pelo e-mail saara.danielle@unesp.br.

I. A pesquisa: Esta pesquisa consiste em um esforço de compreender as táticas e estratégias utilizadas pela mulher e trabalhadora, frente à realidade do *home-office* em tempos de uma pandemia global. A partir de uma perspectiva de resistência feminina, busca-se compreender como a subjetividade de trabalhadoras inseridas em seus contextos sociais e institucionais acaba sendo atravessada pelas características presente no mundo do trabalho mediado pelas tecnologias da informação e comunicação. Propõe-se a pensar sobre a interação entre o trabalho e o lar que acabaram sendo amparados em um mesmo espaço.

II. Procedimentos: Os procedimentos dos quais você participará são os seguintes: Primeiramente, você receberá, por meio deste termo, os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa para decidir se participará ou não. A leitura deste Termo e o seu consentimento expresso, assinado e registrado devem acontecer antes de qualquer participação. Após o seu consentimento, a sua participação será:

- a) Você responderá a um questionário sócio demográfico que será enviado para você por meio de um link após um contato inicial, pela ferramenta de comunicação que assim você preferir;
- b) Caso seja consentido, você responderá a uma entrevista semiestruturada composta por questões abertas formuladas a partir dos objetivos mencionados.
- c) Você participará da entrevista com duração mínima de 1h e máximo de 2h. Caso necessário, poderá ser agendado um segundo encontro para dar prosseguimento à entrevista.

d) Devido à situação de pandemia, a entrevista será realizada através de alguma plataforma/sala virtual ou através de chamada de vídeo em aplicativo, de acordo com o que for mais cômodo a você, participante. A entrevista será gravada e deletada após sua transcrição na íntegra.

III. Riscos/Desconfortos: Possíveis riscos ou desconfortos: Você receberá antes do início da entrevista (de forma oral e escrita) informações sobre os tópicos a serem abordados e orientações e poderá decidir se responderá a todas, algumas ou nenhuma. Os riscos ou desconfortos são mínimos, tais como ficar emocionado durante a entrevista, demonstrando choro, tristeza, ansiedade, mas caso ocorram, esclarecemos, que:

- No caso de desconfortos, você será consultado a respeito do que está sentindo e sobre a possibilidade de realizar uma pausa, não responder à pergunta e/ou retirar-se da pesquisa;
- Você poderá solicitar a interrupção da entrevista ou se recusar a responder qualquer questão que cause incômodo;
- Por tratar-se de entrevista online, temos que reconhecer que a pesquisa está sujeita aos possíveis riscos decorrentes do ambiente virtual, como invasão aos dados. No entanto, a pesquisadora, dentro de sua limitação, compromete-se a tomar todas as medidas cabíveis para evitar que ocorra qualquer violação ao ambiente virtual e aos dados decorrentes, como manter os dados em seu computador pessoal e não em arquivos em ‘nuvem’.
- Os dados coletados não serão em hipótese alguma compartilhados com terceiros. No caso de aceite, recomenda-se que você participante guarde cópia deste termo e demais documentos da pesquisa em seu computador (download).

IV. Benefícios esperados: Espera-se que a partir da sistematização dos resultados da pesquisa, tais informações possam contribuir para pesquisas no campo da psicologia social do trabalho. Além disso, a participação na entrevista poderá proporcionar a possibilidade de reflexão sobre o próprio trabalho em *home office*, e a relação do mesmo com sua saúde mental.

V. Liberdades/Garantias: Você, participante, poderá recusar-se a participar desta pesquisa ou de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem penalização ou prejuízo ao seu cuidado. Você possui total liberdade de não responder a qualquer pergunta ou de momentos que possam causar-lhe constrangimento de qualquer natureza.

VI. Sigilo/Anonimato: A sua participação é sigilosa, ou seja, as informações prestadas são confidenciais e em hipótese alguma serão motivo de divulgação na mídia. Garantimos o sigilo das

informações coletadas e o seu anonimato. Respeitamos a sua privacidade, mantendo em segredo as suas informações pessoais no decorrer da pesquisa e após a conclusão desta.

VII. Despesas/indenização (quando houver): Esta pesquisa não resultará em despesas ou ônus para você.

VIII. Publicação: Informamos que o resultado final da pesquisa poderá ser publicado em revistas científicas da área, colaborando para a construção do conhecimento teórico-científico, preservando-se o anonimato dos participantes. Entraremos em contato para entregar cópia de publicações decorrentes deste estudo, se for de seu interesse.

ANEXO 2

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “Resistência feminina no trabalho à distância: a linha tênue entre o *home* e o *office*”. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Saara Danielle Damasceno Martins Zandonadi sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, resguardada a garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Assis, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Participante

Eu, Saara Danielle Damasceno Martins Zandonadi, pesquisador responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Pesquisador Responsável

